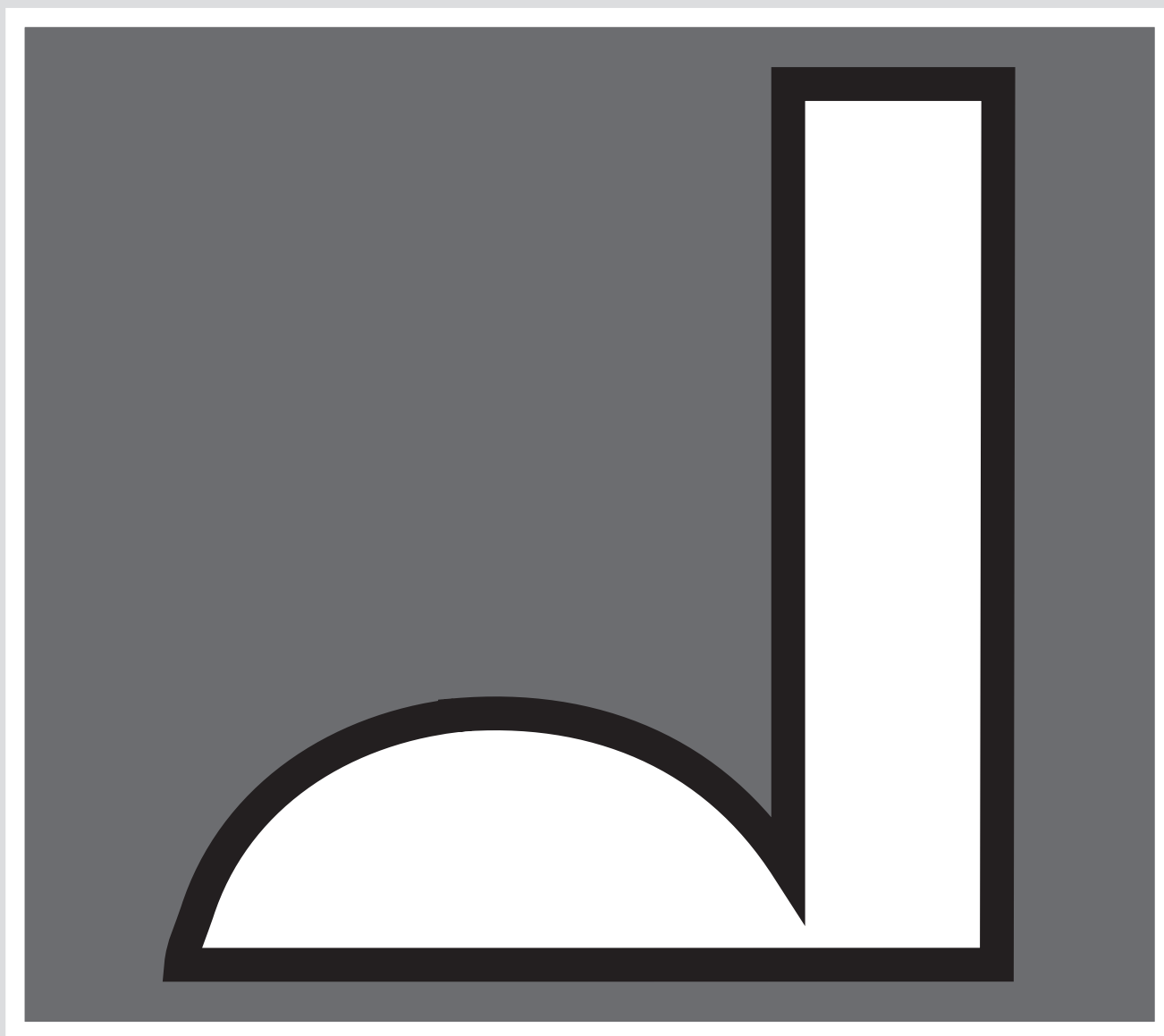




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIV - Nº 123 - QUINTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2009 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marconi Perillo - (PSDB-GO) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Serys Slhessarenko - (PT-MT) <b>1º SECRETÁRIO</b> Heráclito Fortes - (DEM-PI) <b>2º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Mão Santa- (PMDB-PI) <b>4º SECRETÁRIO</b> Patrícia Saboya - (PDT-CE)  <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º</b> - César Borges - (PR-BA) <b>2º</b> - Adelmir Santana - (DEM-DF) <b>3º</b> - Cícero Lucena - (PSDB-PB) <b>4º</b> - Gerson Camata - (PMDB-ES)

## LIDERANÇAS

<b>Maioria</b> <b>(PMDB/PP) - 20</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto  <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Aloizio Mercadante</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns  <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Expedito Júnior  <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b>  <b>Líder do PRB - 2</b> <b>Marcelo Crivella</b>  <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 27</b> <b>Líder</b> <b>Raimundo Colombo - DEM<sup>1</sup></b> Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana ..... <b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais  <b>Líder do PSDB - 13</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
<b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b>	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
<b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b>		

<sup>1</sup> Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE	
<b>Haroldo Feitosa Tajra</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 135ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE AGOSTO DE 2009

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 672, de 2009 (nº 1.430/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul*..... 37345

Projeto de Decreto Legislativo nº 673, de 2009 (nº 1.432/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais. ...* 37355

Projeto de Decreto Legislativo nº 674, de 2009 (nº 1.438/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Luzerna – SC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luzerna, Estado de Santa Catarina*..... 37367

Projeto de Decreto Legislativo nº 675, de 2009 (nº 1.441/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais*..... 37375

Projeto de Decreto Legislativo nº 676, de 2009 (nº 1.443/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio às Entidades – CAE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina*..... 37384

Projeto de Decreto Legislativo nº 677, de 2009 (nº 1.445/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Rural de Assistência à Infância - ARAI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Berilo, Estado de Minas Gerais*..... 37393

Projeto de Decreto Legislativo nº 678, de 2009 (nº 1.451/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Estrela do Sul FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul*..... 37399

Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2009 (nº 1.461/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Pindaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaí, Estado da Bahia*..... 37404

Projeto de Decreto Legislativo nº 680, de 2009 (nº 1.464/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Arapeí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapeí, Estado de São Paulo*..... 37414

Projeto de Decreto Legislativo nº 681, de 2009 (nº 1.465/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Assistencial do Combinado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Combinado, Estado do Tocantins*..... 37422

Projeto de Decreto Legislativo nº 682, de 2009 (nº 1.469/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunidade Padre Cícero para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas*..... 37431

Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2009 (nº 1.504/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí*..... 37440

Projeto de Decreto Legislativo nº 684, de 2009 (nº 1.517/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Difusão em Cidade Livre de Lagoa do São Francisco – PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa de São Francisco, Estado do Piauí*..... 37445

Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2009 (nº 1.526/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultura Radiodifusora Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul.....	37454	na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. ....	37525
Projeto de Decreto Legislativo nº 686, de 2009 (nº 1.531/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.....	37463	Projeto de Decreto Legislativo nº 694, de 2009 (nº 1.560/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio 910 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.....	37537
Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2009 (nº 1.533/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores de Goiás, Estado de Goiás. ....	37472	<b>1.2.2 – Comunicações da Presidência</b>	
Projeto de Decreto Legislativo nº 688, de 2009 (nº 1.536/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe. ....	37481	Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo 672 a 694, de 2009, lidos anteriormente, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde serão apreciados terminativamente. término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 418, de 2006; 126, 135, 190, 250, 251, 345, 346, 361, 363, 375, 386, 404, 422, 423, 427, 430, 436, 443, 458, 461, 520, 530 e 556, de 2009. ....	37544
Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2009 (nº 1.537/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Arroioense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul.....	37489	<b>1.2.3 – Discurso do Expediente</b>	
Projeto de Decreto Legislativo nº 690, de 2009 (nº 1.539/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (Acradicab) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins.....	37498	SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Sugestão para que a presente sessão seja suspensa, a fim de ser transmitida pela TV Senado a reunião do Conselho de Ética.....	37546
Projeto de Decreto Legislativo nº 691, de 2009 (nº 1.545/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itirapuã, Estado de São Paulo.....	37507	<b>1.2.4 – Consulta ao Plenário</b>	
Projeto de Decreto Legislativo nº 692, de 2009 (nº 1.551/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Espírito Santo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco. ....	37515	Coloca em votação, a pedido dos Senadores presentes, a suspensão da sessão até que se encerre a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. <b>Aprovada a suspensão da sessão.</b> ....	37548
Projeto de Decreto Legislativo nº 693, de 2009 (nº 1.552/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária		<b>1.2.5 – Suspensa a Sessão às 14 horas e 18 minutos, é reaberta às 18 horas e 22 minutos</b>	
		<b>1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)</b>	
		SENADOR MÁRIO COUTO – Críticas ao Ministro da Previdência. Manifestação em defesa dos aposentados e pensionistas de todo o país. ....	37549
		SENADOR MARCONI PERILLO, como Líder – Anúncio da apresentação de projeto de lei que objetiva resguardar o Rio Araguaia e a área de proteção ambiental do Vale do Encantado, em Goiás, da degradação ambiental. Registro da realização do festival em homenagem aos 120 anos de nascimento da poetisa goiana Cora Coralina, na cidade de Goiás. Crítica à viagem realizada pelo presidente Lula a Goiás, para divulgar a candidatura da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à sucessão presidencial. ....	37551
		<b>1.2.7 – Comunicações</b>	
		Do Senador Lobão Filho, referente ao seu pedido de renúncia ao cargo de suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em caráter irrevogável. <b>(Ofício nº 1, de 2009, de 19 do corrente)</b> .	37553



Da Senadora Marina Silva, referente à sua desfiliação do Partido dos Trabalhadores, no dia de hoje. **(Ofício s/nº, de 2009, de 19 do corrente)** ... 37553

#### 1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* - Voto de Aplauso ao 38º Encontro Nacional de Indústria de Cerâmica Vermelha, que está sendo realizado em Belém, e posterior envio de requerimento. .... 37554

SENADOR *MÃO SANTA* – Comentários sobre discurso proferido pelo importante político brasileiro Paulo Brossard. .... 37554

SENADOR *ROBERTO CAVALCANTI* – Homenagem à Associação Nacional de Jornais, na ocasião do seu 30º aniversário. .... 37558

#### 1.3 – ORDEM DO DIA

#### 1.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária

##### 1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

##### 1.4.1 – Discursos

SENADORA *ROSALBA CIARLINI* – Apelo pela votação, na Comissão de Assuntos Sociais, de matéria que dispõe sobre o piso salarial para os agentes comunitários de saúde e agentes de endemias. Aprovação do projeto que concede aos vigilantes o adicional de periculosidade. Apreciação, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, amanhã, do projeto que trata da regulamentação das placas dos taxistas. Anúncio da apresentação de proposta de emenda à Constituição que determina o direito à posse em cargo público dos aprovados em concurso. .... 37566

SENADOR *EXPEDITO JÚNIOR* – Críticas à proposta da FUNAI de ampliação da reserva indígena Terra Indígena Rio Negro Ocaia, sem o acompanhamento dos representantes da Reserva Extrativista do Rio Pacáas Novos, em Rondônia... 37568

##### 1.4.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.032, de 2009, de iniciativa da Comissão Temporária para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal, solicitando a prorrogação do prazo de seu funcionamento, até 22 de dezembro de 2009. **Aprovado.** .... 37638

##### 1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – Observações sobre a visita feita por S. Exa. ao Haiti, para acompanhar o trabalho realizado pelas Forças Brasileiras de Paz naquele país. .... 37638

SENADOR *INÁCIO ARRUDA*, como Líder – Proposta de criação de comissão especial do Senado destinada a acompanhar a preparação de conferência que deverá reunir o conjunto do movimento social, o Governo, o setor privado e o setor estatal na área de comunicação. Defesa do ingresso da Venezuela no Mercosul, a partir de análise da balança comercial do Estado do Ceará com aquele país. .... 37642

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Considerações sobre decisões da Senadora Marina Silva e do Senador Flávio Arns, anunciadas hoje, de deixarem o Partido dos Trabalhadores. Leitura de artigos publicados na imprensa, de autoria do Dr. Dráuzio Varella, intitulado “Beco sem saída” e de Frei Beto, intitulado “Catilina abusa de nossa paciência” ..... 37643

SENADOR *VALDIR RAUPP*, como Líder – Apelo para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra reforcem suas ações, de modo a agilizar a regularização fundiária na Amazônia. Proposta de mudanças no Código Florestal brasileiro. .... 37647

SENADOR *JOSÉ NERY* – Decepção com a decisão da maioria dos membros do Conselho de Ética de arquivar as denúncias que envolvem o Presidente José Sarney. Anúncio de que alguns senadores deverão recorrer dessa decisão ao Plenário do Senado. Comentários sobre as decisões da Senadora Marina Silva e do Senador Flávio Arns, anunciadas hoje, de deixarem o Partido dos Trabalhadores. Relato da participação de S. Exa. em eventos partidários. Críticas ao processo de privatização da Companhia de Água e Saneamento de Belém. .... 37650

##### 1.4.4 – Pareceres

Nº 1.315, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 30, de 1996 (nº 75/96, na origem), do Supremo Tribunal Federal, *encaminhando para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão transitado em Julgado, prolatado nos autos da Ação Originária nº 281-8/320, do Estado de Santa Catarina, e do parecer do Ministério Público.* ..... 37653

Nº 1.316, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 27, de 2001 (nº 75/2001, na origem) pelo qual o Supremo Tribunal Federal, *encaminha para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 192.527, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do inciso XXII do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Antonina/PR, e da alínea “b” do inciso XXIII do mesmo artigo, na redação imprimida pela Emenda à Lei Orgânica do Município de Antonina nº 7, de 4 de junho de 1992.* .... 37656

##### 1.4.5 – Comunicações

Do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando o arquivamento do Ofício “S” nº 30, de 1996. **(Ofício nº 189/2009, de 1º de julho do corrente)** ..... 37661

Do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando o arquivamento do Ofício “S” nº 27, de 2001. **(Ofício nº 184/2009, de 1º de julho do corrente)** ..... 37661

Do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle, comunicando que a Comissão deliberou sobre quatro subcomissões e solicita as alterações necessárias para conhecimento dos Senadores da Casa. **(Ofício nº 57/2009, de 19 do corrente)** ..... 37662

#### 1.4.6 – Comunicações da Presidência

Arquivamento dos Ofícios nºs S/30, de 1996, e S/27, de 2001, em cumprimento às conclusões de pareceres lidos anteriormente. .... 37664

Término do prazo, ontem, sem oferecimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem). .... 37664

Convocação de Sessão Especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada a homenagear a Maçonaria Brasileira pelo transcurso do Dia do Maçom, de acordo com os Requerimentos nºs 556 e 912, de 2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores. .... 37664

Arquivamento definitivo, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição de recurso ali previsto, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1999 (nº 3.493/2000, naquela Casa); e do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2008 (nº 5.288/2001, na Casa de origem). .... 37664

Recebimento do Aviso nº 46, de 2009 (nº 1.104/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.779/2009, proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 002.691/2009-0, concluindo pela aprovação da Instrução Normativa nº 59, de 2009, que estabelece normas de tramitação e de acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com garantia da União. .... 37664

#### 1.4.7 – Leitura de requerimentos

Nº 1.033, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, *solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2008*. .... 37664

Nº 1.034, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 78, de 2008, 131, de 2007, 64, de 2008 e 304, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria*. .... 37665

Nº 1.035, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando voto de aplauso ao 38º Encontro Nacional de Indústria de Cerâmica Vermelha*. .... 37665

Nº 1.036, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, *solicitando voto de aplauso à Grande Oriente do Brasil – Santa Catarina, pelo Dia do Maçom*. .... 37665

Nº 1.037, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, *solicitando voto de louvor ao Projeto Arena Ring Box, sediado no bairro de São José, Manaus-AM*. .... 37665

Nº 1.038, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de louvor à Escola Superior de Guerra pelo transcurso do seu 60º aniversário*. .... 37665

Nº 1.039, de 2009, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, *solicitando informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão*. .... 37668

#### 1.4.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2009, de autoria do Senador Jayme Campos, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso*. .... 37668

Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2009, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dispõe sobre medidas de estímulo à prática de cidadania fiscal e dá outras providências*. .... 37670

Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *dispõe sobre a instituição de linha de crédito especial e incentivos tributários destinados à aquisição de pneus novos de borracha para caminhões*. .... 37685

Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2009, de autoria do Senador João Tenório, que *acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, para proibir a utilização de metanol nos processos de fabricação de biodiesel a partir de óleos vegetais*. .... 37687

#### 1.4.9 – Comunicação da Presidência

Lembra ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 20, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 37689

#### 1.5 – ENCERRAMENTO

#### 2 – ATO ADMINISTRATIVO

#### 2.1 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 324, de 2009. .... 37696

#### 3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

3.1 – Agenda cumprida pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, em 18.08.2009.

#### SENADO FEDERAL

#### 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

#### 5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

### **8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

### **CONGRESSO NACIONAL**

#### **9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência –CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

---

# Ata da 135ª Sessão Deliberativa Ordinária, 19 de agosto de 2009

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Marconi Perillo, Mão Santa, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma e Flávio Torres*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto, a sessão é suspensa às 14 horas e 18 minutos e reaberta às 18 horas e 22 minutos, encerra-se às 21 horas e 54 minutos)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 19/8/2009 07:35:01 até 19/8/2009 21:55:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	EUSEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PDT	CE	FLÁVIO TORRES	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
Bloco-PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MÓZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

**Compareceram: 72 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Brasília, capital do Brasil, 14h01min. Estamos no Senado da República do Brasil, 19 de agosto de 2009.

Esta é mais uma sessão deliberativa ordinária do Senado da República do Brasil.

Há número regimental. Declaramos aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 672, DE 2009**

### **(nº 1.430/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESPERANÇA LAGOA VERMELHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 599 de 16 de outubro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 954, de 2008.

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

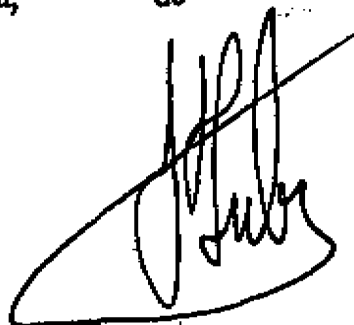
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 451, de 17 de agosto de 2007 - Associação Cultural de Difusão Comunitária Combate às Drogas e Prevenção de DST Planeta, no município de Pirajuba - MG;
- 2 - Portaria nº 486, de 24 de agosto de 2007 - Associação para a Comunicação em Maripá, no município de Maripá de Minas - MG;
- 3 - Portaria nº 492, de 30 de agosto de 2007 - Associação Comunitária Bela Vista de Radiodifusão, no município de Carvalhos - MG;
- 4 - Portaria nº 504, de 13 de setembro de 2007 - Associação Comunitária Cultural Rio Acimense, no município de Rio Acima - MG;
- 5 - Portaria nº 506, de 13 de setembro de 2007 - Centro Social dos Bairros Unidos do Distrito de Francelinós, no município de Juatuba - MG;
- 6 - Portaria nº 540, de 27 de setembro de 2007 - Associação de Amigos Nova Vale, no município de Lagoinha - SP;
- 7 - Portaria nº 544, de 27 de setembro de 2007 - Associação de Cultura e Informação de Brasil Novo, no município de Brasil Novo - PA;
- 8 - Portaria nº 549, de 27 de setembro de 2007 - Associação Riossonense de Comunicação Comunitária - ARCC, no município de Rio Sono - TO;
- 9 - Portaria nº 558, de 5 de outubro de 2007 - Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Santa Fé de Minas, no município de Santa Fé de Minas - MG;



- 10 - Portaria nº 585, de 16 de outubro de 2007 - Associação Cultural e Comunitária Vida Nova, no município de Redentora - RS;
- 11 - Portaria nº 586, de 16 de outubro de 2007 - Associação Cultural e Comunitária Pró-Desenvolvimento de Roca Sales, no município de Roca Sales - RS;
- 12 - Portaria nº 590, de 16 de outubro de 2007 - Associação Alpestreense de Cultura e Comunicação Social, no município de Alpestre - RS;
- 13 - Portaria nº 599, de 16 de outubro de 2007 - Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha, no município de Lagoa Vermelha - RS;
- 14 - Portaria nº 610, de 6 de novembro de 2007 - Associação de Difusão
- 15 - Portaria nº 620, de 8 de novembro de 2007 - Organização Cultural Ambiental e de Saúde - OCAS, no município de Bom Jardim - RJ;
- 16 - Portaria nº 625, de 13 de novembro de 2007 - Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São João da Serra Negra, no município de Patrocínio - MG;
- 17 - Portaria nº 626, de 13 de novembro de 2007 - Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão, no município de Rio Pomba - MG;
- 18 - Portaria nº 643, de 21 de novembro de 2007 - Associação Comunitária Ribeirão Corrente, no município de Ribeirão Corrente - SP;
- 19 - Portaria nº 644, de 21 de novembro de 2007 - Associação Comunitária Amigos da Chuvisca, no município de Chuvisca - RS; e
- 20 - Portaria nº 647, de 21 de novembro de 2007 - Associação Cultural para o Progresso e Bem Estar da Comunidade de Tabatinga, no município de Maranguape - CE.

Brasília, 28. de novembro de 2008.





MC 00497 EM

Brasília, 21 de novembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha**, no Município de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.026217/2003, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 599 DE 16 DE OUTUBRO DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.026217/2003 e do Parecer/MC/CONJUR/MGT/Nº 1796 - 1.08 / 2007, resolve:

**Art. 1º** Outorgar autorização à **Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha**, com sede na Rua João Roman, n.º 320, no município de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

**Parágrafo único.** A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

**Art. 2º** A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 28º12'35"S e longitude em 51º33'04"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

**Art. 3º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HÉLIO COSTA**

Ministro de Estado das Comunicações

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 104 /2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53.000.026.217-03,  
protocolizado em 27/08/2003.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração  
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Comunitária Esperança Lagoa  
Vermelha, município de Lagoa  
Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.

## **I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha, inscrita no CNPJ sob o número 05.803.262/0001-08, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua João Roman, nº 320, município de Lagoa Vermelha, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 13 de agosto de 2003, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 27/10/2005 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

## **II – RELATÓRIO**

- **atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Dr. Jorge Moojen, 77, no município de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 28°12'24"S de latitude e 51°31'41"W de longitude. Estas coordenadas foram alteradas, antes mesmo da primeira análise.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 293/ 294, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das

**seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alínea “d” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 297 a 406).**

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” - fls 394, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 408. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 335, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e apresentados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

**Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha;**

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Marcela Mussato	Presidente
Flávio Antônio Hoffmann	Vice-Presidente
Vera Lúcia Casanova	1º Secretária
Ivone Accorci Moreira	2º Secretária
João Batista dos Santos	Tesoureiro
Maria Jussara Cyrino dos Santos	2º Tesoureiro
Altamir da Silva	Dir. Cultural
Terezinha Zandoná	Dir. Patrimônio
Marcelo Boaventura Machado	Dir. Operações

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua João Roman, nº 591, município de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul

- **coordenadas geográficas**

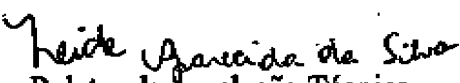
28°12'35" de latitude e 51°33'04" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" fls. 408, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 394/395 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha, no sentido de conceder-lhe a autorização para a

exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.000.026.217-03 de 27 de agosto de 2003.

Brasília, 25 de abril de 2007.


  
Relator da conclusão Jurídica

  
Relator da conclusão Técnica  
Chefe de Divisão / SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

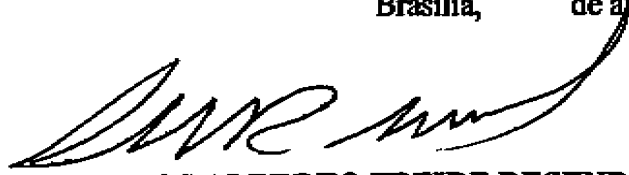
Brasília, 25 de abril de 2007.

7/   
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
Coordenador - Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de abril de 2007.

  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

---

Aprovo o Relatório nº 104 /2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de abril de 2007.

  
**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)



# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 673, DE 2009**

**(nº 1.432/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIOPOMBENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 626 de 13 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

**Mensagem nº 954, de 2008.**

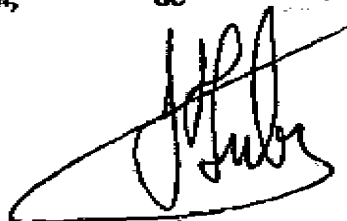
**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

**Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:**

- 1 - Portaria nº 451, de 17 de agosto de 2007 - Associação Cultural de Difusão Comunitária Combate às Drogas e Prevenção de DST Planeta, no município de Pirajuba - MG;**
- 2 - Portaria nº 486, de 24 de agosto de 2007 - Associação para a Comunicação em Maripá, no município de Maripá de Minas - MG;**
- 3 - Portaria nº 492, de 30 de agosto de 2007 - Associação Comunitária Bela**

- 4 - Portaria nº 504, de 13 de setembro de 2007 - Associação Comunitária Cultural Rio Acimense, no município de Rio Acima - MG;
- 5 - Portaria nº 506, de 13 de setembro de 2007 - Centro Social dos Bairros Unidos do Distrito de Francelinópolis, no município de Juatuba - MG;
- 6 - Portaria nº 540, de 27 de setembro de 2007 - Associação de Amigos Nova Vale, no município de Lagoinha - SP;
- 7 - Portaria nº 544, de 27 de setembro de 2007 - Associação de Cultura e Informação de Brasil Novo, no município de Brasil Novo - PA;
- 8 - Portaria nº 549, de 27 de setembro de 2007 - Associação Riossonense de Comunicação Comunitária - ARCC, no município de Rio Sono - TO;
- 9 - Portaria nº 558, de 5 de outubro de 2007 - Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Santa Fé de Minas, no município de Santa Fé de Minas - MG;
- 10 - Portaria nº 585, de 16 de outubro de 2007 - Associação Cultural e Comunitária Vida Nova, no município de Redentora - RS;
- 11 - Portaria nº 586, de 16 de outubro de 2007 - Associação Cultural e Comunitária Pró-Desenvolvimento de Roca Sales, no município de Roca Sales - RS;
- 12 - Portaria nº 590, de 16 de outubro de 2007 - Associação Alpestrense de Cultura e Comunicação Social, no município de Alpestre - RS;
- 13 - Portaria nº 599, de 16 de outubro de 2007 - Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha, no município de Lagoa Vermelha - RS;
- 14 - Portaria nº 610, de 6 de novembro de 2007 - Associação de Difusão Comunitária Frei Modesto de Timbó do Sul, no município de Timbó do Sul - SC;
- 15 - Portaria nº 620, de 8 de novembro de 2007 - Organização Cultural Ambiental e de Saúde - OCAS, no município de Bom Jardim - RJ;
- 16 - Portaria nº 625, de 13 de novembro de 2007 - Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São João da Serra Negra, no município de Patrocínio - MG;
- 17 - Portaria nº 626, de 13 de novembro de 2007 - Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão, no município de Rio Pomba - MG;
- 18 - Portaria nº 643, de 21 de novembro de 2007 - Associação Comunitária Ribeirão Corrente, no município de Ribeirão Corrente - SP;
- 19 - Portaria nº 644, de 21 de novembro de 2007 - Associação Comunitária Amigos da Chuvisca, no município de Chuvisca - RS; e
- 20 - Portaria nº 647, de 21 de novembro de 2007 - Associação Cultural para o Progresso e Bem Estar da Comunidade de Tabatinga, no município de Maranguape - CE.

Brasília, 28 de novembro de 2008.



MC 00486 EM

Brasília, 21 de novembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão, no município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53710.001308/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 626 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001308/98 e do PARECER/MC/CONJUR/CEL/Nº 2190-1.08/2007, resolve:

**Art. 1º** Outorgar autorização à Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão, no município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

**Art. 2º** A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º 16' 20"S e longitude em 43º 10' 50"W, utilizando a frequência de 106,3 MHz.

**Art. 3º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HÉLIO COSTA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0276/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53710.001308/98,  
protocolizado em 19 de outubro de 1998.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração  
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Comunitária Riopombense de  
Radiodifusão município de Rio Pomba,  
Estado de Minas Gerais.

## **I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão, inscrita no CNPJ sob o número 01.812.039/0001-78, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua João Marcelino, nº 13 – Apto 105 - Centro, no município de Rio Pomba, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 15 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 17/11/2002 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

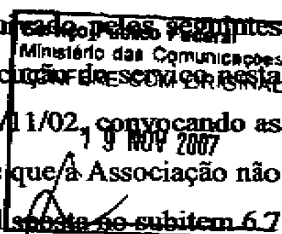
Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM ORIGINAL

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras 07 entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Cultural de Rio Pomba – Processo nº 53710.001032/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: A Entidade não cumpriu as exigências elencadas no ofício nº 3687/01, datado de 31/05/01, restando a apresentação de toda a documentação solicitada. Desta forma ocorreu a perda do prazo por decurso do tempo, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 3229/02, datado de 28 de maio de 2002, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

b) Associação da Comunidade Evangélica de Rio Pomba – Processo nº 53710.000989/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: Objetivando autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no Diário Oficial da União de 11/11/02, convocando as Entidades a apresentarem a documentação exigida para a autorização. Ocorre que a Associação não encaminhou a documentação exigida pela legislação específica, qual seja a disposta no subitem 6.7 e incisos da Norma 02/98, bem como no art. 9º, §2º e incisos da Lei 9612/98, no prazo legal estipulado no citado aviso de habilitação, em infringência ao disposto no subitem 6.6.1 da Norma Complementar 02/98 e ainda, impossibilitando a análise técnico-jurídica do requerimento, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 3145/03, datado de 30 de abril de 2003, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

c) Associação Shalom Adonai – Processo nº 53710.000998/01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: Objetivando autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no Diário Oficial da União de 11/11/02, convocando as Entidades a apresentarem a documentação exigida para a autorização. Ocorre que a Associação não encaminhou a documentação exigida pela legislação específica, qual seja a disposta no subitem 6.7 e incisos da Norma 02/98, bem como no art. 9º, §2º e incisos da Lei 9612/98, no prazo legal



estipulado no citado aviso de habilitação, em infringência ao disposto no subitem 6.6.1 da Norma Complementar 02/98 e ainda, impossibilitando a análise técnico-jurídica do requerimento, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 3141/03, datado de 30 de abril de 2003, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício n.º 3526/04 de 15 de abril de 2004, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência da não reconsideração dos autos, a entidade não apresentou recurso.

d) Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro do Rosário - ACRO – Processo n.º 53710.001031/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: Objetivando autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no Diário Oficial da União de 11/11/02, convocando as Entidades a apresentarem a documentação exigida para a autorização. Ocorre que a Associação não encaminhou a documentação exigida pela legislação específica, qual seja a disposta no subitem 6.7 e incisos da Norma 02/98, bem como no art. 9º, §2º e incisos da Lei 9612/98, no prazo legal estipulado no citado aviso de habilitação, em infringência ao disposto no subitem 6.6.1 da Norma Complementar 02/98 e ainda, impossibilitando a análise técnico-jurídica do requerimento, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 3142/03, datado de 30 de abril de 2003, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

e) Associação Cultural e Educacional de Rio Pomba - MG – Processo n.º 53710.000174/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: Diante da impossibilidade manifestada pelos concorrentes, relativo ao acordo proposto pelo Ministério das Comunicações, utilizou-se o critério da Representatividade, em obediência ao disposto na Legislação específica, do qual constatou-se que essa Entidade apresentou menor número de manifestações em apoio à iniciativa que a sua concorrente – critério de seleção determinado pelo subitem 6.10.2 da Norma Complementar 02/98, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 12903/04, datado de 19 de julho de 2004, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.



f) Associação Comunitária Nossa Senhora Rosa Mística – Processo nº 53710.001098/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: Objetivando autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no Diário Oficial da União de 11/11/02, convocando as Entidades a apresentarem a documentação exigida para a autorização. Essa Entidade apresentou patê da documentação exigida pela Legislação específica em tempo hábil, tendo sido o seu processo analisado pelo Departamento de Outorga de Serviços, constatando-se pendências passíveis do cumprimento das exigências dispostas no ofício nº 9903 datado de 17/10/2003, AR Postal em 24/07/2003, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 2474/04, datado de 19 de março de 2004, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 9982/04 de 09 de julho de 2004 cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência da não reconsideração dos autos, a entidade não apresentou recurso.

g) Associação Riopombense de Integração e Cultura – Processo nº 53000.000035/03, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: Em cumprimento à decisão Judicial Proferida nos autos da Ação Ordinária nº 2005.38.01.000226-6 em trâmite na **PROCURADORIA SECCIONAL DA UNIÃO EM JUIZ DE FORA/MG**, entendeu o Douto Magistrado que a Autora (Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão) apresentou, tempestivamente, maior número de manifestações de apoio que a litsconsorte passiva, irregularmente sagrada vencedora do certame (Associação Riopombense de Integração e Cultura). Em sua sentença o Nobre Juiz Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de fora computou 9 manifestações de apoio válidas em favor da Autora, enquanto apenas 6 foram detectadas em favor da co-ré. Ressalte-se ainda que a decisão Judicial supra citada, determina à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica que proceda à autorização à Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão para explorar os serviços de radiodifusão comunitária e para anular o ato administrativo que considerou a Associação Riopombense de Integração e Cultura como entidade com maior número de manifestações de apoio válidas, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 4916/07, datado de 21 de agosto de 2007, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 337/07 de 16 de

Revisão e  
Ministério das Comunicações

CONFERE COM ORIGINAL

16 NOV 2007

outubro de 2007. Saliente-se que em cumprimento a **NOTA/MC/CONJUR/RPF/Nº0999** -/1.16/2007( cópia anexa) onde no item 15 consta que: “a sentença prolatada produz seus regulares efeitos desde já, devendo, por conseguinte, ser ~~impostergavelmente~~ cumpridos, nos termos em que prolatada, devendo ser cumprida nos estritos termos em que prolatada”, esta Coordenação não aguardou o prazo de 30 dias para apresentação de Recurso.

## II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26.01.2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Praça Nossa Senhora do Rosário, nº 233, no município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 21°16'20"S de latitude e 43°10'50"W de longitude. Estas coordenadas foram alteradas, antes mesmo da primeira análise..

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas **deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 66 e 67, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novo endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que em relação ao Item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom, as coordenadas geográficas são as mesmas que a tornaram selecionada.

Setor Público  
Ministério das Comunicações  
CONFERE E  
Assinatura

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “a”, “c”, “d”, “g”, “h”, “i”, “j”, da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente, certidão cartorária do devido registro, declaração de que a Entidade não possui vínculos e declaração do endereço da sede tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 306 a 344).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” - fls. 313 e 314, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 337. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 489, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formuladas e encaminhadas pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma

Complementar 01/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome

**Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão;**

- quadro diretivo

•

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Neila Bomtempo Pereira Rodrigues	Presidente
Paulo Cezar de Paiva Rodrigues	Vice Presidente
Edir Luiz do Carmo	Secretário
Leonel Duarte Fávero Júnior	Tesoureiro

- localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua José Alves de Araújo, nº 105 - Centro, município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais;

- coordenadas geográficas

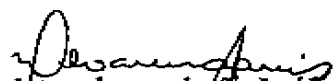
21°16'20" de latitude e 43°10'50" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” - fls.337, bem como “Formulário de Informações Técnicas” - fls. 313 e 314 que se referem à localização da estação.

CONFERE COM ORIGINAL

19 NOV 2007

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53710.001308/98, de 19 de outubro de 1998.

Brasília, 19 de outubro de 2007.

  
Relator da conclusão Jurídica  
**Valma de Fátima Alvarenga Paris**  
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
Mat. 1366009  
SERAC/CORAC/DEOC/SC

  
Relator da conclusão Técnica

**Neide Aparecida da Silva**  
Chefe de Divisão / SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 19 de outubro de 2007.

  
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de outubro de 2007.

  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0276/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 19 de outubro de 2007.

  
**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 674, DE 2009**

**(nº 1.438/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE LUZERNA - SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luzerna, Estado de Santa Catarina.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 645 de 24 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária da Cidade de Luzerna - SC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luzerna, Estado de Santa Catarina.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 955, de 2008.

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 437, de 28 de agosto de 2003 - Associação Comunitária Cultural e Educativa de Iguape, na cidade de Iguape - SP;

2 - Portaria nº 486, de 12 de agosto de 2008 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Caarapó - ARCOG, no município de Caarapó - MS;

3 - Portaria nº 515, de 29 de agosto de 2008 - Fundação Raimundo Fróes Peixoto, no município de Santa Helena - MA;

4 - Portaria nº 519, de 29 de agosto de 2008 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ramilândia - PR - ACCCR, no município de Ramilândia - PR;

5 - Portaria nº 534, de 29 de agosto de 2008 – Associação Rádio Comunitária Palmitinhense, no município de Palmitinho - RS;

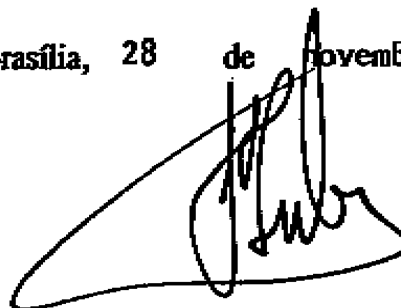
6 - Portaria nº 609, de 18 de setembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Sabáudia, no município de Sabáudia - PR;

7 - Portaria nº 622, de 19 de setembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar, no município de Taquaritinga do Norte - PE;

8 - Portaria nº 645, de 24 de setembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária da Cidade de Luzerna - SC, no município de Luzerna - SC; e

9 - Portaria nº 647, de 24 de setembro de 2008 – Associação Comunitária Betel, no município de Russas - CE.

Brasília, 28 de novembro de 2008.



EM nº. 552/2008-MC

Brasília, 6 de outubro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE LUZERNA - SC**, localizada no Município de Luzerna, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição Federal e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.



4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.031894-04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

**Respeitosamente,**

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 645 DE 24 DE SETEMBRO DE 2008.**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.031.894-04 e do PARECER/MC/CONJUR/FHL/Nº 0489 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE LUZERNA- SC, com sede na Rua São Bento, nº 87, centro, no município de Luzerna, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º07'49"S e longitude em 51º28'04"W, utilizando a frequência de 87,9 Mhz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HÉLIO COSTA

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 025 /2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53.000.031.894-04  
protocolizado em 21/07/2004.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração  
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação de Difusão Comunitária da  
Cidade de Luzerna-SC, município de  
Luzerna, Estado de Santa Catarina.

**I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação de Difusão Comunitária da Cidade de Luzerna-SC inscrita no CNPJ sob o número 06.368.532/0001-62, no Estado de Santa Catarina, com sede na Rua: São Bento nº 87, Centro município de Luzerna, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 08 de julho de 2004 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 27/10/2005 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando ~~a~~ distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

## II – RELATÓRIO

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.**

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua: Rui Barbosa, 357, Centro, no município de Luzerna, Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 27°07'49"S de latitude e 51°28'04"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas **deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 134/135, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Considerando a seleção desta requerente , bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas, “b” “c”, “e”, “i”, e 7.2.1 alíneas “c” “j” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma ~~(Rs. 139 e 149)~~.

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o **“Formulário de Informações Técnicas”** - fls 151, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, <sup>h</sup>em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 168. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 179, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

**Associação de Difusão Comunitária da Cidade de Luzerna - SC;**

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Cristian Casto Schmidt	Presidente
Rudinei Schneider	Vice-Presidente
Solange Salete Sautier	Secretária Geral
Vicente Vivan	Segundo Secretário Geral
Nilton Gabriel Pauli	Tesoureiro
Alexandre Pauli	Segundo Tesoureiro
Altair Fiorin	Diretor de Operações
Vilmar Ribeiro da Silva	Vice diretor de Operações,
Cláudio Nestor Blauth	Diretor Cultural e de Comunicações Social
José Ailton Hoffmann	Vice-diretor Cultural e de Comunicação Social
Eugênio Schmidt	Diretor de Patrimônio

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

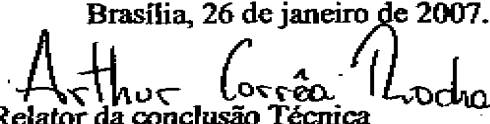
Rua Rui Barbosa, nº 357, Centro, município de Luzerna, Estado de SC.

- **coordenadas geográficas**

27°07'49" de latitude e 51°28'04" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls.168, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 151 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação de Difusão Comunitária da Cidade de Luzerna-SC**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.000.031.894/04 de 21 de julho de 2004.

  
165/512  
Relator da conclusão Jurídica

Brasília, 26 de janeiro de 2007.  
  
Relator da conclusão Técnica  
155 3484

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 26 de janeiro de 2007.

  
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 26 de janeiro de 2007.

  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

---

Aprovo o Relatório nº 025 /2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 26 de janeiro de 2007.

  
**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 675, DE 2009

(nº 1.441/2009, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESTUDANTIL DE ESPERA FELIZ - ACEEFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 714 de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 956, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

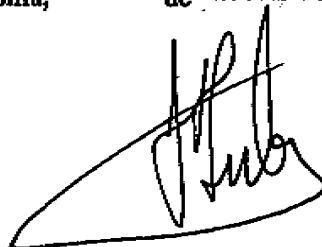
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 556, de 1º de outubro de 2007 – Associação Comunitária e Educativa, no município de Mogi das Cruzes - SP;
- 2 - Portaria nº 656, de 21 de novembro de 2007 – Associação Comunitária, Cultural e Artística de Japurá, no município de Japurá - PR;
- 3 - Portaria nº 714, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE, no município de Espera Feliz - MG;
- 4 - Portaria nº 728, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Radiodifusão Comunitária Cristalense FM, no município de Cristal - RS;
- 5 - Portaria nº 729, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE, no município de Caibí - SC;
- 6 - Portaria nº 734, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Amigos da Península, no município de Marauí - BA;



- 7 - Portaria nº 735, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Paraíso do Sul - ASCULPAR, no município de Paraíso do Sul - RS;
- 8 - Portaria nº 738, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Osvaldo Cruz, no município de Osvaldo Cruz - SP;
- 9 - Portaria nº 739, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Quixeramobim, no município de Quixeramobim - CE;
- 10 - Portaria nº 741, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Meirelense de Cultura e Radiodifusão Comunitária, no município de Vitor Meireles - SC;
- 11 - Portaria nº 742, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Proteção a Infância e a Adolescência, no município de São Gonçalo dos Campos - BA;
- 12 - Portaria nº 757, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão “Hamilton de Barros Lins”, no município de Matríz de Camaragibe - AL;
- 13 - Portaria nº 758, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Beneficente 06 de Agosto, no município de Boa Nova - BA;
- 14 - Portaria nº 761, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis – ACCSD, no município de Deodápolis - MS;
- 15 - Portaria nº 767, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Rádio Comunitária de Lagoa do Sítio, no município de Lagoa do Sítio - PI;
- 16 - Portaria nº 774, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Rural de Assistência à Infância – ARAI, no município de Berilo - MG;
- 17 - Portaria nº 776, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu, no município de Barra do Chapéu - SP;
- 18 - Portaria nº 785, de 20 de dezembro de 2007 – Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Novo Machado, no município de Novo Machado - RS;
- 19 - Portaria nº 791, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Rádio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa de São Francisco - PI, no município de Lagoa de São Francisco - PI; e
- 20 - Portaria nº 793, de 20 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Porto Real do Colégio, no município de Porto Real do Colégio - AL.

Brasília, 28 de novembro de 2008.



MC 00146 2008

Brasília, 18 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE explore o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Espera Feliz, Estado de Minas

Gerais, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53710.000.827/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 714 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000.827/00 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1600 - 1.08 / 2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE**, com sede na Rua Carangola, nº 602 – Centro, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º39'12"S e longitude em 41º54'34"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HELIO COSTA**

caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.  
Art. 4<sup>a</sup> Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HELIO COSTA

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0210/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53710.000.827/00,  
protocolizado em 02 de agosto de 2000.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração  
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Comunitária Estudantil de  
Espera Feliz – ACEEFE, município de  
Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

**I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz – ACEEFE, inscrita no CNPJ sob o número 03.969.047/0001-56, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Carangola, n.º 602, Centro, no município de Espera Feliz, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 17 de julho de 2000, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 27/10/2005 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como ~~o sistema irradiante e~~ respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras quatro entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Cultural Comunitária de Espera Feliz – Processo nº 53710.001.645/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade não cumpriu as exigências do ofício n.º 2997/99 de 10/11/1999, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 82, datado de 12/01/2001, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente à ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

b) Rádio Comunitária Alternativo FM – Processo nº 53710.001.295/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade não encaminhou a documentação solicitada através do ofício 6141/01 de 16/08/2001, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 4948, datado de 02/06/2003, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Ressalte-se que frente a entidade não recebeu o citado ofício de arquivamento (AR Postal devolvido), tendo sido publicado no DOU de 20/12/2006 o Comunicado de Arquivamento de seu processo e ainda, dando prazo de 30 dias, contados da data da publicação para a entidade apresentar solicitação visando a revisão da decisão de arquivamento. Saliente-se que, frente à publicação no DOU de 20/12/2006 a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

c) Associação de Comunicação e Cultura de Espera Feliz – Processo nº 53000.062.428/05, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: diante da falta de interesse inicial relativamente a um possível acordo com a interessada descrita no quadro abaixo, e considerando que a requerente conta com menor representatividade junto à comunidade local, este Ministério decidiu pela aplicação do critério da representatividade, do qual constatou-se que a Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE possui maior pontuação ponderada entre todas as interessadas, sendo selecionada para executar o serviço na localidade de interesse, ensejando o arquivamento dos autos deste processo, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 7219, datado de 14/11/2006, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos.

Saliente-se que, frente à ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

d) Associação Cultural Comunitária Filadélfia de Espera Feliz – Processo nº 53710.000.638/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: no intuito de autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no Diário Oficial da União de 27/10/2005 convocando as Entidades a apresentarem a documentação exigida para a autorização. Ocorre que a “Associação Cultural Comunitária Filadélfia de Espera Feliz” não encaminhou a documentação exigida pela legislação específica, qual seja a disposta no subitem 7.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004, bem como no art. 9º, §2º e incisos da Lei 9612/98, no prazo legal estipulado no citado aviso de habilitação, o qual expirou aos 30/01/2006, impossibilitando a análise técnico-jurídica do requerimento, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 2072, datado de 28/04/2006, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

## II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26.01.2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Praça Doutor José Augusto, n.º 109, sala 13, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 20º39'12"S de latitude e 41º54'34"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas **deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 76, 77 e 78.

denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que ao final, a entidade apontou novo endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom as coordenadas geográficas do local de instalação são as mesmas do aviso que torna público a relação das entidades selecionadas para a prestação do serviço conforme depreende-se da memória do documento das fls. 214.**

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “a” e “d” da Norma Complementar nº 01/2004, ata devidamente registrada de definição da real denominação da entidade, comprovação de necessária alteração estatutária e cópia do CNPJ retificado da requerente, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 183 a 211).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” - fls. 39, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 214. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e ~~contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 211, dos autos, corresponde ao que se segue:~~

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
BRASÍLIA

20/08/2009

dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome

**Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz – ACEEFE;**

- quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Hélio Pinheiro Lanes	Presidente
Nicomedes Izidoro	Vice-Presidente
Reginaldo Hottes	Diretor Financeiro
Marion Donadio de Castro	Diretor de Programação
Erasmio Carlos Werly	Tesoureiro
Eliel Donadio	Secretário

- localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio Ministério das Comunicações  
Rua Carangola, n.º 602, Centro, município de Espera Feliz, Estado de Minas

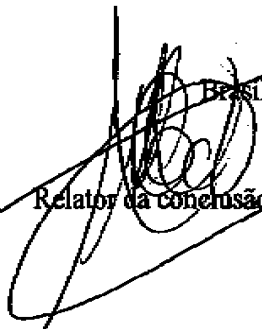



- coordenadas geográficas

20°39'12" de latitude e 41°54'34" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 214, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 39 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz – ACEEFE, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53710.000.827/00 de 02 de agosto de 2000.

  
Relatora da Comissão Jurídica  
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
Mat. 1365439  
SERAC/CORAC/DEOC/SC  
De acordo.

  
Relator da Conclusão Técnica

  
Engenheiro Eletricista - Mat. 155344  
CORAC/SEDOR/DEOC/SCE-MC

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 09 de agosto de 2007.

  
ALEXANDRA LUCIANA COSTA  
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 09 de agosto de 2007.

  
CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0210/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 09 de agosto de 2007.

  
ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 676, DE 2009**

**(nº 1.443/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO ÀS ENTIDADES - ACAE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 729 de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 956, de 2008.

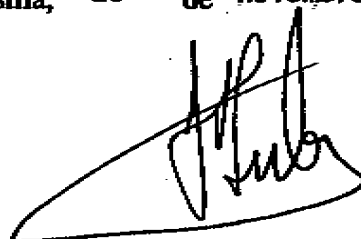
**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 556, de 1º de outubro de 2007 - Associação Comunitária e Educativa, no município de Mogi das Cruzes - SP;
- 2 - Portaria nº 656, de 21 de novembro de 2007 - Associação Comunitária, Cultural e Artística de Japurá, no município de Japurá - PR;
- 3 - Portaria nº 714, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE, no município de Espera Feliz - MG;
- 4 - Portaria nº 728, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Cultural Radiodifusão Comunitária Cristalense FM, no município de Cristal - RS;
- 5 - Portaria nº 729, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE, no município de Caibí - SC;

- 6 - Portaria nº 734, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Amigos da Península, no município de Maraú - BA;
- 7 - Portaria nº 735, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Paraíso do Sul - ASCULPAR, no município de Paraíso do Sul - RS;
- 8 - Portaria nº 738, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Osvaldo Cruz, no município de Osvaldo Cruz - SP;
- 9 - Portaria nº 739, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Quixeramobim, no município de Quixeramobim - CE;
- 10 - Portaria nº 741, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Meirelense de Cultura e Radiodifusão Comunitária, no município de Vitor Meireles - SC;
- 11 - Portaria nº 742, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Proteção a Infância e a Adolescência, no município de São Gonçalo dos Campos - BA;
- 12 - Portaria nº 757, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão “Hamilton de Barros Lins”, no município de Matriz de Camaragibe - AL;
- 13 - Portaria nº 758, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Beneficente 06 de Agosto, no município de Boa Nova - BA;
- 14 - Portaria nº 761, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis – ACCSD, no município de Deodápolis - MS;
- 15 - Portaria nº 767, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Rádio Comunitária de Lagoa do Sítio, no município de Lagoa do Sítio - PI;
- 16 - Portaria nº 774, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Rural de Assistência à Infância – ARAI, no município de Berilo - MG;
- 17 - Portaria nº 776, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu, no município de Barra do Chapéu - SP;
- 18 - Portaria nº 785, de 20 de dezembro de 2007 – Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Novo Machado, no município de Novo Machado - RS;
- 19 - Portaria nº 791, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Rádio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa de São Francisco – PI, no município de Lagoa de São Francisco - PI; e
- 20 - Portaria nº 793, de 20 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Porto Real do Colégio, no município de Porto Real do Colégio - AL.

Brasília, 28 de novembro de 2008.



MC 00153 2008

Brasília, 18 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a **Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE**, no município de Caibí, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53730.001308/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 729 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.015176/03 e do PARECER/MC/CONJUR/CEL/Nº 2192-1.08/2007, resolve:

**Art. 1º** Outorgar autorização à **Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE**, no município de Caibí, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

**Art. 2º** A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º 04' 32"S e longitude em 53º 15' 01"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

**Art. 3º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0282/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53000.015.176/03,  
protocolizado em 25 de junho de 2003.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração  
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Comunitária de Apoio às  
Entidades – ACAE, município de Caibí,  
Estado de Santa Catarina.

## **I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Comunitária de Apoio às Entidades – ACAE, inscrita no CNPJ sob o número 05.592.414/0001-70, no Estado de Santa Catarina, com sede na Rua do Comércio, n.º 756, Centro, no município de Caibí, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 28 de maio de 2003, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 26/01/2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi ~~objeto de~~ exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando os respectivos nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação de Comunicação Comunitária de Caibí - SC – Processo nº 53740.000.644/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: o local proposto para a instalação do sistema irradiante, considerando as coordenadas geográficas indicadas pela requerente, se encontra a 12,536 Km de distância das coordenadas geográficas constantes do Aviso, publicado no DOU de 28/01/2004, ou seja, está situado além do raio máximo de 1 Km, em infringência ao disposto no subitem 5.2 alínea “g” da Norma Complementar 01/2004, estando em desacordo com as especificações técnicas da citada convocação, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 842, datado de 03/03/2005, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 2301 de 18/04/2005. Ressalte-se que frente à ciência de não reconsideração de seu processo a entidade não ingressou com recurso até a presente data.

## II – RELATÓRIO

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26.01.2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com ~~centro localizado~~ na Rua do



Comércio, n.º 756, Centro, no município de Caibí, Estado de Santa Catarina, com coordenadas geográficas em 27°04'28"S de latitude e 53°14'54"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas ~~deveriam ser mantidas~~, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 414, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom, houve justificativa às fls. 458.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "c", "e", "h", "i" e "j" da Norma Complementar n.º 01/2004, declaração de que a entidade não possui vínculos de subordinação com outra entidade e comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 419 a 456).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 438 e 439, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 458. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 456, dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui a instrução dos presentes autos**, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome

**Associação Comunitária de Apoio às Entidades – ACAE;**


- quadro diretivo


NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Alexandre Turcato	Presidente
Eduardo Gasparin	Secretário

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**  
Rua do Comércio, n.º 576, Centro, município de Caibí, Estado de Santa Catarina;
- **coordenadas geográficas**  
27º04'32" de latitude e 53º15'01" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 458, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 438 e 439 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunitária de Apoio às Entidades – ACAE**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.015.176/03 de 25 de junho de 2003.

Brasília, 24 de outubro de 2007.

  
**Lidia Aparecida de Silva**  
Relator da conclusão Jurídica  
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
Nº 1355439  
SERVIDORACADEUSC  
De acordo.

  
**Neide Aparecida da Silva**  
Relator da conclusão Técnica  
*Neide Aparecida da Silva*  
Chefe de Serviço I Set

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.


Brasília, 24 de outubro de 2007.

  
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 29 de outubro de 2007.

  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0282/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 29 de outubro de 2007.

  
**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 677, DE 2009**

**(nº 1.445/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA - ARAI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Berilo, Estado de Minas Gerais.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 774 de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Rural de Assistência à Infância - ARAI para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Berilo, Estado de Minas Gerais.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

**Mensagem nº 956, de 2008.**

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

**Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:**

- 1 - Portaria nº 556, de 1º de outubro de 2007 - Associação Comunitária e Educativa, no município de Mogi das Cruzes - SP;**
- 2 - Portaria nº 656, de 21 de novembro de 2007 - Associação Comunitária, Cultural e Artística de Japurá, no município de Japurá - PR;**

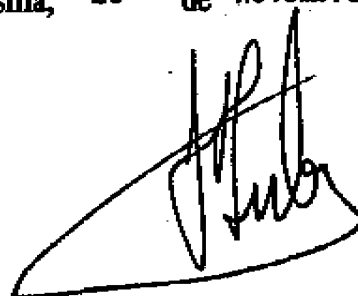
- 3 - Portaria nº 714, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE, no município de Espera Feliz - MG;
- 4 - Portaria nº 728, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Cultural Radiodifusão Comunitária Cristalense FM, no município de Cristal - RS;
- 5 - Portaria nº 729, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE, no município de Caibí - SC;
- 6 - Portaria nº 734, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Cultural Amigos da Península, no município de Maraú - BA;
- 7 - Portaria nº 735, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Cultural Paraíso do Sul - ASCULPAR, no município de Paraíso do Sul - RS;
- 8 - Portaria nº 738, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Osvaldo Cruz, no município de Osvaldo Cruz - SP;
- 9 - Portaria nº 739, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária de Quixeramobim, no município de Quixeramobim - CE;
- 10 - Portaria nº 741, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Meirelense de Cultura e Radiodifusão Comunitária, no município de Vitor Meireles - SC;
- 11 - Portaria nº 742, de 18 de dezembro de 2007 - Associação de Proteção à Infância e à Adolescência, no município de São Gonçalo dos Campos - BA;
- 12 - Portaria nº 757, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária de Radiodifusão "Hamilton de Barros Lins", no município de Matriz de Camaragibe - AL;
- 13 - Portaria nº 758, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Beneficente 06 de Agosto, no município de Boa Nova - BA;
- 14 - Portaria nº 761, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis - ACCSD, no município de Deodápolis - MS;
- 15 - Portaria nº 767, de 18 de dezembro de 2007 - Associação Rádio Comunitária de Lagoa do Sítio, no município de Lagoa do Sítio - PI;
- 16 - Portaria nº 774, de 20 de dezembro de 2007 - Associação Rural de Assistência à Infância - ARAI, no município de Berilo - MG;
- 17 - Portaria nº 776, de 20 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu, no município de Barra do Chapéu - SP;

18 - Portaria nº 785, de 20 de dezembro de 2007 – Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Novo Machado, no município de Novo Machado - RS;

19 - Portaria nº 791, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Rádio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa de São Francisco - PI, no município de Lagoa de São Francisco - PI; e

20 - Portaria nº 793, de 20 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Porto Real do Colégio, no município de Porto Real do Colégio - AL.

Brasília, 28 de novembro de 2008.



MC 00145 2008

Brasília, 18 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a Associação Rural de Assistência à Infância - ARAI, no município de Berilo, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53710.000386/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 774 , DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no inciso II, do art. 9º e art. 19º do Decreto n.º 2.615, de 03 de junho de 1998, na Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000386/2001, resolve:

**Art. 1º** Outorgar autorização à **Associação Rural de Assistência à Infância - ARAI**, com sede na Rua Júlio Ferreira de Souza – n.º 28 – Bairro São Francisco, no município de Berilo, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

**Parágrafo único.** A autorização reger-se-á pela Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

**Art. 2º** A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 16º57'05"S e longitude em 42º27'52"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

**Art. 3º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

Ministro de Estado das Comunicações



## ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA PARA O PERÍODO DE 01 DE OUTUBRO DE 2006 A 30 DE SETEMBRO DE 2009.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de setembro de 2006 (dois mil seis) os sócios beneficiários da Associação Rural de Assistência à Infância, residentes nas comunidades de Abreu, Água Limpa, Água Suja, Alto Caitetu, Barra do Ribeirão, Beira do Rio, Brejo, Caitetu de Baixo, Caitetu do Meio, Capão, Cruzeiro, Datas, Engelho Velho, Logoa Ezequiel, Mocó/Morro do Buteco, Mmiz/Boa Vista, Palmital, Quilombolas, Ramalhos, Ribeirão, Roça Grande, Santo Izidoro, Tabuleiro e Vai Lavando, em dia com suas obrigações Estatutárias, atendendo ao edital de convocação para a eleição da nova Diretoria e do novo Conselho Fiscal da ARAI para o mandato de 01 (um) de outubro de 2006 (dois mil e seis) a 30 (trinta) de setembro de 2009 (dois mil e nove), afixado na data de 19 (dezenove) de agosto de 2006 (dois mil e seis), se fizeram presentes nas respectivas comunidades onde residem para exercício da eleição. A chapa única previamente formada com a participação das famílias inscritas e publicada no edital ficou assim composta: Presidente - José Gonçalves Pereira, Vice Presidente - Lino Gonçalves Lima, Tesoureiro - Eloide Ferreira de Souza, 2º Tesoureiro - Paulo Luiz Alves, Secretária - Luciana Gouveia Nunes, 2ª Secretária - Geralda Ramalho de Souza, Conselho Fiscal Titular - Noeme Pereira do Rêgo, Vilma da Silva Joir, Maria Antônia da Silva Costa, Conselho Fiscal Suplente - Agustinha dos Anjos Soares Gomes, Maria do Rosário Cardoso de Souza, Nair Moreira de Souza Barbosa. A eleição foi realizada nas comunidades acima citadas e os eleitores assinaram a lista de presença. A apuração dos votos a favores, contras, nulos, brancos e das comunidades, foi realizada na presença das famílias ali residentes, e o controle de apuração dos votos foi assinado por duas testemunhas presentes. Ao término da eleição, as urnas e os controles de apuração dos votos de cada comunidade, foram levados para a sede da Entidade, para apuração final dos votos das 24 (vinte e quatro) comunidades. A apuração foi feita na presença de associados e demais pessoas presentes. Os resultados da apuração ficaram assim, 422 (quatrocentos e vinte e dois) votos a favor, 16 (dezesesseis) votos contra, 07 (sete) votos nulos, 04 (quatro) votos brancos, cujo a soma total é de 449 (quatrocentos e quarenta e nove) votos. Considerando que houve número suficiente de associados para aprovação da chapa única, a composição dos membros da nova diretoria da Entidade ficou assim:

Presidente:	José Gonçalves Pereira	CPF: 048.423.330-63	RG: M-4.598.912
Vice Presidente:	Lino Gonçalves Lima	CPF: 098.824.508-65	RG: M-5.518.214
Tesoureiro:	Eloide Ferreira de Souza	CPF: 051.527.506-94	RG: MG-10.693.017
2º Tesoureiro:	Paulo Luiz Alves	CPF: 098.848.848-54	RG: 22.361.253
Secretária:	Luciana Gouveia Nunes	CPF: 079.439.266-09	RG: MG-15.053.654
2ª Secretária:	Geralda Ramalho de Souza	CPF: 268.189.066-72	RG: MG-11.457.872

### Conselho fiscal titular:

Noeme Pereira do Rêgo	CPF: 075.662.976-43	RG: MG-13.153.235
Vilma da Silva Joir	CPF: 029.546.116-00	RG: MG-10.316.447
Maria Antônia da Silva Costa	CPF: 052.857.976-24	RG: M-8.766.164

### Conselho fiscal suplente:

Agustinha dos Anjos Soares Gomes	CPF: 286.679.698-50	RG: 35.581.32234
Maria do Rosário Cardoso de Souza	CPF: 032.105.446-62	RG: M-5.916.125
Nair Moreira de Souza Barbosa	CPF: 047.818.786-60	RG: MG-10.375.525

Não havendo mais nada a tratar, lida e aprovada a ata, eu Marinez Cordeiro Souza, lavro a presente ata que será assinada por mim e demais presentes nas 1.ª, 5.ª e nas folhas 58, 59 e 60 no livro de alta da Entidade: Eu Marinez Cordeiro subscrevo e assino.

*Marinez Cordeiro Santos Souza*  
Marinez Cordeiro Santos Souza  
Secretária

*Raimunda Machado Modesto*  
Raimunda Machado Modesto  
Vice Presidente

EMOL: R\$ 2,44

TF J: R\$ 2,77

R\$ 3,21

**AUTENTICAÇÃO**  
Conteúdo com o original do 1º  
Cartório de Notas de São Paulo - SP  
de 20 de setembro de 2006

**Serviço Público Federal**  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM ORIGINAL

21 SET 2007



# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 678, DE 2009**

**(nº 1.451/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ESTRELA DO SUL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 309 de 11 de junho de 2008, que outorga permissão à Rádio Estrela do Sul FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 96, de 2009.

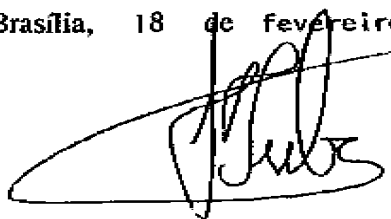
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

~~1 - Portaria nº 538, de 17 de novembro de 2005 - Rádio Pirâmide Musical - Ltda., no município de São João - PR;~~

- 2 - Portaria nº 687, de 28 de dezembro de 2005 – Santa Cruz FM Rádio e Jornal Ltda., no município de Santa Rita do Passa Quatro - SP;
- 3 - Portaria nº 703, de 29 de dezembro de 2005 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Lago da Pedra - MA;
- 4 - Portaria nº 135, de 27 de março de 2008 – Línea Sat Comunicação Ltda., no município de Praia Grande - SP;
- 5 - Portaria nº 183, de 28 de abril de 2008 – Guerreiros do Sol Comunicações Ltda., no município de Beberibe - CE;
- 6 - Portaria nº 303, de 11 de junho de 2008 – Rádio Gaudério FM Ltda., no município de Estação - RS;
- 7 - Portaria nº 309, de 11 de junho de 2008 – Rádio Estrela do Sul FM Ltda., no município de Getúlio Vargas - RS;
- 8 - Portaria nº 312, de 11 de junho de 2008 – Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda.-ME, no município de Fontoura Xavier - RS;
- 9 - Portaria nº 325, de 11 de junho de 2008 – Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda., no município de Cametá - PA;
- 10 - Portaria nº 327, de 11 de junho de 2008 – Rádio Carlópolis FM Ltda., no município de Carlópolis - PR; e
- 11 - Portaria nº 332, de 11 de junho de 2008 – Gomes Comunicações Ltda., no município de Ponta Porã - MS.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



EM Nº 364/2008/MC

Brasília, 2 de julho de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Estrela do Sul FM Ltda (Processo nº 53790.000216/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 309 , DE 11 DE JUNHO DE 2008.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000216/2000, Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO ESTRELA DO SUL FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

**1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL  
RÁDIO ESTRELA DO SUL FM LTDA.**

JUSSARA RENE ENRICONE, brasileira, casada, Radialista, portadora da carteira de identidade de nº 3026157572, expedida pela SSP/RS em 21.09.81, devidamente inscrita no CIC sob o nº 246 125 880-53, residente e domiciliada à rua João Borgmann - Sul - nº 274, na cidade de Getúlio Vargas/RS; JOÃO PAULO TISOCO, brasileiro, casado, Radialista, portador da carteira de identidade de nº 1042207066, expedida pela SSP/RS em data de 18.03.86, devidamente inscrito no CIC sob nº 389 358 640-72, residente e domiciliado na rua Santa Maria Dois nº 270, na cidade de Getúlio Vargas/RS e GERSON LUIZ SZYDLOSKI, brasileiro, casado, Radialista, portador da carteira de identidade de nº 1028507869, expedida pela SSP/RS em data de 04.05.82, devidamente inscrito no CIC sob o nº 411 329 040-72, residente e domiciliado na rua Arcibaldo Somensi nº 36, na cidade de Getúlio Vargas/RS, únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação social de RÁDIO ESTRELA DO SUL FM LTDA, com sede na rua Pedro Toniolo nº 529 na cidade de Getúlio Vargas/RS, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em sessão de 06.03.97, sob o nº 43203433292, ainda pendente de inscrição no CGCMF, resolvem, de comum e mútuo acordo, alterar o seu contrato social mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA 1ª** - O sócio GERSON LUIZ SZYDLOSKI, possuidor de 14.000 (quatorze mil) cotas de capital no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), já totalmente integralizadas, neste ato e na melhor forma de direito, cede e transfere a totalidade de suas cotas de capital aos demais sócios, em partes iguais, sendo 7.000 (sete mil) cotas no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para a sócia JUSSARA RENE ENRICONE e 7.000 (sete mil) cotas no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), para o sócio JOÃO PAULO TISOCO, retirando-se da sociedade, pago e satisfeito de todos os seus haveres sociais, dando aos sócios remanescentes e à sociedade plena e geral quitação.

**CLÁUSULA 2ª** - Em virtude da retirada do sócio GERSON LUIZ SZYDLOSKI, e das transferências de cotas ocorridas, a cláusula 6ª do contrato social passa a vigorar com a seguinte redação:

**\*CLÁUSULA 6ª** - O capital social será de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), dividido em 42.000 (quarenta e duas mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

<u>Sócios</u>	<u>cotas</u>	<u>valor</u>
JUSSARA RENE ENRICONE	21.000	R\$ 21.000,00
JOÃO PAULO TISOCO .....	21.000	R\$ 21.000,00
TOTAL	42.000	R\$ 42.000,00"

**CLÁUSULA 3ª** - Os sócios resolvem dar nova redação à Cláusula 11 do contrato social, adequando-a à nova composição societária:

"CLÁUSULA 11 - A Sociedade será administrada pelos seus sócios-cotistas que exercerão os cargos de sócios-gerentes, sempre assinando conjuntamente, agindo na defesa da sociedade e dos interesses sociais, representando-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele."

CLÁUSULA 4ª - As demais cláusulas e disposições do contrato social não alteradas pelo presente instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração do contrato social, lavrado em tantas vias quantas as necessárias para o devido arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e servirem de prova entre as partes, na presença das testemunhas que também o subscrivem.

Getúlio Vargas, 15 de maio de 1997.

JUSSARA RENE ENRICONE

JOÃO PAULO TISOCO

GERSON LUIZ SZYDLOSKI

TESTEMUNHAS:

Mara Cira Aliprandini - 6039249427 - SSP/RS

Rogério Antonio Bordin - 1026327187 - SSP/RS

**AUTENTICAÇÃO -**

Autentico a presente cópia reprográfica que conferi com o verso e averso do documento original e acho tudo conforme do que me foi apresentado.

Getúlio Vargas, 07-06-2009

Tabellião

Tabellionato - Jo. Edler  
Getúlio Vargas - (RS)  
FONE: (054) 341-1175



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1608206  
CERTIFICADO REGISTRADO  
SOB O NÚMERO



(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

Publicado no DSF, de 20/8/2009.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS: 15540/2009



# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 679, DE 2009**

**(nº 1.461/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE PINDAÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaí, Estado da Bahia.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 291 de 5 de junho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Pindaí para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaí, Estado da Bahia.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 101, de 2009.

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 122, de 20 de março de 2008 – Sociedade Rádio Comunitária Aldeia FM, no município de Camaragibe - PE;

2 - Portaria nº 124, de 20 de março de 2008 – Associação de Difusão Cultural e Comunitária Nossa Senhora do Caravágio, no município de Anta Gorda - RS;

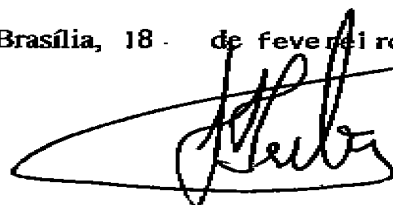
3 - Portaria nº 129, de 20 de março de 2008 – Associação Rádio Comunitária Novo Cérrro Azul, no município de Cérrro Azul - PR;

4 - Portaria nº 130, de 25 de março de 2008 – Associação Comunitária e Cultural de Bom Jesus do Tocantins - Pará - ACCBJT, no município de Bom Jesus do Tocantins - PA;



- 5 - Portaria nº 131, de 25 de março de 2008 – Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale, no município de Timóteo - MG;
- 6 - Portaria nº 133, de 25 de março de 2008 – Associação Educativa Artística de Jussiape, no município de Jussiape - BA;
- 7 - Portaria nº 137, de 1º de abril de 2008 – Associação Rádio Comunitária de Teofilândia, no município de Teofilândia - BA;
- 8 - Portaria nº 141, de 1º de abril de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural dos Moradores e Amigos do Baianão, no município de Porto Seguro - BA;
- 9 - Portaria nº 147, de 2 de abril de 2008 – Associação Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma, no município de Montezuma - MG;
- 10 - Portaria nº 151, de 3 de abril de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Manhuaçu - MG;
- 11 - Portaria nº 152, de 3 de abril de 2008 – Associação Comunitária Rádio Cidade, no município de Claro dos Poções - MG;
- 12 - Portaria nº 187, de 29 de abril de 2008 – Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM, no município de Capitão Poço - PA;
- 13 - Portaria nº 263, de 15 de maio de 2008 – Associação Rosanense de Comunicação Social - ARCOS, no município de Rosana - SP;
- 14 - Portaria nº 266, de 20 de maio de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Vanguarda, no município de São José das Missões - RS;
- 15 - Portaria nº 267, de 20 de maio de 2008 – Associação Cultural Radiodifusora Comunitária - ARCO, no município de Quinze de Novembro - RS;
- 16 - Portaria nº 269, de 20 de maio de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Alcantil - ARCAL, no município de Alcantil - PB;
- 17 - Portaria nº 277, de 5 de junho de 2008 – Associação da Rádio Comunitária Concordeense, no município de Concorde do Pará - PA;
- 18 - Portaria nº 279, de 5 de junho de 2008 – ADACSOM - FM Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Milenium - FM, no município de Itapura - SP;
- 19 - Portaria nº 291, de 5 de junho de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Pindaí, no município de Pindaí - BA;
- 20 - Portaria nº 292, de 6 de junho de 2008 – Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos - ACDM, no município de Morrinhos - CE;
- 21 - Portaria nº 352, de 12 de junho de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Navegantes, no município de Navegantes - SC;
- 22 - Portaria nº 383, de 13 de junho de 2008 – Associação Conquista de Cultura, no município de Caruaru - AM; e
- 23 - Portaria nº 389, de 20 de junho de 2008 – Associação Martinense de Comunicação, no município de Martins - RN.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009:



EM Nº 377/2008/MC

Brasília, 2 de julho de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a Associação Comunitária Amigos de Pindaí, no Município de Pindaí, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *cáput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.063943/2005, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 291 DE 5 DE JUNHO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.063.943/2005 e do PARECER/MC/CONJUR/JSS/Nº 0846 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Amigos de Pindaí, com sede na Rua Tibério Fausto, s/nº, Centro, no município de Pindaí, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º29'37"S e longitude em 42º41'05"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HÉLIO COSTA

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0041/2008/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53000.063943/05,  
protocolizado em 16 de dezembro de 2005.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração  
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Comunitária Amigos de Pindaí  
município de Pindaí, Estado da Bahia.

## **I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Comunitária Amigos de Pindaí, inscrita no CNPJ sob o número 07.713.782/0001-55, no Estado da Bahia, com sede na Rua Tibério Fausto, S/Nº - Centro, no município de Pindaí, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 08 de dezembro de 2005, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União - D.O.U. de 27/10/2005** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o **estúdio** e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras 2 entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Cultural e Recreativa de Pindaí – Processo nº 53000.025268/03, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: Objetivando autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no Diário Oficial da União de 27/10/2005, convocando as Entidades a apresentarem a documentação exigida para autorização. Essa Entidade apresentou parte da documentação exigida pela Legislação específica em tempo hábil, tendo sido o seu processo, considerando a seleção da entidade requerente, analisado pelo Departamento de Outorga de Serviços, constatando-se pendências passíveis do cumprimento das exigências dispostas no ofício nº 2902/04 datado de 9 de junho de 2006, AR Postal em 05 de julho de 2006. Ocorre que esta Associação não encaminhou qualquer documentação em cumprimento as exigências elencadas no citado ofício, tendo ocorrido a perda do prazo no decurso do tempo e restando comprovada a falta de interesse processual da requerente, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 4085/07, datado de 02 de agosto de 2007, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

b) Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pindaí – Processo nº 53000.039845/04, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: Objetivando autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço nesta localidade, este Ministério publicou Aviso no Diário Oficial da União de 27/10/2005, convocando as Entidades a apresentarem a documentação exigida para autorização. Essa Entidade apresentou parte da documentação exigida pela Legislação específica em tempo hábil, tendo sido o seu processo, considerando a seleção da entidade requerente, analisado pelo Departamento de Outorga de Serviços, constatando-se pendências passíveis do cumprimento das exigências dispostas no ofício nº 2901/04 datado de 9 de junho de 2006, AR Postal em 06 de julho de 2006. Ocorre que esta Associação não encaminhou qualquer documentação em cumprimento as exigências elencadas no citado ofício, tendo ocorrido a perda do prazo no decurso do tempo e restando comprovada a falta de interesse processual da requerente, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 4086/07, datado de 02 de agosto de 2007,

cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência<sup>SS</sup> do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

## II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26.01.2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Ana Angélica, S/Nº - Centro, no município de Pindaí, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 14°29'33"S de latitude e 42°41'14"W de longitude. .

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas **deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 306, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom, houve justificativa às folhas 354.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem V.1 alíneas "e" da

**Norma Complementar nº 01/2004, Certidão Cartorária de que a Ata de Constituição e o Estatuto Social foram devidamente registrados, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 318 a 369).**

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “**Formulário de Informações Técnicas**” - fls. 329 e 330, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 354. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 369, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente ~~estabelecidas e encaminhadas~~ pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome

**Associação Comunitária Amigos de Pindaí;**

- quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Rosane Madalena Ladeia Pereira Prado	Presidente
Márcio Borges Mendes	Vice Presidente
Maria das Graças Borges	Secretário
Zelito Fernandes da Silva	Tesoureiro
Maria Lúcia da Silva	Diretor Comunitário

- localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua da Esperança, nº 50 - Centro, município de Pindaí, Estado da Bahia;

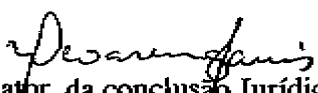
- coordenadas geográficas

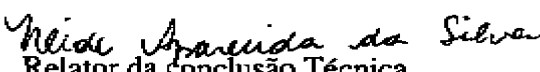
14°29'37" de latitude e 42°41'05" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. ~~354~~ <sup>354</sup>, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. ~~320 a 330~~ <sup>320 a 330</sup>, que se referem à localização da estação.

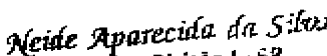
11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado <sup>13/7/08</sup> pela Associação Comunitária Amigos de Pindaí, no sentido de conceder-lhe a autorização ~~para a~~ <sup>para</sup> exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro ~~das~~ <sup>das</sup> condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.063943/05, de 16 de dezembro de 2005..

Brasília, 18 de fevereiro de 2008.



  
**Relator da conclusão Jurídica**  
**Vilma de Fátima Alvarenga Fanis**  
 Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
 Mat. 1366009  
 SERAC/CORAC/DEOC/SC

  
**Relator da conclusão Técnica**

  
 Chefe de Divisão I SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 18 de fevereiro de 2008.

  
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
 Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 18 de fevereiro de 2008.

  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
 Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0041/2008/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 18 de fevereiro de 2008.

  
**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**  
 Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 680, DE 2009**

**(nº 1.464/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ARAPEÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapeí, Estado de São Paulo.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 344 de 7 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Arapeí para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapeí, Estado de São Paulo.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 103, de 2009.

**Senhores Membros do Congresso Nacional, de 2009**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 151, de 30 de março de 2006 – Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Roque Gonzales, no município de Roque Gonzales - RS;
- 2 - Portaria nº 276, de 9 de maio de 2006 – Associação Beneficente dos Moradores de Cocos, no município de Cocos - BA;
- 3 - Portaria nº 281, de 10 de maio de 2006 – Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes, no município de Elói Mendes - MG;
- 4 - Portaria nº 291, de 8 de junho de 2006 – Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes, no município de Mendes - RJ;
- 5 - Portaria nº 337 de 7 de julho de 2006 – Associação Cultural e Comunitária PousoNovense, no município de Pouso Novo - RS;
- 6 - Portaria nº 344, de 7 de julho de 2006 – Associação Comunitária de Arapeí, no município de Arapeí - SP;
- 7 - Portaria nº 359, de 12 de julho de 2006 – Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás, no município de Flores de Goiás - GO;
- 8 - Portaria nº 382, de 15 de agosto de 2006 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ouro Branco-AL, no município de Ouro Branco - AL;
- 9 - Portaria nº 413, de 30 de agosto de 2006 – Associação Comunitária de Comunicações - Rádio Comunitária Curi FM, no município de Santa Luzia do Pará - PA;
- 10 - Portaria nº 421, de 4 de setembro de 2006 – Associação Beneficente e Assistencial do Combinado, no município de Combinado - TO;
- 11 - Portaria nº 478, de 12 de setembro de 2006 – Associação Beneficente Aquimimo Machado, no município de Dom Basílio - BA;
- 12 - Portaria nº 580, de 16 de outubro de 2007 – Associação Comunitária Boas Novas – ACBN, no município de Rodeio Bonito - RS;
- 13 - Portaria nº 583, de 16 de outubro de 2007 – Associação de Difusão Comunitária de Maçambará, no município de Maçambará - RS;
- 14 - Portaria nº 594, de 16 de outubro de 2007 – Associação Progressista dos Moradores de Bom Jesus da Lapa, no município de Bom Jesus da Lapa - BA;
- 15 - Portaria nº 673, de 28 de novembro de 2007 – Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe, no município de Santa Cruz do Capibaribe - PE;
- 16 - Portaria nº 781, de 20 de dezembro de 2007 – Fundação Martinho Canuto de Melo, no município de Coivaras - PI;
- 17 - Portaria nº 801, de 20 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Crissiumal, no município de Crissiumal - RS;
- 18 - Portaria nº 875, de 28 de dezembro de 2007 – Associação Cultural e Comunitária de São Carlos do Ivaí – ACOSCI, no município de São Carlos do Ivaí - PR;

19 - Portaria nº 54, de 5 de março de 2008 – Associação Comunidade Padre Cícero, no município de Joaquim Gomes - AL;

20 - Portaria nº 64, de 6 de março de 2008 – Rádio Comunitária Jaguarão - FM 104, no município de Jaguarão - RS;

21 - Portaria nº 73, de 7 de março de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária Rosalina da Silveira, no município de Florínea - SP; e

22 - Portaria nº 80, de 7 de março de 2008 – Associação Comunitária Beneficente de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento de Roberto, no município de Pindorama - SP.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



MC 00306 2008

Brasília, 23 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária de Arapeí**, no Município de Arapeí, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53830.002885/1998, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Urge salientar que o presente feito já foi objeto de análise por parte desta Casa e a referida autorização fora outorgada pela Portaria nº 344, de 07 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de julho de 2006. No entanto, em razão das exigências demandadas pelo Ato Normativo nº 01, de 1999, da CCTCI, os autos retornaram a este Ministério para reexame, através da Mensagem Presidencial nº 417, de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de junho de 2007.

6. Ademais, após o devido reexame do feito, tem-se que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

7. Esclareço que, de acordo com o § 3.º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 344 DE 7 DE JULHO DE 2006.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.002885/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1317 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Arapeí, com sede na Rua Capitão Domiciano, s/nº - Centro, no município de Arapeí, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º40'26"S e longitude em 44º26'52"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0137 /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53830002885/98 protocolizado em 02/12/1998.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Comunitária de Arapeí, município de Arapeí, Estado de São Paulo

**I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Comunitária de Arapeí inscrita no CNPJ sob o número 02.858.501/0001-39, no Estado de São Paulo, com sede na Rua Capitão Domiciano, s/nº, Centro, município de Arapeí, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 29 de novembro de 1998 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.
2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18/03/1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.
3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

## II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Capitão Domiciano, s/nº, no município de Arapeí, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 22°40'26"S de latitude e 44°26'52"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 64, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Ressalta-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação de Radcom houve justificativas às fls. 148

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "b", "c", "e", "i", da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 70 a 182).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" - fls 78, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 147/148

Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 182, dos autos, corresponde ao que se segue:**

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### **III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO**

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:**

- **nome**  
**Associação Comunitária de Arapeí ;**
- **quadro diretivo**



NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Antônio André	Presidente
Maria Célia dos Santos	Vice presidente
Regina Célia Nunes da Silva	Secretária
Maria Isabel de Almeida André Rufino	2º Secretária
Pedro Carlos Duarte	Tesoureiro
Joaquim Batista de Oliveira	2º Tesoureiro
Paulo Márcio de Mello	Dir. Comunicação

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Capitão Domiciano, s/nº, município de Arapeí, Estado de São Paulo.

• **coordenadas geográficas**

22°40'26" de latitude e 44°26'52" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls.147/148, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls 78 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunitária de Arapeí**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53830002885/98 de 02 de dezembro de 1998.

Brasília, 06 de julho de 2005.

Relator da conclusão Jurídica

*Luciana Coelho Costa*

Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária

Mot. 1238825

De acordo DEOC/SC

*Neide Aparecida da Silva*  
Relator da conclusão Técnica

*Neide Aparecida da Silva*  
Chefe de Divisão / SSR

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília, 06 de julho de 2005.

**WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR**  
Coordenador - Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 6 de julho de 2005.

**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 6 de julho de 2005.

**SERGIO LUIZ DE MORAES DINIZ**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 681, DE 2009**

**(nº 1.465/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DO COMBINADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Combinado, Estado do Tocantins.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 421 de 4 de setembro de 2006, que outorga autorização à Associação Beneficente e Assistencial do Combinado para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Combinado, Estado do Tocantins.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 103, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 151, de 30 de março de 2006 – Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Roque Gonzales, no município de Roque Gonzales - RS;

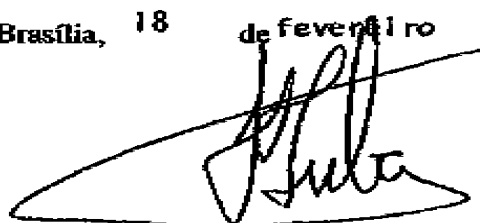
2 - Portaria nº 276, de 9 de maio de 2006 – Associação Beneficente dos Moradores de Cocos, no município de Cocos - BA;

3 - Portaria nº 281, de 10 de maio de 2006 – Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes, no município de Elói Mendes - MG;

4 - Portaria nº 291, de 8 de junho de 2006 – Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes, no município de Mendes - RJ;

- 5 - Portaria nº 337 de 7 de julho de 2006 – Associação Cultural e Comunitária PousoNovense, no município de Pouso Novo - RS;
- 6 - Portaria nº 344, de 7 de julho de 2006 – Associação Comunitária de Arapeí, no município de Arapeí - SP;
- 7 - Portaria nº 359, de 12 de julho de 2006 – Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás, no município de Flores de Goiás - GO;
- 8 - Portaria nº 382, de 15 de agosto de 2006 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ouro Branco-AL, no município de Ouro Branco - AL;
- 9 - Portaria nº 413, de 30 de agosto de 2006 – Associação Comunitária de Comunicações - Rádio Comunitária Curi FM, no município de Santa Luzia do Pará - PA;
- 10 - Portaria nº 421, de 4 de setembro de 2006 – Associação Beneficente e Assistencial do Combinado, no município de Combinado - TO;
- 11 - Portaria nº 478, de 12 de setembro de 2006 – Associação Beneficente Aquimimo Machado, no município de Dom Basílio - BA;
- 12 - Portaria nº 580, de 16 de outubro de 2007 – Associação Comunitária Boas Novas – ACBN, no município de Rodeio Bonito - RS;
- 13 - Portaria nº 583, de 16 de outubro de 2007 – Associação de Difusão Comunitária de Maçambará, no município de Maçambará - RS;
- 14 - Portaria nº 594, de 16 de outubro de 2007 – Associação Progressista dos Moradores de Bom Jesus da Lapa, no município de Bom Jesus da Lapa - BA;
- 15 - Portaria nº 673, de 28 de novembro de 2007 – Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe, no município de Santa Cruz do Capibaribe - PE;
- 16 - Portaria nº 781, de 20 de dezembro de 2007 – Fundação Martinho Canuto de Melo, no município de Coivaras - PI;
- 17 - Portaria nº 801, de 20 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Crissiumal, no município de Crissiumal - RS;
- 18 - Portaria nº 875, de 28 de dezembro de 2007 – Associação Cultural e Comunitária de São Carlos do Ivaí – ACOSCI, no município de São Carlos do Ivaí - PR;
- 19 - Portaria nº 54, de 5 de março de 2008 – Associação Comunidade Padre Cícero, no município de Joaquim Gomes - AL;
- 20 - Portaria nº 64, de 6 de março de 2008 – Rádio Comunitária Jaguarão - FM 104, no município de Jaguarão - RS;
- 21 - Portaria nº 73, de 7 de março de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária Rosalina da Silveira, no município de Florínea - SP; e
- 22 - Portaria nº 80, de 7 de março de 2008 – Associação Comunitária Beneficente de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento de Roberto, no município de Pindorama - SP.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



MC 00278 2008

Brasília, 21 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Beneficente e Assistencial do Combinado**, no município de Combinado, Estado do Tocantins, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53100.000266/2004, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Urge salientar que o presente feito já foi objeto de análise por parte desta Casa e a referida autorização fora outorgada pela Portaria nº 421, de 04 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de setembro de 2006. No entanto, em razão das exigências demandadas pelo Ato Normativo nº 01, de 1999, da CCTCI, os autos retornaram a este Ministério para reexame, através da Mensagem Presidencial nº 417, de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de junho de 2007.
6. Ademais, após o devido reexame do feito, tem-se que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
7. Esclareço que, de acordo com o § 3.º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 421 DE 4 DE SETEMBRO DE 2006.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53100.000.266/04 e do Parecer/MC/CONJUR/GSL/Nº 1750 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Beneficente e Assistencial do Combinado, com sede na rua Gercina Borges Teixeira, s/nº, Centro, no município de Combinado, Estado de Tocantins, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 12º48'57"S e longitude em 46º32'58"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

Ministro de Estado das Comunicações

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0150 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53100.000266/04 protocolizado em 19/05/2004.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Beneficente e Assistencial do Combinado - TO, município de Combinado, Estado do Tocantins.

## **I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Beneficente e Assistencial do Combinado – TO, inscrita no CNPJ sob o número 04.297.086/0001-17, no Estado do Tocantins, com sede na Rua Gerciana Borges Teixeira, s/nº - centro, município de Combinado, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 10 de março de 2004 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28/01/2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

## **II – RELATÓRIO**

### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Gerciana Borges Teixeira, s/nº - centro, no município de Combinado, Estado do Tocantins, de coordenadas geográficas em 12°47'31"S de latitude e 46°32'20"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 19/20, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arreamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas: 12°48'57" S e 46°32'58" W no seguinte endereço: Avenida Palmas, s/nº - centro, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme as fls.283 dos autos.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "g", "h", "i",

“j”, “m”, “o” e “p” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 23 a 289).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o **“Formulário de Informações Técnicas”** - fls 283, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 291. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 292 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;



### III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

**Associação Beneficente e Assistencial do Combinado – TO;**

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
João D'Abreu	Presidente
Antônio Carlos Barbosa	Vice - Presidente
Vicente de Paula Teixeira	Diretor
Valdir Dias Gusmão	Vice - Diretor
Silvio de Oliveira e Silva	1º Secretário
Luzia Bragança D' Abreu	2º Secretária
Wellington Alves de Oliveira	1º Tesoureiro
Marta Rosa de Araújo Oliveira	2ª Tesoureira
Maria Aparecida Gonçalves Teixeira	1ª Conselheira
Nailda Moreira Ribeiro	2ª Conselheira
Zildene Cardoso	3ª Conselheira
Odilon Nestor Pereira Sobrinho	1º Suplente
João Batista de Carvalho	2º Suplente

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Avenida Palmas, s/nº - centro, município de Combinado, Estado do Tocantins.

- **coordenadas geográficas**

12º48'57" de latitude e 46º32'58" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 291, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 283 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Beneficente e Assistencial do Combinado – TO**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53100.000266/04 de 19 de maio de 2004.

Brasília, 01 de Junho de 2006.

  
Relator da conclusão Jurídica

  
Relator da conclusão Técnica

  
Chefe de Serviço de Comunicação Eletrônica  
SERAC/COMUNICACAOELEC/SC

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 01 de Junho de 2006.

  
**SIBELA LEANDRA PORTELLA MATIAS**  
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 01 de Junho de 2006.

  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

---

Aprovo o Relatório nº 0150 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 01 de Junho de 2006.

  
**JOANILSON L. B. FERREIRA**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 682, DE 2009

(nº 1.469/2009, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE PADRE CÍCERO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 54 de 5 de março de 2008, que outorga autorização à Associação Comunidade Padre Cícero para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 103, de 2009.

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 151, de 30 de março de 2006 – Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Roque Gonzales, no município de Roque Gonzales - RS;

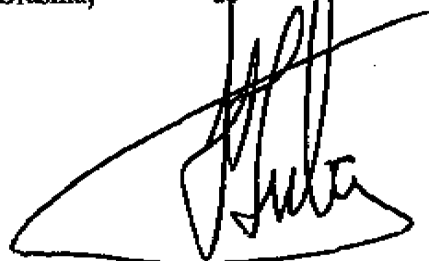
2 - Portaria nº 276, de 9 de maio de 2006 – Associação Beneficente dos Moradores de Cocos, no município de Cocos - BA;

3 - Portaria nº 281, de 10 de maio de 2006 – Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes, no município de Elói Mendes - MG;

- 4 - Portaria nº 291, de 8 de junho de 2006 – Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes, no município de Mendes - RJ;
- 5 - Portaria nº 337 de 7 de julho de 2006 – Associação Cultural e Comunitária Pousonovense, no município de Pouso Novo - RS;
- 6 - Portaria nº 344, de 7 de julho de 2006 – Associação Comunitária de Arapeí, no município de Arapeí - SP;
- 7 - Portaria nº 359, de 12 de julho de 2006 – Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás, no município de Flores de Goiás - GO;
- 8 - Portaria nº 382, de 15 de agosto de 2006 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ouro Branco-AL, no município de Ouro Branco - AL;
- 9 - Portaria nº 413, de 30 de agosto de 2006 – Associação Comunitária de Comunicações - Rádio Comunitária Curi FM, no município de Santa Luzia do Pará - PA;
- 10 - Portaria nº 421, de 4 de setembro de 2006 – Associação Beneficente e Assistencial do Combinado, no município de Combinado - TO;
- 11 - Portaria nº 478, de 12 de setembro de 2006 – Associação Beneficente Aquimimo Machado, no município de Dom Basílio - BA;
- 12 - Portaria nº 580, de 16 de outubro de 2007 – Associação Comunitária Boas Novas – ACBN, no município de Rodeio Bonito - RS;
- 13 - Portaria nº 583, de 16 de outubro de 2007 – Associação de Difusão Comunitária de Maçambará, no município de Maçambará - RS;
- 14 - Portaria nº 594, de 16 de outubro de 2007 – Associação Progressista dos Moradores de Bom Jesus da Lapa, no município de Bom Jesus da Lapa - BA;
- 15 - Portaria nº 673, de 28 de novembro de 2007 – Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe, no município de Santa Cruz do Capibaribe - PE;
- 16 - Portaria nº 781, de 20 de dezembro de 2007 – Fundação Martinho Canuto de Melo, no município de Corvaras - PI;
- 17 - Portaria nº 801, de 20 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Crissiumal, no município de Crissiumal - RS;
- 18 - Portaria nº 875, de 28 de dezembro de 2007 – Associação Cultural e Comunitária de São Carlos do Ivaí – ACOSCI, no município de São Carlos do Ivaí - PR;
- 19 - Portaria nº 54, de 5 de março de 2008 – Associação Comunidade Padre Cícero, no município de Joaquim Gomes - AL;
- 20 - Portaria nº 64, de 6 de março de 2008 – Rádio Comunitária Jaguarão - FM 104, no município de Jaguarão - RS;
- 21 - Portaria nº 73, de 7 de março de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária Rosalina da Silveira, no município de Florínea - SP; e

22 - Portaria nº 80, de 7 de março de 2008 – Associação Comunitária Beneficente de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento de Roberto, no município de Pindorama - SP.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



MC 00176 2008

Brasília, 12 de março de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunidade Padre Cícero**, no Município de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53610.000048/1999, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 54 DE 5 DE MARÇO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53610.000048/1999 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 0079 - 1.08/2008, resolve:

**Art. 1º** Outorgar autorização à **Associação Comunidade Padre Cícero**, com sede na Rua Governador Silvestre Péricles, s/nº, lot. Antônio Fragoso de Melo, no município de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

**Parágrafo único.** A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

**Art. 2º** A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 09º 08' 12" S e longitude em 35º 45' 25" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

**Art. 3º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

1   
**HÉLIO COSTA**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0339/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53610.000048/1999  
protocolizado em 26 de fevereiro de 1999.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração  
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Comunidade Padre Cícero,  
município de Joaquim Gomes, Estado de  
Alagoas.

**I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Comunidade Padre Cícero inscrita no CNPJ sob o número 35.373.935/0001-06, no Estado de Alagoas, com sede na Rua Silvestre Péricles, s/nº, lot. Antônio Fragoso de Melo, município de Joaquim Gomes, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 26 de fevereiro de 1999 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 09/09/1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu sistema de transmissão e recepção, o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

## **II – RELATÓRIO**

- **atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Em Projeto, s/nº, Bairro: Asplana, no município de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas, de coordenadas geográficas em 09º08'14"S de latitude e 35º45'28"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 161, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom, houve justificativa às folhas 229.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constatarem-se pendências passíveis de cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no ~~subitem 7.1~~ ~~itens~~ "a", "c",



**“e”, “g”, “i” e “o” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, certidão cartorária de que a Ata de Constituição e o Estatuto Social foram devidamente registrados, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 165 a 222)**

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” - fls 216 e 217, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 229. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 230, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados.

### III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

**Associação Comunidade Padre Cícero;**

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Mário José da Silva	Presidente
Demétrio Gomes Neto	Vice-Presidente
Antônio Arapujo Fragoso da Silva	1º Secretário
Valderei Freitas da Silva	2º Secretário
Benedito de Pontes Santos	1º Tesoureiro
José Júlio Fragoso Alves	2º Tesoureiro
Fernando Ferreira Pinto Peixoto	Diretor Patrimônio
Lenilton de Melo Cavalcante	Diretor Esporte e Prom.
Wilton Jalbas Gomes Fragoso	Diretor Apoio ao Idoso
Severino Carlos de Lima	Diretor Apoio ao Deficiente
Angelita Silva de Carvalho	Diretor Apoio a Gestante
Enedina Ferreira Hora	Diretor Apoio a Criança
José Cavalcante do Rego Neto	Diretor Cultural

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

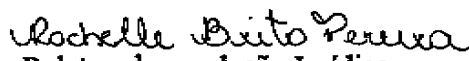
Rua Governador Silvestre Pércles, s/nº, Lot. Antônio Fragoso, município de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas.

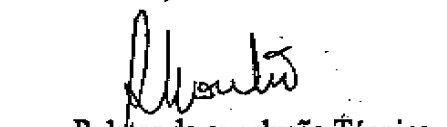
- **coordenadas geográficas**

09º08'12" de latitude e 35º45'25" de longitude, ~~correspondentes aos dados~~ dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - ~~fls. 229, bem como~~ "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 216 e 217 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunidade Padre Cícero**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53610.000048/1999 de 26 de fevereiro de 1999.

Brasília, 05 de dezembro de 2007.


  
Relator da conclusão Jurídica  
**Rochelle Brito Pereira**  
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
Matrícula 1.308.003  
SERACORAC/DEOC/SC

  
Relator da conclusão Técnica  
**Regina Aparecida Monteiro**  
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
Mat. 1320958  
SERACORAC/DEOC/SC

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 05 de dezembro de 2007.

  
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
Coordenador - Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 05 de dezembro de 2007.

  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0339/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 05 de dezembro de 2007.

  
**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 683, DE 2009**

**(nº 1.504/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 186 de 29 de abril de 2008, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

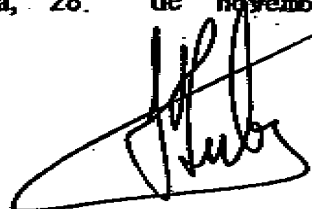
Mensagem nº 951, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 860, de 21 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Arapoti, no município de Arapoti - PR;
- 2 - Portaria nº 861, de 21 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária e Solidária de Comunicação Social Itapuã, no município de Viamão - RS;
- 3 - Portaria nº 862, de 21 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Lajista Independente de Rádio, no município de Laje - BA;
- 4 - Portaria nº 863, de 24 de dezembro de 2007 – Associação dos Moradores e Comunicadores do Capuan - AMCC, no município de Caucaia - CE;
- 5 - Portaria nº 864, de 24 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Social do Município de Lagoa da Canoa, no município de Lagoa da Canoa - AL;
- 6 - Portaria nº 866, de 24 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Cultural Educacional de Dom Eliseu - PA, no município de Dom Eliseu - PA;
- 7 - Portaria nº 869, de 24 de dezembro de 2007 – Centro de Assistência Social Regional do Estado do Rio de Janeiro - CENASS, no município de Valença - RJ;
- 8 - Portaria nº 870, de 24 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre, no município de Jardim Alegre - PR;
- 9 - Portaria nº 871, de 24 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Cultural e Artística de Cruzeiro do Iguaçu, no município de Cruzeiro do Iguaçu - PR;
- 10 - Portaria nº 50, de 28 de fevereiro de 2008 – Associação Cultural e Social de Santa Helena de Minas, no município de Santa Helena de Minas - MG;
- 11 - Portaria nº 51, de 28 de fevereiro de 2008 – Fundação Mariana Moreira Alves, no município de Triunfo - PB;
- 12 - Portaria nº 117, de 20 de março de 2008 – Associação Comunitária Divino Pai Eterno, no município de Taipas do Tocantins - TO;
- 13 - Portaria nº 118, de 20 de março de 2008 – Associação de Apoio a Juventude e ao Esporte de Santa Terezinha do Tocantins (AAJEST), no município de Santa Terezinha do Tocantins - TO;
- 14 - Portaria nº 121, de 20 de março de 2008 – Associação Cultural Rádio Comunitária Sumaúma FM, no município de Ribamar Fiquene - MA;
- 15 - Portaria nº 146, de 2 de abril de 2008 – Associação dos Radialistas de Sarzedo, no município de Sarzedo - MG;
- 16 - Portaria nº 168, de 10 de abril de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão de São Pedro do Avaí, no município de Manhuaçu – Vila São Pedro do Avaí - MG; e
- 17 - Portaria nº 186, de 29 de abril de 2008 – Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé, no município de Conceição do Canindé - PI.

Brasília, 28 de novembro de 2008.



MC 00241 2008

Brasília, 6 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé**, no Município de Conceição do Canindé, Estado do Piauí, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.010902/2004, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa***PORTARIA Nº 186 DE 29 DE ABRIL DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.010902/2004 e do Parecer/MC/CONJUR/DMM/Nº 0774 – 1.08/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé, com sede na Rua W-2, s/nº – Centro, no município de Conceição do Canindé, Estado do Piauí, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 07º52'40"S e longitude em 41º35'49"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HELIO COSTA**

Ministro de Estado das Comunicações

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**INFORMAÇÃO Nº 044-2006- RADCOM/DOS/SSCE/MC- SLP**

- **REFERÊNCIA:** Processo nº 53.000.010.902-04 de 16.03.2004.
- **OBJETO:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- **INTERESSADO:** Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé - Piauí, na localidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí.
- **CONCLUSÃO:** Processo instruído.

Trata-se o presente processo de pedido de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí, formulado pela Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé - Piauí.

Em decorrência da análise da documentação instrutória do processo em epígrafe e de acordo com a NOTA/MC/CONJUR/JWP/Nº 0628-1.08/2006, datada de 7/6/2006, foram apontadas as seguintes pendências: documentos e declarações de diretores, esclarecimentos acerca da composição da diretoria, vez que metade pertence a mesma família e retificação dos cargos constantes no quadro diretivo do item 10 do Relatório Final nº 0093/2005.

Desta forma, seguiram-se diligências para a apresentação da documentação, tendo sido a mesma encaminhada pela Requerente, complementando a documentação instrutória do processo.

Ressaltamos que, devido ao término do mandato da diretoria, constante à época da elaboração do referido relatório final, foi solicitada apresentação da ata de eleição da atual diretoria, que está composta dos seguintes membros:

Presidente: Clebert Marques Bueno Aires

Vice-Presidente: João de Almeida Campos

Secretário: Francisco Pereira dos Santos

Tesoureira: Anisia Ricardina de Oliveira

Suplente: Luiz Gonzaga de Souza Vieira

Soplente: Auzelite da Silva Carvalho

Frente ao saneamento do processo e ainda, considerando o RELATÓRIO Nº 0093/2005 -DOSR/SSR/MC, este Departamento conclui que toda a documentação constante dos autos encontra-se de acordo com a legislação atinente.

Face ao exposto, faz-se mister o retorno dos autos à Consultoria Jurídica, para apreciação do relatado, no sentido de conceder a Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé - Piauí outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

  
Brasília, 15 de dezembro de 2006.  
**SIBELA LEANDRA PORTELLA MATIAS**  
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

  
Brasília, de dezembro de 2006.  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo a Informação nº 044/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC- SLP. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de dezembro de 2006.  
  
**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Interina

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)



# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 684, DE 2009**

**(nº 1.517/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO FM CIDADE LIVRE DE LAGOA DO SÃO FRANCISCO - PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa de São Francisco, Estado do Piauí.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 791 de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa do São Francisco - PI para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa de São Francisco, Estado do Piauí.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 956, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

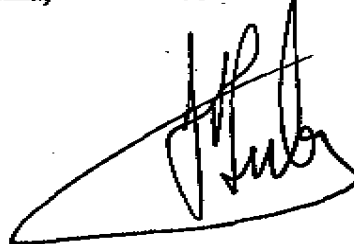
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 556, de 1º de outubro de 2007 – Associação Comunitária e Educativa, no município de Mogi das Cruzes - SP;
- 2 - Portaria nº 656, de 21 de novembro de 2007 – Associação Comunitária, Cultural e Artística de Japurá, no município de Japurá - PR;
- 3 - Portaria nº 714, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE, no município de Espera Feliz - MG;
- 4 - Portaria nº 728, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Radiodifusão Comunitária Cristalense FM, no município de Cristal - RS;
- 5 - Portaria nº 729, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE, no município de Caibí - SC;
- 6 - Portaria nº 734, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Amigos da Península, no município de Marau - BA;
- 7 - Portaria nº 735, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Paraíso do Sul - ASCULPAR, no município de Paraíso do Sul - RS;
- 8 - Portaria nº 738, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Osvaldo Cruz, no município de Osvaldo Cruz - SP;
- 9 - Portaria nº 739, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Quixeramobim, no município de Quixeramobim - CE;
- 10 - Portaria nº 741, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Meirelense de Cultura e Radiodifusão Comunitária, no município de Vitor Meireles - SC;
- 11 - Portaria nº 742, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Proteção a Infância e a Adolescência, no município de São Gonçalo dos Campos - BA;
- 12 - Portaria nº 757, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão “Hamilton de Barros Lins”, no município de Matriz de Camaragibe - AL;
- 13 - Portaria nº 758, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Beneficente 06 de Agosto, no município de Boa Nova - BA;
- 14 - Portaria nº 761, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis – ACCSD, no município de Deodápolis - MS;
- 15 - Portaria nº 767, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Rádio Comunitária de Lagoa do Sítio, no município de Lagoa do Sítio - PI;
- 16 - Portaria nº 774, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Rural de Assistência à Infância – ARAI, no município de Berilo - MG;
- 17 - Portaria nº 776, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu, no município de Barra do Chapéu - SP;
- 18 - Portaria nº 785, de 20 de dezembro de 2007 – Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Novo Machado, no município de Novo Machado - RS;

**19 - Portaria nº 791, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Rádio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa de São Francisco – PI, no município de Lagoa de São Francisco - PI; e**

**20 - Portaria nº 793, de 20 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Porto Real do Colégio, no município de Porto Real do Colégio - AL.**

Brasília, 28 de novembro de 2008.



MC 00103 2008

Brasília, 13 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária de Rádio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa do São Francisco - PI**, no município de Lagoa de São Francisco, Estado do Piauí, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.057377/05, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 791 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.057377/05 do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1322 – 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária de Radio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa do São Francisco – PI**, com sede na Rua Manoel Nogueira Lima, s/nº, no município de Lagoa de São Francisco, Estado do Piauí, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 04º23'24"S e longitude em 41º36'03"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0088 /2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53000.057377/05,  
protocolizado em 16/11/2005.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração  
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Comunitária de Radio Difusão  
FM Cidade Livre de Lagoa do São  
Francisco – PI município de Lagoa de São  
Francisco, Estado do Piauí .

## **I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Comunitária de Radio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa do São Francisco – PI, inscrita no CNPJ sob o número 06.049.591/0001-78, no Estado do Piauí, com sede na Rua Manoel Nogueira Lima, s/nº, no município de Lagoa de São Francisco, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 03 de novembro de 2005, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseando seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União de 27/10/2005 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Comunitária de Radiodifusão de Lagoa de São Francisco – Processo nº 53760.000617/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade não encaminhou a documentação exigida pela legislação específica, qual seja a disposta no subitem 7.1 e alíneas da Norma Complementar nº 01/2004, bem como no art. 9º parágrafo 2º e incisos da Lei nº 9612/98, no prazo legal estipulado no citado aviso de habilitação, o qual expirou aos 30/01/2006, impossibilitando a análise-técnico jurídica do requerimento, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 1856/06, datado de 06/04/2006, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

## **II – RELATÓRIO**

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios

estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26.01.2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Manoel Nogueira Lima, s/nº - centro, no município de Lagoa de São Francisco, Estado do Piauí, de coordenadas geográficas em 4º23'39"S de latitude e 41º26'04"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 35/36, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas passando a constar: 04º23'24" S e 41º36'03" W no seguinte endereço: Rua Tertuliano Brandão Filho, s/nº - centro, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme as fls. 184 dos autos.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "d", "h", "i", "o" e "p" da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 37 a 184).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 184, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 180.

Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos ~~nestes~~ especificamente no intervalo de folhas 01 a 187 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

**Associação Comunitária de Rádio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa do São Francisco – PI ;**

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Francisco das Chagas Costa do Nascimento	Presidente
Antônio José Alves de Almeida	Vice - Presidente
Raimundo Nonato da Silva	Secretário
Wellington Rodrigues dos Santos	Diretor de Comunicação
Maria Cleonilda de Castro Sousa	Tesoureira

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Tertuliano Barndão Filho, s/nº - centro, município de Lagoa de São Francisco, Estado do Piauí;

- **coordenadas geográficas**

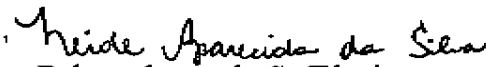
04°23'24" de latitude e 41°36'03" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 180, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 184 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunitária de Rádio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa do São Francisco – PI**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº **53000.057377/05**, de 16 de novembro de 2005.

  
Relator da conclusão Jurídica

*Lúcia Helena Magalhães Bueno Rosa*  
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
Mat.: 2312714  
SERAC/DORAC/DEOC/SCE

Brasília, 26 de março de 2007.

  
Relator da conclusão Técnica  
*Neide Aparecida da Silva*  
Chefe de Divisão / SSR



De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Brasília, 26 de março de 2007.

  
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Brasília, de março de 2007.

  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

---

Aprovo o Relatório nº 0088 /2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à  
Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 27 de março de 2007.

  
**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 685, DE 2009**

**(nº 1.526/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIODIFUSORA COMUNITÁRIA - ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 267 de 20 de maio de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Radiodifusora Comunitária - ARCO para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 101, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 122, de 20 de março de 2008 – Sociedade Rádio Comunitária Aldeia FM, no município de Camaragibe - PE;

2 - Portaria nº 124, de 20 de março de 2008 – Associação de Difusão Cultural e Comunitária Nossa Senhora do Caravágio, no município de Anta Gorda - RS;

3 - Portaria nº 129, de 20 de março de 2008 – Associação Rádio Comunitária Novo Cêro Azul, no município de Cêro Azul - PR;

4 - Portaria nº 130, de 25 de março de 2008 – Associação Comunitária e Cultural de Bom Jesus do Tocantins - Pará - ACCBJF, no município de Bom Jesus do Tocantins - PA;

5 - Portaria nº 131, de 25 de março de 2008 – Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale, no município de Timóteo - MG;

6 - Portaria nº 133, de 25 de março de 2008 – Associação Educativa Artística de Jussiape, no município de Jussiape - BA;

7 - Portaria nº 137, de 1º de abril de 2008 – Associação Rádio Comunitária de Teofilândia, no município de Teofilândia - BA;

8 - Portaria nº 141, de 1º de abril de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural dos Moradores e Amigos do Baianão, no município de Porto Seguro - BA;

9 - Portaria nº 147, de 2 de abril de 2008 – Associação Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma, no município de Montezuma - MG;

10 - Portaria nº 151, de 3 de abril de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Manhuaçu - MG;

11 - Portaria nº 152, de 3 de abril de 2008 – Associação Comunitária Rádio Cidade, no município de Claro dos Poções - MG;

12 - Portaria nº 187, de 29 de abril de 2008 – Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM, no município de Capitão Poço - PA;

13 - Portaria nº 263, de 15 de maio de 2008 – Associação Rosanense de Comunicação Social - ARCOS, no município de Rosana - SP;

14 - Portaria nº 266, de 20 de maio de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Vanguarda, no município de São José das Missões - RS;

15 - Portaria nº 267, de 20 de maio de 2008 – Associação Cultural Radiodifusora Comunitária - ARCO, no município de Quinze de Novembro - RS;

16 - Portaria nº 269, de 20 de maio de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Alcantil - ARCAL, no município de Alcantil - PB;

17 - Portaria nº 277, de 5 de junho de 2008 – Associação da Rádio Comunitária Concordeense, no município de Concorde do Pará - PA;

18 - Portaria nº 279, de 5 de junho de 2008 – ADACSOM - FM Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Milenium - FM, no município de Itapura - SP;

19 - Portaria nº 291, de 5 de junho de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Pindaí, no município de Pindaí - BA;

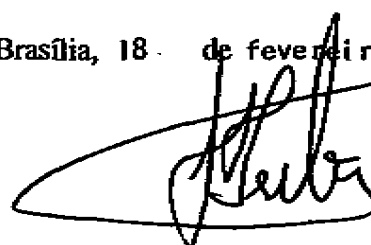
20 - Portaria nº 292, de 6 de junho de 2008 – Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos - ACDM, no município de Morrinhos - CE;

21 - Portaria nº 352, de 12 de junho de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Navegantes, no município de Navegantes - SC;

22 - Portaria nº 383, de 13 de junho de 2008 – Associação Conquista de Cultura, no município de Carauari - AM; e

23 - Portaria nº 389, de 20 de junho de 2008 – Associação Martinense de Comunicação, no município de Martins - RN.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



MC 00320 2008

Brasília, 27 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação Cultural Radiodifusora Comunitária - ARCO**, no Município de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.053243/05, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 267 DE 20 DE MAIO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 53.000.053243/05 e do PARECER/MC/CONJUR/RPF/N.º 0887 - 1.08 / 2008, resolve:

**Art. 1º** Outorgar autorização à **Associação Cultural Radiodifusora Comunitária - ARCO**, com sede na Rua Alberto Schmidt, n.º 304, Centro, Município de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

**Parágrafo único.** A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

**Art. 2º** A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 28º44'05"S e longitude em 53º05'33"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

**Art. 3º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HELIO COSTA**  
Ministro de Estado das Comunicações

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 109 /2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53.000.053.243/05  
protocolizado em 25/10/2005.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração  
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Cultural Radiodifusora  
Comunitária-ARCO, município de  
Quinze de Novembro, Estado do Rio  
Grande do Sul.

**I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Cultural Radiodifusora Comunitária-ARCO inscrita no CNPJ sob o número 07.387.098/0001-20, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Alberto Schmidt, nº 304, centro, município de Quinze de Novembro-RS, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 11 de outubro de 2005 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 22.05.06 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

## II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Alberto Schmidt, nº 304, no município de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 28°44'34"S de latitude e 53°05'42.2"W de longitude. **Estas coordenadas foram alteradas, antes mesmo da primeira análise mediante declaração datada de 20/06/06 ( fl.86).**

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 89, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Considerando a seleção desta requerente , bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constatarem-se pendências passíveis do cumprimento das

**seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “b”, “c”, “d”, “g”, “h”, “j”, “l”, “m” e “o” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 93 a 119).**

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o **“Formulário de Informações Técnicas”** - fls 79/80, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folha 118. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 119, dos autos, corresponde ao que se segue:**

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos ~~dirigentes~~;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e ~~encaminhados~~ pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e ~~alíneas~~ da Norma Complementar 01/2004;



- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**  
**Associação Cultural Radiodifusora Comunitária-ARCO ;**
- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Marno Kich Wayhs	Diretor Geral
Guaraci Valente	Diretor Administrativo
Paulo Kaisekamp	Diretor de Operações

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**  
Rodovia VRS, nº 324 Km 10, linha Dona Etelvina, município de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul.
- **coordenadas geográficas**  
28°44'05" de latitude e 53°05'33" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” - fls. 118, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 79 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Cultural Radiodifusora Comunitária-ARCO**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.000.053.243/05 de 25 de outubro de 2005.

Brasília, 10 de maio de 2007.

*efiene Rodrigues*  
1.551.517  
Relator da conclusão Jurídica

  
Relator da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 10 de maio de 2007.

  
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Brasília, 10 de maio de 2007.

  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços



Aprovo o Relatório nº 109 /2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 10 de maio de 2007.

  
**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 686, DE 2009

(nº 1.531/2009, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA DIFUSÃO CULTURAL DE ELÓI MENDES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 281 de 10 de maio de 2006, que outorga autorização à Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 103, de 2009.

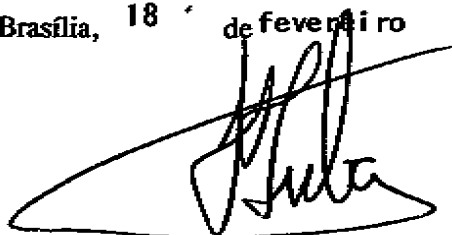
**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 151, de 30 de março de 2006 – Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Roque Gonzales, no município de Roque Gonzales - RS;
- 2 - Portaria nº 276, de 9 de maio de 2006 – Associação Beneficente dos Moradores de Cocos, no município de Cocos - BA;
- 3 - Portaria nº 281, de 10 de maio de 2006 – Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes, no município de Elói Mendes - MG;
- 4 - Portaria nº 291, de 8 de junho de 2006 – Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes, no município de Mendes - RJ;
- 5 - Portaria nº 337 de 7 de julho de 2006 – Associação Cultural e Comunitária PousoNovense, no município de Pouso Novo - RS;

- 6 - Portaria nº 344, de 7 de julho de 2006 – Associação Comunitária de Arapeí, no município de Arapeí - SP;
- 7 - Portaria nº 359, de 12 de julho de 2006 – Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás, no município de Flores de Goiás - GO;
- 8 - Portaria nº 382, de 15 de agosto de 2006 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ouro Branco-AL, no município de Ouro Branco - AL;
- 9 - Portaria nº 413, de 30 de agosto de 2006 – Associação Comunitária de Comunicações - Rádio Comunitária Curi FM, no município de Santa Luzia do Pará - PA;
- 10 - Portaria nº 421, de 4 de setembro de 2006 – Associação Beneficente e Assistencial do Combinado, no município de Combinado - TO;
- 11 - Portaria nº 478, de 12 de setembro de 2006 – Associação Beneficente Aquimimo Machado, no município de Dom Basílio - BA;
- 12 - Portaria nº 580, de 16 de outubro de 2007 – Associação Comunitária Boas Novas – ACBN, no município de Rodeio Bonito - RS;
- 13 - Portaria nº 583, de 16 de outubro de 2007 – Associação de Difusão Comunitária de Maçambará, no município de Maçambará - RS;
- 14 - Portaria nº 594, de 16 de outubro de 2007 – Associação Progressista dos Moradores de Bom Jesus da Lapa, no município de Bom Jesus da Lapa - BA;
- 15 - Portaria nº 673, de 28 de novembro de 2007 – Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe, no município de Santa Cruz do Capibaribe - PE;
- 16 - Portaria nº 781, de 20 de dezembro de 2007 – Fundação Martinho Canuto de Melo, no município de Coivaras - PI;
- 17 - Portaria nº 801, de 20 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Crissiumal, no município de Crissiumal - RS;
- 18 - Portaria nº 875, de 28 de dezembro de 2007 – Associação Cultural e Comunitária de São Carlos do Ivaí – ACOSCI, no município de São Carlos do Ivaí - PR;
- 19 - Portaria nº 54, de 5 de março de 2008 – Associação Comunidade Padre Cícero, no município de Joaquim Gomes - AL;
- 20 - Portaria nº 64, de 6 de março de 2008 – Rádio Comunitária Jaguarão - FM 104, no município de Jaguarão - RS;
- 21 - Portaria nº 73, de 7 de março de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária Rosalina da Silveira, no município de Florínea - SP; e
- 22 - Portaria nº 80, de 7 de março de 2008 – Associação Comunitária Beneficente de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento de Roberto, no município de Pindorama - SP.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



MC 00277 2008

Brasília, 21 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação da Difusão Cultural Elói Mendes** no município de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53710.000115/1999, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Urge salientar que o presente feito já foi objeto de análise por parte desta Casa e a referida autorização fora outorgada pela Portaria nº 281, de 10 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de maio de 2006. No entanto, em razão das exigências demandadas pelo Ato Normativo nº 01, de 1999, da CCTCI, os autos retornaram a este Ministério para reexame, através da Mensagem Presidencial nº 417, de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de junho de 2007.
6. Ademais, após o devido reexame do feito, tem-se que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
7. Esclareço que, de acordo com o § 3.º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 281 DE 10 DE MAIO DE 2006.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.710.000.115/99 e do PARECER/MC/CONJUR/AGF/Nº 0931- 1.08 / 2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes, com sede na Praça Matriz, n.º 240 - Centro, no município de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º36'37"S e longitude em 45º33'57"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0103 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53710.000115/99,  
protocolizado em 29/01/1999.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes, município de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais

## **I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes, inscrita no CNPJ sob o número 02.866.940/0001-93, no Estado de Minas Gerais, com sede na Praça da Matriz, nº 240 - centro, no município de Elói Mendes, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 04/12/1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18/03/1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processos, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Comunitária de Radiodifusão Eloiense – Processo nº 53710.000417/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade não cumpriu as exigências elencadas no ofício nº 316/00, datado de 10/02/00, AR Postal em 17/02/00, restando a apresentação de toda a

documentação solicitada, tendo ocorrido a perda do prazo por decurso do tempo, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 4329/01, datado de 26/06/2001, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, a entidade não tomou ciência do arquivamento dos autos, tendo sido publicada no DOU de 17/12/2004, não tendo se manifestado.

## II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26.01.2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua João Batista Ximenes, nº 169 -centro, no município de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 21°36'37,4"S de latitude e 45°33'54"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 298/301, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas passando a constar: 21°36'37" S e 45°33'57" W no seguinte endereço: Praça da Matriz, nº 240 - centro, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme as fls.689 dos autos.



7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "b", "e", "f", "g", "h" e "m", "o" da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 313 a 700).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 689, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 703 e 704. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 705 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome

**Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes;**

- quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Gilberto Lopes Pereira	Presidente
Marcos Carneiro Carvalho	Vice - Presidente
Luci Ximenes C. Carvalho	Secretária
Sebastião Kardec Pereira	Tesoureiro
Antônio Penha Filho	Diretor de Patrimônio

- localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio


Praça da Matriz, nº 240 - centro, município de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais;

- coordenadas geográficas

21°36'37" de latitude e 45°33'57" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” - fls. 703 e 704, bem como “Formulário de Informações Técnicas” - fls. 689 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53710.000115/99, de 29 de janeiro de 1999.

Brasília, 13 de Abril de 2006.

  
Relator da conclusão Jurídica  
**Lúcia Helena Magalhães Bueno**  
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
Mat. 2312714  
SERAC/CORAC/DEOC/SC  
De acordo.

  
Relator da conclusão Técnica  
**Ana Maria das Neves e Silva**  
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
Mat. 1333096  
SENGR/CORAC/DEOC/SC

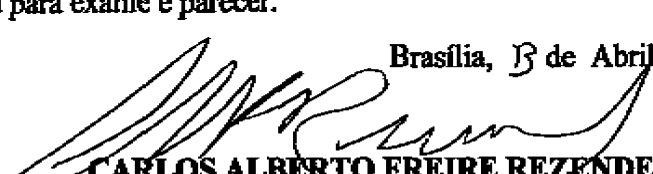
À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Brasília, 13 de Abril de 2006

  
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
Coordenadora

---

Aprovo o Relatório nº 0103 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

  
Brasília, 13 de Abril de 2006.  
**CARLOS ALBERTO FREIRE REZENDE**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Substituto

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 687, DE 2009**

**(nº 1.533/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DOS TRABALHADORES DE FLORES DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores de Goiás, Estado de Goiás.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 359 de 12 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores de Goiás, Estado de Goiás.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 103, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 151, de 30 de março de 2006 – Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Roque Gonzales, no município de Roque Gonzales - RS;

2 - Portaria nº 276, de 9 de maio de 2006 – Associação Beneficente dos Moradores de Cocos, no município de Cocos - BA;

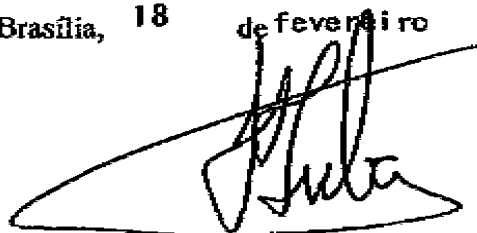
3 - Portaria nº 281, de 10 de maio de 2006 – Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes, no município de Elói Mendes - MG;

4 - Portaria nº 291, de 8 de junho de 2006 – Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes, no município de Mendes - RJ;

5 - Portaria nº 337 de 7 de julho de 2006 – Associação Cultural e Comunitária Pousovense, no município de Pouso Novo - RS;

- 6 - Portaria nº 344, de 7 de julho de 2006 – Associação Comunitária de Arapeí, no município de Arapeí - SP;
- 7 - Portaria nº 359, de 12 de julho de 2006 – Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás, no município de Flores de Goiás - GO;
- 8 - Portaria nº 382, de 15 de agosto de 2006 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ouro Branco-AL, no município de Ouro Branco - AL;
- 9 - Portaria nº 413, de 30 de agosto de 2006 – Associação Comunitária de Comunicações - Rádio Comunitária Curi FM, no município de Santa Luzia do Pará - PA;
- 10 - Portaria nº 421, de 4 de setembro de 2006 – Associação Beneficente e Assistencial do Combinado, no município de Combinado - TO;
- 11 - Portaria nº 478, de 12 de setembro de 2006 – Associação Beneficente Aquimimo Machado, no município de Dom Basílio - BA;
- 12 - Portaria nº 580, de 16 de outubro de 2007 – Associação Comunitária Boas Novas – ACBN, no município de Rodeio Bonito - RS;
- 13 - Portaria nº 583, de 16 de outubro de 2007 – Associação de Difusão Comunitária de Maçambará, no município de Maçambará - RS;
- 14 - Portaria nº 594, de 16 de outubro de 2007 – Associação Progressista dos Moradores de Bom Jesus da Lapa, no município de Bom Jesus da Lapa - BA;
- 15 - Portaria nº 673, de 28 de novembro de 2007 – Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe, no município de Santa Cruz do Capibaribe - PE;
- 16 - Portaria nº 781, de 20 de dezembro de 2007 – Fundação Martinho Canuto de Melo, no município de Coivaras - PI;
- 17 - Portaria nº 801, de 20 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Crissiumal, no município de Crissiumal - RS;
- 18 - Portaria nº 875, de 28 de dezembro de 2007 – Associação Cultural e Comunitária de São Carlos do Ivaí – ACOSCI, no município de São Carlos do Ivaí - PR;
- 19 - Portaria nº 54, de 5 de março de 2008 – Associação Comunidade Padre Cícero, no município de Joaquim Gomes - AL;
- 20 - Portaria nº 64, de 6 de março de 2008 – Rádio Comunitária Jaguarão - FM 104, no município de Jaguarão - RS;
- 21 - Portaria nº 73, de 7 de março de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária Rosalina da Silveira, no município de Florínea - SP; e
- 22 - Portaria nº 80, de 7 de março de 2008 – Associação Comunitária Beneficente de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento de Roberto, no município de Pindorama - SP.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



MC 00275 2008

Brasília, 21 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás**, no município de Flores de Goiás, Estado de Goiás, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.024620/2003, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Urge salientar que o presente feito já foi objeto de análise por parte desta Casa e a referida autorização fora outorgada pela Portaria nº 359, de 12 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de julho de 2006. No entanto, em razão das exigências demandadas pelo Ato Normativo nº 01, de 1999, da CCTCI, os autos retornaram a este Ministério para reexame, através da Mensagem Presidencial nº 417, de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de junho de 2007.
6. Ademais, após o devido reexame do feito, tem-se que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
7. Esclareço que, de acordo com o § 3.º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 359, DE 12 DE JULHO DE 2006.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.024620/03 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 0333 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás, com sede na Rua 10, Quadra 18, lote nº 06, Bairro Nova Flores, no município de Flores de Goiás, Estado de Goiás, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º27'22"S e longitude em 47º02'23"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HÉLIO COSTA**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0008 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53000024620/03, protocolizado em 19/08/03

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás município de Flores de Goiás, Estado de Goiás.

## **I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás, inscrita no CNPJ sob o número 05786283/0001-48, no Estado de Goiás, com sede Rua 10 Qd. 18 lote 06, Bairro Nova Flores, no município de Novas Flores, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 02 de julho de 2003, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28 de janeiro de 2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

Serviço  
Mensagem  
CONF



3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Comunitária dos Amigos de Flores de Goiás– Processo nº 53000011700/03, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: A requerente conta com um menor número de representatividade local que a sua concorrente, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 7283, datado de 28 de dezembro de 2005, cuja cópia do ofício e respectivo AR se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

## II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26.01.2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua 02, Qd 11, lote 06, no município de Flores de Goiás, Estado do Goiás, de coordenadas geográficas em 14°27'32"S de latitude e 47°02'13"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 147,

denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalta-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação de Radcom houve justificativa às fls. 312.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “c”, “e”, “h”, “i”, “j” e “p” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária (fls. 152 a 313).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” - fls 306 e 307, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 311 e 312. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 313, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e

adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;

- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome

Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás ;

- quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO	
Vera Lúcia Batista da Silva	Diretor Geral	Serviço F Ministério COMET
Domingos Rodrigues Coimbra	Diretor Administrativo	
Elmon Pereira da Silva	Diretor de Operações	

- localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua 10, Qd 18 Lote 06 – Bairro nova Flores, município de Flores de ~~Goias~~  
Estado do Goiás;

- coordenadas geográficas

14°27'22" de latitude e 47°02'23" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 311 e 312, bem

como "Formulário de Informações Técnicas" -fls 306 e 307 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000024620/03, de 19 de agosto de 2003.

Brasília, 13 de janeiro de 2006

*Luciana Coelho Costa*  
Chefe do Serviço de Radiodifusão Comunitária  
MGI 0258075  
SERAC/CORAC/UEOC/SC  
Relator da conclusão Jurídica


De acordo.

*Neide Aparecida da Silva*  
Relator da conclusão Técnica

*Neide Aparecida da Silva*  
Chefe de Divisão / SSR

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 13 de janeiro de 2006

  
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
Diretora do Departamento de outorga de Serviços  
Substituta

Aprovo o Relatório nº 0008/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

  
**JOANILSON L. B. FERREIRA**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Brasília, de de 2006.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 688, DE 2009**

**(nº 1.536/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SIMÃO DIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 412 de 2 de julho de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 104, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

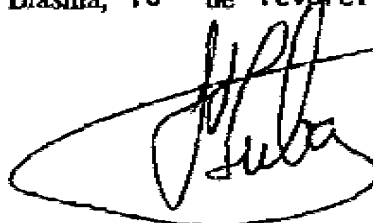
- 1 - Portaria nº 412, de 2 de julho de 2008 - Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias, no município de Simão Dias - SE;
- 2 - Portaria nº 414, de 2 de julho de 2008 - Associação Cultural e Comunitária Arroioense, no município de Arroio do Meio - RS;
- 3 - Portaria nº 415, de 2 de julho de 2008 - Associação de Radiodifusão de Boa Vista - PB, no município de Boa Vista - PB;
- 4 - Portaria nº 419, de 2 de julho de 2008 - Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Apiúna, no município de Apiúna - SC;
- 5 - Portaria nº 420, de 2 de julho de 2008 - Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADICAB), no município de Carrasco Bonito - TO;
- 6 - Portaria nº 457, de 28 de julho de 2008 - Associação Comunitária Betel, no município de Macau - RN;
- 7 - Portaria nº 463, de 28 de julho de 2008 - Associação Comunitária de Ação Social de Icaraf de Minas, no município de Icaraf de Minas - MG;
- 8 - Portaria nº 495, de 15 de agosto de 2008 - Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Candeal, no município de Cordeiros - BA;
- 9 - Portaria nº 517, de 29 de agosto de 2008 - Associação Comunitária de Ação Social e Cultural de Nazário - ACOMASC, no município de Nazário - GO;
- 10 - Portaria nº 532, de 29 de agosto de 2008 - Associação Comunitária Icaraimense, no município de Icaraima - PR;
- 11 - Portaria nº 536, de 29 de agosto de 2008 - Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras, no município de Araras - SP;
- 12 - Portaria nº 601, de 18 de setembro de 2008 - Associação de Rádio Comunitária - FM de Lindóia do Sul, no município de Lindóia do Sul - SC;
- 13 - Portaria nº 603, de 18 de setembro de 2008 - Associação Cultural Francisco João Júlio Hall, no município de Ita - SC;
- 14 - Portaria nº 608, de 18 de setembro de 2008 - Centro Comunitário Esperança, no município de Miranorte - TO;
- 15 - Portaria nº 612, de 19 de setembro de 2008 - Associação de Desenvolvimento Sustentável de Bonito, no município de Bonito - PA;
- 16 - Portaria nº 618, de 19 de setembro de 2008 - Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã, no município de Itirapuã - SP;
- 17 - Portaria nº 632, de 19 de setembro de 2008 - Associação Comunitária e Cultural Tabireense, no município de Tabira - PE;
- 18 - Portaria nº 646, de 24 de setembro de 2008 - Associação Cultural Rádio Comunitária Antoninense, no município de Antonina - PR;

19 - Portaria nº 658, de 8 de outubro de 2008 – Associação dos Amigos da Colônia Agrícola Vicente Pires, na localidade de Taguatinga - DF;

20 - Portaria nº 659, de 8 de outubro de 2008 – Associação Cultural dos Moradores e Comensais do Lago Norte, na localidade do Lago Norte - DF; e

21 - Portaria nº 660, de 8 de outubro de 2008 – Associação Cultural dos Moradores do Lago Sul, na localidade do Lago Sul - DF.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



EM Nº. 429/2008/MC

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias, no Município de Simão Dias, Estado de Sergipe, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53840.000063/1999, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 412 DE 2 DE JULHO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53840.000063/1999 e do PARECER/MC/CONJUR/AAA/Nº 1237 - 1.08 / 2008, resolve:

**Art. 1º** Outorgar autorização à **Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias**, com sede na Rua Dr. Joviano de Carvalho, nº 296, 1º andar, Centro, no município de Simão Dias, Estado de Sergipe, para exercer serviço de radiodifusão comunitária pelo prazo de 10 (dez) anos, com direito de exclusividade.

**Parágrafo único.** A autorização rege-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

**Art. 2º** A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 10º44'13"S e longitude em 37º48'37"W utilizando a frequência de 87,9 MHz.

**Art. 3º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HÉLIO COSTA**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS**  
**RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL - ENTIDADE SELECIONADA E SEM**  
**CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0141/2008/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53840.000063/99 protocolizado em 26/04/1999.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias, município de Simão Dias, Estado da SE



## I - INTRODUÇÃO

1. A **Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias** inscrita no CNPJ sob o número **03.104.322/0001-79**, no Estado de Sergipe, com sede na **Rua Dr. Joviano de Carvalho, nº 296, 1º andar, centro**, município de Simão Dias, **dirigiu-se** ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 26 de abril de 1999 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou seu pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 09/09/1999** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, ~~assim como~~ o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

## II – RELATÓRIO

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Dr. Joviano de Carvalho, 296, 1º andar, no município de Simão Dias, Estado do Sergipe de coordenadas geográficas em 10°44'21"S de latitude e 37°48'43"W de longitude

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas **deveriam** ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 79, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, ~~avistamento~~ coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização ~~de~~ <sup>de</sup> ~~avistamento~~ do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação ~~da~~ <sup>da</sup> antena, planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o qual foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.**

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constatarem-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “c” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 159).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” - fls 166, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 181. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 203, dos autos, corresponde ao que se segue:**

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais ~~declarações~~ documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados ~~limitados~~;

### III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**  
Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias;


- **quadro diretivo**


NOME DO DIRIGENTE	CARGO
MARIA EMÍLIA DOS REIS	DIRETOR GERAL
PEDRO HENRIQUE BISPO DOS SANTOS	DIRETOR ADMINISTRATIVO
RENILSON OLIVEIRA CHAGAS	DIRETOR DE OPERAÇÕES

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**  
Rua Dr. Joviano de Carvalho, nº 296, 1º andar, município de Simão Dias, Estado do Sergipe.
- **coordenadas geográficas**  
10°44'13"S de latitude e 37°48'37"W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação - fls. 188, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls 166 a 167 que se ~~referem~~ localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53840.000063 de 26 de abril de 2006.

Brasília, 21 de maio de 2008.

  
Edna Gugel  
Administradora - Mat. 1556296  
CORACISEDORVSCC-MC  
Relator da conclusão Jurídica

  
Relator da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 21 de maio de 2008.

  
SIBELA LEANDRA MATIAS PORTELLA  
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de de 2008.

  
CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

---

Aprovo o Relatório nº 141/2008/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de de 2008.

  
ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 689, DE 2009

(nº 1.537/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA ARROIOMEENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 414 de 2 de julho de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Arroiomeense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 104, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

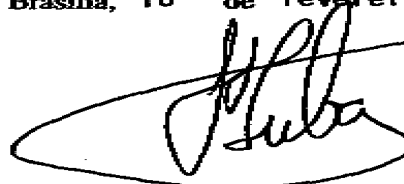
1 - Portaria nº 412, de 2 de julho de 2008 - Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias, no município de Simão Dias - SE;

2 - Portaria nº 414, de 2 de julho de 2008 - Associação Cultural e Comunitária Arroiomeense, no município de Arroio do Meio - RS;

3 - Portaria nº 415, de 2 de julho de 2008 - Associação de Radiodifusão de Boa Vista - PB, no município de Boa Vista - PB;

- 4 - Portaria nº 419, de 2 de julho de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Apiúna, no município de Apiúna - SC;
- 5 - Portaria nº 420, de 2 de julho de 2008 – Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADICAB), no município de Carrasco Bonito - TO;
- 6 - Portaria nº 457, de 28 de julho de 2008 – Associação Comunitária Betel, no município de Macau - RN;
- 7 - Portaria nº 463, de 28 de julho de 2008 – Associação Comunitária de Ação Social de Icarai de Minas, no município de Icarai de Minas - MG;
- 8 - Portaria nº 495, de 15 de agosto de 2008 – Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Candéal, no município de Cordeiros - BA;
- 9 - Portaria nº 517, de 29 de agosto de 2008 – Associação Comunitária de Ação Social e Cultural de Nazário - ACOMASC, no município de Nazário - GO;
- 10 - Portaria nº 532, de 29 de agosto de 2008 – Associação Comunitária Icaraimense, no município de Icaraíma - PR;
- 11 - Portaria nº 536, de 29 de agosto de 2008 – Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras, no município de Araras - SP;
- 12 - Portaria nº 601, de 18 de setembro de 2008 – Associação de Rádio Comunitária - FM de Lindóia do Sul, no município de Lindóia do Sul - SC;
- 13 - Portaria nº 603, de 18 de setembro de 2008 – Associação Cultural Francisco João Júlio Hall, no município de Ita - SC;
- 14 - Portaria nº 608, de 18 de setembro de 2008 – Centro Comunitário Esperança, no município de Miranorte - TO;
- 15 - Portaria nº 612, de 19 de setembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Sustentável de Bonito, no município de Bonito - PA;
- 16 - Portaria nº 618, de 19 de setembro de 2008 – Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã, no município de Itirapuã - SP;
- 17 - Portaria nº 632, de 19 de setembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural Tabireense, no município de Tabira - PE;
- 18 - Portaria nº 646, de 24 de setembro de 2008 – Associação Cultural Rádio Comunitária Antoninense, no município de Antonina - PR;
- 19 - Portaria nº 658, de 8 de outubro de 2008 – Associação dos Amigos da Colônia Agrícola Vicente Pires, na localidade de Taguatinga - DF;
- 20 - Portaria nº 659, de 8 de outubro de 2008 – Associação Cultural dos Moradores e Comensais do Lago Norte, na localidade do Lago Norte - DF; e
- 21 - Portaria nº 660, de 8 de outubro de 2008 – Associação Cultural dos Moradores do Lago Sul, na localidade do Lago Sul - DF.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



EM Nº. 426/2008/MC

Brasília, 14 de julho de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Cultural e Comunitária Arroioense**, no Município de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53100.000375/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 414 DE 2 DE JULHO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.100.000.375/04 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 0478 - 1.08 / 2008, resolve:

**Art. 1º** Outorgar autorização à **Associação Cultural e Comunitária Arroioense**, com sede na Rua dos Lírios, nº 341 – Bairro Bela Vista, no município de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul; para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

**Parágrafo único.** A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

**Art. 2º** A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29º 23' 10" S e longitude em 51º 57' 26" W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

**Art. 3º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HELIO COSTA**



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0295/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53100.000375/04 protocolizado em 20 de março de 2003.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Cultural e comunitária Arroioense, município de Arroio do Meio, Estado do Rio grande do Sul.

## **I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Cultural e comunitária Arroioense; inscrita no CNPJ sob o número 05.415.178/0001-17, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua dos Lírios, nº 341 – Bairro Bela Vista, município de Arroio do Meio, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 10 de março de 2003 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária ~~aprovado~~ pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, ~~baseado em seu~~ pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28/01/04** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim ~~como o sistema irradiante e~~ respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

## II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.**

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua da Hortências, 342 – Bela Vista, no município de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 29°23'10"S de latitude e 51°57'26"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as **coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 412 e 413 denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados **e conclui-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Instalação da Estação de Radcom, conforme justificação, folhas 519**

7. Considerando a seleção desta requerente , bem como a **documentação que** foi encaminhada pela requerente, constatarem-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "d", da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia

**do CNPJ retificado da requerente e Certidão Cartorária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 479 a 516).**

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 496 e 497, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 518 e 519. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 516, dos autos, corresponde ao que se segue:**

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, ~~formuladas e encaminhadas~~ pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome

Associação Cultural e comunitária Arroioense,

- quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Gunter Luis Hofmeister	Presidente
Cleo Adilson Hofmeister	Vice Presidente
Adiles Meyer	Secretária
Valdir Tavares Polônio	Tesoureiro

- localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua dos Lírios, 341, município de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul.

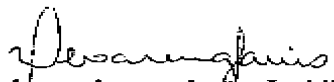
- coordenadas geográficas


29°23'10" de latitude e 51°57'26" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 518 e 519, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls 496 e 497 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural e comunitária Arroioense, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53100.000375/04 de 20 de maio de 2005.

BRASIL, 08 de dezembro de 2005  
Serviço de Radiodifusão Comunitária

Brasília, 08 de dezembro de 2005

  
Relator da conclusão Jurídica  
**Fátima de Fátima Alvarenga Fanis**  
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
Mat. 1366009  
SERAC/CORAC/DEOC/SC

  
Relator da conclusão Técnica  
SENAC/COM/DEOC/SC  
Mat. 1333096  
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
**Ana Maria das Dores e Silva**

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.


Brasília, 20 de dezembro de 2005.

  
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de dezembro de 2005.

  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

---

Aprovo o Relatório nº 0295/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de dezembro de 2005.

  
**JOANILSON L. B. FERREIRA**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 690, DE 2009**

**(nº 1.539 /2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE CARRASCO BONITO (ACRADICAB) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 420 de 2 de julho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADICAB) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 104, de 2009.

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

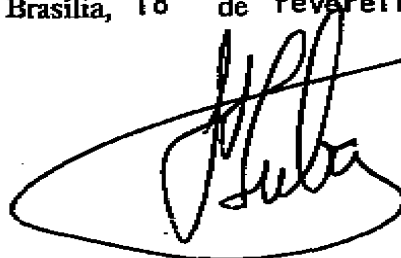
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1- Portaria nº 412, de 2 de julho de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias, no município de Simão Dias - SE;

2 - Portaria nº 414, de 2 de julho de 2008 – Associação Cultural e Comunitária Arroioense, no município de Arroio do Meio - RS;

- 3 - Portaria nº 415, de 2 de julho de 2008 – Associação de Radiodifusão de Boa Vista - PB, no município de Boa Vista - PB;
- 4 - Portaria nº 419, de 2 de julho de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Apiúna, no município de Apiúna - SC;
- 5 - Portaria nº 420, de 2 de julho de 2008 – Associação Comunitária de Rádio, Difusão de Carrasco Bonito (AGRADICAB), no município de Carrasco Bonito - TO;
- 6 - Portaria nº 457, de 28 de julho de 2008 – Associação Comunitária Betel, no município de Macau - RN;
- 7 - Portaria nº 463, de 28 de julho de 2008 – Associação Comunitária de Ação Social de Icarai de Minas, no município de Icarai de Minas - MG;
- 8 - Portaria nº 495, de 15 de agosto de 2008 – Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Candéal, no município de Cordeiros - BA;
- 9 - Portaria nº 517, de 29 de agosto de 2008 – Associação Comunitária de Ação Social e Cultural de Nazário - ACOMASC, no município de Nazário - GO;
- 10 - Portaria nº 532, de 29 de agosto de 2008 – Associação Comunitária Icaraimense, no município de Icaraima - PR;
- 11 - Portaria nº 536, de 29 de agosto de 2008 – Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras, no município de Araras - SP;
- 12 - Portaria nº 601, de 18 de setembro de 2008 – Associação de Rádio Comunitária - FM de Lindóia do Sul, no município de Lindóia do Sul - SC;
- 13 - Portaria nº 603, de 18 de setembro de 2008 – Associação Cultural Francisco João Júlio Hall, no município de Ita - SC;
- 14 - Portaria nº 608, de 18 de setembro de 2008 – Centro Comunitário Esperança, no município de Miranorte - TO;
- 15 - Portaria nº 612, de 19 de setembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Sustentável de Bonito, no município de Bonito - PA;
- 16 - Portaria nº 618, de 19 de setembro de 2008 – Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã, no município de Itirapuã - SP;
- 17 - Portaria nº 632, de 19 de setembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural Tabirense, no município de Tabira - PE;
- 18 - Portaria nº 646, de 24 de setembro de 2008 – Associação Cultural Rádio Comunitária Antoninense, no município de Antonina - PR;
- 19 - Portaria nº 658, de 8 de outubro de 2008 – Associação dos Amigos da Colônia Agrícola Vicente Pires, na localidade de Taguatinga - DF;
- 20 - Portaria nº 659, de 8 de outubro de 2008 – Associação Cultural dos Moradores e Comensais do Lago Norte, na localidade do Lago Norte - DF; e
- 21 - Portaria nº 660, de 8 de outubro de 2008 – Associação Cultural dos Moradores do Lago Sul, na localidade do Lago Sul - DF.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



EM Nº. 423/2008/MC

Brasília, 14 de julho de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADICAB)**, no Município de Carrasco Bonito, Estado de Tocantins, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.011138/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*



**PORTARIA Nº 420 DE 2 DE JULHO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.011.138/04 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 0601 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADICAB)**, com sede na Praça Ulisses Guimarães, nº. 100- Centro, no município de Carrasco Bonito, Estado de Tocantins, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 05º 19' 41'' S e longitude em 48º 02' 13'' W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HÉLIO COSTA**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0218 /2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53000.011138/04 protocolizado em 15/03/2004.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADICAB), município de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins.

## **I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADICAB) inscrita no CNPJ sob o número 05.016.511/0001-15, no Estado do Tocantins, ~~com sede na Praça~~ **Ulisses Guimarães, nº 100 - centro, município de Carrasco Bonito, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 03 de março de 2004 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.**

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28/01/2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

## II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Avenida Tocantins, nº 647 - centro, no município de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins, de coordenadas geográficas em 05°19'31.1"S de latitude e 48°02'00.0"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 161/162, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas passando a constar: 05°19'41' S e 48°02'13" W no seguinte endereço: Avenida Valter Venâncio, s/nº, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme fls. 242 dos autos.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "d", "h", "i", "j", "o" da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 165 a 274).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" - fls 161/162, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 276. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 277 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formuladas e encaminhadas pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "b", "i" e "j" da

Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome

Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADICAB);

- quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
José Ribamar da Conceição	Presidente
Raimundo da Silva	Vice - Presidente
João Pereira da Silva	1º Tesoureiro
Idoneide de Jesus Pereira	2ª Tesoureira
Maria da Conceição	1ª Secretária
Joneylannya da Silva Santos	2ª Secretária
José de Ribamar Pereira da Silva	Diretor Cultural

- localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Avenida Valter Venâncio, s/nº, município de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins.

- coordenadas geográficas

05°19'41" de latitude e 48°02'13" de longitude, correspondentes aos flados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 276, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 242 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADICAB)**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.011138/04 de 15 de março de 2004.

Brasília, 29 de agosto de 2007.

  
Relator da conclusão Jurídica

**Lúcia Helena Magalhães Bueno Proc**  
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
Mat: 2312714  
SERAC/CORAC/DEOC/SC


  
Relator da conclusão Técnica

**Regina Aparecida Monteiro**  
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária  
Mat: 1320958  
SENGRAC/CORAC/DEOC/SC

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 29 de agosto de 2007.

  
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
Coordenadora - Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de agosto de 2007.

  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0218 /2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de agosto de 2007.

  
**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 691, DE 2009**

**(nº 1.545 /2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO COMUNITÁRIA DE ITIRAPUÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itirapuã, Estado de São Paulo.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 618 de 19 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itirapuã, Estado de São Paulo.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 104, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 412, de 2 de julho de 2008 - Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias, no município de Simão Dias - SE;
- 2 - Portaria nº 414, de 2 de julho de 2008 - Associação Cultural e Comunitária Arroioense, no município de Arroio do Meio - RS;
- 3 - Portaria nº 415, de 2 de julho de 2008 - Associação de Radiodifusão de Boa Vista - PB, no município de Boa Vista - PB;
- 4 - Portaria nº 419, de 2 de julho de 2008 - Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Apiúna, no município de Apiúna - SC;
- 5 - Portaria nº 420, de 2 de julho de 2008 - Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADICAB), no município de Carrasco Bonito - TO;
- 6 - Portaria nº 457, de 28 de julho de 2008 - Associação Comunitária Betel, no município de Macau - RN;
- 7 - Portaria nº 463, de 28 de julho de 2008 - Associação Comunitária de Ação Social de Icarai de Minas, no município de Icarai de Minas - MG;
- 8 - Portaria nº 495, de 15 de agosto de 2008 - Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Candéal, no município de Cordeiros - BA;
- 9 - Portaria nº 517, de 29 de agosto de 2008 - Associação Comunitária de Ação Social e Cultural de Nazário - ACOMASC, no município de Nazário - GO;
- 10 - Portaria nº 532, de 29 de agosto de 2008 - Associação Comunitária Icaraimense, no município de Icaraima - PR;
- 11 - Portaria nº 536, de 29 de agosto de 2008 - Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras, no município de Araras - SP;
- 12 - Portaria nº 601, de 18 de setembro de 2008 - Associação de Rádio Comunitária - FM de Lindóia do Sul, no município de Lindóia do Sul - SC;
- 13 - Portaria nº 603, de 18 de setembro de 2008 - Associação Cultural Francisco João Júlio Hall, no município de Ita - SC;
- 14 - Portaria nº 608, de 18 de setembro de 2008 - Centro Comunitário Esperança, no município de Miranorte - TO;
- 15 - Portaria nº 612, de 19 de setembro de 2008 - Associação de Desenvolvimento Sustentável de Bonito, no município de Bonito - PA;
- 16 - Portaria nº 618, de 19 de setembro de 2008 - Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã, no município de Itirapuã - SP;
- 17 - Portaria nº 632, de 19 de setembro de 2008 - Associação Comunitária e Cultural Tabireense, no município de Tabira - PE;
- 18 - Portaria nº 646, de 24 de setembro de 2008 - Associação Cultural Rádio Comunitária Antoninense, no município de Antonina - PR;



19 - Portaria nº 658, de 8 de outubro de 2008 – Associação dos Amigos da Colônia Agrícola Vicente Pires, na localidade de Taguatinga - DF;

20 - Portaria nº 659, de 8 de outubro de 2008 – Associação Cultural dos Moradores e Comensais do Lago Norte, na localidade do Lago Norte - DF; e

21 - Portaria nº 660, de 8 de outubro de 2008 – Associação Cultural dos Moradores do Lago Sul, na localidade do Lago Sul - DF

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

EM nº. 571/2008-MC

Brasília, 6 de outubro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã**, no Município de Itirapuã, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.006901/06, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

**PORTARIA Nº 618 DE 19 DE SETEMBRO DE 2008.**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.006.901/06 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1644 - 1.08/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã, com sede na Rua Francisco Coelho de Freitas, nº 5278, Centro, no município de Itirapuã, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º 38' 24" S e longitude em 47º 13' 20" W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM  
CONCORRENTES**

**RELATÓRIO Nº 0313/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53000.006901/06 protocolizado em 08 de fevereiro de 2006.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã, município de Itirapuã, Estado de São Paulo

**I- INTRODUÇÃO**

1. A Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã inscrita no CNPJ sob o número 04.209.066/0001-47, no Estado de São Paulo, com sede na Rua Francisco Coelho de

**Freitas, nº 5278, Centro, município de Itirapuã - SP, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 16 de janeiro de 2006, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.**

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 22/05/2006** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

## **II – RELATÓRIO**

### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e ~~Normas regulamentar~~ nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Francisco Coelho de Freitas, 5278, Centro, no município de Itirapuã, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 20°38'24"S de latitude e 47°13'20"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 125, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom, as coordenadas geográficas são as mesmas que a tornaram a selecionada.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “e”, “h” e “i” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 131 a 200).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” - fls 138 e 139, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme se observa nas folhas 195. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, ~~mais~~ especificamente no intervalo de folhas 01 a 192, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

**Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã;**

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Célio Pereira da Silva	Presidente
Alzira Helena de Souza Melo	Vice-Presidente
José Aparecido Barato	Secretário
José Dalvo Nascimento	Tesoureiro
Isley Ferreira de Castro	Diretor Comunitário

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Francisco Coelho de Freitas, nº 5278, Centro, município de Itirapuã, Estado de São Paulo.

- **coordenadas geográficas**

20°38'24"S de latitude e 47°13'20"W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 195, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 138 e 139, e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.006901/06, de 08 de fevereiro de 2006.

Brasília, 09 de novembro de 2007.

*Natalia Remington*  
Relator da conclusão Jurídica  
SIAP: 1581463

*Artur Costa Nozelli*  
Relator da conclusão Técnica  
Engenheiro Eletricista - Mat. 1563684  
CORPO/SECC/DEOC/SCE/MS

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 09 de novembro de 2007

*Alexandra Luciana Costa*  
**ALEXANDRA LUCIANA COSTA**  
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 09 de novembro de 2007.

*Carlos Alberto Freire Resende*  
**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0313/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 09 de novembro de 2007.

*Zilda Beatriz S. de Campos Abreu*  
**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 692, DE 2009

(nº 1.551/2009, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ESPÍRITO SANTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 101 de 16 de março de 2005, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Espírito Santo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 105, de 2009.

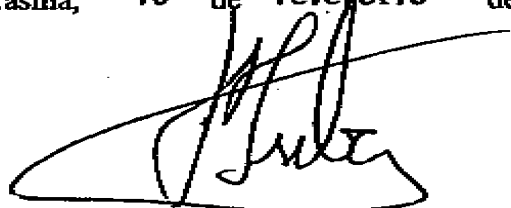
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.834, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 627, de 9 de dezembro de 2003 – Associação de Difusão Comunitária Prefeito Luiz Gonzaga Bonissoni, na cidade de Ouro - SC;
- 2 - Portaria nº 443, de 28 de agosto de 2003 – Associação Fraternal e Cultural de Fazenda Rio Grande, na cidade de Fazenda Rio Grande - PR;
- 3 - Portaria nº 550, de 5 de novembro de 2003 – Fundação Francisco Ferreira de Lima de Proteção a Maternidade, a Infância, ao Idoso e a Natureza - FUNPROMIN, no município de Bom Sucesso - PB;
- 4 - Portaria nº 557, de 5 de novembro de 2003 – Associação de Desenvolvimento Comunitária de Tianguá - ADECOM, na cidade de Tianguá - CE;
- 5 - Portaria nº 776, de 22 de dezembro de 2003 – Clube de Mães Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Itabi, na cidade de Itabi - SE;

- 6 - Portaria nº 36, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Sócio-Cultural Mar Azul, na cidade de Estância - SE;
- 7 - Portaria nº 46, de 16 de janeiro de 2004, alterada pela de nº 129, de 12 de abril de 2004 – Associação Comunitária e Cultural Lago dos Tigres, na cidade de Britânia - GO;
- 8 - Portaria nº 173, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Serienne - ASCOSER, na cidade de Sério - RS;
- 9 - Portaria nº 211, de 28 de abril de 2004 – Associação Comunitária Pró-Cidadania de Croatá II, no município de Pacajus - CE;
- 10 - Portaria nº 222, de 28 de abril de 2004 – Associação São Benedito de Sales, no município de Sales - SP;
- 11 - Portaria nº 101, de 16 de março de 2005 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Espírito Santo, no município de São Bento do Una - PE;
- 12 - Portaria nº 167, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 13 - Portaria nº 200, de 11 de março de 2005 – Associação Comunitária Rádio Vale Azul FM de Itaquiraí, no município de Itaquiraí - MS;
- 14 - Portaria nº 216, de 17 de março de 2005 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ferreiros - ACCCFE, no município de Ferreiros - PE;
- 15 - Portaria nº 280, de 28 de junho de 2005 – Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião, no município de Choró - CE;
- 16 - Portaria nº 512, de 8 de novembro de 2005 – Associação Cultural de Rádio Comunitária de Sooretama/ES, no município de Sooretama - ES;
- 17 - Portaria nº 517, de 8 de novembro de 2005 – Associação Cultural Fátima Comunitária, no município de Canoas - RS;
- 18 - Portaria nº 594, de 24 de novembro de 2005 – Associação Comunitária Remanso, no município de Quixeramobim - CE;
- 19 - Portaria nº 600, de 24 de novembro de 2005 – Associação Livre Comunitária de Radiodifusão (Ativa FM), no município de Novo Mundo - MT;
- 20 - Portaria nº 26, de 7 de fevereiro de 2006 – Associação Comunitária Santa Edwiges, no município de Nova Odessa - SP;
- 21 - Portaria nº 53, de 15 de fevereiro de 2006 – Associação Cultural Comunitária Fonte e Vida do Embu, no município de Embu - SP;
- 22 - Portaria nº 106, de 16 de março de 2006 – Associação Comunitária de Bilac para o Desenvolvimento Cultural, Social e Artístico, no município de Bilac - SP;
- 23 - Portaria nº 119, de 23 de março de 2006 – Associação Radiodifusão Comunitária Mais Esperança FM, no município de Barra de Guabiraba - PE; e
- 24 - Portaria nº 120, de 12 de março de 2006 – Associação Beneficente “Poeta Bernardino Valença Borba”, no município de Cortês - PE.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.





MC 00267 2008

Brasília, 20 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação de Radiodifusão Comunitária de Espírito Santo**, no Município de São Bento do Una, Estado de Pernambuco, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53103.000515/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Urge salientar que o presente feito já foi objeto de análise por parte desta Casa e a referida autorização fora outorgada pela Portaria nº 101, de 16 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 de março de 2006. No entanto, em razão das exigências demandadas pelo Ato Normativo nº 01, de 1999, da CCTCI, os autos retornaram a este Ministério para reexame, através da Mensagem Presidencial nº 417, de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de junho de 2007.
6. Ademais, após o devido reexame do feito, tem-se que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
7. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

## **PORTARIA Nº 101 DE 16 DE MARÇO DE 2005.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000515/01 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 0050 – 1.08/2005, resolve:

**Art. 1º** Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Espírito Santo, com sede na Praça Osvaldo Celso Maciel, s/nº - Centro, no município de São Bento do Una, Estado de Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

**Parágrafo único.** A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

**Art. 2º** A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 08º28'35"S e longitude em 36º20'19"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

**Art. 3º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HÉLIO COSTA**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO Nº 250/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC -SLP**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53.103.000.515-01  
protocolizado em 26.12.2001.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a  
exploração do Serviço de  
Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação de Radiodifusão  
Comunitária de Espírito Santo,  
município de São Bento do Una,  
Estado de Pernambuco.

## **I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação de Radiodifusão Comunitária de Espírito Santo, inscrita no CNPJ sob o número 03.383.214/0001-82 no Estado de Pernambuco, com sede na Praça Osvaldo Celso Maciel, s/nº, município de São Bento do Una, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 26 de dezembro de 2001 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 12.11.2001 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

## **II – RELATÓRIO**

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela *requerente*, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a *requerente* indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Vila de Espírito Santo, s/nº - 2 Distrito no município de São Bento do Una, Estado de Pernambuco, de coordenadas geográficas em 08º28'35,3"S de latitude e 36º20'18,7"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 13 e 14, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. As coordenadas inicialmente apresentadas não foram alteradas, mas arredondadas para números inteiros com apenas dois dígitos, conforme documentos de fls. 18, 19 e 83.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, V, VI, VIII e X da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 16 a 126).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” - fls 83, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 129 e 130. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 131 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### **III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO**

**10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:**


- **nome**  
Associação de Radiodifusão Comunitária de Espírito Santo
- **quadro diretivo**  
Presidente: José Nilton da Silva  
Vice-presidente: Ednaldo do Nascimento  
Secretário: José Marleudo da Silva  
Tesoureiro: Maria Izaete da Silva
- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**  
Praça Osvaldo Celso Maciel, s/nº, Centro, município de São Bento do Una, Estado de Pernambuco.

- **coordenadas geográficas**

08°28'35" de latitude e 36°20'19" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 129 e 130, bem como "Formulário de Informações Técnicas" fls 83 e que se referem à localização da estação.

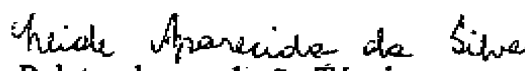
11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação de Radiodifusão Comunitária de Espírito Santo** no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.103.000.515-01 de 26 de dezembro de 2001.

Brasília, 27 de outubro de 2004.

  
Relator da conclusão Jurídica  
**Sibela Leandra Portela**  
Chefe de Divisão / SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

  
Relator da conclusão Técnica  
**Neide Aparecida da Silva**  
Chefe de Divisão / SSR

Brasília, 29 de outubro de 2004.

  
**WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR**  
Coordenador - Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Brasília, 29 de outubro de 2004.



**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

---

Aprovo o Relatório nº <sup>250</sup> /2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 29 de outubro de 2004..



**ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)*



# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 693, DE 2009**

**(nº 1.552 /2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CIDADANIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 167 de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

**Mensagem nº 105, de 2009.**

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

**Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:**

**1 - Portaria nº 2.834, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 627, de 9 de dezembro de 2003 – Associação de Difusão Comunitária Prefeito Luiz Gonzaga Bonissoni, na cidade de Ouro - SC;**

**2 - Portaria nº 443, de 28 de agosto de 2003 – Associação Fraternal e Cultural de Fazenda Rio Grande, na cidade de Fazenda Rio Grande - PR;**

**3 - Portaria nº 550, de 5 de novembro de 2003 – Fundação Francisco Ferreira de Lima de Proteção a Maternidade, a Infância, ao Idoso e a Natureza - FUNPROMIN, no município de Bom Sucesso - PB;**

- 4 - Portaria nº 557, de 5 de novembro de 2003 - Associação de Desenvolvimento Comunitária de Tianguá - ADECOM, na cidade de Tianguá - CE;
- 5 - Portaria nº 776, de 22 de dezembro de 2003 - Clube de Mães Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Itabi, na cidade de Itabi - SE;
- 6 - Portaria nº 36, de 15 de janeiro de 2004 - Associação Comunitária Sócio-Cultural Mar Azul, na cidade de Estância - SE;
- 7 - Portaria nº 46, de 16 de janeiro de 2004, alterada pela de nº 129, de 12 de abril de 2004 - Associação Comunitária e Cultural Lago dos Tigres, na cidade de Britânia - GO;
- 8 - Portaria nº 173, de 16 de abril de 2004 - Associação Comunitária Serienne - ASCOSER, na cidade de Sério - RS;
- 9 - Portaria nº 211, de 28 de abril de 2004 - Associação Comunitária Pró-Cidadania de Croatá II, no município de Pacajus - CE;
- 10 - Portaria nº 222, de 28 de abril de 2004 - Associação São Benedito de Sales, no município de Sales - SP;
- 11 - Portaria nº 101, de 16 de março de 2005 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Espírito Santo, no município de São Bento do Una - PE;
- 12 - Portaria nº 167, de 16 de fevereiro de 2005 - Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 13 - Portaria nº 200, de 11 de março de 2005 - Associação Comunitária Rádio Vale Azul FM de Itaquiraí, no município de Itaquiraí - MS;
- 14 - Portaria nº 216, de 17 de março de 2005 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ferreiros - ACCCFE, no município de Ferreiros - PE;
- 15 - Portaria nº 280, de 28 de junho de 2005 - Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião, no município de Choró - CE;
- 16 - Portaria nº 512, de 8 de novembro de 2005 - Associação Cultural de Rádio Comunitária de Sooretama/ES, no município de Sooretama - ES;
- 17 - Portaria nº 517, de 8 de novembro de 2005 - Associação Cultural Fátima Comunitária, no município de Canoas - RS;
- 18 - Portaria nº 594, de 24 de novembro de 2005 - Associação Comunitária Remanso, no município de Quixeramobim - CE;
- 19 - Portaria nº 600, de 24 de novembro de 2005 - Associação Livre Comunitária de Radiodifusão (Ativa FM), no município de Novo Mundo - MT;
- 20 - Portaria nº 26, de 7 de fevereiro de 2006 - Associação Comunitária Santa Edwiges, no município de Nova Odessa - SP;
- 21 - Portaria nº 53, de 15 de fevereiro de 2006 - Associação Cultural Comunitária Fonte e Vida do Embu, no município de Embu - SP;
- 22 - Portaria nº 106, de 16 de março de 2006 - Associação Comunitária de Bilac para o Desenvolvimento Cultural, Social e Artístico, no município de Bilac - SP;
- 23 - Portaria nº 119, de 23 de março de 2006 - Associação Radiodifusão Comunitária Mais Esperança FM, no município de Barra de Guabiraba - PE; e
- 24 - Portaria nº 120, de 12 de março de 2006 - Associação Beneficente "Poeta Bernardino Valença Borba", no município de Cortês - PE.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



MC 00272 2008

Brasília, 21 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania**, no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo n.º 53.770.001.305/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Urge salientar que o presente feito já foi objeto de análise por parte desta Casa e a referida autorização fora outorgada pela Portaria n.º 167, de 16 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de fevereiro de 2005. No entanto, em razão das exigências demandadas pelo Ato Normativo n.º 01, de 1999, da CCTCI, os autos retornaram a este Ministério para reexame, através da Mensagem Presidencial n.º 417, de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de junho de 2007.
6. Ademais, após o devido reexame do feito, tem-se que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
7. Esclareço que, de acordo com o § 3.º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

MC 00272 2008

Brasília, 21 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania**, no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo n.º 53.770.001.305/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Urge salientar que o presente feito já foi objeto de análise por parte desta Casa e a referida autorização fora outorgada pela Portaria n.º 167, de 16 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de fevereiro de 2005. No entanto, em razão das exigências demandadas pelo Ato Normativo n.º 01, de 1999, da CCTCI, os autos retornaram a este Ministério para reexame, através da Mensagem Presidencial n.º 417, de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de junho de 2007.
6. Ademais, após o devido reexame do feito, tem-se que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
7. Esclareço que, de acordo com o § 3.º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 167 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2005.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53770.001305/99 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1582 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania, com sede na Rua Joaquim Peçanha, nº 80 – Bairro Parque Lafaiete, parte, no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º47'06"S e longitude em 43º19'26"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**EUNÍCIO OLIVEIRA**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO Nº 227/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53.770.001.305/99,  
protocolizado em 08 de outubro de  
1999.

**OBJETO:** Requerimento de autorização para a  
exploração do Serviço de  
Radiodifusão Comunitária.

**INTERESSADO:** Associação Comunitária de  
Comunicação e Cidadania  
município de Duque de Caxias,  
Estado do Rio de Janeiro.

**I - INTRODUÇÃO**

1. A Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania, inscrita no CNPJ sob o número 03.434.746/0001-00, no Estado do Rio de Janeiro, com sede na Rua Joaquim Peçanha, nº 80, Bairro Parque Lafaiete, no município de Duque de Caxias, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 06 de outubro de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como *requerente*, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 09 de setembro de 1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Cultural Rádio Difusora Quarup– Processo nº 53.770.000.451/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: diante do decurso de prazo concedido no ofício nº 2176/04, datado de 12/03/04, relativo ao acordo proposto pelo Ministério das Comunicações, utilizou-se o critério da Representatividade, em obediência ao disposto na Legislação específica, do qual constatou-se que esta Entidade apresentou menor número de manifestações em apoio à iniciativa que a sua concorrente – critério de seleção determinado pelo subitem 6.10.2 da Norma Complementar 02/98, sagrando-se vencedora a Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 6541, datado de 07/06/2004, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Ademais, foi encaminhado à Entidade o ofício nº 13747/04 de 06/08/2004, informando acerca do arquivamento do processo em decorrência da documentação recebida neste Ministério aos 19/05/2004. (cópia do ofício e AR Postal em anexo). Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

## **II – RELATÓRIO**

### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Amazonas, 617, no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, de coordenadas geográficas em 22°47'10"S de latitude e 43°18'05"W de longitude. Vale salientar que as coordenadas e endereço inicialmente informados não são os mesmos do item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação, vez que após a primeira análise técnica, a Entidade apresentou novas coordenadas com mudança de endereço (fls.72 e 74). Outrossim, foi solicitado à Associação por meio do ofício 10392/03 de 30/10/03 que indicasse as coordenadas reais, medidas com equipamento específico GPS, em razão da incorreção das que foram informadas. Foram encaminhadas as reais coordenadas e endereço, que foram devidamente analisados e aceitos por este Departamento (fls.114/115), tendo sido apresentado projeto técnico (fls.133/134) e planta de arruamento com indicação das coordenadas (fls.138). Extrai-se do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom, a devida instrução do processo (fls.141 e 142).

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 52 e 53, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.



7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: **apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, IV, V, VIII e X da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica dos processos nº 53.770.001.305/99 e 53.770.000.451/99 referentes às interessadas na localidade e em observância ao disposto no subitem 6.10.1 da Norma 02/98, foi encaminhado ofício para que se estabelecesse uma associação entre as mesmas, ocorre que, frente ao silêncio das entidades e considerando o decurso do prazo concedido, utilizou-se o critério de seleção apontado no subitem 6.10.2 da Norma 02/98, do qual constatou-se que a requerente conta com maior número de manifestações em apoio que a sua concorrente, em decorrência de tal fato a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 56 a 140).**

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 133, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 141 e 142. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

**09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 140 dos autos, corresponde ao que se segue:**

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiroe adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### **III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO**

**10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:**

- **nome**

**Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania;**

- **quadro diretivo**

Presidente: Ricardo da Fonseca Ignez

Vice-presidente: Adolfo Antonio Ramos de Almeida

Tesoureiro: Sandro Marcelo do Rosário Hilário

Dir.Patrim: Christian Danny Alo de Oliveira Lopes

Secretária: Marcia Antunes Silva

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Joaquim Peçanha nº 80, Parque Lafaita, município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro;

- **coordenadas geográficas**

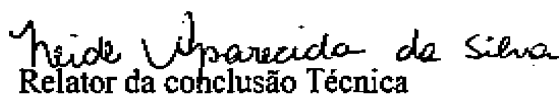
22°47'06" de latitude e 43°19'26" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls.141 e 142, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 133 e 134 e que se referem à localização da estação.


11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.770.001.305/99, de 08 de outubro de 1999.

Brasília, 13 de outubro de 2004.

  
Alencio Oliveira Brito  
Chefe de Seção / SSR

Relator da conclusão Jurídica

  
Neide Aparecida da Silva  
Relator da conclusão Técnica

  
Neide Aparecida da Silva  
Chefe de Divisão / SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília, 15 de outubro de 2004



**WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR**  
Coordenador – Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 18 de outubro de 2004.



**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

---

Aprovo o Relatório nº 227/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 10 de outubro de 2004.



**ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 694, DE 2009**

**(nº 1.560 /2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO 910 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 27 de novembro de 2008, que outorga concessão à Rádio 910 Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.**

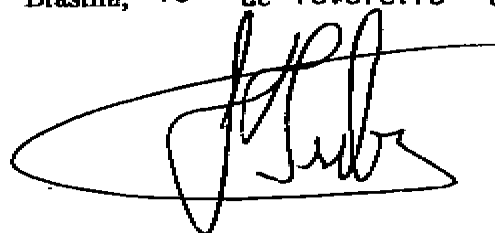
**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 92, de 2009.

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 27 de novembro de 2008, que outorga concessão à Rádio 910 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



**EM nº. 528/2008-MC**

**Brasília, 18 de setembro de 2008.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da República,**

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 155/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em onda média, no Município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio 910 Ltda (Processo nº 53770.000358/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do projeto de decreto.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

**Respeitosamente,**

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**DECRETO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008.**

Outorga concessão à Rádio 910 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53770.000358/2002, Concorrência nº 155/2001-SSR/MC,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio 910 Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

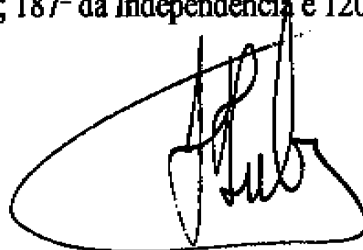
Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.



## **RÁDIO 910 LTDA**

### **- CONTRATO SOCIAL -**

**SÉRGIO SORA**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG. nº 12.676.283 SSP/SP e do CPF/MF sob no. 035.034.788-33, residente e domiciliado à Rua Sáfira, 326 – Apto. 151 – Aclimação - S.P

**OLIVESTON DIAS PEREIRA**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG no. 007.640.150-4 SSP/RJ e do CPF/MF Sob no. 003.191.427-60, residente e domiciliado à Rua Antoninho Marmo, 501 – Vila Irmãos Arnoni – Tremembé – SP., Têm entre si justa e contratada a constituição de uma sociedade de cotas de responsabilidade limitada, que se regerá pela cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A Sociedade girará sob a denominação social de **RÁDIO 910 LTDA**, e a sua finalidade será a execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer de onda média, frequência modulada, sons e imagens (televisão), onda curta e onda tropical, mediante autorização prévia do Poder Concedente, na forma da Lei e da legislação vigentes.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Os objetos expressos da Sociedade de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de Outubro de 1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para suportar os encargos da empresa e a sua necessária expansão.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A sociedade terá sua sede e foro nesta Capital à Rua Direita, 32 – Cj. E 703, Centro – São Paulo – S.P.

**CLÁUSULA QUARTA:** A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e suas atividades somente terão início a partir da data em que o Poder Concedente deferir o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome.

§ Único: Em caso de dissolução, cisão, incorporação, serão observados os dispositivos da Lei.

**CLÁUSULA QUINTA:** A Sociedade se compromete por seus Diretores e Sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual, sem a prévia autorização do Poder Concedente, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

**CLÁUSULA SEXTA:** As cotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão, sempre, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Poderão fazer parte das sociedade, pessoas jurídicas com participação de até 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e pertencente exclusiva e nominalmente a brasileiros.

**CLÁUSULA OITAVA:** A Sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, ~~Portarias e quaisquer outras decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados~~, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação de radiodifusão em ~~curso~~.



**CLÁUSULA NONA:** A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** A Sociedade não poderá executar serviços nem obter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites previstos no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas pelos sócios da forma seguinte:

COTISTAS	Nº COTAS	VALOR
SÉRGIO SORA	99.000	R\$ 99.000,00
OLIVESTON DIAS PEREIRA	1.000	R\$ 1.000,00
TOTAL.....	100.000	R\$ 100.000,00

§ Primeiro - De acordo com o artigo 2º, "in fine" do Decreto nº 3708, de 10.01.1919, a responsabilidade dos sócios é limitada à importância do capital social.

§ Segundo - as cotas são individuais em relação à sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A integralização do capital social será efetivada em moeda corrente nacional pelos sócios, a saber:

- 10% (dez por cento), ou seja, R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), 30 dias após a assinatura do presente contrato; e
- 90% (noventa por cento), ou seja, R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais), como integralização total do capital, 60 (sessenta) dias após a data em que o Ministério das Comunicações publicar em Diário Oficial da União o ato de outorga da concessão ou permissão, se este for deferido em nome da sociedade.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** A Sociedade será administrada pelo sócio SÉRGIO SORA, na função de DIRETOR-GERENTE, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em Juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos, relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensado a prestação de caução.

§ ÚNICO - Os administradores da sociedade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e a sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder concedente.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:** Os sócios que prestarem serviços na sociedade poderão efetuar retiradas mensais a título de "pro-labore", que serão levadas à conta de despesas gerais e cujos níveis, fixados de comum acordo, não ultrapassarão os limites previstos pela legislação do Imposto de Renda.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA:** São proibidos os avais, fianças ou quaisquer garantias em favor de terceiros, em negócios ou operações não relacionados com o objeto social, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta Cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:** As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios e da autorização prévia do Poder Concedente, devendo o sócio comunicar aos demais, com antecedência de 30 (trinta) dias, ~~seu nome, na qualidade de~~ condições o sócio remanescente gozará do direito de preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:** Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, o capital e os lucros apurados no último balanço geral anual, ou em novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento ou interdição depois de seis meses da data da aprovação do balanço geral anual. Os haveres, assim apurados, serão pagos em 20 (vinte) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira se paga 06 (seis) meses após a data da aprovação dos citados haveres. Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, continuarem na sociedade, deverão designar quem os representará na sociedade no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Poder Concedente e, tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o quadro social, do que advirá necessariamente, a alteração do presente contrato social.

**CLAUSULA DÉCIMA OITAVA:** Os lucros apurados em balanço geral anual serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores, depois de deduzida, preliminarmente, a importância correspondente a 05% (cinco por cento) dos lucros líquidos para a constituição de um Fundo de Reservas até que atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.

§ Primeiro - O referido balanço geral anual das atividades da empresa será feito em 31 de dezembro de cada ano, constando a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato da conta de lucros e perdas.

§ Segundo - Se acusados forem prejuízos os mesmos serão suportados pelos sócios em partes proporcionais ao número de cotas de cada um.


**CLAUSULA DÉCIMA NONA:** Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

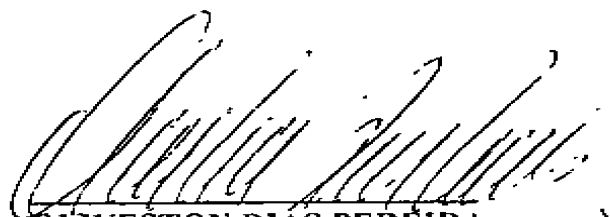
**CLAUSULA VIGÉSIMA:** É eleito o foro da Comarca de São Paulo/SP, para julgar qualquer litígio oriundo deste contrato.

**CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:** Os casos omissos neste contrato social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3708, de 10.01.1919 a cuja fiel observância das demais cláusulas deste compromisso, se obrigam diretores e sócios.


**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:** Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor, com ~~duas~~ duas testemunhas, abaixo assinadas, a tudo presentes.

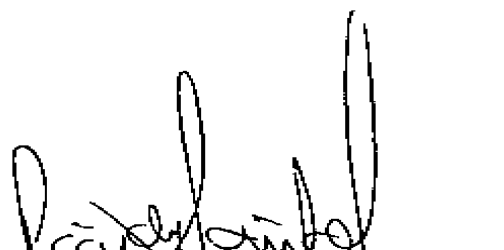
São Paulo, 20 de Março de 2.001.

  
**SERGIO SORA**  
RG. 12.676.283 SSP -SP

  
**OLIVESTON DIAS PEREIRA**  
RG. 007.640.150-4 SSP - RJ

Testemunhas:

  
**ISAIAS PEREIRA DE OLIVEIRA**  
RG. 1.841.254-3 SSP - PR  
CPF. 277.284.479-04

  
**RICARDO JOSE DOS SANTOS**  
RG. 16.527.690 SSP - SP  
CPF 087.417.998-01

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 672 a 694, de 2009, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do inciso III do art 91 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2006** (nº 273/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2009** (nº 939/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mar e Céu Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2009** (nº 963/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2009** (nº 869/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2009** (nº 876/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2009** (nº 922/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2009** (nº 740/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Popular - Acopop para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urupá, Estado de Rondônia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2009** (nº 810/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova União para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova União, Estado de Rondônia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2009** (nº 1.181/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2009** (nº 1.204/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Artesãos e Artistas de Lajeado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2009** (nº 1.272/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2009** (nº 1.314/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananindeua, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2009** (nº 621/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural e Social de Cardoso Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso Moreira, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2009** (nº 1.259/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural João Calvino para executar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2009** (nº 1.275/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tailândia, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2009** (nº 1.299/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2009** (nº 1.320/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Brigadistas de Sampaio – ABS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sampaio, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2009** (nº 1.341/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Banabuiú, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2009** (nº 1.369/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Heliópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heliópolis, Estado da Bahia.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2009** (nº 804/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Antonio Nezinho de Souza – Acans para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauriti, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2009** (nº 952/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio jornal Cultura do Ceará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Acaraú, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2009** (nº 1.179/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Iguatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2009** (nº 1.339/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2009** (nº 890/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Potiguar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mário Couto, do Estado do Pará.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pela ordem.) – Quero colaborar com V. Ex<sup>a</sup>, na abertura dos trabalhos, dizendo que, em primeiro lugar, quem chegou a fim de se inscrever para uma comunicação inadiável foi o Senador Mário Couto, do Pará; depois, o Senador Roberto Cavalcanti, da Paraíba; depois, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pronto, a nossa Secretária Executiva...

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – São os três que chegaram primeiro.

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR) – O quarto sou eu; o quinto, o Senador Papaléo.

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – Eu seria o quarto, mas eu acabei de fazer uma substituição, por cessão do Senador Roberto. Ele seria o quarto inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Primeiro, o Mário Couto, não é?

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, não acabei com a minha intervenção pela ordem.

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, ele seria o quarto inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Expedito Júnior, deixe-o acabar, pela ordem.



**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Eu só queria uma informação agora de V. Ex<sup>a</sup>: o que vai funcionar hoje à tarde? O Conselho de Ética ou o Plenário?

O Regimento é claro no sentido de que nenhuma reunião pode ser feita com o Plenário funcionando. Então, gostaria de consultar a Mesa nesta direção: vamos ter a ter sessão normal com o funcionamento do Conselho de Ética? Vai haver a reunião do Conselho de Ética e vai haver a reunião plenária, ou não vai haver a reunião plenária e vai haver o Conselho de Ética? Essa é a informação. Nas outras vezes foi assim; cancelou-se a sessão plenária para funcionar o Conselho de Ética. Mas quero ouvir a Mesa Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mário Couto, já começou aqui esta sessão deliberativa ordinária. Regimentalmente, durante a Ordem do Dia é que mandaremos suspender. Vamos avisar que terá início a Ordem do Dia e paralisaremos o Conselho de Ética ou qualquer outra comissão.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Quero informar a V. Ex<sup>a</sup> que a reunião do Conselho de Ética começa às 14 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pode começar. Regimentalmente ela não pode funcionar, nem ela e nem outra comissão, durante a Ordem do Dia.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Pois não. Estou apenas prestando um serviço de auxiliar técnico a V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – E nós agradecemos. Até cooperou.

Agora é o Senador Expedito Júnior, pela ordem.

Quero saber se V. Ex<sup>a</sup> está de acordo.

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – Estou de acordo. O Senador Roberto Cavalcanti cedeu a sua inscrição, que é a quarta na lista, para que eu possa fazer uso da palavra, desde que S. Ex<sup>a</sup> fale para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Então está inscrito para comunicação inadiável.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Em segundo lugar, não é? Primeiro, Mário Couto; segundo, Roberto Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Primeiro, Mário Couto; Roberto Cavalcanti, em segundo, Paulo Paim, em terceiro.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR) – Onde está o Senador Paulo Paim? Ah, está ali o Paulo Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> fica em quarto lugar.

Papaléo Paes, pela ordem.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desejo solicitar a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – E V. Ex<sup>a</sup> fica no banco de reservas, como o segundo. V. Ex<sup>a</sup> deve conseguir do Arthur Virgílio para falar como Líder do PSDB.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – E registrar o esquecimento de companheiros partidários. Ainda há pouco, o Senador Mário Couto esqueceu de me citar aqui; agora, o Senador Augusto Botelho esqueceu de citar o companheiro de Partido Paulo Paim. Espero que não seja consequência da reunião do Conselho de Ética.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, vamos passar aos oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Cristovam Buarque. S. Ex<sup>a</sup> é Senador do PDT do Distrito Federal.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje comemoraria 160 anos de idade um pernambucano que foi certamente um dos maiores nomes do Brasil, chamado Joaquim Nabuco. Talvez poucos tenham passado pela Casa do Congresso deixando marca tão forte como Joaquim Nabuco. Graças a ele, esta Casa recebeu flores nas cabeças dos Senadores quando foi aprovada a Lei Áurea; nunca mais a gente teve esse privilégio de receber flores.

Eu preparei, Sr. Presidente, um discurso cuidadoso sobre o que pensaria hoje Joaquim Nabuco dos dias de hoje.

Mas, Sr. Presidente, eu não vou falar porque acho que seria, com todo o respeito aos que decidirem falar, Senador Alvaro Dias, uma falta de respeito com o povo brasileiro que, neste momento, quer assistir à reunião do Conselho de Ética. Com toda a franqueza, um discurso sobre Joaquim Nabuco pode ser importante, é importante, é necessário, para passar a idéia aos brasileiros, sobretudo jovens, desse grande nome, Senador Jarbas Vasconcelos, que foi Joaquim Nabuco. Mas acho que, se eu consultasse Joaquim Nabuco, ele diria para eu não falar sobre ele no momento em que o povo inteiro está querendo assistir ao que vai acontecer no Conselho de Ética.

Muitos falam – e é verdade – que essa televisão Senado é uma das realizações do Presidente Sarney em alguns momentos em que ele foi Presidente. Hoje, se a TV Senado se negar a passar, a transmitir o que acontece no Conselho de Ética, está negando uma realização até mesmo do Presidente Sarney. E

eu não vejo nenhum impedimento no Regimento de que isso seja feito, bastava o Presidente decidir. Se ele não quisesse decidir, bastava convidar os Senadores a se pronunciarem.

Então, eu não vou fazer uso da palavra. Cheguei a pensar, Senador Paim, que está presidindo a sessão, em usar os meus dez minutos calado aqui. Cheguei a pensar em ficar calado durante dez minutos. Mas, em vez disso, quero dar a sugestão ao Presidente de que se suspenda esta sessão para que o povo brasileiro possa assistir ao Conselho de Ética, que é o que o povo quer.

Era isso que eu tinha a dizer, mas passo a palavra ao Senador Alvaro Dias e ao Senador Pedro Simon, que pediram para falar.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Cristovam, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Hoje, durante os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Pedro Simon levantou a questão. Tentamos, através de uma comissão constituída, chegar ao Presidente Sarney para fazer-lhe um apelo, a fim de que o horário do Conselho de Ética fosse alterado. Mas como chegou o vice-Presidente Marconi Perillo, eu vou até interromper o meu aparte e sugerir a V. Ex<sup>a</sup>, que está na tribuna, que peça ao Senador Marconi Perillo a suspensão desta sessão até que se encerrem os trabalhos do Conselho de Ética. Eu acho que é uma manifestação de respeito ao povo brasileiro, que tem perguntas que merecem respostas, indagações insubstituíveis que não podem ser ignoradas pelo Senado Federal. E exige o povo brasileiro transparência absoluta para poder julgar o comportamento de cada Senador nesta Casa. Por isso, volto a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, a fim de que possa solicitar ao Senador Marconi Perillo a suspensão dos trabalhos até o encerramento do Conselho de Ética.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Senador Marconi Perillo, eu tinha dito que não vou usar o meu tempo de fala e sugeri que o Plenário decida suspender esta sessão para que a TV transmita o Conselho de Ética.

Mas aqui estão inscritos o Senador Simon e o Senador Jarbas.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Eu acato a sugestão de V. Ex<sup>a</sup> e peço ao Senador Perillo... Eu acho que é um grande gesto que nós podemos fazer aqui para não manchar a história do Senado. É exatamente suspender a sessão, transferir a reunião para o Conselho de Ética, a fim de que a TV Senado possa transmitir a sessão do Conselho de Ética. É um absurdo, é algo que ficará marcado na nossa história, que, no momento em que o Conselho de Ética vai fazer uma reunião da maior importância, do maior significado, se marque a reunião do Conselho de Ética no

mesmo horário do plenário. E aí a TV Senado tem a obrigação de transferir o plenário. “Ah, mas é regimental!”. É regimental que se transmita primeiro o plenário, depois outras sessões. Mas não é regimental marcar reunião do Conselho de Ética no mesmo horário que o plenário. Então, já que marcaram, nós podemos, neste momento, atendendo a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente Perillo, encerrar, suspender esta reunião, para só reabri-la depois da reunião do Conselho de Ética. É a minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup> e o apelo que faço ao Presidente Perillo.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Presidente Perillo, se o senhor quiser se pronunciar de imediato,...

**O Sr. Jarbas Vasconcelos** (PMDB – PE) – Senador Cristovam...

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – ...eu, coerente, nem passaria... Se não, eu passo a palavra para o Senador Jarbas e, depois, o Senador Mário Couto.

**O Sr. Jarbas Vasconcelos** (PMDB – PE – Com revisão do aparteante) – V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão de se apressar em ir à tribuna para fazer essa proposta. A proposta é legítima, o Senado se encontra completamente desmoralizado, com a perspectiva, agora, do entendimento entre Lula e o PMDB envolvendo aqui membros da Bancada do PT, no sentido de arquivar todas as representações. Eu não sei qual a reação da população com relação a isso. E esse expediente malandro... Isso é uma malandragem, não é? O Senado está vivendo de malandragem, malandragem de grande parte, da maioria dos Senadores e também de funcionários categorizados, que, em lugar de ajudar, preferem ficar do lado da maioria, mas uma maioria episódica, eventual, que é hoje, não é amanhã.

Então, eu não vejo por que V. Ex<sup>a</sup> insistir – felizmente, a sessão do Senado está sendo agora presidida pelo seu 1º vice-Presidente, um homem independente e altivo – em suspender os trabalhos, porque tudo indica, Senador Cristovam Buarque, que essa sessão vai ser rápida. Eu queria que ela demorasse muito, mas vai ser rápida, para enterrar, ter um enterro de quinta categoria, ela vai ser rápida, não vai demorar. Mas era importante que esse enterro de quinta categoria fosse apresentado à Nação.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Senador Mário Couto.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Senador Cristovam, eu também concordo com V. Ex<sup>a</sup>. E quero chamar a atenção do Presidente Marconi Perillo de que não é a primeira vez – se V. Ex<sup>a</sup> decidir –, não é a primeira vez que se interrompe uma sessão ordinária do Senado para que se possa ter reunião do Conselho de Ética. Não é a

primeira vez. V. Ex<sup>a</sup> não está fazendo nada pela primeira vez. E quero também dizer, Senador Cristovam Buarque, que eu me inscrevi em primeiro lugar. Cheguei aqui muito cedo para fazer essa inscrição, porque gostaria de falar sobre o problema dos aposentados, que Governo está levando na barriga, levando na barriga, mas eu deixaria para amanhã. Deixaria para amanhã porque acho justa a colocação de V. Ex<sup>a</sup> e de outros Senadores que se pronunciaram em relação a este fato. Acho justo que o povo brasileiro possa ter acesso e possa ter conhecimento daquilo que vai acontecer hoje nesta tão importante reunião do Conselho de Ética. Por isso, eu também, mesmo como orador inscrito, como o primeiro, peço ao Presidente, também, que possa decidir: ou tem a reunião do Conselho de Ética ou tem a reunião ordinária desta Casa. Não poderão ocorrer as duas ao mesmo tempo, meu Senador, Presidente. E eu gostaria, então, por prudência, que V. Ex<sup>a</sup> pudesse decidir a favor do povo deste País, para que o povo brasileiro tenha a oportunidade de assistir a essa reunião, através desta magnífica TV Senado. Essa é a minha opinião, Sr. Presidente e Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Presidente Perillo, para que não recaia toda a responsabilidade sobre o senhor, eu sugiro que ponha em votação, para que o Plenário decida.

**O Sr. Papaléo Paes** (PSDB – AP) – Permita-me um aparte, Senador Cristovam?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Senador Papaléo.

**O Sr. Papaléo Paes** (PSDB – AP) – Eu quero concordar plenamente com V. Ex<sup>a</sup>. Nós deveremos ter a decisão imediata do Presidente, visto que vamos ficar falando aqui, e ficar obstruindo, se for o caso da suspensão da sessão, o Conselho de Ética.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Muito bem, Senador.

Peço permissão para sair da tribuna, já que não quero falar.

*Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

*Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque, Senadores e Senadoras, minha decisão, a decisão do Senador Marconi Perillo, é no sentido de suspender, acolhendo a

solicitação dos senhores. A Secretária da Mesa, no entanto, adverte-me aqui das hipóteses regimentais de suspensão da sessão.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – *(Intervenção fora do microfone)* Já houve várias vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Secretária me traz aqui alguns precedentes.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – *(Intervenção fora do microfone.)* Não é a primeira vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Eu acho que o encaminhamento... E até conversava com o colega Mão Santa, que é membro da Mesa, que não vejo problema nenhum em suspender...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Então suspenda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Até porque eu sou um democrata, e este assunto é um assunto que interessa ao Brasil. Eu vou colocar em votação. A maioria do Plenário, certamente, tomará a decisão. Não há como ser diferente.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Pela suspensão, Presidente.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Pela suspensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Peço aos Srs. Senadores que se manifestem.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Unanimidade, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com um voto contra, todos os demais Senadores são pela suspensão.

Assim, a Presidência vai suspender a sessão até que se encerre a reunião do Conselho de Ética.

Está suspensa a sessão.

*(Palmas.)*

*(A sessão é suspensa às 14 horas e 18 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Está reaberta a sessão, que foi interrompida por votação do Plenário, pedindo que fosse suspensa enquanto durasse a reunião da Comissão de Ética do Senado da República, presidida pelo Senador Paulo Duque. Então, o Presidente Marconi Perillo submeteu à votação do Plenário, que deliberou suspender a sessão enquanto perdurasse a reunião da Comissão de Ética.

Estamos diante do nosso Presidente Marconi Perillo, ao qual pedimos permissão para continuar chamando os oradores inscritos, que ficaram pacientemente aguardando.

Chamo para usar da palavra, para uma comunicação inadiável... O Cristovam Buarque cedeu... Já



usou a palavra... Estamos alternando... Aliás, a proposta partiu dele, do Senador Cristovam Buarque, para que fosse interrompida a sessão plenária enquanto durasse a reunião da Comissão de Ética, presidida pelo nobre Senador Paulo Duque.

Então, convidamos, alternando, o Senador Mário Couto, para uma comunicação inadiável.

Antes, pela ordem, o Presidente Marconi Perillo.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria só indagar a V. Ex<sup>a</sup> se é possível me inscrever pela Liderança do PSDB?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – É, sim. V. Ex<sup>a</sup> está inscrito pela Liderança do PSDB.

Tem a palavra o Senador Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu estava esperando desde cedo, cheguei aqui a uma e meia da tarde, meu nobre Senador Roberto, para que eu pudesse falar dos aposentados do meu querido Brasil.

Senador Presidente, é dramático o que hoje acontece com essa classe social.

Senador Mozarildo Cavalcanti, calcule V. Ex<sup>a</sup> há quanto tempo estamos lutando para que o Governo possa resolver essa questão.

Por isso, eu não poderia deixar de vir, hoje à tarde, falar à Nação e externar minha angústia em relação à atitude do Governo e dizer ao Ministro Pimentel que está na hora de deixar de massacrar os aposentados deste País.

Vejam, Srs. Senadores, há cinco semanas a classe dos aposentados deste País vem participando de uma mesa de diálogos com o Governo. Senador Mozarildo, ponha diálogo em cima dessa questão. Já se gastou, pelo menos em cada uma dessas reuniões, cinco ou seis horas de discussão. Parece até, Sr. Presidente, Mão Santa – e V. Ex<sup>a</sup> tem lutado junto com outros Senadores –, que os aposentados deste País estão pedindo esmola para o Governo Federal. Trata-se deste mesmo Governo, deste mesmo Presidente que subiu nos palanques pedindo voto aos aposentados do País e afirmando, Mozarildo, que se fosse Presidente iria acabar com o fator previdenciário, com a miséria dos aposentados do nosso querido País.

Engana, o Governo mente para os aposentados, o Governo senta a uma mesa de negociação e mente para os Senadores. Eu deixei de ir, eu deixei de ir, Mozarildo. Eu não consigo mais olhar, por exemplo, Senador Expedito, para a cara do Ministro Pimentel. Que cara mais malvada, que cara mais perversa! Um homem destes parece que não tem pai, parece que não teve pai para olhar para um senhor de idade e ter,

pelo menos, a consideração de dizer: você terá uma vida até o final dela. Será que este Ministro não tem pai para olhar, Senador Expedito? Sinceramente, o povo cearense que me desculpe, desculpem-me os cearenses, mas este Ministro está massacrando os aposentados.

Enquanto este Ministro não sentou à mesa para o diálogo, para a negociação, estava mais ou menos. Ele sentou e estragou tudo. Enquanto era o Fontana, tudo bem. Sentou o Ministro, estragou tudo. Parece que ele tem ódio, parece que ele tem raiva. Eu não consigo entender, Sr. Presidente, como um homem guarda ódio dos velhinhos deste País, que trabalharam tanto por este País, que prestaram serviços para este País, que esperavam no fim da sua vida ter uma vida digna.

Não se está pedindo esmola, Ministro! É um direito adquirido de cada aposentado deste País, Ministro! É um direito adquirido! Presidente Lula, cumpra com a sua palavra. V. Ex<sup>a</sup> está para sair do poder. Amanhã, os seus companheiros de Partido, aqueles que votaram em V. Ex<sup>a</sup>, irão passar por V. Ex<sup>a</sup> e dizer: “Companheiro, você esteve lá no poder e não resolveu a situação dos aposentados que você mesmo disse, em palanque, que ia resolver”. Aí eu quero ver a cara do Lula. Esteve lá por oito anos, massacrando os aposentados. O pior Presidente para os aposentados do Brasil! O pior! Ele está maltratando mesmo para matar. Ele sabe a situação dos aposentados. O Presidente da República sabe! O Presidente da República tem consciência de como vivem os aposentados neste País. Ele sabe que muitos aposentados não conseguem viver naturalmente neste País. Ele sabe que os aposentados estão morrendo neste País! Ele sabe que os aposentados não têm condição de ir a um hospital, não têm condição de tomar remédio porque não têm dinheiro. E toda semana passa para a outra. Não se resolveu nesta semana, passa para a outra.

Eu não sento mais! Ou vota, ou então vamos ser radicais. Ou vota os projetos... E vejam, Brasil, os projetos são de um Senador do PT! Os projetos que regularizam a situação dos aposentados, que dão o direito adquirido aos aposentados são de um Senador do PT, do Senador Paulo Paim, que estava aqui nesta Casa, arquivados dentro de uma gaveta. E nós tiramos e estamos agora, humildemente, pedindo ao Presidente para resolver essa situação.

Estão nos fazendo de palhaço! Estão nos fazendo de palhaço! Eu não acredito mais neste Governo. Para mim este Governo não é sério. Falta com a verdade!

O Ministro Luiz Pimentel... É Luiz Pimentel?

José Pimentel! São tantos, são cinquenta, que a gente esquece os nomes. Piauiense! Eu duvido que um Senador da República aqui terá um litro de açaí

doado por mim, açai do grosso, do Estado do Pará. Quem? O Senador que disser para mim agora o nome dos 41 ou 42 Ministros do Governo Lula? Duvido. Duvido que tenha um que saiba de cabeça todos os Ministérios. Duvido!

Mas, Mozarildo, este Ministro tem uma cabecinha redonda. Geralmente, o cearense tem a cabeça chata. Esse tem uma cabecinha redonda, assim, uma aparência do Hitler. Ele tem a aparência e tem atitudes do Adolf Hitler, porque ele é insaciável, ele gosta de ver dor, ele gosta de ver sofrimento! Já foi colocado à mesa tudo que se podia fazer, e ele está aí massacrando!

Eu não vou mais, Presidente, negociar com ninguém. Eu vou propor ao Presidente Paim – e tenho certeza que ele vai aceitar –, na próxima semana, nós vamos “brigar” para que esses projetos sejam votados. E eles vão passar. Eles vão ser aprovados. A consciência dos deputados hoje mudou muito. Mudou muito! Eles vão ser aprovados. Nós vamos agora para o voto, Presidente Mão Santa. Chega de nos enganar! Chega de nos fazer de palhaços! Faltaram com a verdade e isto é característico desse Governo: a mentira.

Está aí a Dilma provando e mostrando que a mentira neste Governo é normal. Ela é normal, é natural, se faz com tranquilidade, se mente com tranquilidade. Não se tem postura séria de sentar a uma mesa, discutir e cumprir com a palavra.

Mais uma vez, está sendo mostrado. Cansei! Não irei mais. Lutarei agora para que ainda durante este mês se vote, porque o grande objetivo – e já concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mozarildo Cavalcanti – deste Governo V. Ex<sup>a</sup> sabe qual é? É ir nos levando com a barriga. E já conseguiu nos levar! Já conseguiu nos levar o ano inteiro, Senador Expedito Júnior! Já passamos do meio do ano. Findou o ano e, no ano que vem, dificilmente teremos esta Casa com normalidade, porque será ano eleitoral.

É isso o que o Governo quer, meu Senador ACM! Veja a postura deste Governo, veja a maldade deste Governo, veja como ele usa de artifícios para massacrar o brasileiro, massacrar o nosso povo, massacrar os velhinhos deste País!

Pois não, Senador Mozarildo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Mário Couto, V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema pelo qual, na verdade, vem batalhando há muito tempo. Todos nós estamos envolvidos com isso. Mas quero dizer uma coisa: não perca tempo em reclamar do Ministro da Previdência nem da Ministra Dilma. O responsável por isso chama-se Presidente Lula. Ele é quem comanda os Ministros. Se ele quisesse corrigir esta questão, essa injustiça contra os aposentados, já o teria feito há muito tempo. Quando ele quer, ele faz rápido. Está

aí a reforma do Palácio do Planalto, feita na marra. São 200 milhões para ele ficar melhor lá no palácio. Está aí o veto que ele impôs à proibição de aumentar recursos para publicidade. Isso ele sabe fazer muito bem. Se quisesse, ele já teria feito isso aí.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – É verdade. Agora, sabe o que dói, Mozarildo? Dói a falta de ética. O que dói é a mentira! O que dói é a enganação, Mozarildo! Não precisa enganar, Mozarildo! Fala a verdade, Ministro! Fala a verdade! Não dá! Não fica levando na barriga, não fica enganando! Essa é uma postura ridícula!

Nós temos uma pesquisa hoje que 91,2%, de 70 mil aposentados que votaram – 91,2% –, querem que seja votado o projeto. E é para isso que nós vamos partir, meus queridos aposentados deste País. Mas foi bom. Foi bom se tentar negociar com o Governo, para que se mostre a cara deste Governo! Para que se mostre como o Governo não quer, na sua realidade, que os velhinhos deste País possam ter os seus dias últimos com decência! Para mostrar que este Governo não fala a verdade! Para mostrar que o nosso Presidente da República faltou com a verdade, quando foi aos palanques na sua campanha dizer que ia resolver o problema dos aposentados deste País! V. Ex<sup>a</sup> não cumpriu, Presidente Lula. V. Ex<sup>a</sup> não cumpriu até hoje e vai sair do seu governo devendo isso. Eu quero ver os companheiros chegarem com V. Ex<sup>a</sup>, depois que V. Ex<sup>a</sup> sair do Governo, e dizer: V. Ex<sup>a</sup> fez tudo, ajudou 12 milhões. Agora são 12 milhões daqueles que ganham o Bolsa Família. E por que esse ódio? Por que essa raiva? Por que essa condenação aos velhinhos do nosso País?

Puxa, Presidente Lula! Está na hora de parar, Presidente! Toque a mão na sua consciência, Presidente Lula! Foi promessa de V. Ex<sup>a</sup>. Tire esse Ministro Pimentel do cargo! Peça para ele pedir demissão, Presidente! Esse Ministro é mal. É incompetente, Presidente! É irresponsável, Presidente! Peça para alguém que tem condições para resolver esse problema! Eu sei que V. Ex<sup>a</sup> não é mau. Eu sei, Presidente. V. Ex<sup>a</sup> teve o coração de pegar o plano do Fernando Henrique Cardoso e aumentar e dar para aqueles que precisam de dinheiro para melhorar a sua condição de vida. Doze milhões de brasileiros ganham o Bolsa Família e só os aposentados...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – ...resolvida. Eles não querem Bolsa Família, não, eles querem os seus direitos. Dê a eles, Presidente! Cumpra com a sua palavra, Presidente Lula!

Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após contundente pronunciamento de Mário Couto, defendendo os aposentados do Brasil, convidamos, como Líder, o Senador Marconi Perillo, representando a Liderança do PMDB.

Marconi Perillo é o vice-Presidente da Casa, que hoje cumprimento pela corajosa decisão de, interpretando o sentimento da Casa e Montesquieu em **O Espírito das Leis**, submeter ao Plenário que votasse, porque muitos queriam que fosse suspensa a sessão deliberativa para participarem da reunião da Comissão de Ética, presidida pelo Senador Paulo Duque. Ele assim o fez, mostrando a pujança e a capacidade da Mesa Diretora de atender as necessidades democráticas do País. Por isto os nossos cumprimentos.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador Mão Santa, Presidente em exercício desta Casa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como Senador da República pelo Estado de Goiás, não ficarei nem ficaria inerte ou imóvel, não serei nem seria complacente ou conivente com a absurda degradação do maior patrimônio ambiental do verdadeiro santuário que é o rio Araguaia, causada pela ação criminosa de dragas nos garimpos da APA do Vale do Encantado.

Não podemos permitir, Sr. Presidente, que um dos mais importantes ecossistemas do mundo seja destruído porque o Governo Federal, no tom contemplativo – e isso acabou fazendo com que Marina Silva deixasse o PT hoje – que lhe é peculiar pelo menos nestes últimos tempos, compactua com a irresponsável destruição desse santuário e do meio ambiente.

Isso não pode, nem deve ficar assim, porque, se o Estado não assume o papel que lhe é devido, iguala-se ao criminoso, nivela-se a quem perpetra a degradação. Se a ação das dragas do garimpo é inaceitável, igualmente é inaceitável o comportamento inercial do Presidente da República e do Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Nós não podemos aceitar que esse santuário seja destruído pela ação das dragas, e o Governo tem-se mostrado insensível em relação a esse tema.

Se a ação das dragas do garimpo é inaceitável, neste caso porque destrói o ecossistema, destrói o nosso Vale do Encantado e destrói o Araguaia, igualmente devem ser responsabilizadas as autoridades federais.

Aliás, talvez seguindo a doutrina do Presidente, o Ministro fala demais, aparece demais, exhibe-se demais, mas, na prática, faz pouco ou quase nada para proteger e preservar o meio ambiente, patrimônio da sociedade brasileira.

Estou e estarei em permanente vigília em defesa do rio Araguaia, que precisa de imediato socorro. Se não for acudido em tempo hábil, terá o paraíso que é hoje o Vale do Encantado transformado em terra arrasada, em razão da omissão do Governo, em razão da falta de medidas enérgicas do Presidente da República, do seu Ministro do Meio Ambiente e dos órgãos ambientais.

Essa inércia tenebrosa e dantesca reforça o que todos nós já sabíamos: a atual política ambiental, especialmente depois que a Ministra Marina acabou sendo obrigada a sair por conta dos atritos com a equipe econômica e com outras áreas do Governo, transformou-se em uma grande farsa, em uma história de faz de conta, mais um dos infindáveis instrumentos de retórica.

Sr. Presidente, a fauna e a flora do rio Araguaia impressionam por sua beleza, riqueza e exuberância dos 76 conjuntos de cachoeiras dessa região, onde habitam espécies dadas como extintas.

Todos nós temos um compromisso inadiável com a sustentabilidade planetária, como legado a ser ofertado às gerações futuras. Por isso, apresentarei projeto no sentido de preservar o rio Araguaia, esse maior patrimônio ambiental dos goianos, e de resguardá-lo de toda e qualquer ameaça capaz de devastá-lo.

Que fiquem registrados nos Anais desta Casa o meu protesto e a indignação diante da falta de atitude do Governo Federal.

Faço aqui outro registro, Sr. Presidente. Trata-se das comemorações dos 120 anos da nossa poetisa maior, Cora Coralina. Com grande alegria, registro desta tribuna da Casa de Rui Barbosa a realização do Festival 120 anos de Cora Coralina, na nossa querida Cidade de Goiás, berço da obra dessa inigualável escritora, cada vez mais reconhecida pelo público de todo o Brasil.

O festival apresenta diversos eventos, que vão de hoje a domingo, com publicação de livros, apresentação de grupos de teatro e bandas de música, além de mostras de vídeo sobre a poetisa Cora Coralina.

Contenta-me salientar aqui que a obra de Cora Coralina tem ganhado notoriedade no âmbito não só do Estado de Goiás, mas especialmente do Brasil.

A respeito, vale referir as palavras da Sr<sup>a</sup> Marlene Velasco, Diretora do Museu Casa de Cora, que observa: “Temos recebido aumento no número de visitantes ao museu, principalmente este ano. Estamos recebendo cada vez mais turistas, incluindo muita gente do exterior. Eles vêm e levam livros de Cora. Isso difunde o nome dela lá fora”.

Nesse mesmo sentido, ressalta a Diretora: “Estão chegando muitas teses e dissertações de todo o País (...) A Academia tem uma visão mais atenta para

a poesia de Cora”. Percepção semelhante, senhoras e senhores, tem Sérgio Brêtas de Almeida Salles, neto de Cora Coralina e organizador do festival.

É Sérgio Brêtas quem nos traz uma visão interessante sobre a poeta da Casa da Ponte, quando esta dizia em poesia que a mensagem dela só seria entendida pelas gerações vindouras.

De fato, o entendimento de Brêtas tem mostrado forte ressonância no meio poético e acadêmico, sobretudo a idéia da universalidade e, principalmente, da atemporalidade da poesia de Cora. Isso ocorre porque as palavras dessa maravilhosa “senhora dos versos” falam do ser humano, e o ser humano transcendendo o tempo nas angústias e questionamentos, nas alegrias e tristezas.

Minha admiração pela obra de Cora Coralina é forte e profunda, porque será difícil encontrar alguém com tamanha percepção desse imenso e mágico universo que nos rodeia.

Cora publicou o primeiro livro, **Poemas e Becos de Goiás e Outras Histórias**, quando já tinha 76 anos de idade. Por isso, fico a imaginar a dimensão que teria alcançado a obra de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas, a nossa Cora Coralina, se as circunstâncias de sua vida não a tivessem impedido de regar a vocação pela poesia, quando esta brotou ainda na juventude.

O Festival *120 anos de Cora Coralina* reafirma a permanência, alcance e longevidade da obra de nossa ilustre poeta, razão pela qual parabenizamos os seus realizadores e, em particular, o povo da cidade de Goiás, que tem sabido preservar a memória e a obra dessa expoente da cultura de Goiás.

Por último, já encerrando, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui um registro. O Presidente da República, o Presidente fanfarrão, falastrão, mais uma vez levou a sua caravana política, levou o seu palanque eleitoral para um Estado brasileiro. Desta feita o escolhido foi o meu Estado, o grande e o extraordinário Estado de Goiás, Estado que cresceu, nos últimos dez anos, muito mais do que a média brasileira, duas vezes mais do que a média brasileira.

Durante os dois mandatos em que fui Governador, durante sete anos e três meses, esse Estado teve o seu PIB multiplicado por três e, suas exportações, por dez; chegou ao oitavo lugar em competitividade e ao nono em riquezas; gerou mais de quinhentos mil empregos; realizou investimentos superiores a R\$10 bilhões, viabilizando mais de mil grandes indústrias. É um Estado forte, um Estado que colabora com a geração de empregos. Neste último mês, acabou sendo o terceiro Estado colocado em termos de geração de empregos no Brasil.

Pois bem, o Presidente foi ao Estado para lançar a candidatura de sua candidata à Presidência da República, escolher o seu preferido à sucessão estadual, montou um palanque político e não quis saber de assuntos que dissessem interesse ao Estado – falou *en passant* desses assuntos. Os governos locais, Senador Mão Santa, gastaram R\$5 milhões para a promoção da ida do Presidente da República ao Estado: gastos com mídia, gastos com palanque, gastos com transporte, gastos com ônibus; dispensaram os alunos, dispensaram o comércio. Pensavam em levar cinquenta mil pessoas ao local e levaram pouco mais de oito mil pessoas; falavam em inaugurar cinco mil casas e sequer inauguraram as cerca de duas mil construídas com dinheiro da Caixa Econômica Federal. Enfim, um fiasco total de público e, principalmente, um fiasco político.

O Presidente conseguiu desagradar a gregos e troianos. Gastou-se dinheiro público, não se levou em consideração que a maioria dos hospitais, em Goiás, não tem tomógrafo funcionando – acorrem hoje ao Crer, que é um hospital que nós construímos –, deixaram de levar em consideração a precariedade de muitas escolas, das cadeias públicas, para fazer uma verdadeira farra com o dinheiro público na promoção da visita do Presidente da República.

Visitaram um túnel da Ferrovia Norte-Sul, que está embargada em quase todos os seus trechos por superfaturamento nas obras. Falou-se do aeroporto, que está embargado por superfaturamento também para construção da sua obra. Mas, de concreto mesmo, o que se viu foi um palanque político com um Presidente destemperado a falar dos seus adversários e a fazer promoção política dos candidatos de sua preferência.

Lamento o que ocorreu no meu Estado, Sr. Presidente, porque, na verdade, nós esperamos de um Presidente da República a figura de um magistrado, de uma pessoa equilibrada, sensata, que não misture as questões políticas regionais, locais com as questões maiores da Nação. O verdadeiro estadista, como foi Juscelino Kubitschek, como se portou Fernando Henrique Cardoso, como foi Getúlio Vargas, realmente precisa pensar nas futuras gerações e não nas próximas eleições; precisa pensar no conjunto da sociedade, respeitar a oposição, respeitar aqueles que têm a coragem de aqui, desta tribuna, colocar com franqueza suas divergências em relação a pontos de vistas, Senadores e homens públicos que não sejam cooptáveis, que tenham um lado que não sejam flexíveis de acordo com as necessidades e com as conveniências de oportunidades.



Desta forma, Sr. Presidente, vamos entrar com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral, com fitas, etc, no sentido de pedir que se coíba esse tipo de utilização de gasto público com promoção de candidaturas.

O Presidente tem suas razões para não gostar de mim. Eu avisei que havia “mensalão”, ou seja, corrupção no País; no episódio da CPMF, tive a coragem de me posicionar contra a CPMF, porque o Brasil é o país que tem a maior carga tributária do mundo, quase 40% em relação ao seu PIB, o que encarece os produtos para os consumidores, sobretudo para os mais pobres; e tenho tido a coragem de manter uma postura independente aqui nesta Casa. Fiz a leitura da CPI da Petrobras. E não vou mudar uma vírgula em relação ao meu comportamento. Continuarei a ser coerente, continuarei a trabalhar pelo meu Estado, pelos goianos e pelos brasileiros.

Era isso o que eu gostaria de dizer, agradecendo ao Sr. Presidente Roberto Cavalcanti, ao Senador Mão Santa e aos demais Colegas pela oportunidade de fazer aqui este pronunciamento.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Marconi Perillo, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.*

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Gostaria só de que fossem lidos dois expedientes que estão sobre a mesa; em seguida, darei, pela ordem, a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

São lidos os seguintes:

Ofício 1-G/2009

Brasília, 19 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho, por meio deste, comunicar a Vossa Excelência o meu pedido de renúncia ao cargo de suplente do Conselho de Ética, em caráter irrevogável, para o qual tive a honra de ser escolhido pelos meus pares.

Aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Lobão Filho**.

## COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência minha desfiliação do Partido dos Trabalhadores no dia de hoje.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2009. – Senadora **Marina Silva**.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Dia 19 de agosto, dia de muitas perdas para o Partido dos Trabalhadores.

Os expedientes lidos vão à publicação.

Pela ordem, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero fazer um registro e, ao mesmo tempo, um convite. Já que hoje a sessão foi atípica e ninguém teve oportunidade realmente de falar na hora aprazada, quero fazer um convite a todos os maçons do Brasil que estão nos ouvindo, para que nos acompanhem amanhã, a partir das 10h, quando este Senado estará prestando a décima homenagem anual à Maçonaria brasileira.

Portanto, convido os maçons que não puderem estar aqui presentes para nos acompanharem pela TV Senado.

Muito obrigado.

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Pois não.

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Marconi falou pela Liderança da Minoria. Como há alternância...

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A partir de agora haverá alternância, e o próximo orador inscrito é o Senador Mão Santa. Em seguida...

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – Depois é V. Ex<sup>a</sup> que está inscrito?

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Não. Estou inscrito como próximo orador, após o Senador Mão Santa, por uma questão urgente...

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – Logo em seguida, então...

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Logo em seguida é V. Ex<sup>a</sup>. Está certo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Depois do Senador Mão Santa, sou eu, por permuta com o Senador Flexa.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Estou pedindo pela ordem aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Pois não, pela ordem.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – É uma informação, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para ler o requerimento que encaminharei à Mesa posteriormente.

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais do Senado Voto de Aplauso ao 38º Encontro Nacional de Indústria de Cerâmica Vermelha [que acontece em Belém, e teve a sua abertura hoje pela manhã].

Requeiro ademais que este voto seja levado ao conhecimento das seguintes autoridades: Sr. José Conrado Azevedo dos Santos, Presidente da Fiepa (Federação das Indústrias do Estado do Pará); Diretor-Superintendente do Sebrae/PA, Sr. Sebastião Miranda Filho; Presidente da Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer), Sr. Luis Lima; Presidente do Sindicer São Miguel do Guamá e Região do Pará, Sr. Raimundo Barbosa.

É importante esse Encontro, Senador Marconi Perillo, porque São Miguel do Guamá é hoje um Município polo da indústria de cerâmica vermelha do nosso Estado. Até algum tempo atrás, há alguns anos, o Pará era importador de cerâmica vermelha, inclusive do Piauí, do nobre Senador Mão Santa, que aguarda – e agradeço a sua gentileza – que eu termine minha fala pela ordem. Era importador dessa cerâmica do Piauí, e hoje, em face do trabalho do Sindicato da Cerâmica lá de São Miguel do Guamá, ele atende o mercado do Estado na região metropolitana e na região nordeste do Pará tanto em tijolo quanto em telhas.

E quero aqui louvar aqueles empresários que se modernizaram, que padronizaram os seus produtos. Estão construindo um laboratório para que possam ter melhor qualidade nesses produtos. Eu próprio fiz uma emenda da ordem de R\$100 mil para acelerar a conclusão dos laboratórios e das salas de aula, porque é, realmente, um setor da maior importância para aquela região e para a economia do Estado do Pará.

Então, em face disso, encaminhei à Mesa esse requerimento, para que possamos encaminhar um voto

de aplauso ao setor da cerâmica vermelha do Estado do Pará, por meio dessas pessoas que foram listadas no requerimento.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

*Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Roberto Cavalcanti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há um orador na tribuna, Senador Papaléo.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Eu sei. Eu me inscrevi e queria saber se ainda resta o meu nome aí pela Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito como suplente das comunicações inadiáveis. Certamente, V. Ex<sup>a</sup> fará uso da palavra.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Não há um prognóstico?

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esse é o desejo do Senador Roberto, que presidirá aqui.

Antes de conceder a palavra ao Senador Mão Santa, eu queria registrar, com muito prazer, a presença de um dos mais ilustres Parlamentares do meu Estado, o Deputado Estadual Jardel Sebba, ex-Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás, que já está no seu terceiro mandato legislativo, um dos homens íntegros e honrados daquele Estado.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, admirado pelo Brasil inteiro pela sua assiduidade aqui, nesta Casa, pelo conteúdo dos seus pronunciamentos e, sobretudo, pela sua firmeza em relação às suas convicções.

Concedo a palavra ao Secretário Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Marconi Perillo, Presidente da Casa no instante, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem aqui no plenário do Senado da República do Brasil e que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Marconi Perillo, permita-me, V. Ex<sup>a</sup> que tem contribuído muito para atravessarmos este mar vermelho, porque atravessamos mesmo.

E caiu em minhas mãos uma entrevista com um dos homens mais importantes da história do Senado, da história da democracia, da história da cultura deste

País. Paulo Brossard, todo mundo se lembra, com chapéuzinho, o charme. Eu acho que ele usava o chapéu melhor do que Frank Sinatra, mas Paulo Brossard foi, sem dúvida, o Parlamentar, Marconi Perillo, que usava desta tribuna e fazia pronunciamentos, Senador Romeu Tuma, de três horas e meia, Marconi Perillo.

Foi subordinado dele.

Romeu Tuma, aí era Presidente do Senado o piauiense ilustre, ícone da transição democrática, da anistia, sem truculência, Petrônio Portella.

Romeu Tuma, aí, como o Petrônio Portella era da Arena, Presidente, ele resolveu enquadrar o Paulo Brossard. Flávio Torres, ele então colocou no Regimento que só podia discursar por uma hora na tribuna. Então, o Paulo Brossard tinha de vir três vezes por semana para dar as três horas. Mas, nessa luta, sem dúvida nenhuma, foi o gigante maior da redemocratização aqui desta tribuna.

Petrônio, do outro lado, mas com habilidade e competência, naquela época, este Senado foi fechado, Expedito Júnior, quando Petrônio submeteu a votação uma reforma do Judiciário, e os militares não queriam, e mandaram os canhões. E eu estava do lado de Petrônio Portella, Presidente Sarney, quando a imprensa toda foi entrevistar Petrônio sobre o significado dos canhões, do fechamento da Casa. E Petrônio disse só uma frase: “Este é o dia mais triste da minha vida”.

Aprendi, Flávio Torres, que a autoridade é moral. Só com essa frase, Expedito Júnior, daquele líder do Piauí, os militares foram refletir e reabriram o Congresso Nacional. Essa é a autoridade moral. Nem os militares. Os militares se curvaram com a força da palavra de Petrônio Portella: “É o dia mais triste da minha vida!” E abriu-se esse...

Então, diante dessa crise, Paulo Brossard – e eu tive o privilégio de ler o livro dele de 80 anos e o recomendo a todos os brasileiros. Quando Paulo Brossard fez os seus 80 anos, ele fez um livro, mas, durante essa crise, essa revista **Política e Negócios**, lá do seu Rio Grande do Sul, e ele sintetiza... E eu estou aqui, em nome deste Senado, quando vencemos essa crise, como Petrônio venceu a que se apresentou a ele.

Expedito Júnior, eu apenas me permitiria lembrar ao nosso Presidente da República Luiz Inácio que Mitterrand, por 14 anos Presidente da França, moribundo de câncer, escreveu o livro **Mensagem aos Governantes** e diz... Senador Expedito Júnior, a mensagem que ele daria aos governantes do mundo fortaleceu os contrapoderes. Faço nossas as palavras deste Senado e transmito ao nosso Presidente.

Fortaleceu os contrapoderes e o que não tem admitido. Sua Excelência o nosso Presidente errou. Errou porque não nos ouviu. Várias vezes eu citara o pensa-

mento e a mensagem de Mitterrand. E o que disse o nosso Luiz Inácio? Vou fazer do MDB o Presidente da Câmara, e, o do Senado, eu vou entregar para o PT, para Tião Viana. Eu sei que ele disse. Hoje mesmo, ele deu uma entrevista sincera. Disse que, quando ele lê duas, três páginas, dá sono. Mas nós transmitimos essa mensagem. E aí foi a consequência.

Mas quero dizer Brossard, em outras palavras, atuais, o brasileiro Brossard, Ministro da Justiça, do Supremo Tribunal Federal, Senador baluarte da redemocratização: o Senado precisa recuperar sua independência. Nós não podemos depender aqui de Poder Executivo, de Poder Judiciário. Os Poderes têm de ser equipotentes, um freando o outro; um olhando o outro harmonicamente. E Brossard, Valter Pereira, Brossard, que é como V. Ex<sup>a</sup>, amante e conhecedor do Direito, diz: “O congressista não é um trabalhador; é o representante da Nação para o desempenho de determinadas funções”.

É a palhaçada da imprensa dizer: ele não trabalha, ele não... O Brossard diz que ninguém é trabalhador, não. Nós somos... Não pode se exigir, nessas horas, essas frequências e nada. O congressista não é um trabalhador; é representante da Nação para o desempenho de determinadas funções. E mais ainda: Brossard, na sua lucidez, no seu nacionalismo ímpar de gaúcho, e dando valor à história do Senado, diz que o Brasil dependeu sempre do Senado. E sinta, Senador Romeu Tuma, que a época mais gloriosa foi justamente na Regência de 1831 a 1940, quando Dom Pedro II tinha 5 anos e só foi governar aos 15 anos. E foram regentes. E os regentes foram todos tirados do Senado brasileiro. Então, isso é a História, é a dependência.

Atentai bem o que dissemos! Os atos chamados secretos foram a partir de um jornal que noticiou, depois todos repetiram e ficaram secretos. Não eram secretos; só não eram publicados como tinham que ser. Tem nada de secreto. Foi ridícula essa campanha inglória de difamação. A ignorância audaciosa. Eu sempre disse: nós somos os pais da Pátria!

Olha, secreto. Não publicou. Qualquer Senador... Brossard aqui, alguém no País... É! A imprensa tem que aprender. Alguém superior em biografia em amor a esta Pátria, em serviço prestado a Brossard nunca houve.

Olha, todo o mundo sabe, por exemplo, quando eu governei o Piauí, quando se imprime um contracheque, Valter Pereira, há um organismo hoje especializado. No Brasil é a DataPrev. No Piauí era o Prodep. Ali há um diretor. Ali há um Secretário de Administração, passa pelo Secretário de Governo, vai para o Secretário de Fazenda para dar ordem para pagar num banco.

Como pode ser secreto um negócio que recebe o dinheiro no banco? É uma estupidez! Foi uma igno-

rância ao extremo! Foi uma tristeza! Como? Se eles recebem dinheiro no banco, como é secreto?

O que Brossard diz é que vale. Não adiantaram as besteiras que escreveram. A mentira tem pernas curtas. A verdade aflora. Brossard! Olha aqui: Os atos chamados secretos foram a partir de um jornal que noticiou, depois todos repetiram, e ficou secreto. Não eram secretos; só não eram publicados como tinham que ser.

Está aí o Zezinho, o Zezinho. Olha o ridículo daqueles que gastaram tempo; ó o Zezinho está como um ato secreto. Não existe o Zezinho. Olha aí trabalhando, em serviço.

Paulo Brossard não classifica, porque não existe. Se ele não publicou um ou outro... E ele diz mais:

Agora, quem é que faz isso? Cada um faz no seu regime próprio. O Poder Executivo faz no Diário Oficial, o Poder Judiciário no Diário da Justiça, ou o nome que tiver. Já estou entrando em um território perigoso, havia um futuro, um outro cenário tinha crescido. E os atos chamados secretos foram a partir de um jornal que noticiou, depois todos repetiram e ficou secreto. Em realidade eles não eram secretos, só que não eram publicados como tinham que ser.

Essa é a interpretação do maior dos brasileiros. Enterra todas as besteiras que foram escritas Brasil afora. É o Paulo Brossard. Quem tem autoridade, quem tem moral, quem tem estudo, quem tem interpretação. É! É o Paulo Brossard.

(...) ouvi dizer que eram publicados num boletim em vez de ser no Diário do Poder Legislativo, no Diário do Congresso, mas o fato é que os atos secretos não eram secretos por definição, eles se tornaram “secretos”, pois foram denominados secretos porque não eram publicados como deveriam ser, como tinham que ser. E aí o abuso corrige o uso. Quer dizer, em verdade, nunca houve atos secretos, o que houve foi isso. Agora, alguém adquiriu o poder para fazer isso.

É aquela... Ô Expedito Júnior, é a gripe do porco, a gripe suína. Pronto. Um bestalóide escreveu, botou no mundo e pegou. O vírus aí e tal... Então, não tem...

Agora, o que mais diz Paulo Brossard? “Então, o nosso Congresso tem saída?” Brossard: “Tudo tem saída”.

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Todo mundo leu Dom Quixote de La Mancha. Dom Quixote de La Mancha, o idealista sonhador, resolve premiar seu companheiro Sancho Pança e diz que vai lhe dar uma ilha, Bravatária, para governar. Sancho Pança disse que não tinha sabedoria e conhecimento. Aí, Dom Quixote diz: “Tenho observado. Você é temente a Deus e isso é uma sabedoria. E temente a Deus com humildade”. Ele foi ensinado por Dom Quixote a ser leal, a ser trabalhador, a ser higiênico, a ser justo, a ter uma mulher digna, a ser asseado e se saiu bem. Quando vai sair, Dom Quixote disse: “Falta eu lhe dar um ensinamento: só não existe jeito para a morte”. E é isso que o Brossard disse: “Tudo tem saída”. Nós já saímos dessas complicações.

Aí está a tranquilidade do nosso Corregedor. É uma benção de Deus! Entendo que Congresso nenhum tem um Corregedor da estirpe, do passado, da presença, da tolerância e da sabedoria do nosso Romeu Tuma.

Agora a pergunta: “Mas, para a democracia do Brasil, o Senado é fundamental?”

Olha o que diz Brossard. Atentai ignorância que diz “vamos fechar o Senado”! Paulo Brossard. O que simboliza mais o Brasil do que ele? Quem? Lá das Farroupilhas, do renascer da democratização, o jurista. Ele diz assim: “Se dependesse do meu voto, eu votaria pela manutenção. (...) E há pessoas ilustres que pensam assim, e respeito opiniões, mas, se dependesse do meu voto, manteria o Senado” – cada vez mais fortalecido.

Acabaram, acabaram as opiniões descabidas, despreparadas, desengonçadas. Mas esse é o Paulo Brossard.

Agora, eu queria dar um recado aqui. Eu não acredito nessas pesquisas que estão aí. Eu não acredito.

Romeu Tuma, os aposentados estão aí; nunca antes se sofreu tanto. Nunca antes existiu um fator redutor dos vencimentos. Estão sofrendo os velhinhos. Nós sabemos disso. Os velhinhos sofrem. Nunca antes houve tanto suicídio, porque eles são honrados, eles são direitos. Os velhinhos fizeram um contrato e planejaram o seu futuro, ajudar os netos, os filhos, e até mesmo um lazer com a sua encantada, a adalgizinha deles.

Então, eles perderam a palavra, porque não puderam cumprir, pagar a faculdade dos netos, dos filhos, uma ajuda. Olha, nunca houve tanto suicídio.

Mas isso são os aposentados pelos quais estamos lutando. A esperança é a última que morre. Temos certeza de que o nosso Presidente vai corrigir essa falha.

Mas, Romeu Tuma, eu recebi isso aqui. E é só ler. Recebemos muitos e-mails. Não é só de aposen-



tados não. Este é de um funcionário público, o Sr. José Paulo Gonçalves de Almeida, sobre o reajuste do servidor civil.

Ele diz que ficou muito triste quando soube de uma interpretação de uma crônica do economista Raul Velloso, de que, naquela crise, uma das medidas era frear o aumento. Mas era naquele momento de crise, e não era um trabalho meu; era do economista, quando todo mundo estava preocupado com os transtornos da economia.

Então, diz o José Paulo Gonçalves que:

(...) nossa classe sofredora está sem reajuste salarial há 14 anos, ou desde 1995. O único reajuste irrisório que ele [o Presidente Lula] nos concedeu foi de 1%. A não ser os servidores do Poder Judiciário e do Legislativo, que têm recebido reajuste em separado. A nossa classe do Poder Executivo (nível médio) está sofrendo há catorze anos.

Senador Mão Santa, se V. Ex<sup>a</sup> tivesse um reajuste salarial há 14 anos, como estaria vivendo a sua família? O senhor estaria satisfeito com o governo do Presidente Lula? [Quatorze anos, Romeu Tuma!]

Os senhores políticos não sentem na pele porque sempre legislam os seus reajustes e não sentem os problemas do povo brasileiro, que sofre sempre. Outrossim, queria ressaltar que o admirava muito.

Mas diz que me falta encampar essa luta, não só dos aposentados, mas dos funcionários públicos. Viu, Papaléo? Diz aqui o Sr. José Paulo Gonçalves de Almeida que, há 14 anos, teve um reajuste de 1%.

E continua:

Gostaria que levasse em conta o meu desabafo de brasileiro que sou, e servidor público, pois não estou entendendo de que lado os senhores políticos estão, pois somos nós que os elegemos para nos defender e não para nos jogar ainda mais no buraco.

Não são só os aposentados, mas os servidores públicos.

Diz que espera que eu reflita. Então, faço um pronunciamento em defesa do reajuste do funcionário público do Executivo.

Assina o Sr. José Paulo Gonçalves de Almeida.

E disse aquilo o economista Raul Velloso, naquele instante de crise, mas já que se recupera o Brasil, que gasta tanto com aloprados por aí afora, é a hora, Senhor Presidente da República Luiz Inácio, ao lado

dos aposentados, de pensar no pagamento justo aos servidores do nosso País.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, em seguida, o Senador Roberto Cavalcanti.

Eu queria pedir licença ao Senador Mão Santa para homenagear o Dr. Paulo Brossard na declaração que fez.

Com a palavra o Senador Papaléo; em seguida, o Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço vênha ao Senador Roberto Cavalcanti, mas é um assunto importante, porque tem a ver com questão partidária.

Quero aqui deixar claro que houve uma infelicidade. Eu iria até citar nomes, mas estou em dúvida se foi um Senador do PT ou um Senador de outro partido. Se foi um Senador do PT, eu quero dizer que ele foi muito infeliz quando veio se envolver num palpite sobre a minha conduta dentro do PSDB.

Eu não sou dissidente do PSDB. De forma alguma. Nós somos 13 Senadores, que temos um relacionamento extremamente ético, de amizade e, principalmente, de respeito. E tenho pelos companheiros do PSDB, do meu Partido, uma gratidão enorme para com todos os outros doze Senadores, porque eles me tratam com muito respeito e carinho e jamais deixaram de me dar atenção em qualquer momento. E não sobre o Estatuto, o Regimento do Partido, mas em questões de outra natureza que me colocaram numa situação que eu teria que ter o apoio ou o consentimento dos meus companheiros, para que pudesse não deixar envolver a questão partidária e mostrar a todos que não sou dissidente do PSDB por uma questão pessoal. Minha conduta diante de situações que envolveram esta crise no Senado foi isenta de qualquer tipo de partidarismo. O PSDB entendeu essa questão porque é um Partido extremamente democrático.

Sr. Presidente, devo essa satisfação pela gratidão que tenho ao PSDB, pois tenho uma história com o meu Partido. Fui um dos primeiros prefeitos eleitos pelo PSDB. E esse mesmo PSDB pelo qual fui eleito em nada mudou no sentido de seu programa de governo, de seus objetivos para com este País.

Nós tivemos um Presidente que modernizou o País, que fez a economia do País se estabilizar. Se hoje a economia é estabilizada, se hoje o Governo Lula tem sucesso, é consequência do trabalho feito pelo PSDB. Por isso, sou PSDB. Acredito nesse Partido, sou seu fiel escudeiro e não abro mão de dizer que sou peessedebista e jamais iria contrariar qualquer determinação do Partido para atender essa ou aquela finalidade que não fosse relativa ao PSDB.

Então, Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> e homenagear aqui o nosso grande Presidente do Partido, Senador Sérgio Guerra. Agradeço também a presença do Senador Albano Franco, atual Deputado Federal, futuro Senador pelo PSDB; do Senador Eduardo Azeredo; e a V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Papaléo, todos nós conhecemos sua lealdade, dignidade e respeito por esta Casa. De forma que não se preocupe. Imediatamente, o Senador Sérgio Guerra respondeu à provocação, e acho que V. Ex<sup>a</sup> é bem respeitado.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, para uma comunicação inadiável.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e gostaria, antes de iniciar o meu pronunciamento, de registrar que esta é uma comunicação inadiável que estava aguardando há mais de cinco horas e meia. Chegamos a este plenário antes das 14h; a sessão teve início exatamente às 14h, e o Senador Mão Santa, por exemplo, que foi o segundo orador inscrito, só teve oportunidade de falar após as 19h, o que representa uma espera de mais de 5 horas.

Estou fazendo este registro para parabenizar todos os Senadores aqui presentes pela obstinação de estarem aqui presentes, aguardando o momento de fazerem os seus pronunciamentos. Não é fácil, nesta Casa, fazer um pronunciamento dentro das inscrições normais.

Peço, inclusive, a generosidade de V. Ex<sup>a</sup> no tocante ao tempo por ser um assunto, na verdade, e aqui estou, por ser uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Apreendi com o Mão Santa. Respeitarei a sua presença na tribuna.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Senador Mão Santa, que tem implantado tradições de flexibilidade muito positivas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Associação Nacional de Jornais está completando 30 anos de

existência. Criada em 17 de agosto de 1979, em pleno regime militar, a ANJ, por sua constante luta em defesa da liberdade de imprensa, tornou-se a entidade mais representativa do setor.

Hoje, ela congrega 144 jornais de todos os Estados da Federação, o equivalente a mais de 90% da circulação diária nacional.

Não estamos, portanto, falando de uma entidade qualquer, mas de uma associação de largo alcance, relevância estratégica, além de inúmeros bons serviços prestados à Nação.

A expressão “quarto poder”, cunhada em 1828, por *Lord Macaulay*, referenciava uma imprensa com destacado papel democrático.

Ela deve estar alinhada aos cidadãos, promovendo seus direitos e cuidando de protegê-los contra eventuais arbítrios dos Poderes formalmente constituídos.

Penso, Sr. Presidente, que ainda hoje é esta a aliança inquebrantável a ligar imprensa e sociedade: a defesa dos direitos individuais e coletivos; a busca pela transparência das ações governamentais; o combate a arbitrariedades e desmandos; a vigilância constante quanto ao emprego das verbas públicas; e o estabelecimento de contrapontos a toda forma de pensamento único ou interesse dominante.

Como homem de imprensa, sei dos desafios. Para tão largo mister, são necessários alguns pré-requisitos fundamentais.

O mais basilar desses elementos é a liberdade.

Liberdade para criticar, propor soluções, estudar alternativas, enfrentar posicionamentos oficiais, defender teses ou pontos de vista minoritários, enfim, ter a possibilidade de postar-se ao lado do interesse geral sobre os privados.

É certo que vivemos – felizmente – sob um regime de liberdades democráticas. No entanto, devemos todos permanecer sob estrito estado de vigilância, pois esmorecer em tal assunto pode representar, ao cabo, uma perda irreparável.

Desde 1997, a ANJ desenvolve o “Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa” e, creiam-me os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras, abundam ocorrências sobre ameaças, agressões e mesmo assassinatos de jornalistas em pleno exercício da profissão.

Não faltam, tampouco, intimidações a órgãos de imprensa, abuso de poder econômico ou pressões de ordem política.

A ANJ está atenta a essa realidade e, em seu sítio eletrônico, assevera que “a liberdade de expressão é um direito humano inalienável e sua proteção, um elemento essencial para as sociedades democráticas.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – O Brasil, ao restabelecer o regime democrático com a promulgação da Constituição de 1988, voltou a viver sob um clima de ampla liberdade, embora algumas circunstâncias ainda gerem apreensões”.

Como já se disse em frase emblemática, embora de autoria controvertida: “o preço da liberdade é a eterna vigilância”.

O “quarto poder” talvez seja, paradoxalmente, o mais forte e o mais frágil dos Poderes.

Sua fortaleza provém da interação com o indivíduo e com a coletividade, ao passo que sua relativa fraqueza se evidencia na relação desigual estabelecida com o Poder Público e os grandes interesses corporativos.

Voltemos, porém, mais uma vez, os olhos para atuação cotidiana da ANJ.

Seus associados contam com serviços como apresentação junto aos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; respaldo jurídico e político em questões relacionadas com o exercício da liberdade de expressão; assessoria jurídica e legal; orientação em questões específicas por meio de seus comitês; estudos sobre o meio Jornal, inovações tecnológicas, gestão empresarial; ações para o desenvolvimento dos Recursos Humanos dos jornais; auxílio na implantação de programas de Jornal na Educação; realização de encontros, congressos, seminários e *workshops*; entre inúmeros outros serviços.

Agora mesmo, por ocasião de seu aniversário de 30 anos, a Associação promoveu um painel em Brasília sobre liberdade de expressão e o futuro do jornalismo.

A atual gestão, tendo à frente a jornalista Judith Brito, vem desenvolvendo um importante trabalho, priorizando a defesa da liberdade de imprensa, a valorização do jornal na área educacional e seu papel na construção da cidadania.

Tais linhas de fundo, de importância indiscutível, não podem obliterar os grandes temas de debate que hoje ocupam os homens de imprensa: qual liberdade comercial queremos? Qual o futuro do jornal em meio às mídias digitais? Como proceder a um alinhamento de objetivos com as demais indústrias de produção de conteúdo? Quais os impactos últimos da crise financeira sobre os meios de comunicação, tanto aqui como no exterior?

Para todas essas perguntas, a Associação Nacional de Jornais vem buscando respostas.

Eis uma tarefa complexa e inadiável, mas que, tenho certeza, será brilhantemente conduzida por sua operosa direção, a quem me cabe parabenizar na figura da jornalista Judith Brito.

Era isso que eu tinha a declarar a respeito da ANJ e seu trigésimo aniversário.

Sr. Presidente, muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Roberto Cavalcanti, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Passa-se à

## ORDEM DO DIA

A Presidência comunica ao Plenário que não houve acordo de Lideranças para deliberação da pauta de hoje, ficando as matérias transferidas para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

### 1

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 611, DE 2009

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.287, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2009*.

### 2

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 612, DE 2009

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.288, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2009*.

### 3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lú-

cia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social)*.

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

#### 4

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

#### 5

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

#### 6

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*.

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

#### 7

### **SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 1995**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171/97, naquela Casa), do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal*.

Parecer favorável, sob nº 1.215, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

#### 8

### **SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004 (nº 4.852/2005, naquela Casa), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Exploração Sexual, que *altera o art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 -Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres que reiteradamente hospede criança ou adolescente desacompanhados ou sem autorização)*.

Pareceres sob nºs 479 e 480, de 2009, das Comissões

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com adequações, que apresenta; e

-de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide, favorável, acatando as adequações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consolidadas em texto final que encaminha.

#### 9

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (nº 121/99, na Casa de origem, do Deputado Cunha Bueno), que *estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães*.

Parecer sob nº 1.089, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.



10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais*.

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

-de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

-de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

11

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wandervall), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores*.

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

-de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

12

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2003 (nº 1.550/96, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica*.

Parecer favorável, sob nº 1.055, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles.

13

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação)*.

Parecer nº 1.085, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Lobão Filho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que *altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 -Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor (dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro)*.

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

15

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*.

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

16

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.*

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.*

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.*

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

-de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

19

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005,

na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.*

Parecer nº 1.087, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea "o" do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).*

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

23

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Seraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 -Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento)*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Neuto de Conto.

24

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

25

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 136, DE 2008 - COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 -Complementar (no 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nos 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessa-  
renko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

26

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005,

na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 391, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2009 (nº 404/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006*.

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 392, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009 (nº 565/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007*.

Parecer favorável, sob nº 1.290, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 394, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009 (nº 662/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007*.

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 398, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009 (nº 798/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 400, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2009 (nº 500/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.272, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 489, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2009 (nº 516/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 27 de setembro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 1.273, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 510, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2009 (nº 1.392/2009, na Câmara dos Deputados), que

*aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa “Non Aedificandi” em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.274, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

34

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006  
(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143  
do Regimento Comum)**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

35

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003  
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos  
do Recurso nº 7, de 2008)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões - de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; - de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “ad hoc”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e - de Direitos Humanos e Legisla-



ção Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

**36**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

**37**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 - COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

**38**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que *altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12*.

**39**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.230, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Jose Nery), que *altera o §1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o inciso I do art. 6º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para atribuir legitimidade às pessoas jurídicas sem fins lucrativos para ajuizarem ações nos juizados especiais cíveis*.

**40**

#### **REQUERIMENTO Nº 656, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 656, de 2009, do Senador João Tenório, *solicitando voto de solidariedade e aplauso ao Sr. Mario Vargas Llosa pelas manifestações no âmbito do fórum “Encontro Internacional Democracia e Liberdade”*.

Parecer favorável, sob nº 1.309, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

**41**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.012, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.012, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 595, de 2007 - Complementar, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 72, 102, e 497, de 2007-Complementares; e 19, de 2009-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (cobrança de tarifas pelas instituições financeiras)*.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como oradora inscrita, por cessão da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Expedito Júnior, a Senadora Rosalba Ciarlini.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

Sem dúvida alguma os agentes comunitários têm essa importância, essa relevância. Quem não conhece o Brasil como um todo, mais de cinco mil Municípios, pode achar que não. Mas eu mesmo lá, como Gover-

nador de Estado, pude levar a frente a implantação dos PSF, com essas equipes. Especialmente nesse ponto que V. Ex<sup>a</sup> lembra, a questão da natalidade, a questão dos bebês que nascem. Nesse ponto eles podem e fazem um trabalho fundamental. Vou falar daqui a pouco sobre a questão do Haiti, onde lamentavelmente setenta em cada mil crianças morrem. No Brasil, felizmente, temos uma média de quinze, que ainda é alta. Temos que usar a força dos agentes comunitários para melhorar cada vez mais esses índices.

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Muito obrigada, Senador Eduardo Azeredo.

Quando comecei, como médica, exercer a profissão de pediatra, em 1977, no Nordeste, os índices não eram muito diferentes dos que existem hoje no Haiti. Graças a Deus, estamos com a média de quinze, que ainda é muito; não é aceitável. Vamos continuar essa luta. E o Programa Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, com nosso apoio, poderá contribuir ainda mais para reduzir mais e mais a mortalidade infantil.

Passo a palavra agora, com muito prazer, a S. Ex<sup>a</sup>, Senador Flávio Torres, para seu aparte.

**O Sr. Flávio Torres** (PDT – CE) – Senadora Rosalba, eu queria mecongratular com V. Ex<sup>a</sup> pelo entusiasmo em relatar o projeto de autoria da Senadora do meu Estado e dizer que a gente sabe da importância dos agentes comunitários de saúde. Tenho uma pequena propriedade no interior do Ceará, e vejo que eles andam em todos os lugares, nos lugares mais longínquos. E a gente sabe que uma remuneração digna ajuda a melhorar a qualidade desse trabalho. De forma que desejo à senhora muito...

*(Interrupção do som)*

**O Sr. Flávio Torres** (PDT – CE) – ...a gente possa votar e...

*(Interrupção do som)*

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador, V. Ex<sup>a</sup>, com as suas palavras nos estimula a que, realmente, possamos dar celeridade a esse processo.

Eu gostaria muito que a Senadora Patrícia pudesse estar presente no dia da votação, mas o senhor, que a substitui com muita competência, está convidado para estar presente em nossa Comissão junto com os agentes comunitários, porque, com certeza, muitos irão para participar, para assistir, trazendo a expectativa, mas podem ter a certeza de que não estão sozinhos, porque estamos ao lado dos agentes comunitários de saúde.

Senador Mão Santa, para finalizar, eu quero agradecer-lhe. O senhor já nos deu tempo suficiente, não tão suficiente porque eu ia falar aqui da segurança pública, mas já extrapolei com relação ao tempo.

Eu gostaria ainda de fazer um registro rápido: hoje, nós tivemos a aprovação – não foi terminativo, mas será terminativo aqui no plenário –, na Comissão de Assuntos Sociais, do Projeto do Senador Paim, de que eu tive a oportunidade de ser a Relator *ad hoc*, porque o Relator não pôde estar presente, que é relativo aos vigilantes.

A CLT não contemplava os vigilantes de empresas privadas, não reconhecia essa profissão para dar a eles direito à periculosidade.

Então, o projeto foi aprovado, dando-lhes direito a 30% de periculosidade, e não há nada mais justo, porque são homens e mulheres que enfrentam as mais diversas periculosidades, inclusive pondo a sua vida...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN) – Eu gostaria só de dizer que amanhã estaremos – o Senador Expedito estará presente, tenho certeza, já que S. Ex<sup>a</sup> tem acompanhado todo esse projeto – tratando de um projeto com relação aos taxistas na Comissão de Infra-Estrutura, às 8h30min. Solicito, inclusive, ao Presidente que coloque como um dos primeiros esse projeto que trata de regulamentar de forma definitiva a questão das placas.

Os taxistas, atualmente, recebem a concessão para executar o seu trabalho, mas as placas não são deles; são do próprio Município. Muitos trabalham a vida toda, 30, 40, 50 anos de trabalho, e, ao falecerem, perdem a concessão e nada fica para suas famílias. Isso não é justo. Então, aqueles que têm a concessão passarão a ser os donos das placas se aprovarmos, em caráter terminativo, esse projeto do qual sou Relatora e para o qual peço aprovação. Com isso, vão poder dar mais apoio às suas famílias e ter mais tranquilidade em seu trabalho, trazendo uma valorização a essa profissão importantíssima, que é a de taxista.

**O Sr. Expedito Júnior** (Bloco/PR – RO) – Eu não poderia deixar de destacar, Senadora Rosalba, os dois projetos...

**A SR<sup>a</sup>. ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN) – Não sei se posso ter dois apartes. Posso? Permite?

**O Sr. Expedito Júnior** (Bloco/PR – RO) – Pode. O Senador Mão Santa é um dos políticos mais democráticos que conhecemos nesta Casa. Senadora Rosalba, dos três projetos que V. Ex<sup>a</sup> citou e sobre os quais está falando, dois são de minha autoria. Sem dúvida alguma os agentes comunitários têm essa im-

portância, essa relevância. Quem não conhece o Brasil como um todo, mais de cinco mil Municípios, pode achar que não. Mas eu mesmo lá, como Governador de Estado, pude levar a frente a implantação dos PSF, com essas equipes. Especialmente nesse ponto que V. Ex<sup>a</sup> lembra, a questão da natalidade, a questão dos bebês que nascem. Nesse ponto eles podem e fazem um trabalho fundamental. Vou falar daqui a pouco sobre a questão do Haiti, onde lamentavelmente setenta em cada mil crianças morrem. No Brasil, felizmente, temos uma média de quinze, que ainda é alta. Temos que usar a força dos agentes comunitários para melhorar cada vez mais esses índices.

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)** – Muito obrigada, Senador Eduardo Azeredo.

Quando comecei, como médica, exercer a profissão de pediatria, em 1977, no Nordeste, os índices não eram muito diferentes dos que existem hoje no Haiti. Graças a Deus, estamos com a média de quinze, que ainda é muito; não é aceitável. Vamos continuar essa luta. E o Programa Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, com nosso apoio, poderá contribuir ainda mais para reduzir mais e mais a mortalidade infantil.

Passo a palavra agora, com muito prazer, a S. Ex<sup>a</sup>, Senador Flávio Torres, para seu aparte.

**O Sr. Flávio Torres (PDT – CE)** – Senadora Rosalba, eu queria mecongratular com V. Ex<sup>a</sup> pelo entusiasmo em relatar o projeto de autoria da Senadora do meu Estado e dizer que a gente sabe da importância dos agentes comunitários de saúde. Tenho uma pequena propriedade no interior do Ceará, e vejo que eles andam em todos os lugares, nos lugares mais longínquos. E a gente sabe que uma remuneração digna ajuda a melhorar a qualidade desse trabalho. De forma que desejo à senhora muito...

*(Interrupção do som)*

**O Sr. Flávio Torres (PDT – CE)** – ...a gente possa votar e...

*(Interrupção do som)*

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)** – Muito obrigada, Senador, V. Ex<sup>a</sup>, com as suas palavras nos estimula a que, realmente, possamos dar celeridade a esse processo.

Eu gostaria muito que a Senadora Patrícia pudesse estar presente no dia da votação, mas o senhor, que a substitui com muita competência, está convidado para estar presente em nossa Comissão junto com os agentes comunitários, porque, com certeza, muitos irão para participar, para assistir, trazendo a expectativa, mas podem ter a certeza de que não estão sozinhos,

porque estamos ao lado dos agentes comunitários de saúde.

Senador Mão Santa, para finalizar, eu quero agradecer-lhe. O senhor já nos deu tempo suficiente, não tão suficiente porque eu ia falar aqui da segurança pública, mas já extrapolei com relação ao tempo.

Eu gostaria ainda de fazer um registro rápido: hoje, nós tivemos a aprovação – não foi terminativo, mas será terminativo aqui no plenário –, na Comissão de Assuntos Sociais, do Projeto do Senador Paim, de que eu tive a oportunidade de ser a Relator *ad hoc*, porque o Relator não pôde estar presente, que é relativo aos vigilantes.

A CLT não contemplava os vigilantes de empresas privadas, não reconhecia essa profissão para dar a eles direito à periculosidade.

Então, o projeto foi aprovado, dando-lhes direito a 30% de periculosidade, e não há nada mais justo, porque são homens e mulheres que enfrentam as mais diversas periculosidades, inclusive pondo a sua vida...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)** – Eu gostaria só de dizer que amanhã estaremos – o Senador Expedito estará presente, tenho certeza, já que S. Ex<sup>a</sup> tem acompanhado todo esse projeto – tratando de um projeto com relação aos taxistas na Comissão de Infra-Estrutura, às 8h30min. Solicito, inclusive, ao Presidente que coloque como um dos primeiros esse projeto que trata de regulamentar de forma definitiva a questão das placas.

Os taxistas, atualmente, recebem a concessão para executar o seu trabalho, mas as placas não são deles; são do próprio Município. Muitos trabalham a vida toda, 30, 40, 50 anos de trabalho, e, ao falecerem, perdem a concessão e nada fica para suas famílias. Isso não é justo. Então, aqueles que têm a concessão passarão a ser os donos das placas se aprovarmos, em caráter terminativo, esse projeto do qual sou Relatora e para o qual peço aprovação. Com isso, vão poder dar mais apoio às suas famílias e ter mais tranquilidade em seu trabalho, trazendo uma valorização a essa profissão importantíssima, que é a de taxista.

**O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO)** – Eu não poderia deixar de destacar, Senadora Rosalba, os dois projetos...

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)** – Não sei se posso ter dois apartes. Posso? Permite?

**O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO)** – Pode. O Senador Mão Santa é um dos políticos mais democráticos que conhecemos nesta Casa. Senadora Rosalba, dos três projetos que V. Ex<sup>a</sup> citou e sobre os

quais está falando, dois são de minha autoria. O da insalubridade, de que achei que tinha sido relator, na verdade, é de minha autoria. A relatora é a Senadora Lúcia Vânia. O projeto dos taxistas, que haveremos de votar amanhã, também é um projeto ...

*(Interrupção do som)*

**A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)** – O senhor já fez uma porção de projetos. Está esquecendo até da autoria?

Isso mostra a sua sensibilidade, a sua preocupação com os trabalhadores e com o social. Parabéns, Senador Expedito! Amanhã o senhor não pode faltar, pois é o autor e sou a relatora. Se Deus quiser, vamos conseguir a aprovação, dando mais esse apoio, essa segurança aos taxistas do Brasil.

Sr. Presidente, só para terminar, eu gostaria de dizer que dei entrada a uma PEC que estabelece que quando o edital para concurso contenha obrigatoriamente o número de vagas – atualmente já deve conter –, e aquele número de vagas que está no edital seja respeitado, e dentro do prazo de validade do concurso todos sejam convocados.

Estou fazendo essa PEC em função do que ouvi, caminhando pelo meu Estado. Inclusive aqui faço referência específica. ...

*(Interrupção do som)*

**A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)** – ... mais de mil jovens que foram convocados por meio de concurso público pelo Governo do Estado para fazer parte da Polícia Militar, para fazer o treinamento de preparação, tiveram que abrir mão de outros empregos, ficaram desempregados, o concurso já teve seu prazo expirado, já foi revalidado por dois anos, já está para terminar esse prazo e até agora, até agora, eles não sabem se serão convocados ou não; muitos até já estão passando da idade limite.

Então fica aqui esse apelo, esse alerta e essa denúncia em relação à forma, podemos dizer assim, até irresponsável de tratar uma questão tão séria, que é a segurança pública...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)** – ... dentro da necessidade de aumentar o contingente policial, de dar mais segurança no nosso Estado, que está uma calamidade com relação à segurança pública. Cada dia são mais e mais fatos que acontecem e nos deixam estarrecidos. É o cidadão que está ficando enjaulado na sua casa, encarcerado na sua própria casa. São assaltos de carro, todo tipo de violência que está acontecendo.

Então, eu gostaria aqui de dizer isso, fazendo esse apelo à Governadora para que veja essa questão da

reserva que ficou, pela necessidade que tem, porque a carência de mais policiais existe não somente na Capital, Natal, mas em todo o Rio Grande do Norte. E esses estão aguardando e não são convocados. Não sei o motivo. Parece até falta de interesse em defender...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)** – Senador Mão Santa, eu gostaria apenas de dizer que ficamos muito felizes em ver o nosso ilustre Senador Paulo Duque, que, há poucos instantes, teve uma dor de cabeça muito forte, retornar, tranquilamente, a este plenário.

Muito obrigada, Senador Mão Santa, pela paciência, por ter nos dado muito tempo. E voltarei a esta tribuna, nos próximos dias, para trazer outras questões importantes para que possamos, com o nosso trabalho, ajudar o nosso País, os nossos Municípios, a nossa população a ter uma melhor qualidade de vida. Muito obrigada e até o próximo depoimento, se Deus quiser.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – Rosalba Ciarlini, Senadora do Rio Grande do Norte, do DEM, mostrou os benefícios que os agentes de saúde trazem à sua região.

Convidamos, para usar da palavra, o orador inscrito Expedito Júnior, de Rondônia e do PR.

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, ainda para falar um pouquinho aqui do que dizia a Senadora Rosalba sobre essa questão do cadastro também, é uma PEC que nós já apresentamos, criando regras claras e impedindo que se faça essa reserva grande, que é uma injustiça com os servidores, é uma injustiça com o povo brasileiro, que, às vezes, não tem nem dinheiro para pagar a taxa. Paga-se uma taxa e fica na fila lá esperando ser chamado, passam os dois anos e não chamam ninguém.

Nós apresentamos também um projeto nesse sentido.

Senador Mão Santa, eu prometi ontem que eu falaria hoje sobre um pronunciamento que chegou às minhas mãos recentemente, um documento. Vou deixar aqui para que depois ele seja inserido no nosso pronunciamento. Reputo-o da maior importância e que trata de questões que julgo conveniente divulgar aqui nesta Casa, por meio da Rádio Senado e também da **TV Senado**.

Eu recebi, Senador Mão Santa, uma extensa documentação encaminhada a mim pelo Diretor Regional da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, Sr. Elibeu Carmo e Silva.

A peça principal da mencionada documentação é o relatório resultante da Assembleia Geral Extraordi-



nária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos. O texto em questão revela os preocupantes atritos que têm ocorrido entre os seringueiros e os indígenas em relação ao uso de áreas de reservas.

Sr. Presidente, os seringueiros da Amazônia, por obra da sua luta coletiva e do empenho de homens como Chico Mendes, conseguiram, após muito esforço, sair do anonimato e tornar sua realidade mais conhecida tanto nacionalmente como também internacionalmente. Em tempos ecologicamente corretos como o que vivemos hoje, o modo de vida do seringueiro, cuja atividade econômica depende fundamentalmente da conservação ambiental, tornou-se um modelo de desenvolvimento sustentável e de integração entre homem e natureza.

Por intermédio de suas organizações de classe, os seringueiros foram responsáveis pela criação de reservas extrativistas como a própria reserva do rio Pacaás Novos, cuja principal característica é a preservação ambiental, condição necessária para que a sobrevivência da tradicional cultura extrativista dos seringueiros fosse garantida, com evidentes benefícios para o meio ambiente amazônico.

Entre as diversas áreas tradicionalmente exploradas pelos seringueiros, as terras situadas entre a margem direita do Rio Pacaás Novos e a esquerda do Rio Negro Ocaia, por várias décadas, foram respeitadas pelas comunidades indígenas da região como sendo reservadas às atividades desenvolvidas pelos então seringueiros.

Essa convivência pacífica entre indígenas e seringueiros, contudo, desandou de alguns anos para cá. Duas aldeias indígenas foram instaladas na margem esquerda do rio Negro Ocaia, uma delas com mais de 100 pessoas. O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), Sr. Presidente, já registrou, nesses assentamentos, dezenas de hectares de desmatamento, além da incidência de queimadas intencionalmente provocadas.

Sr. Presidente, o desrespeito dos indígenas que invadiram áreas reservadas aos seringueiros não feriu apenas acordos tácitos, baseados no costume ou na tradição.

A invasão feriu também normas legais, como o Decreto Estadual nº 6.953, de 14 de julho de 1995, que criou a Reserva Extrativista do rio Pacaás Novos, em terras, tradicional e reconhecidamente, ocupadas por seringueiros. É importante frisar que o decreto que criou a reserva é mais recente que os decretos que demarcaram as terras indígenas do rio Negro Ocaia e do rio Pacaás Novos, de 1981 e 1991, respectivamente.

Na esfera burocrática, é importante também registrar as irregularidades que vêm ocorrendo na atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), que, há cerca de dois anos, realiza estudos para a revisão dos limites das terras indígenas rio Negro Ocaia.

Ao arrepio do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, a Funai realizou seus levantamentos sem o acompanhamento do órgão estadual específico - no caso, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam), de Rondônia -, em conjunto com a Associação Primavera, representante dos seringueiros e cogestora da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos.

As irregularidades prosseguem: a área pleiteado pela Funai para reserva indígena, após a revisão que abarca mais de 130 mil hectares, inclui parte da Reserva Biológica Estadual Ouro Preto e a grande maioria das partes altas, não alagadiças, da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos, exatamente a região onde os seringueiros constroem suas colocações.

Sr. Presidente, além do costume e da tradição, uma série de contratos formais reforça a ligação dos seringueiros com as áreas cobiçadas pela Funai para os indígenas.

Em primeiro lugar, a área em disputa já é objeto de contrato de financiamento entre os seringueiros e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), incentivado pelo próprio Governo Federal, com o devido reconhecimento também do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em segundo lugar, a Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos possui Plano de Manejo da Unidade, em conformidade com a Lei nº 9.985, de 2000, e Plano de Manejo Florestal Sustentável, em base comunitária, para complemento da renda dos habitantes locais.

A expulsão dos seringueiros dessa região, portanto, Sr. Presidente, não apenas ferirá uma série de dispositivos legais e de contratos reconhecidos pelo Estado, mas também obrigará os seringueiros a recomençar literalmente do zero, em áreas que, certamente, não oferecerão as mesmas oportunidades para suas atividades econômicas.

Uma vida rica em tradições e cultura, fundada no desenvolvimento sustentável e no respeito pela natureza, será substituída, muito provavelmente, por uma vida de subempregos e de miséria nas regiões mais pobres das grandes cidades.

Sr. Presidente, é clara a condição estabelecida no art. 231, §1º, do Texto Constitucional para se definir uma terra como indígena. Abro aspas: "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios ou por eles habitadas em caráter permanente (...)" - fecho aspas. As terras de que estamos tratando, portanto, não podem ser definidas como

indígenas, pelo simples motivo de que quem as vem ocupando há décadas são os seringueiros os índios só as ocuparam muito recentemente e; como vimos, de forma irregular e com a conivência da própria Funai.

Historicamente, essa é a quarta vez, nos últimos cinquenta anos, que a Funai patrocina um processo de expulsão dos seringueiros de áreas por eles ocupadas.

As duas primeiras ocorreram nos anos 60, e a terceira ocorreu nos anos 80. A cada expulsão, os seringueiros perdiam as suas benfeitorias e raramente, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, eram indenizados. Áreas como a terra indígena Uru Eu Wau Wau, com quase dois milhões de hectares - dois milhões de hectares! -, hoje são ocupadas por dez famílias indígenas. Dois milhões de hectares estão sendo ocupados tão somente por dez famílias indígenas na Amazônia! Na região do antigo seringal São João Parati, de onde foram expulsas 350 famílias de seringueiros nos anos 80, hoje não vive nenhum - repito, nenhum - índio nessa área.

Após esses três processos de expulsão, restaram aos seringueiros as terras rejeitadas pelos índios e pela Funai, terras que hoje são cobiçadas pelos que as rejeitaram no passado, num processo que desaguou nessa quarta tentativa de expulsão dos seringueiros das áreas que tradicionalmente ocupam e das quais retiram seu sustento.

Desta vez, porém, estou convicto de que os seringueiros, Senador Mão Santa, conseguirão reverter esse processo. Eles estão organizados, contam com a simpatia e o apoio de todos aqueles que tomam conhecimento do seu pleito e, acima de tudo, estão do lado da legalidade.

Nessa história, os seringueiros são os oprimidos, não os opressores. E uma de nossas funções, como homens públicos, é justamente defender os interesses das comunidades minoritárias, às quais, no mais das vezes, falta influência política e econômica para fazer valer a legitimidade de suas posições.

Dessa forma, Sr. Presidente, quero apoiar, nesta oportunidade, as reivindicações contidas na conclusão do documento resultante da Assembléia Geral Extraordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos, das quais destaco a solicitação de que a Funai suspenda imediatamente os estudos unilaterais, irregulares e irresponsáveis que realiza no interior da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – É preciso abrir novas vias de diálogo, que contem com a participação ativa de entidades representativas dos seringueiros e de representantes dos órgãos estaduais envolvidos.

Solicito, finalmente...

**O Sr. Valdir Raupp** (PDMB – RO) – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, só para contribuir?

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – Já, já, Senador.

Solicito, finalmente, que cópia integral da documentação – esta que está aqui, Senador Mão Santa – seja incluída nos Anais do Senado Federal. O teor desses documentos registra um capítulo fundamental na história da luta dos seringueiros em Rondônia, e não podemos permitir que, uma vez mais, a voz desses corajosos homens e mulheres seja abafada pelos interesses dos mais poderosos.

Eu sei, Senador Valdir Raupp, que V. Ex<sup>a</sup> esteve em uma reunião que foi feita acho que na Câmara de Vereadores, no Município de Guajará-Mirim, com os extrativistas, que nós agora aqui estamos defendendo.

Há poucos dias, Senador Mão Santa, eu fiz um pronunciamento aqui cumprimentando a astúcia do Governador Ivo Cassol, no sentido de regulamentar uma área de terra que envolvia a questão do Bom Futuro, ou seja, as comunidades de Rio Pardo, Marco Azul, Saracura e acho que mais algumas comunidades que há dentro da reserva do Bom Futuro.

Enfim, o Senador Valdir Raupp – eu me lembro – me aparteu quando eu fazia aqui um pronunciamento dizendo da possibilidade de fazer a troca das duas áreas: da área do Rio Vermelho com a área do Bom Futuro. Parece-me que prevaleceu o bom senso, isso está acontecendo, e está vindo para cá uma medida provisória em que o Presidente Lula está fazendo a negociação, a transferência, a troca dessas duas áreas.

Mas, independentemente disso, Senador Mão Santa, eu já me apressei e também fiz um projeto de lei – parece-me que o Senador Valdir Raupp é o Relator desse projeto de lei – para que possamos oficializar, legalizar todos os posseiros, os pequenos produtores que moram dentro da reserva há mais de dez anos.

Para concluir – vou passar a palavra, Senador Raupp, para que V. Ex<sup>a</sup> faça o seu aparte –, já há outra preocupação nossa com mais outras duas áreas indígenas sendo criadas no Estado de Rondônia, no Município de Seringueiras e no Município de São Francisco. Vamos discutir neste final de semana, quando será feita uma audiência pública no Município de Seringueiras. Esperam-se ali mais de seiscentas pessoas, que estarão brigando pelos seus direitos. Estão convidadas todas as entidades e toda a classe política do Estado de Rondônia, para que marquem presença nessa audiência, para que possamos, Senador Raupp...

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – ... não permitir que isso aconteça.

Aliás, há uma PEC – se não estou enganado, a de número 38, do Senador Mozarildo – que está pronta para ser votada na Comissão de Constituição e Justiça e regulamenta isto: não pode mais ser criada área de reserva nenhuma sem que se ouça o Senado, sem que esta Casa seja ouvida, sem que nós possamos discutir sobre as novas reservas, principalmente reservas indígenas na Amazônia e em todo o território brasileiro.

Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Raupp.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Senador Expedito, talvez o Estado de Rondônia seja um dos Estados do Norte do Brasil que tem menos conflitos sobre essa questão indígena. Mas, vira e mexe, tem alguém... Não a Funai, porque a Funai, na verdade, não começou nem os estudos ainda; tem uma pessoa lá fazendo esse levantamento.

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – É um antropólogo lá.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Estou falando da área de Seringueiras e de São Francisco, que é dos índios...

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – ...puruborás, que estão reivindicando - parece que encontraram lá uma descendente dessa tribo – uma área de 50 mil hectares, o que vai desalojar, Sr. Presidente Mão Santa, 1.500 famílias. Isso não pode acontecer. A Funai não está interessada em criar novas áreas. Pelo menos foi isso que eu ouvi do Presidente da Funai. Eu também vou estar nessa audiência pública de Seringueiras no próximo sábado, pela manhã, onde V. Ex<sup>a</sup> falou que estarão cerca de 600 pessoas de São Francisco e Seringueiras. Eu acho que isso é inadmissível. A Funai não pode ficar inventando criar reserva em lugar que nem índio tem. Eu respeito muito os índios, quando Governador tratei-os muito bem, tive uma boa convivência com todas as reservas indígenas, todas as tribos do Estado de Rondônia, fiz convênios, ajudei de todas as formas. Na questão de Guajará-Mirim, eu estive em uma audiência pública também, a convite da Câmara de Vereadores, e lá estavam os povos indígenas dos Pacaás Novos, estavam os seringueiros também da reserva que V. Ex<sup>a</sup>...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – ... e a informação que eu obtive lá é que não há nenhum conflito entre os povos indígenas dos Pacaás Novos e os seringueiros. Há até famílias que já casaram entre eles e se dão muito bem. Então, eles não querem que isso gere um conflito. Se tiver uma possibilidade de ampliar a reserva, porque eles estão dizendo que ela já está pequena para o povo que está aumentando nos últimos anos, tudo bem; mas sem que gere conflito com os seringueiros. A área de Guajará-Mirim é de 25 mil km<sup>2</sup>; 94% desses 25 mil km<sup>2</sup> são de reserva, são de floresta; se encontrar uma forma de ampliar a reserva Pacaás Novos, que é de cento e poucos mil hectares, tudo bem, sem conflito com os seringueiros, sem que isso afete a vida das famílias dos seringueiros que lá vivem. Este está sendo o encaminhamento: que não haja conflito, que não haja divergência nenhuma. Se tiver como fazer essas conciliação, tudo bem; se não, nada feito. Nós não vamos aceitar isso.

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – Na verdade, o Município de Guajará-Mirim tem 92% de preservação. Só 8% estão desmatados. Nós não vamos achar isso em outro Município em lugar nenhum do Brasil. Não vamos achar Município que tenha tanta área preservada como nós temos lá no Município de Guajará-Mirim.

Então, eu faço aqui um apelo à Funai: que não siga o exemplo do Ministro Minc na questão do que nós fizemos no Bom Futuro; que siga o exemplo daqueles que têm bom senso. Nós não podemos tratar assim o povo que veio morar no Estado de Rondônia, principalmente os extrativistas, que preservam com sustentabilidade a mata. Nós não podemos permitir...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – Nós não podemos permitir, Senador Raupp, nós que somos de Rondônia – eu, V. Ex<sup>a</sup> e a Senadora Fátima Cleide –, que isso aconteça com a população do nosso Estado.

Nós temos é que premiar a população do Município de Guajará-Mirim, nós temos é que industrializar aquele Estado, nós temos é que gerar emprego, renda para a população do Município de Guajará-Mirim, porque ela está nos dando um presente, um presente não ao Brasil, mas ao mundo, na questão da preservação das suas áreas de reserva.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EXPEDITO JÚNIOR EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



Ofício Circ. nº 006/2009/ERGA/SEDAM/GM.

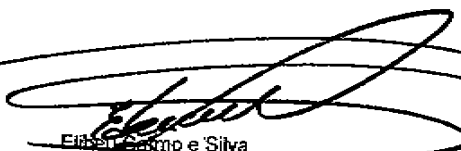
Exmo(a) Senhor (a),

Guajará-Mirim/RO.  
01/07/2009

Cumprindo decisão do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Estadual, encaminho-lhe a cópia dos seguintes Docs.:

- ⇒ Aprovação dos conselheiros, ref. a Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Rio Pacaas Novos;
- ⇒ Decreto Federal 1.775, de 08 de janeiro de 1996;
- ⇒ Lei (de SNUC) nº 9985 de 18 de julho de 2000;
- ⇒ Lei Complementar Estadual nº 233, de 06 de junho de 2000;
- ⇒ Decreto Lei Estadual nº 1.144, de 12 de dezembro de 2002;
- ⇒ Relatório Piranhas: e
- ⇒ Ofício nº 018 de 22 de junho de 2009.

Respeitosamente,



Eriberto Campê e Silva  
Diretor Regional /SEDAM/GM  
Gerente da RESEX Rio Pacaas Novos

Ao  
Exmo. Sr. Expedito Júnior  
MD. Senador/RO  
Brasília - DF

## CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA ESTADUAL RIO PACAAS NOVOS

Senhor(es),

O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos, reunido em Assembléia Geral Extraordinária, após debates e aprovação dos conselheiros, elaborou o presente documento a fim de expor e no final reivindicar o que segue:

Os seringueiros amazônicos começaram a se articular como o movimento agrário no início dos anos de 1980, e na década seguinte conseguiram reconhecimento nacional. Obtiveram êxito com a implantação das primeiras reservas extrativas após o assassinato de Chico Mendes. Assim, os camponeses da floresta, que eram invisíveis no cenário nacional na década de 1970, passaram à posição de paradigma de desenvolvimento sustentável.

Foram os Seringueiros, representados pelo Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS e pela Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR, que lutaram, durante vários anos, para criar as Reservas Extrativistas no Estado de Rondônia.

Foi a luta dos seringueiros que conseguiu criar a Reserva Extrativista do Rio Pacas Novos, preservando até hoje toda aquela área, impedindo que a mesma fosse transformada em área de colonização e conseqüentemente devastada.

Os Seringueiros reivindicaram a criação das Reservas Extrativistas, com objetivo de criar um modelo de reforma agrária diferenciada dos modelos de reforma agrária implantados pelo INCRA, de forma que não fosse preciso demarcar terras e nem receber títulos definitivos individuais, mas sim, garantir a terra e a floresta, com sua flora e fauna, para que as futuras gerações tivessem acesso a elas, sem direito de venda a particulares, que não tenham a mesma cultura tradicional.

Os seringueiros queriam poder trabalhar com produtos tradicionais que há décadas vinham sendo explorados pelos seus antepassados, até mesmo porque, não sabiam fazer outra coisa, a não ser explorar borracha, castanha, poaia, sorva e caucho.

A área situada entre a margem direita do Rio Pacaás Novos até a margem esquerda do Rio Negro Ocaia, há várias décadas, é ocupada somente pelos seringueiros, lá, na época de maior atividade chegaram a

residir mais de 60 (sessenta) famílias de seringueiros, atualmente, residem 32 (trinta e duas), sendo que todas as roças, estradas de seringa e de colheita da castanha, são dos seringueiros.

Seringueiros e Indígenas sempre conviveram pacificamente, respeitando as demarcações realizadas, há mais de duas décadas.

Somente de poucos anos para cá é que os indígenas estabeleceram duas novas aldeias na margem esquerda do Rio Negro Ocaia, na divisa da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos, **aldeias Ocaia II e Piranha**, sendo esta última com mais de 100 pessoas e com cerca de 40 hectares desmatados (dados do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM).

A Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos, foi criada pelo Decreto Estadual nº 6.953 em 14 de julho de 1995, em terras reconhecidamente ocupada, por seringueiros há várias décadas e após a criação e demarcação de todas as terras de interesse das comunidades indígenas da região.

A Terra Indígena Rio Negro Ocaia foi demarcada em 1981 (Decreto 86.347/81), com a área de 104.063 há. Já a Terra Indígena Pacaás Novos foi demarcada em 1991 (Decreto 256/91), com a área 279.906 há, portanto ambas demarcadas antes da criação da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos

Conforme define a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação a Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações tradicionais, tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Até hoje a Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos tem atingido plenamente seus objetivos, pois protegeu os meios de vida e a cultura dos seringueiros que asseguraram o uso sustentável dos seus recursos naturais.

É do nosso conhecimento que a FUNAI há cerca de dois anos criou um Grupo de Trabalho (GT) para proceder a um estudo visando a revisão dos limites da Terra Indígena Rio Negro Ocaia.

Segundo informação de moradores da Resex, no início de 2008, membros do citado Grupo de Trabalho estiveram na área com intuito de realizar levantamento sobre antigas aldeias ou sítios arqueológicos dentro da área da Pacaás Novos.

Sabemos ainda que, a citada equipe retornou a área para continuar os trabalhos, oportunidade em que coletaram imagens das ocupações dos seringueiros, sem nada informar acerca dos objetivos da visita.

Estes fatos ocorreram sem o devido conhecimento e autorização da Associação Primavera, representante dos seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos e co-gestora da mesma e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, órgão gestor daquela unidade de conservação.

Recentemente, uma equipe da FUNAI de Cuiabá, acompanhada de um técnico do INCRA, chegou a Guajará Mirim com o fim de realizar a terceira fase do estudo na RESEX Estadual Rio Pacaás Novos. Desta vez eles solicitaram a participação do Estado e dos Seringueiros, pois se trata de levantamento de bens das famílias tradicionais residentes na área, para fins de desocupação. Isso é um absurdo. Vê-se aí uma chuva de vícios nos atos unilaterais praticados pela Fundação Nacional do Índio, uma vez que, o Decreto no 1.775, de 8 de janeiro de 1996, em seu Art. 2º, parágrafo 2º estabelece:

*O levantamento fundiário de que trata o parágrafo anterior, será realizado, quando necessário, conjuntamente com o órgão federal ou estadual específico, cujos técnicos serão designados no prazo de vinte dias contados da data do recebimento da solicitação do órgão federal de assistência ao índio*

Agora, quando que o Estado de Rondônia, representado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, gestor da Unidade Conservação foi devidamente cientificado? E o co-gestor – Associação dos Seringueiros-? O que há de concreto é uma ligação de uma servidora da FUNAI/Brasília, identificada por Juliana, solicitando dados de uma pessoa que iria compor o GT, sendo a pessoa citada, isto é interessante, servidor de outra esfera do governo e responsável por outra Unidade de Conservação, a qual participou das outras fases do Estudo.

Somente em breve diálogo com a equipe da FUNAI é que fomos informados que a área pleiteada é de mais de 130 mil hectares, incluindo ainda parte da Reserva Biológica Estadual Ouro Preto.

Vale ressaltar que, a parte da área da Resex reivindicada pelos indígenas é praticamente a única que possui partes altas (livre de alagações na época das cheias), onde os seringueiros, que são ribeirinhos, podem construir suas colocações. A maior parte da área da Resex, marginal ao Rio Pacaás Novos é alagadiça.

Ressalte-se ainda que, os seringueiros são reconhecidos pelo Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA, e já obtiveram financiamento do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, na área em questão.

Ressalte-se mais uma vez, que a RESEX Rio Pacaas Novos já possui o Plano de Manejo da Unidade, em cumprimento a exigência da Lei de SNUC (Lei 9.985 de 18/07/2000), bem como um Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, em base comunitária, para complemento da renda dos moradores.

Se os Seringueiros forem expulsos de suas colocações na área reivindicada pelos indígenas não terão para onde ir, além de perder suas roças, suas plantações de árvores frutíferas, suas estradas de seringa e de colheita de castanha.

Se forem forçados a se estabelecer em outra parte da Reserva terão que implantar colocações em áreas centrais longe das margens alagadiças do Rio. Terão que realizar desmatamentos dentro da Resex para implantar suas roças, além de ter que aguardar vários anos para terem árvores frutíferas produzindo e terão que abrir novas estradas de seringa

e de coleta de castanhas. Sem alternativas, a maioria das famílias dos seringueiros abandonará a Unidade de Conservação migrando para a cidade, o que fatalmente criará um caos social, certamente perderão sua cultura e suas tradições. Será que é só os índios que tem um passado cultural?

Abraçando-se a Lei, avocamos a legislação federal, a qual diz que somente será permitido a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação mediante lei específica. No Estado de Rondônia somente poderá ocorrer por meio de Lei Complementar, sendo consideradas nulas as modificações que ocorrerem sob outra forma de decisão. Vejamos:

### **LEGISLAÇÃO FEDERAL**

#### ***LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. (SNUC)***

*Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.*

*§ 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.*

### **LEGISLAÇÃO ESTADUAL**

#### ***LEI COMPLEMENTAR Nº 233, DE 06 DE JUNHO DE 2000.***

*Art. 27 - Ficam ratificados todos os atos estaduais pertinentes à criação e à institucionalização das Unidades de Conservação de uso direto e indireto existentes no Estado.....*

*2º - A alteração e a supressão de partes de qualquer das Unidades de Conservação somente poderão ocorrer por meio de Lei*

*Complementar, sendo consideradas nulas todas as modificações que ocorrerem sob outra forma de decisão (O grifo é nosso).*

#### ***LEI nº 1.144 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002. (SEUC)***

*Art. 21. As unidades de conservação estaduais são criadas por ato do Poder Público, obedecidas as prescrições desta Lei.*

*§ 6º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica, e obrigatoriamente precedida de estudos técnicos que justifiquem o ato.*

Avocamos ainda a Carta Mãe, a qual diz em seu Art. 231:

*§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente,*

O prof. José Afonso da Silva, assim leciona:

"A base do conceito de terra indígena acha-se no art. 231, §1º, da Constituição Federal, fundado em quatro condições, todas necessárias e nenhuma suficiente sozinha, a saber:

- 1) serem por eles habitadas em caráter permanente;
- 2) serem por eles utilizadas para suas atividades produtivas;
- 3) serem imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar; e
- 4) serem necessárias a sua reprodução física e cultural, tudo segundo seus usos, costumes e tradições.

A área da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos e especialmente a área pretendida pela comunidade indígena, a muitas décadas não é habitada pelos índios e sim pelos seringueiros, que a utilizam para suas atividades produtivas (plantio de roças, colheita de castanha e de latex, entre outras), portanto as exigências do §1º, do art. 231 da Constituição não são preenchidas, para que aquela área seja considerada terra indígena.

Se for analisar com base em arqueologia e vestígios de aldeias indígenas existentes no passado, praticamente todo o território brasileiro seria considerado Terra Indígena, pois tais vestígios existem em todo o Brasil. Como exemplo, citamos a área onde está localizada a cidade de Guajará Mirim, onde em qualquer lugar existem tais vestígios.

Na cidade de Guajará Mirim, na área onde hoje está localizado Comando do Exército Brasileiro – 6º BIS, era uma maloca indígena. Então porque só querer tomar a terra dos seringueiros e não outras terras como as terras onde está localizado o Comando do Exército. Será que é porque os seringueiros são mais fracos, humildes e não tem quem os defenda?

Afirmar que as ditas terras estão em vias de demarcação, como tem sido propalado é temerário, pois cria falsas expectativas na comunidade indígena que passa a não respeitar limites da Resex, e também gera intranquilidade nas dezenas de famílias de seringueiros que, há décadas, habitam aquela área e em função dos quais a unidade de conservação foi criada.

Os seringueiros da Reserva Extrativista Rio Pacaás Novos já foram tangidos (expulsos) pela FUNAI por três vezes (será esta a quarta?) sem direito a nem uma indenização. A primeira vez ocorreu na década de 60, onde deixaram a margem esquerda do Rio Pacaás Novos - hoje T.I. PACAÁS NOVOS, com a área de 279.906-00 hectares, correspondendo os trechos da Boca do Rio Novo até o Poção.

A segunda, também no final da década de 60. Eles foram retirados da margem direita do Rio Negro Ocaia - hoje TI Rio Negro Ocaia, com a área de 104.063.00 hectares.

Já na década de 80, foi a terceira. Isto ocorreu nos seringais São João Parati e São Luiz, no auto Pacaás Novos, oportunidade em que nasceu a T.I Uru Eu Wau Wau, com área 1.867.117,80 hectares. Ver Atlas Geoambiental de Rondônia. Naquela época, nenhum morador foi indenizado, tendo algum deles perdido todos os seus bens que construíram em toda a vida.

Interessante!!! Na terra Indígena Uru Eu Wau Wau, lado do rio Pacaás Novos, moram apenas 10 famílias indígenas. A área é insuficiente???

Agora, no Seringal São Luiz na época dos patrões morava mais de 600 (seiscentos) famílias de seringueiros. No São João Parati, mais de 350 (hoje neste local é terra indígena e não mora um índio sequer).

Será que os seringueiros que são povos tradicionais, não possuem direito sobre a última fatia de terra a eles disponibilizados? Eles não possuem memória? Muitos deles foram heróis na história do Brasil. Outros rogam a serem sepultados no terreiro de suas casas, demonstrando amor pelo local em que vivem. Por que atormentá-los? São vidas, o bem maior e indisponível do aparato jurídico.

Hoje, os seringueiros habitam, a área que foi rejeitada pelos próprios índios e pela FUNAI, como está acima comprovado. Primeiro criaram e demarcaram as Terras indígenas, o que sobrou ficou para estes heróis (do esquecimento).

O que está ocorrendo é um ato não legal, unilateral, ambicioso, desumano...injusto e que arrepia não só a democracia e as leis vigentes como também a ética e a moral; razão pela qual, o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Rio Pacaás Novos irmanado aos



povos tradicionais extrativistas, juntamente com Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista Federal do Rio Ouro Preto - ASROP; Associação dos Seringueiro Agroextrativista do Rio Ouro Preto - ASAEX, Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, Organização dos Seringueiros de Rondônia- OSR, Associação dos Açaizeiros de Guajará Mirim e outros parceiros, DELIBERAM o seguinte:

- 1) Solicitar a Fundação Nacional do Índio – FUNAI -, a imediata suspensão do processo de estudo no interior da Reserva Extrativista Rio Pacaás Novos, com o fim a que foi instaurado e ainda, disponibilizar cópia fiel do citado feito ao órgão gestor e co-gestor da Unidade de Conservação;
- 2) Solicitar ao governo de Rondônia seja realizada gestão, junto ao Governo Federal, a fim de efetuar, urgentemente, a transferência de domínialidade a área da Resex para o Estado. Elaborar a assinar o Contrato de Concessão Real de Uso da Reserva Extrativista Rio Pacaás Novos com os seringueiros que nela habitam.
- 3) Solicitar a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, implementações de ações fiscalizatórias no interior da Reserva Extrativista do Rio Pacaás Novos, visando resguardar a integridade física da mesma;
- 4) Solicitar a SEDAM que, através de medidas legais, administrativas e/ou judiciais providencie a retirada do grupo indígena conhecido por Piranhas que se estabeleceu dentro dos limites da RESEX Rio Pacaás Novos, bem como, adotar as medidas administrativas – auto de infração – ao(s) responsável(is) pela prática de crime ambiental naquela área (desmatamento de mais de 40 hectares);
- 5) Encaminhar cópia das Deliberações às seguintes Instituições, para conhecimento e providências de estilo; sendo:
  - a) Presidente da República;
  - b) Ministro da Justiça;
  - c) Ministro do Meio Ambiente;
  - d) Ministério Público Federal - Procuradoria Geral da República -;
  - e) Ministério Público Estadual;
  - f) Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
  - g) Instituto Nacional da Reforma Agrária – INCRA;
  - h) Instituto Chico Mendes - ICMBio;
  - i) Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM;
  - j) Governador do Estado e Prefeito Municipal;
  - k) Representes legislativos da: Câmara Municipal, Assembléia Legislativa e Congresso Nacional;
  - l) Imprensa, em geral.

Por fim, citamos desbravador da nossa Cachoeira Pequena, amado e inesquecível Bispo D. Xavier Rei, o qual em visão divina recebeu, em sonhos, a arquitetura de um local de adoração, a Catedral de nossa cidade, que se encontra oponente até hoje. O Excelso criador, ainda o orientou a intitulá-la Nossa Senhora dos SERINGUEIROS, em homenagem àqueles que pela inocência, bravura e amor deixaram suas terras natais com o fim de servir nossa pátria e sempre foram espoliados e massacrados. Foi um caminho sem volta. Cumpriram sua missão, e hoje como recompensa estão sendo expulsos da terra que somente está preservada graças a sua luta para transformá-la em unidade de conservação. Esperamos que a justiça seja feita e os Seringueiros tenham direito a cidadania e lhes seja dada segurança de poder viver e trabalhar na terra que tanto amam.

Guajará Mirim/RO, 27 de junho de 2009.

Membros do Conselho Deliberativo da Resex Estadual Rio Pacaas Novos.

Nome	Representatividade
* Berquato Rodrigues do Silva	Silva
* Francisco Lacerda Filho	
* José Medeiros da Silva	
* João Paulo Horta	O.S.K.
* José Maria dos Santos	ICUBIO
* João Costa Soares	Comunidade Noroeste
* Sanderli dos Santos Pereira	Comunidade Santa Margarida
* Edilson dos Santos Pereira	LENDIA
* Francisco Filho	IBAMA/G. Mirim
* João Marcos da Silva	Comunidade Entre
* João da Moura	Associação Comunitária
* Luciano Ribeiro	
* João da Silva	
* Edmar de Lima Teixeira	Set. Munic. Mirim
* Eliseu Lacerda Filho	Pres. Cons. RESEX Pacaas Novos

Representatividades presentes na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo e, que compartilham com as deliberações do Conselho.

Lindaura Maria B. Medeiros Brito	IEE Paulo Salgueira (SEDUC)
Maria Conceição P. Pereira	IEE Paulo Salgueira (SEDUC)
Reinaldo Lourenço de Aguiar	Primavera
Rosenda Ferreira Sousa	Primavera
Mário Juliano S. Vieira	ASAEX
Isabel Sampaio Portugal	Capelacero
Yacine Siemine Nani	CNS
Martha J. Julliano	Primavera
Edna Gregório Nalick	Primavera
José Antônio Barosa	RCS SAB IG-Miraflores
Antônio Rodrigues da Silva	Primavera
M. do Rosário M. do Carmo Borges	Primavera
Leandro de Andrade	Primavera
Eury de Brito Y. Rosário	Primavera
Vilmar Sampaio de Melo	Primavera
Ana Cláudia A. de Menezes	Primavera
Barbara Ana de Vasconcelos	Adarex
Salvador S. S. Junior	Cooper de Bom Jardim
Paulo de Lima Nunes	ASS. ASAEX
Francisca Jacuame Lopes	Primavera
Guilherme Maria da Costa Santos	Fume. Verde
Adriana Sampaio da Costa	FUM. Verde
Jonas Sampaio da Costa	FUM. Verde
Marcelo Sampaio da Costa	FUM. Verde
Wilson Juarez Perez	SEDAMIGM
Jonas de Moura	FEIC. 7 HANA/6 MURM
João Gilberto de F. L.	SEDAMIGM
Estádio Municipal de Primavera	FEIC. 7 HANA/6 MURM
Roberto Bolum Brito	SEDAMIGM
Marina de Castro da Silva	FEIC. 7 HANA/6 MURM
Antônio Fato da Costa	SEDAMIGM
Raimundo dos Santos	FEIC. 7 HANA/6 MURM
Alexandre de Carvalho Alves	SEDAMIGM
Guilherme Felix Gomes	FEIC. 7 HANA/6 MURM
Benedito de Almeida de Jesus	SEDAMIGM
Manoel Lima Franco	FEIC. 7 HANA/6 MURM
Rosângela Orlando da Silva	SEDAMIGM
Ademir Lino de Aguiar	FEIC. 7 HANA/6 MURM
Raimundo Lopes	SEDAMIGM



[illegible]

**DECRETO Nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996**

Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 231, ambos da Constituição, e no art. 2º, inciso IX da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

**DECRETA:**

Art. 1º As terras indígenas, de que tratam o art. 17, I, da Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, e o art. 231 da Constituição, serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob a orientação do órgão federal de assistência ao índio, de acordo com o disposto neste Decreto.

Art. 2º A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios será fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, em prazo fixado na portaria de nomeação baixada pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, estudo antropológico de identificação.

§ 1º O órgão federal de assistência ao índio designará grupo técnico especializado, composto preferencialmente por servidores do próprio quadro funcional, coordenado por antropólogo, com a finalidade de realizar estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação.

§ 2º O levantamento fundiário de que trata o parágrafo anterior, será realizado, quando necessário, conjuntamente com o órgão federal ou estadual específico, cujos técnicos serão designados no prazo de vinte dias contados da data do recebimento da solicitação do órgão federal de assistência ao índio.

§ 3º O grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento em todas as suas fases.

§ 4º O grupo técnico solicitará, quando for o caso, a colaboração de membros da comunidade científica ou de outros órgãos públicos para embasar os estudos de que trata este artigo.

§ 5º No prazo de trinta dias contados da data da publicação do ato que constituir o grupo técnico, os órgãos públicos devem, no âmbito de suas competências, e às entidades civis é facultado, prestar-lhe informações sobre a área objeto da identificação.

§ 6º Concluídos os trabalhos de identificação e delimitação, o grupo técnico apresentará relatório circunstanciado ao órgão federal de assistência ao índio, caracterizando a terra indígena a ser demarcada.

§ 7º Aprovado o relatório pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, este fará publicar, no prazo de quinze dias contados da data que o receber, resumo do mesmo no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localizar a área sob demarcação, acompanhado de memorial descritivo e mapa da área, devendo a publicação ser afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

§ 8º Desde o início do procedimento demarcatório até noventa dias após a publicação de que trata o parágrafo anterior, poderão os Estados e municípios em que se localize a área sob demarcação e demais interessados manifestar-se, apresentando ao órgão federal de assistência ao índio razões instruídas com todas as provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas, para o fim de pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do relatório de que trata o parágrafo anterior.



§ 9º Nos sessenta dias subseqüentes ao encerramento do prazo de que trata o parágrafo anterior, o órgão federal de assistência ao índio encaminhará o respectivo procedimento ao Ministro de Estado da Justiça, juntamente com pareceres relativos às razões e provas apresentadas.

§ 10. Em até trinta dias após o recebimento do procedimento, o Ministro de Estado da Justiça decidirá:

I - declarando, mediante portaria, os limites da terra indígena e determinando a sua demarcação;

II - prescrevendo todas as diligências que julgue necessárias, as quais deverão ser cumpridas no prazo de noventa dias;

III - desaprovando a identificação e retornando os autos ao órgão federal de assistência ao índio, mediante decisão fundamentada, circunscrita ao não atendimento do disposto no § 1º do art. 231 da Constituição e demais disposições pertinentes.

Art. 3º Os trabalhos de identificação e delimitação de terras indígenas realizados anteriormente poderão ser considerados pelo órgão federal de assistência ao índio para efeito de demarcação, desde que compatíveis com os princípios estabelecidos neste Decreto.

Art. 4º Verificada a presença de ocupantes não índios na área sob demarcação, o órgão fundiário federal dará prioridade ao respectivo reassentamento, segundo o levantamento efetuado pelo grupo técnico, observada a legislação pertinente.

Art. 5º A demarcação das terras indígenas, obedecido o procedimento administrativo deste Decreto, será homologada mediante decreto.

Art. 6º Em até trinta dias após a publicação do decreto de homologação, o órgão federal de assistência ao índio promoverá o respectivo registro em cartório imobiliário da comarca correspondente e na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda.

Art. 7º O órgão federal de assistência ao índio poderá, no exercício do poder de polícia previsto no inciso VII do art. 1º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, disciplinar o ingresso e trânsito de terceiros em áreas em que se constate a presença de índios isolados, bem como tomar as providências necessárias à proteção aos índios.

Art. 8º O Ministro de Estado da Justiça expedirá as instruções necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 9º Nas demarcações em curso, cujo decreto homologatório não tenha sido objeto de registro em cartório imobiliário ou na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda, os interessados poderão manifestar-se, nos termos do § 8º do art. 2º, no prazo de noventa dias, contados da data da publicação deste Decreto.

Parágrafo único. Caso a manifestação verse demarcação homologada, o Ministro de Estado da Justiça a examinará e proporá ao Presidente da República as providências cabíveis.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se o Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991, e o Decreto nº 608, de 20 de julho de 1992.



**DECRETO Nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996**

Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 231, ambos da Constituição, e no art. 2º, inciso IX da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

**DECRETA:**

Art. 1º As terras indígenas, de que tratam o art. 17, I, da Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, e o art. 231 da Constituição, serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob a orientação do órgão federal de assistência ao índio, de acordo com o disposto neste Decreto.

Art. 2º A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios será fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, em prazo fixado na portaria de nomeação baixada pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, estudo antropológico de identificação.

§ 1º O órgão federal de assistência ao índio designará grupo técnico especializado, composto preferencialmente por servidores do próprio quadro funcional, coordenado por antropólogo, com a finalidade de realizar estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação.

§ 2º O levantamento fundiário de que trata o parágrafo anterior, será realizado, quando necessário, conjuntamente com o órgão federal ou estadual específico, cujos técnicos serão designados no prazo de vinte dias contados da data do recebimento da solicitação do órgão federal de assistência ao índio.

§ 3º O grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento em todas as suas fases.

§ 4º O grupo técnico solicitará, quando for o caso, a colaboração de membros da comunidade científica ou de outros órgãos públicos para embasar os estudos de que trata este artigo.

§ 5º No prazo de trinta dias contados da data da publicação do ato que constituir o grupo técnico, os órgãos públicos devem, no âmbito de suas competências, e às entidades civis é facultado, prestar-lhe informações sobre a área objeto da identificação.

§ 6º Concluídos os trabalhos de identificação e delimitação, o grupo técnico apresentará relatório circunstanciado ao órgão federal de assistência ao índio, caracterizando a terra indígena a ser demarcada.

§ 7º Aprovado o relatório pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, este fará publicar, no prazo de quinze dias contados da data que o receber, resumo do mesmo no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localizar a área sob demarcação, acompanhado de memorial descritivo e mapa da área, devendo a publicação ser afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

§ 8º Desde o início do procedimento demarcatório até noventa dias após a publicação de que trata o parágrafo anterior, poderão os Estados e municípios em que se localize a área sob demarcação e demais interessados manifestar-se, apresentando ao órgão federal de assistência ao índio razões instruídas com todas as provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas, para o fim de pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do relatório de que trata o parágrafo anterior.

§ 9º Nos sessenta dias subseqüentes ao encerramento do prazo de que trata o parágrafo anterior, o órgão federal de assistência ao índio encaminhará o respectivo procedimento ao Ministro de Estado da Justiça, juntamente com pareceres relativos às razões e provas apresentadas.

§ 10. Em até trinta dias após o recebimento do procedimento, o Ministro de Estado da Justiça decidirá:

I - declarando, mediante portaria, os limites da terra indígena e determinando a sua demarcação;

II - prescrevendo todas as diligências que julgue necessárias, as quais deverão ser cumpridas no prazo de noventa dias;

III - desaprovando a identificação e retornando os autos ao órgão federal de assistência ao índio, mediante decisão fundamentada, circunscrita ao não atendimento do disposto no § 1º do art. 231 da Constituição e demais disposições pertinentes.

Art. 3º Os trabalhos de identificação e delimitação de terras indígenas realizados anteriormente poderão ser considerados pelo órgão federal de assistência ao índio para efeito de demarcação, desde que compatíveis com os princípios estabelecidos neste Decreto.

Art. 4º Verificada a presença de ocupantes não índios na área sob demarcação, o órgão fundiário federal dará prioridade ao respectivo reassentamento, segundo o levantamento efetuado pelo grupo técnico, observada a legislação pertinente.

Art. 5º A demarcação das terras indígenas, obedecido o procedimento administrativo deste Decreto, será homologada mediante decreto.

Art. 6º Em até trinta dias após a publicação do decreto de homologação, o órgão federal de assistência ao índio promoverá o respectivo registro em cartório imobiliário da comarca correspondente e na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda.

Art. 7º O órgão federal de assistência ao índio poderá, no exercício do poder de polícia previsto no inciso VII do art. 1º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, disciplinar o ingresso e trânsito de terceiros em áreas em que se constate a presença de índios isolados, bem como tomar as providências necessárias à proteção aos índios.

Art. 8º O Ministro de Estado da Justiça expedirá as instruções necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 9º Nas demarcações em curso, cujo decreto homologatório não tenha sido objeto de registro em cartório imobiliário ou na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda, os interessados poderão manifestar-se, nos termos do § 8º do art. 2º, no prazo de noventa dias, contados da data da publicação deste Decreto.

Parágrafo único. Caso a manifestação verse demarcação homologada, o Ministro de Estado da Justiça a examinará e proporá ao Presidente da República as providências cabíveis.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se o Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991, e o Decreto nº 608, de 20 de julho de 1992.

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.**

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA** no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - **unidade de conservação**: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II - **conservação da natureza**: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

III - **diversidade biológica**: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;

IV - **recurso ambiental**: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

V - **preservação**: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

VI - **proteção integral**: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

VII - **conservação *in situ***: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

VIII - **manejo**: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

IX - **uso indireto**: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

X - **uso direto**: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

**XI - uso sustentável:** exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

**XII - extrativismo:** sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

**XIII - recuperação:** restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

**XIV - restauração:** restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível de sua condição original;

**XV - (VETADO)**

**XVI - zoneamento:** definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

**XVII - plano de manejo:** documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

**XVIII - zona de amortecimento:** o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e

**XIX - corredores ecológicos:** porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

## CAPÍTULO II DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC

**Art. 3º** O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei.

**Art. 4º** O SNUC tem os seguintes objetivos:

**I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;**

**II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;**

**III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;**

**IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;**

**V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;**

**VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;**

**VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;**

**VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;**

**IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;**

**X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;**

**XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;**

**XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;**

**XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.**

**Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:**

**I - assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;**

**II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;**

**III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;**

**IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;**

**V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;**

**VI - assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;**

**VII - permitam o uso das unidades de conservação para a conservação *in situ* de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres;**

**VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;**

**IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;**

**X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;**

**XI - garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;**

**XII - busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira; e**

**XIII - busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.**

Art. 6º O SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

I – Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;

II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e

~~III – Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. <sup>Atenção:</sup> ~~(Vide Medida Provisória nº 366, de 2007)~~~~

III - órgãos executores: o Instituto Chico Mendes e o Ibama, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. (Redação dada pela Lei nº 11.516, 2007)

Parágrafo único. Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a critério do Conama, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção.

### CAPÍTULO III DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica;

II - Reserva Biológica;

III - Parque Nacional;

IV - Monumento Natural;

V - Refúgio de Vida Silvestre.

Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

§ 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.



**§ 3º** A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

**§ 4º** Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;

II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;

III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;

IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.

**Art. 10.** A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

**§ 1º** A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

**§ 2º** É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

**§ 3º** A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

**Art. 11.** O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

**§ 1º** O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

**§ 2º** A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

**§ 3º** A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

**§ 4º** As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

**Art. 12.** O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

**§ 1º** O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

**§ 2º** Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.



§ 3º A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

Art. 13. O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

§ 1º O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 4º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

- I - Área de Proteção Ambiental;
- II - Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III - Floresta Nacional;
- IV - Reserva Extrativista;
- V - Reserva de Fauna;
- VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
- VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (Regulamento)

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

§ 1º A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico.

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. (Regulamento)

§ 1º A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§ 4º A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§ 5º A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§ 6º A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Regulamento)

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7º A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

Art. 19. A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

§ 1º A Reserva de Fauna é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.

§ 3º É proibido o exercício da caça amadorística ou profissional.

§ 4º A comercialização dos produtos e subprodutos resultantes das pesquisas obedecerá ao disposto nas leis sobre fauna e regulamentos.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (Regulamento)

§ 1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

§ 2º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais será regulado de acordo com o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica.

§ 4º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 5º As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

§ 6º O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.

Art. 21. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. (Regulamento)

§ 1º O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

§ 2º Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme se dispuser em regulamento:

I - a pesquisa científica;

II - a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;

III - (VETADO)

§ 3º Os órgãos integrantes do SNUC, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário de Reserva Particular do Patrimônio Natural para a elaboração de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade.

#### CAPÍTULO IV DA CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público. (Regulamento)

§ 1º (VETADO)

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

§ 4º Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta de que trata o § 2º deste artigo.

§ 5º As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 6º A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

Art. 22-A. O Poder Público poderá, ressalvadas as atividades agropecuárias e outras atividades econômicas em andamento e obras públicas licenciadas, na forma da lei, decretar limitações administrativas provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental, para a realização de estudos com vistas na criação de Unidade de Conservação, quando, a critério do órgão ambiental competente, houver risco de dano grave aos recursos naturais ali existentes. (Incluído pela Lei nº 11.132, de 2005) (Vide Decreto de 2 de janeiro de 2005)

§ 1º Sem prejuízo da restrição e observada a ressalva constante do caput, na área submetida a limitações administrativas, não serão permitidas atividades que importem em exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação nativa. (Incluído pela Lei nº 11.132, de 2005)

§ 2º A destinação final da área submetida ao disposto neste artigo será definida no prazo de 7 (sete) meses, improrrogáveis, findo o qual fica extinta a limitação administrativa. (Incluído pela Lei nº 11.132, de 2005)

Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

Art. 24. O subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação. (Regulamento)

Art. 25. As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos. (Regulamento)

§ 1º O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.

§ 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.

Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (Regulamento)

Parágrafo único. O regulamento desta Lei disporá sobre a forma de gestão integrada do conjunto das unidades.

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo. (Regulamento)

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

§ 3º O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.

§ 4º § 4º O Plano de Manejo poderá dispor sobre as atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados nas Áreas de Proteção Ambiental e nas zonas de amortecimento das demais categorias de unidade de conservação, observadas as informações contidas na decisão técnica da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio sobre:

I - o registro de ocorrência de ancestrais diretos e parentes silvestres;

II - as características de reprodução, dispersão e sobrevivência do organismo geneticamente modificado;

III - o isolamento reprodutivo do organismo geneticamente modificado em relação aos seus ancestrais diretos e parentes silvestres; e

IV - situações de risco do organismo geneticamente modificado à biodiversidade. (Redação dada pela Lei nº 11.460, de 2007) (Vide Medida Provisória nº 327, de 2006).

Art. 28. São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Art. 29. Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. (Regulamento)

Art. 30. As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão. (Regulamento)

Art. 31. É proibida a introdução nas unidades de conservação de espécies não autóctones.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo as Áreas de Proteção Ambiental, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, bem como os animais e plantas necessários à administração e às atividades das demais categorias de unidades de conservação, de acordo com o que se dispuser em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 2º Nas áreas particulares localizadas em Refúgios de Vida Silvestre e Monumentos Naturais podem ser criados animais domésticos e cultivadas plantas considerados compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo.

Art. 32. Os órgãos executores articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais.

§ 1º As pesquisas científicas nas unidades de conservação não podem colocar em risco a sobrevivência das espécies integrantes dos ecossistemas protegidos.

§ 2º A realização de pesquisas científicas nas unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, depende de aprovação prévia e está sujeita à fiscalização do órgão responsável por sua administração.

§ 3º Os órgãos competentes podem transferir para as instituições de pesquisa nacionais, mediante acordo, a atribuição de aprovar a realização de pesquisas científicas e de credenciar pesquisadores para trabalharem nas unidades de conservação.



**Art. 33.** A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento. (Regulamento)

**Art. 34.** Os órgãos responsáveis pela administração das unidades de conservação podem receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação.

**Parágrafo único.** A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes serão utilizados exclusivamente na sua implantação, gestão e manutenção.

**Art. 35.** Os recursos obtidos pelas unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral mediante a cobrança de taxa de visitação e outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade serão aplicados de acordo com os seguintes critérios:

I - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implementação, manutenção e gestão da própria unidade;

II - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo;

III - até cinquenta por cento, e não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral.

**Art. 36.** Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei. (Regulamento)

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

## CAPÍTULO V DOS INCENTIVOS, ISENÇÕES E PENALIDADES

**Art. 37.** (VETADO)

**Art. 38.** A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei.

**Art. 39.** Dê-se ao art. 40 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a seguinte redação:

"Art. 40. (VETADO)



"§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de Proteção Integral as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre." (NR)

"§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral será considerada circunstância agravante para a fixação da pena." (NR)

"§ 3º ....."

Art. 40. Acrescente-se à Lei nº 9.605, de 1998, o seguinte art. 40-A:

"Art. 40-A. (VETADO)

"§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de Uso Sustentável as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural." (AC)

"§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Uso Sustentável será considerada circunstância agravante para a fixação da pena." (AC)

"§ 3º Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade." (AC)

#### CAPÍTULO VI DAS RESERVAS DA BIOSFERA

Art. 41. A Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações. (Regulamento)

§ 1º A Reserva da Biosfera é constituída por:

I - uma ou várias áreas-núcleo, destinadas à proteção integral da natureza;

II - uma ou várias zonas de amortecimento, onde só são admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo; e

III - uma ou várias zonas de transição, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis.

§ 2º A Reserva da Biosfera é constituída por áreas de domínio público ou privado.

§ 3º A Reserva da Biosfera pode ser integrada por unidades de conservação já criadas pelo Poder Público, respeitadas as normas legais que disciplinam o manejo de cada categoria específica.

§ 4º A Reserva da Biosfera é gerida por um Conselho Deliberativo, formado por representantes de instituições públicas, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser em regulamento e no ato de constituição da unidade.

§ 5º A Reserva da Biosfera é reconhecida pelo Programa Intergovernamental "O Homem e a Biosfera – MAB", estabelecido pela Unesco, organização da qual o Brasil é membro.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e

devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes. (Regulamento)

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento.

Art. 43. O Poder Público fará o levantamento nacional das terras devolutas, com o objetivo de definir áreas destinadas à conservação da natureza, no prazo de cinco anos após a publicação desta Lei.

Art. 44. As ilhas oceânicas e costeiras destinam-se prioritariamente à proteção da natureza e sua destinação para fins diversos deve ser precedida de autorização do órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Estão dispensados da autorização citada no *caput* os órgãos que se utilizam das citadas ilhas por força de dispositivos legais ou quando decorrente de compromissos legais assumidos.

Art. 45. Excluem-se das indenizações referentes à regularização fundiária das unidades de conservação, derivadas ou não de desapropriação:

I - (VETADO)

II - (VETADO)

III - as espécies arbóreas declaradas imunes de corte pelo Poder Público;

IV - expectativas de ganhos e lucro cessante;

V - o resultado de cálculo efetuado mediante a operação de juros compostos;

VI - as áreas que não tenham prova de domínio inequívoco e anterior à criação da unidade.

Art. 46. A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infra-estrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais.

Parágrafo único. Esta mesma condição se aplica à zona de amortecimento das unidades do Grupo de Proteção Integral, bem como às áreas de propriedade privada inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas.

Art. 47. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, beneficiário da proteção proporcionada por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica. (Regulamento)

Art. 48. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiário da proteção oferecida por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica. (Regulamento)

Art. 49. A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais.

**Parágrafo único.** A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana.

**Art. 50.** O Ministério do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com a colaboração do Ibama e dos órgãos estaduais e municipais competentes.

**§ 1º** O Cadastro a que se refere este artigo conterá os dados principais de cada unidade de conservação, incluindo, dentre outras características relevantes, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos.

**§ 2º** O Ministério do Meio Ambiente divulgará e colocará à disposição do público interessado os dados constantes do Cadastro.

**Art. 51.** O Poder Executivo Federal submeterá à apreciação do Congresso Nacional, a cada dois anos, um relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do País.

**Art. 52.** Os mapas e cartas oficiais devem indicar as áreas que compõem o SNUC.

**Art. 53.** O Ibama elaborará e divulgará periodicamente uma relação revista e atualizada das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção no território brasileiro.

**Parágrafo único.** O Ibama incentivará os competentes órgãos estaduais e municipais a elaborarem relações equivalentes abrangendo suas respectivas áreas de jurisdição.

**Art. 54.** O Ibama, excepcionalmente, pode permitir a captura de exemplares de espécies ameaçadas de extinção destinadas a programas de criação em cativeiro ou formação de coleções científicas, de acordo com o disposto nesta Lei e em regulamentação específica.

**Art. 55.** As unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta Lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas, conforme o disposto no regulamento desta Lei. (Regulamento)

**Art. 56.** (VETADO)

**Art. 57.** Os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de cento e oitenta dias a partir da vigência desta Lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação.

**Parágrafo único.** No ato de criação dos grupos de trabalho serão fixados os participantes, bem como a estratégia de ação e a abrangência dos trabalhos, garantida a participação das comunidades envolvidas.

**Art. 57-A.** O Poder Executivo estabelecerá os limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas áreas que circundam as unidades de conservação até que seja fixada sua zona de amortecimento e aprovado o seu respectivo Plano de Manejo.

**Parágrafo único.** O disposto no caput deste artigo não se aplica às Áreas de Proteção Ambiente e Reservas de Particulares do Patrimônio Nacional. (Redação dada pela Lei nº 11.460, de 2007) Regulamento. (Vide Medida Provisória nº 327, de 2006).

**Art. 58.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação, no prazo de cento e oitenta dias a partir da data de sua publicação.

**Art. 59.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 60.** Revogam-se os arts. 5º e 6º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; o art. 5º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967; e o art. 18 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Brasília, 18 de julho de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL  
José Sarney Filho

**LEI COMPLEMENTAR Nº 233, DE 06 DE JUNHO DE 2000.**

**Dispõe sobre o  
Zoneamento  
Socioeconômico-Ecológico  
do Estado de Rondônia -  
ZSEE e dá outras  
providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA**, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Lei Complementar institui o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia - ZSEE, na forma que forma que estabelece o parágrafo 2º, art. 6º, da Constituição Estadual, o qual passará a reger-se pelas diretrizes estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 2º - O Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia, doravante denominado ZSEE, constitui-se no principal instrumento de planejamento da ocupação e controle de utilização dos recursos naturais do Estado.

**CAPÍTULO II****DOS OBJETIVOS E DO PROCESSO DE  
IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO**

Art. 3º - O ZSEE tem por objetivo orientar a implementação de medidas e elevação do padrão socioeconômico das populações, por meio de ações que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento das funções sociais e do bem-estar de todos, de forma sustentável.

Art. 4º - A implementação do ZSEE será realizada com base em Zonas e Subzonas definidas para efeito de planejamento das ações a serem desenvolvidas pelos setores públicos e privado do Estado.

Art. 5º - As Zonas são definidas pelo grau de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso, bem como pelas Unidades de Conservação.

Art. 6º - Para implementação do ZSEE, ficam estabelecidas 03 (três) zonas de ordenamento territorial e direcionamento de políticas públicas do Estado.

**SEÇÃO I****DAS ZONAS**

Art. 7º - A Zona 1, composta de áreas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal, abrange 120.310,48 km², equivalentes a 50,45% da área total do Estado.

§ 1º - As terras da Zona 1, utilizadas para diferentes fins, principalmente agropecuário, possuem graus variáveis de ocupação e de vulnerabilidade ambiental, que caracterizam diferentes Subzonas.

§ 2º - A Zona 1 obedecerá às seguintes diretrizes:

I - como diretriz geral, deve ser estimulado o desenvolvimento das atividades primárias em áreas já desmatadas habitadas, ou habitadas, com práticas adequadas e manejo no uso dos recursos naturais, especialmente do solo, de forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta;

II - estímulo ao manejo sustentado dos recursos florestais e, em particular, o reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas, de preservação permanente e da reserva legal, incluindo o aproveitamento alternativo da capoeira;

III - aplicação de políticas públicas compensatórias, visando à manutenção dos recursos florestais remanescentes, evitando a sua conversão para sistemas agropecuários extensivos;

IV - condicionamento das diretrizes de uso das Subzonas para obras de infra-estrutura, em particular com referência a estradas.

Art. 8º - A Zona 2 é composta de áreas de uso especial, abrangendo 34.834,42 Km<sup>2</sup>, equivalentes a 14,60 % da área total do Estado, destinada à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável.

Art. 9º - A Zona 3 é composta de áreas institucionais, constituídas por aquelas protegidas de uso restrito e controlado, previstas em lei e instituídas pela União, Estados e Municípios, abrangendo 83.367,90 km<sup>2</sup>, equivalentes a 34,95, % da área total do Estado.

## SEÇÃO II

### DAS SUBZONAS

Art. 10 - As Subzonas são caracterizadas pelo grau de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso, definidas dentro de suas respectivas zonas.

Art. 11 - Para implementação do ZSEE, ficam estabelecidas nove (09) Subzonas de ordenamento territorial e direcionamento de políticas públicas do Estado.

## SUBSEÇÃO I

### DAS SUBZONAS DA ZONAS 1

Art. 12 - As Subzonas da Zonas 1 são áreas utilizadas, principalmente, para exploração agropecuária, com grau variável de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso, a seguir definidas.

Art. 13 - A Subzona 1.1 composta de áreas que apresentam grande potencial social, abrange 61.417,35 km<sup>2</sup>, equivalentes a 2,5 75 % da área total do Estado.

§ 1º - A Subzona 1.1 dispõe de infra-estrutura suficiente para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, sobretudo estradas de acesso.

§ 2º - A Subzona 1.1 concentra as maiores densidades populacionais do Estado.

§ 3º - A subzona 1.1 detém os assentamentos urbanos mais importantes.

§ 4º - A Subzona 1.1 apresenta aptidão agrícola predominantemente boa, com vulnerabilidade natural à erosão predominantemente baixa, com custos de oportunidade de preservação excessivamente elevados.

§ 5º - A Subzona 1.1 obedecerá às seguintes diretrizes:

I - cobertura florestal de cada propriedade rural mantida ou recuperada em pelo menos 20%;

II - nas áreas convertidas, é recomendado o incremento da produtividade agropecuária, baseado em técnicas agrícolas mais modernas, inclusive a irrigação, com incentivos para agroindústrias, de forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta.

§ 6º - Fica criado o Programa Estadual de Reflorestamento e Recuperação de Matas Ciliares para a Subzona 1.1, a ser implementado pelo Poder Executivo a partir do exercício de 2001.

Art. 14 - A Subzona 1.2, compostas de áreas com médio potencial social, abrange 30.664,01 km², equivalentes a 12,86 % da área total do Estado.

§ 1º - Na Subzona 1.2 predomina a cobertura florestal natural, em processo acelerado de ocupação, com conversão da floresta.

§ 2º - A aptidão agrícola da Subzona 1.2 é predominantemente regular e sua vulnerabilidade regular e sua vulnerabilidade natural à erosão predominantemente baixa a média.

§ 3º - A Subzona 1.2 obedecerá às seguintes diretrizes:

I - deverão ser mantidas ou recuperadas, nas propriedades rurais, pelo menos, 40% da cobertura florestal, admitindo-se, mediante aprovação do órgão ambiental competente, medidas compensatórias visando à preservação dos recursos florestais remanescentes;

II - desmatamentos incrementais condicionados às potencialidades, às fragilidades naturais e ao uso da terra pretendido e, em especial, no contexto de programas de reforma agrária em processo de implementação;

III - nas áreas convertidas, é recomendado o incremento da produtividade agropecuária, baseado em técnicas agrícolas mais modernas, envolvendo insumos e práticas de manejo, em conformidade com as condições de aptidão agrícola;

IV - os processos de ocupação serão acompanhados de regularização fundiária.

Art. 15 - A Subzona 1.3, composta de áreas onde predomina a cobertura vegetal natural, abrange 14.823,81 km², equivalentes a 6,22% da área total do Estado.

§ 1º - A Subzona 1.3 possui expressivo potencial florestal, em processo de ocupação agropecuário incipiente e reduzida conversão da cobertura vegetal natural.

§ 2º - Na Subzona 1.3 a aptidão agrícola é predominantemente restrita e apresenta vulnerabilidade natural à erosão predominantemente média.

§ 3º - A Subzona 1.3 obedecerá às seguintes diretrizes:

I - priorizar o aproveitamento dos recursos naturais, podendo as atividades agropecuárias existentes ser mantidas, não sendo estimuladas sua expansão;

II - os processos de ocupação necessitam de esforços para a regularização fundiária, para controle da exploração florestal e do desmatamento;



III - deverão ser mantidas ou recuperadas, nas propriedades rurais, pelo menos 70% da cobertura florestal, admitindo-se, mediante aprovação do órgão ambiental competente, medidas compensatórias visando à preservação dos recursos florestais remanescentes;

IV - os eventuais desmatamentos incrementais devem ser condicionados às potencialidades, às fragilidades naturais e ao uso pretendido, com políticas públicas para o estímulo da manutenção da cobertura vegetal natural;

V - nas áreas convertidas, é recomendada a implantação de consórcios agroflorestais, reflorestamentos e cultivos permanentes de modo geral.

Art. 16 - A Subzona 1.4, composta de áreas que apresentam infra-estrutura propícia à exploração das terras, abrange 13.405,31 km<sup>2</sup>, equivalentes a 5,62% da área total do Estado.

§ 1º - Embora haja disponibilidade de infra-estrutura na Subzona 1.4, as condições ambientais impõem restrições ao desenvolvimento das atividades de conversão da cobertura vegetal natural.

§ 2º - Tendo em vista o expressivo potencial hidrelétrico de alguns rios, com pequenas centrais de produção, os ecossistemas da subzona 1.4 são de relevante interesse para a preservação dos recursos naturais, em especial os hídricos.

§ 3º - A vulnerabilidade natural à erosão da Subzona 1.4 é predominantemente alta.

§ 4º - A Subzona 1.4 deverá obedecer às seguintes diretrizes:

I - nas áreas já desmatadas, recomenda-se a implantação de sistemas de exploração que garantam o controle da erosão, tais como: reflorestamento, consórcios agroflorestais e culturas permanentes, de modo geral;

II - desmatamentos incrementais serão condicionados à vulnerabilidade à erosão, às potencialidades, às fragilidades naturais e ao uso pretendido, com políticas públicas para o estímulo da manutenção da cobertura vegetal natural;

III - manutenção ou recuperação de, pelo menos, 80% da cobertura vegetal florestal de toda propriedade rural, admitindo-se, mediante aprovação do órgão competente, medidas compensatórias visando à preservação dos recursos florestais remanescentes.

## **SUBSEÇÃO II**

### **DAS SUBZONAS DA ZONA 2**

Art. 17 - As Subzonas da Zona 2 são áreas destinadas à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável, a seguir definidas.

Art. 18 - A Subzona 2.1 composta de áreas que apresentam inexpressiva conversão das terras florestais, abrange 25.653,37 km<sup>2</sup>, equivalentes a 10,75% da área total do Estado.

§ 1º - A Subzona 2.1 apresentam potencialidades naturais, sobretudo a floresta, em condições satisfatórias de exploração madeireira e não madeireira, apresentando o custo de oportunidade de preservação entre baixo e médio;

§ 2º - Algumas áreas da Subzona 2.1 apresentam alto potencial para o ecoturismo e para atividades de pesca em suas diversas modalidades;

§ 3º - A Subzona 2.1 obedecerá às seguintes diretrizes:



I - o valor das terras florestais da Subzona 2.1 pode ser incrementado mediante agregação de valor às existências florestais, pela exploração seletiva de seus produtos;

II - no ordenamento da Subzona 2.1 será priorizado o aproveitamento dos recursos naturais, mantendo as atividades agropecuárias existentes, sem estímulo a sua expansão, fomentando as atividades de manejo florestal e do extrativismo, do ecoturismo e da pesca em suas diversas modalidades;

III - as áreas de campos naturais podem ser utilizadas, sob manejo adequado, observando as suas características específicas;

IV - as obras de infra-estrutura, a exemplo de estradas, deverão estar condicionadas às diretrizes de uso da Subzona.

Art. 19 - A Subzona 2.2, composta de áreas que apresentam ocupação inexpressiva, abrange 9.181,05 km<sup>2</sup>, equivalentes a 3,85% da área total do Estado.

§1º - A Subzona 2.2 apresenta baixo custo de oportunidade da preservação da floresta, facilitando a conservação das terras florestais no seu estado natural.

2º - A Subzona 2.2 obedecerá às seguintes diretrizes:

I - áreas destinadas à conservação da natureza, em especial da biodiversidade, com potencial para atividades científicas e econômicas de baixo impacto ambiental sob manejo sustentado;

II - o aproveitamento destas áreas deve ser desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar;

III - as áreas já convertidas deverão ser direcionadas para a recuperação, sendo recomendada a criação de áreas protegidas de domínio público ou privado, devido às características específicas de sua biodiversidade, de seus habitats e de sua localização em relação ao corredor ecológico regional.

### SUBSEÇÃO III

#### DAS SUBZONAS DA ZONA 3

Art. 20 - As Subzonas da Zona 3 são áreas institucionais, constituídas pelas Unidades de Conservação de uso restrito e controlado, previstas e instituídas pela União, Estados e Municípios, a seguir definidas.

Art. 21 - A Subzona 3.1, composta de áreas constituídas pelas Unidades de Conservação de Uso Direto, abrange 18.081,29 km<sup>2</sup>, equivalentes a 7,58% da área total do Estado.

Parágrafo único - A Subzona 3.1 terá como diretriz que a utilização dos recursos ambientais obedecerá aos planos e diretrizes específicas das Unidades instituídas, tais como: Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e outras categorias estabelecidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Art. 22 - A Subzona 3.2, composta de áreas constituídas pelas Unidades de Conservação de Uso Indireto, abrange 23.752,50 km<sup>2</sup>, equivalentes a 9,96% da área total do Estado.

Parágrafo único - A Subzona 3.2 terá como diretriz que a utilização das áreas deve limitar-se às finalidades das unidades instituídas, tais como: Estações Ecológicas, Parques e Reservas

Biológicas, Patrimônio Espeleológico, Reservas Particulares do Patrimônio Natural e outras categorias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Art. 23 - A Subzona 3.3, composta de áreas constituídas pelas Terras Indígenas, abrange 41.534,11 km<sup>2</sup>, equivalentes a 17,41% da área total do Estado.< /P>

Parágrafo único - A Subzona 3.3 terá como diretriz que a utilização dos recursos naturais está limitada por lei, onde seu aproveitamento somente poderá ser efetuado se autorizado ou concedido pela União.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DIRETRIZES DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO**

Art. 24 - O Poder Executivo definirá, em regulamento próprio, e em conformidade com os estudos socioeconômicos e ecológicos da Segunda Aproximação, os detalhamentos para cada uma e todas as zonas estabelecidas por esta Lei Complementar, bem como os respectivos cartogramas ilustrativos, na escala de 1.250.000 e, finalmente, as diretrizes e políticas setoriais a serem cumpridas pelo Poder Público, com o objetivo de promover o desenvolvimento do Estado e orientar a realização de investimentos e a utilização do território pela população em geral.

§ 1º - O Poder Executivo deverá elaborar, além das ilustrações, documentação descritiva, preferentemente sob a forma de textos com linguagem acessível ao público em geral.

§ 2º - Os Cartogramas deverão permitir a identificação e a visualização das seguintes informações, consideradas imprescindíveis ao planejamento e à orientação a serem prestadas ao público:

I - usos da terra, atuais e potenciais;

II - tipos de solo e de clima;

III - tipos de solo e de clima;

IV - morfologia;

V - aptidão agrícola;

VI - vulnerabilidade natural à erosão;

VII - localização da infra-estrutura e das atividades econômicas;

VIII - os espaços territoriais especialmente protegidos, tais como as Unidades de Conservação criadas pelos Governos Federal, estadual e municipais, as terras indígenas e as áreas de proteção permanente;

IX - recursos hídricos.

§ 3º - A documentação descritiva conterá esclarecimentos e comentários que possam ser utilizados de forma objetiva como meio de divulgação e de informação ao público, a respeito das recomendações produzidas no âmbito do processo de zoneamento, no que se refere à ocupação da terra e ao uso de recursos da natureza.

§ 4º - O mapa de proposta da Segunda Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado, em Anexo, passa a ser parte integrante desta Lei Complementar.

§ 5º - Os memoriais descritivos das Zonas e Subzonas deverão constar da regulamentação desta Lei Complementar, a serem elaborados de acordo com o mapa citado no parágrafo anterior.

§ 6º - A área denominada T.D. Bela Vista, conforme memorial descritivo em anexo, passa a ter a classificação de Subzona 1.3.

Art. 25 - Fica vedada qualquer alteração dos limites de abrangência das Zonas e Subzonas instituídas, ou das diretrizes de uso e ocupação do solo, antes de decorrido um (1) ano de vigência desta Lei Complementar.

Parágrafo único - Decorrido o prazo instituído no "caput" deste artigo, as alterações só poderão ocorrer por meio de processo legislativo de iniciativas do Poder Executivo.

Art. 26 - Para efeito de formulação das diretrizes mencionados no art. 24, as seguintes variáveis fundamentais necessariamente deverão ser observadas:

I - As características geológicas, geomorfológicas, edáficas, faunísticas e da cobertura vegetal, considerando seu potencial florestal e agrícola, todos os aspectos socioeconômicos das Zonas, a fim de identificar as potencialidades e as vulnerabilidades dos ecossistemas sob consideração de atender às necessidades humanas;

II - a definição dos usos atuais e a formulação de recomendações quanto às ações mais adequadas a serem adotadas nas Zonas, de acordo com a capacidade e limitações dos recursos ambientais, particularmente do solo, subsolo, águas superficiais e subterrâneas, da flora e da fauna;

III - a proteção ambiental e a conservação das águas, dos solos, do subsolo e dos demais recursos naturais renováveis e não-renováveis, em função da ordenação do território, inclusive através da indicação de áreas a serem reservadas para proteção integral da biodiversidade, ou para a prática de usos sustentáveis;

IV - a indicação de critérios alternativos para orientar processos de extrativismo madeireiro e não-madeireiro, agricultura, pecuária, pesca e piscicultura, urbanização, industrialização, inclusive madeireira, mineração e de outras opções de utilização dos recursos ambientais;

V - sugestões quanto à melhor distribuição dos investimentos públicos capazes de beneficiar, prioritariamente, os setores e as regiões de menores rendas e as localidades menos favorecidas, a fim de corrigir e superar o desequilíbrio intra-estadual;

VI - medidas destinadas a promover o desenvolvimento do setor rural de forma ordenada e integrada, com o objetivo de melhorar as condições de adaptabilidade das populações ao meio agrícola, inclusive com estabelecimento de diretrizes para implementação da infra-estrutura considerada necessária ao fomento dessas atividades;

VII - os Planos Diretores municipais e documentos pormenorizados de aplicação das respectivas Leis Orgânicas para ordenar o desenvolvimento urbano, dentre outros meios, pelo estímulo e pela cooperação para a efetiva institucionalização dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente, previstos no art. 221, § 2º da Constituição Estadual;

VIII - sugerir medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento de atividades econômicas e sociais resultantes da iniciativa dos Municípios visando a compatibilizar, no interesse da proteção ambiental, funções conflitantes em espaços municipais contíguos e a

integrar iniciativas regionais mais amplas do que restrita às das cidades, na forma do que estabelece o art. 221, § 1º da Constituição Estadual;

IX - a viabilidade de oferecimento de estímulos com vistas à desconcentração de atividades econômicas, inclusive no que se refere à localização de atividades econômicas, inclusive no que se refere à localização de atividades industriais, sempre com o objetivo de alcançar o desenvolvimento econômico pelo aproveitamento dos recursos naturais em harmonia com as medidas de proteção ambiental, em diferentes pontos da área do Estado;

X - a descentralização administrativa, para que haja uma adequada participação, não apenas do Estado, mas do município e das Organizações não-Governamentais, nas tarefas de implementação do Zoneamento;

XI - a garantia e o estímulo à ampla participação do público, em todas as etapas de formulação e implementação das diretrizes setoriais para as Zonas, inclusive como forma de promover a conscientização de todos os segmentos da sociedade, quanto aos objetivos do Zoneamento.

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS**

Art. 27 - Ficam ratificados todos os atos estaduais pertinentes à criação e à institucionalização das Unidades de Conservação de uso direto e indireto existentes no Estado. Os bens tombados na forma do art. 264 e seu parágrafo único, da Constituição Estadual, serão também considerados para efeitos do Zoneamento.

§ 1º - O Governo do Estado adotará as medidas necessárias para consolidar os processos de gestão das Unidades de Conservação a que se refere o "caput" deste artigo, podendo para isso valer-se da colaboração de todos os interessados.

2º - A alteração e a supressão de partes de qualquer das Unidades de Conservação somente poderão ocorrer poderão por meio de Lei Complementar, sendo consideradas nulas todas as modificações que ocorrerem sob outra forma de decisão. A Lei Complementar não poderá determinar alterações que comprometam o ZSEE.

## **CAPÍTULO V**

### **DA COMISSÃO ESTADUAL DE ZONEAMENTO E**

#### **DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO**

Art. 28 - A Comissão Estadual de Zoneamento do Estado é o órgão colegiado encarregado de promover as medidas relativas à integração interinstitucional para a realização dos objetivos do ZSEE, garantindo representação a todos os segmentos interessados ou que possam ser afetados pelas medidas adotadas em consequência das diretrizes estabelecidas para desenvolvimento das Zonas.

Art. 29 - Propostas de alterações de limites, bem como da forma de ocupação e dos usos recomendados das Zonas, poderão ser promovidas por quaisquer interessados, mediante justificativas que serão apreciados, em sessões abertas, ao público pela Comissão Estadual de Zoneamento do Estado, que encaminhará seu parecer conclusivo à apreciação do Governador do Estado, observados os limites do Art. 25 desta Lei Complementar.

§ 1º - As propostas de alteração de limites das Zonas somente poderão ser apreciadas quando transcorrido o prazo estabelecido no Art. 25 desta Lei Complementar.

§ 2º - Os pedidos de alteração dos usos e vedações estabelecidos para cada uma das Zonas, no âmbito das diretrizes setoriais, não poderão ser apreciados, quando em desacordo com normas substantivas e adjetivas de proteção ambiental, tanto federais como estaduais ou municipais, em vigor.

§ 3º - Somente serão apreciadas propostas de alteração das Zonas quando, observando os critérios adotados para o estabelecimento das diretrizes do ZSEE, houver indicativos técnicos com maior nível de detalhes que o Zoneamento vigente, que comprovem a absoluta necessidade de adoção de tais modificações.

§ 4º - A Comissão publicará seu parecer sobre os pedidos de alteração e o colocará em local visível, para que interessados conheçam sua manifestação.

§ 5º - A Comissão receberá eventuais recursos e pedidos de reconsideração relativos a seus pareceres sobre as questões mencionadas no "caput" deste artigo, no prazo de dez (10) dias úteis de sua divulgação, devendo manifestar-se no prazo de cinco (5) dias úteis do recebimento e encaminhar sua decisão ao Governador do Estado.

§ 6º - Caso as modificações forem acatadas e implicarem a necessidade de alteração desta Lei Complementar à Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 30 - O acesso a crédito e a incentivos fiscais e a outros tipos de investimento, colaboração, apoio e estímulo a empreendimentos devem estar em consonância com as diretrizes do ZSEE, instituído no âmbito do Estado.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 31 - O Governador do Estado, por Decreto, regulamentará a presente Lei Complementar no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 32 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33 - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, as Leis Complementares nºs 052, de 20 de dezembro de 1991, 152, de 24 de junho de 1996, 171, de 23 de maio de 1997 e 203, de 02 de abril de 1998.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 06 de junho de 2000, 112º da República.

**JOSÉ DE ABREU BIANCO**

**Governador**

### **MEMORIAL DESCRITIVOS**

**1. IDENTIFICAÇÃO:**

1. DENOMINAÇÃO: T.D. Bela Vista - Área proposta para desapropriação.

2. LOCALIZAÇÃO:

Município (s): Ji-Paraná e Machadinho D'Oeste Estado: Rondônia.

**2. SITUAÇÃO:**

## 1. POSIÇÃO GEOGRÁFICA (Meridianos e Paralelos):

Extremo Norte:	P-01 = 9°10'29"S e	61°38'27"Wgr
Extremo Sul:	P-04 = 10°05'34"S e	61°53'34"Wgr
Extremo Leste:	P-02 = 9°12'53"S e	61°31'25"Wgr
Extremo Oeste:	- = 10°00'49"S e	61°59'34"Wgr

## 2. CARTAS NAS QUAIS ESTÁ SITUADO O IMÓVEL:

SC- 20-Z-A-III, SC-20-Z-A-VI E SC-20-X-C-III-Diretoria de Serviço Geográfico-D.S.G. -  
Escala 1:100.000-Ano 85.

## 3. VIA DE COMUNICAÇÃO: Rio Machado.

## 4. CURSO D'ÁGUA:

Rio Machado.

## 5. MÉTODO DE LEVANTAMENTO:

Interpolação de Coordenadas Geográficas com base no meridiano 61°30'Wgr e paralelo 9°30'S, sabendo-se que 1° (um grau) = 110 Km, 1' (um minuto) =

1.833 m e 1" (segundo) = 30.5m.

## 6. INSTRUMENTOS UTILIZADOS:

Escalímetros

Planímetro

Transferidor

Pantógrafo

HP-97 - (mini-computador).

## 7. DECLINAÇÃO MAGNÉTICA:

Calculadora: 8°55'00" Data: janeiro de 1990

## 7. DIMENSÕES:

Área no município de Ji-Paraná = 13.500,0000 ha (treze mil e quinhentos hectares).

Área no município de Machadinho D'Oeste = 69.683,9780 ha (sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta e três hectares, noventa e sete ares e oitenta centiares).

Área Total = 83.183,9780 ha (oitenta e três mil, cento e oitenta e três hectares, noventa e sete ares e oitenta centiares).

Perímetro = 288.550 m (duzentos e oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta metros).

## 8. CONFRONTAÇÕES:

NORTE: Terras da União

SUL: Rio Machado

LESTE: Reserva Biológica do Jaru e Estado do Mato Grosso.

OESTE: Rio Machado e TD'S São Sebastião do Lago Verde e Lago Verde.

## DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO:

Partindo do ponto P-01, localizado ao Norte do imóvel, na margem direita do Rio Machado, de Coordenadas Geográficas Latitude 9°10'29"S e Longitude 61°38'27"Wgr, segue-se com rumo de 72°00'SE, confrontando com Terras da União, numa distância de 13.600 m até o P-02 localizado na divisa do Estado do Mato Grosso, de Latitude 9°12'53"S e Longitude 61°31'25"Wgr; deste, segue pela divisa do citado Estado, sentido sul, numa distância de 31°500 m até o P-03 de Latitude 9°21'48"S e Longitude 61°37'35"Wgr; deste, segue com rumo de 22°30'SW

3, confrontando com a Reserva Biológica do Jaru, numa distância de 87.500 m até o P-04 localizado na margem direita do Rio Machado, de Latitude 10°05'34"S e Longitude 61°53'34"Wgr; deste, segue descendo o citado rio pela sua margem direita, numa distância de 134.000 m até o P-05, de Latitude 9°18'14"S e Longitude 61°40'29"Wgr; deste, segue com rumo de 78°30'SE, confrontando o T.D. São Sebastião do Lago Verde, numa distância de 4.150 m até o P-06, de Latitude 9°18'40"S e Longitude 61°38'19"Wgr; deste, segue com rumo de 0 ° 00'N, confrontando com o citado T.D., numa distância de 4.000 m até P-07, de Latitude 9°16'29"S e Longitude 61°38'19"Wgr; deste segue com rumo de 80°30'NW; confrontando ainda com o mencionado T.D., numa distância de 300 m até o P-08, de Lat. 9°16'26"S e Longitude 61°38'29"Wgr; deste, segue com rumo de 0°00'N, confrontando com o T.D. Lago Verde, numa distância de 4.800 m até o P-09 de Lat. 9°13'49"e Longitude 61°38'29"Wgr; deste, segue com rumo de 80°30'NW, confrontando com o citado T.D., numa distância de 2.200 m até o P-10, localizado na margem direita do Rio Machado, de Latitude 9°13'36"S e Longitude 61°39'36"Wgr; deste, segue descendo o citado Rio pela sua margem direita, numa distância de 6.500 m até o P-01, ponto inicial da descrição do perímetro.

Fonte de Referência: Cartas do D.S.G. - Folhas SC-20-Z-A-III, Z-A-VI e X-C-III-

Escala: 1: 1000.000-Ano 1985. Escala da planta que acompanha este memorial - 1: 500.000.

**JOSÉ DE ABREU BIANCO**

**Governador**



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA**

**DECRETO LEI nº 1.144 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002.**

**Dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza de Rondônia -SEUC/RO e dá outras providências**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:**

**CAPITULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º Esta Lei, com fundamento na Lei Federal nº 9985 de julho de 2000, no Artigo 219, inciso I, II, III e VII da Constituição do Estado de Rondônia, institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza de Rondônia -SEUC/RO, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação.**

**Art. 2º Para fins previstos nesta Lei, entende-se por:**

**I -unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção;**

**II -conservação da natureza: manejo do uso humano dos recursos ambientais, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural para que possa produzir maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações e as gerações futuras, garantindo a manutenção dos ecossistemas existentes e a sobrevivência dos seres vivos em geral;**

**III -preservação da natureza: as práticas de conservação da natureza que assegurem a proteção integral dos atributos naturais;**

**IV -proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;**

**V -uso indireto dos recursos ambientais: aquele que não envolve consumo, coleta dano ou destruição dos recursos ambientais;**

**VI -uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;**

**VII -uso direto dos recursos ambientais: aquele que envolve a coleta e uso, comercial ou não dos recursos ambientais;**

**VIII -zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;**

**IX -manejo:** todo e qualquer ato de intervenção no meio natural, com base em conhecimentos tradicionais, científicos e/ou técnicos, que visem assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas e os demais objetivos da conservação da natureza;

**X -extrativismo:** sistema de exploração, baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

**XI -população tradicional:** grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para a sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável;

**XII -plano de manejo:** Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação e no seu diagnóstico sócio-econômico e ecológico, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

**XIII -plano de desenvolvimento:** documento de planejamento das Reservas Extrativistas elaborado com base no diagnóstico e planejamento participativo realizado com a comunidade da unidade, visa identificar e estabelecer as estratégias de ação para diversos setores comunitários;

**XIV -plano de utilização:** instrumento de planejamento que regulamenta a utilização dos recursos naturais e os direitos e deveres dos moradores da Reserva Extrativista, é elaborado de forma participativa;

e

**XV -zona de amortecimento:** o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de reduzir os impactos negativos sobre a unidade.

## **CAPÍTULO II**

### **DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**Art. 3º** O Sistema Estadual de Unidades de Conservação de Rondônia -SEUC/RO é constituído pelo conjunto de unidades de conservação, estaduais, municipais e federais existentes no Estado, de acordo com o estabelecido nesta Lei.

**Art. 4º** O SEUC/RO tem os seguintes objetivos:

**I -contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território estadual e águas jurisdicionais;**

**II -proteger espécies endêmicas, ameaçadas de extinção, raras e ou migratórias;**

**III -contribuir para a preservação, recuperação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais e manutenção dos processos ecológicos fundamentais;**

**IV -proteger paisagens naturais de notável beleza cênica;**

V -proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológicas, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VI -proteger e recuperar os recursos hídricos e edáficos;

VII -proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente;

VIII -proporcionar meios e incentivos para as atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental, educação e interpretação ambiental, a recreação, o lazer e o turismo sustentável e,

IX -promover o desenvolvimento sustentável.

Art. 5º O SEUC/RO será regido por diretrizes que:

I -asseguem que no conjunto de unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis de diferentes populações, habitats e ecossistemas do território estadual e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;

II -asseguem a integridade física das unidades de conservação;

III -asseguem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade e a participação efetiva das comunidades locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV -asseguem o apoio e a cooperação de organizações não governamentais, organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de atividades de gestão das unidades de conservação;

V -asseguem, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;

VI -busquem conferir às unidades de conservação, autonomia administrativa e financeira;

VII -asseguem que o processo de criação e a gestão de unidades de conservação sejam realizados de forma integrada com as políticas de terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais, econômicas e locais;

VIII -garantam às populações tradicionais cuja subsistência depende dos recursos naturais no interior da unidade de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelas benfeitorias existentes; e

IX -busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação de ecossistemas.

Art. 6º O Sistema Estadual de Unidades de Conservação será assim constituído:

I -órgão consultivo e deliberativo: O Conselho Estadual de Política Ambiental -CONSEPA, com atribuições de acompanhar a implementação do SEUC / RO;

**II -órgão central:** A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental -SEDAM, com as funções de subsidiar o CONSEPA, coordenar a implantação e operacionalização do SEUC/RO, promover a integração das áreas federais, estaduais e municipais, administrar as unidades de conservação estaduais e propor a criação de novas unidades de conservação no Estado;

**III – órgãos municipais:** órgãos ou entidades municipais responsáveis pela criação e administração de unidades de conservação municipais que, respeitadas as competências Constitucionais e de acordo com a legislação estadual, vierem a integrar este Sistema;

**IV -conselhos deliberativos e consultivos das unidades de conservação;** e

**V -câmara técnica:** para assessorar nas decisões relativas ao Sistema, os órgãos executores e os Conselhos das unidades de conservação disporão de uma câmara técnica, composta por membros com notório conhecimento sobre a conservação da natureza e unidades de conservação, integrantes de órgãos governamentais e não governamentais, os membros serão nomeados pelo Governador do Estado, mediante solicitação do órgão de coordenação do SEUC/RO.

### **CAPITULO III**

#### **DAS CATEGORIAS DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

**Art. 7º** As unidades de conservação integrantes do SEUC/RO serão divididas em duas categorias distintas:

**I -unidades de conservação de proteção integral;** e

**II -unidades de conservação de uso sustentável.**

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral, é a preservação da natureza, permitindo-se somente o uso indireto dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável, é conservar a natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

**Art. 8º** Compõem o grupo das Unidades de Proteção Integral as seguintes categorias de unidades de conservação:

**I -Reserva Biológica -REBIO;**

**II -Estação Ecológica -ESEC;**

**III -Parque Estadual -PE;**

**IV -Parque Natural Municipal -PNM;**

**V -Monumento Natural -MN; e**

**VI -Refúgio da Vida Silvestre -RVS.**

**Art. 9º** A Reserva Biológica -tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existente em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais a qualquer título, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias a recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo de educação, de acordo com regulamento específico.

**Art. 10. A Estação Ecológica -tem como objetivo a preservação da natureza a realização de pesquisa científica e a educação.**

**§ 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.**

**§ 2º Na Estação Ecológica a realização da pesquisa depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e esta sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.**

**§ 3º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:**

**I -medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;**

**II -manejo de espécies com finalidade de preservar a diversidade biológica;**

**III -coleta de componentes dos ecossistemas com finalidade científica e conservação de espécies ex situ;**

**IV -pesquisas científicas, sendo permitido a alteração de até 3 ( três) % da extensão total da unidade e  
até o limite de 1.500 ha (hum mil e quinhentos hectares ); e**

**V -medidas que visem a educação ambiental.**

**§ 4º A visitação pública será permitida em áreas restritas, respeitando o plano de manejo e a capacidade de carga da área utilizada, com objetivo educacional, e excepcionalmente ao ecoturismo, para as atividades educativas, e integradas ao desenvolvimento do ecoturismo na área de entorno da unidade.**

**Art. 11. O Parque Estadual -é um espaço terrestre e/ ou aquático que contenha exemplos significativos de ecossistemas naturais regionais inalterado ou pouco alterado pelo homem, e que ofereça relevantes interesses do ponto de vista científico, histórico, cultural, cênico, educativo, recreativo e turístico.**

**§ 1º O Parque Estadual tem como objetivo básico a preservação integral dos ecossistemas e os seus recursos naturais, possibilitando a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e o turismo.**

**§ 2º O Parque Estadual é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.**

**§ 3º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável pela administração da unidade, e àquelas previstas em regulamento.**

**§ 4º As unidades dessa categoria quando criadas pelos municípios, serão denominadas de Parque Natural Municipal.**

**Art. 12. O Monumento Natural -tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares e/ou de beleza cênica, não justificam a criação de outra categoria de unidade de conservação, dada a sua extensão limitada e/ou ausência de diversidade de ecossistema.**

§ 2º As Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado são constituídas em áreas de domínio público, do Estado ou com concessão de uso da União para o Estado, destinam-se a assegurar, mediante exploração racional, um suprimento de produtos florestais, a proteção da fauna e a flora local, de modo a garantir a sobrevivência de suas espécies em condições naturais, proporcionar condições ao desenvolvimento da educação, do lazer e o turismo.

§ 3º Na Floresta Estadual de Rendimento Sustentado, respeitados o regulamento específico e o plano de manejo será admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando da sua criação.

§ 4º A Floresta Estadual de Rendimento Sustentado disporá de um plano de manejo, no qual serão definidos os objetivos específicos da unidade, o seu zoneamento e sua utilização.

§ 5º A visitação pública, para fins de educação, lazer e turismo é permitida, condicionada as normas estabelecidas no plano de manejo da unidade e pelo órgão responsável pela administração.

§ 6º A Floresta Estadual de Rendimento Sustentado disporá de um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§ 7º As Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado poderão ser objeto de exploração sustentável de seus recursos naturais, tanto pelo setor público, como pelo setor privado, sendo que nesta última hipótese, a escolha se fará mediante procedimento licitatório, nos termos da lei, devendo o órgão ambiental estadual competente, ultimar os procedimentos que antecedem a licitação, tais como: elaboração do projeto básico e edital de licitação, aí fazendo constar direitos e obrigações daqueles que participarão do certame, especialmente, quando a obrigatoriedade de elaboração de plano de manejo e licenciamento ambiental, dentre outras exigências pertinentes.

§ 8º O plano de manejo da unidade deverá preceder qualquer forma de utilização dos recursos naturais na Floresta Estadual de Rendimento Sustentado.

Art. 16. A Reserva Extrativista Estadual é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja sustentabilidade baseia-se no extrativismo, na agricultura familiar e na criação de animais doméstico e silvestre de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas nos seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, constituído por representante(s) do órgão público gestor da unidade, da administração da área, das populações tradicionais residentes na área, da entidade da categoria a nível estadual.

§ 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade e pelo órgão responsável pela administração.



§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar o uso das terras e demais recursos naturais da área com os objetivos da unidade.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º Será permitida a visitação pública, condicionada ao estabelecido no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável pela administração e aquelas prevista em regulamento.

Art. 13. O Refúgio de Vida Silvestre -tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

§ 1º O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído de áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, e àquelas previstas em regulamento.

Art. 14. Compõem o grupo das unidades de uso sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

I -Floresta Estadual de Rendimento Sustentável -FERS;

II -Reserva Extrativista Estadual -RESEX;

III -Área de Proteção Ambiental -APA;

IV -Reserva de Fauna;

V -Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE; e

VI -Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.

Art. 15. A Floresta Estadual de Rendimento Sustentado é uma área com cobertura florestal continua com espécies predominantes nativas, e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável, a conservação dos recursos florestais, e a pesquisa científica e tecnológica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

§ 1º A Floresta Estadual de Rendimento Sustentado equivale e tem os mesmos objetivos da categoria de Floresta Nacional e Estadual.



§ 4º A exploração comercial dos recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis, em situações complementares às demais atividades desenvolvidas na unidade, conforme disposto em legislação corrente e no seu plano de manejo.

§ 5º A pesca comercial e esportiva deve respeitar a legislação e regulamento específico, será permitido mediante projeto técnico específico e aprovado pela maioria da comunidade e conselho deliberativo

**Art. 17.** A Área de Proteção Ambiental -é uma área de dimensões variáveis, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar da populações humanas tendo como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída de terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitando os limites constitucionais, podem ser estabelecidos normas e restrições para utilização de uma propriedade privada localizada na área de proteção Ambiental.

§ 3º As condições para pesquisa científica, a visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão responsável pela sua administração.

§ 4º Nas áreas sob a propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para a pesquisa e a visitação pública, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável pela sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações civis e da população residente, conforme dispor no em regulamento.

**Art. 18.** A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

§ 1º A Reserva de Fauna é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.

§ 3º A comercialização dos produtos e subprodutos resultantes das pesquisas obedecerá ao disposto nas leis e regulamentos sobre fauna.

**Art. 19.** A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

§ 1º A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico.

**Art. 20. A Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual -é uma área privada, gravada com perpetuidade, com objetivo de conservar a diversidade biológica.**

**§ 1º O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público e fiscalização do uso da área, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.**

**§ 2º Só será permitido nesta categoria, conforme normas e regulamentos e o Plano de Manejo da unidade:**

**I -Pesquisa científica e,**

**II -A visitação pública com fins turísticos, recreativos e educacionais.**

#### **CAPÍTULO IV DA CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**Art. 21. As unidades de conservação estaduais são criadas por ato do Poder Público, obedecidas as prescrições desta Lei.**

**§ 1º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos, que justifiquem sua implantação e consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e ao limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento;**

**§ 2º No processo de consulta pública que trata o § 1º, o poder público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e outras partes interessadas;**

**§ 3º Na criação de Reserva Biológica e Estação Ecológica não é obrigatória a consulta pública de que trata o § 1º deste artigo.**

**§ 4º A unidade de conservação do grupo de Uso Sustentável pode ser transformada total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 1º deste artigo.**

**§ 5º A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 1º deste artigo.**

**§ 6º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica, e obrigatoriamente precedida de estudos técnicos que justifiquem o ato.**

**Art. 22. Quando existir um conjunto de unidades de conservação e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão deverá ser de forma integrada e participativa.**

**Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais, serão reguladas por contrato de concessão de uso, conforme se dispor nesta Lei.**

**§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.**

**§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais de que trata este artigo obedecerá as seguintes normas:**

**I -proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;**

**II -proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas; e**

**III -demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.**

**Art. 24. O subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação, devendo ser estabelecidos no ato da criação ou no plano de manejo, conforme a categoria de unidade de conservação.**

**Art. 25. As unidades de conservação, exceto as Áreas de Proteção Ambiental APA e Reserva Particular do Patrimônio Natural -RPPN, devem possuir zona de amortecimento e quando conveniente, corredores ecológicos.**

**§ 1º O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e uso dos recursos da zona de amortecimento e corredores ecológicos de uma unidade de conservação.**

**§ 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o parágrafo anterior poderão ser definidas no ato da criação da unidade.**

**Art. 26. As unidades de conservação terão um plano de manejo, adequado a categoria, no qual se definirá o zoneamento da unidade, incluindo zona de proteção integral e a sua utilização.**

**§ 1º O plano de manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração com a vida econômica e social das comunidades vizinhas.**

**§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do plano de manejo das unidades de conservação de uso sustentável, deverá ser assegurado uma ampla participação das populações residentes na unidade e assegurar a participação das demais comunidades diretamente envolvidas.**

**§ 3º As unidades que têm outro tipo de instrumento de planejamento e ou normatização, os mesmos devem ser integrados ao plano de manejo da área.**

**§ 4º O plano de desenvolvimento e plano de utilização das Reservas Extrativista anteriormente elaborados e aprovados deverão ser considerados e incorporados ao plano de manejo da unidade.**

**§ 5º O plano de manejo será elaborado no prazo de 5 (cinco) anos a partir da data da sua criação, e revisado no máximo a cada 10 (dez) anos.**

**Art. 27.** Nas unidades de conservação são proibidas, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu plano de manejo e seus regulamentos.

**Parágrafo único.** Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

**Art. 28.** Na unidade de conservação é proibida a introdução de espécies não integrantes dos ecossistemas protegidos.

§ 1º Excetuam -se do disposto no caput deste artigo as Áreas de Proteção Ambiental, as Reservas Extrativistas, as Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, bem como os animais e plantas necessários à administração e atividades das demais unidades de conservação de acordo com o que dispuser o regulamento desta Lei.

§ 2º Nas áreas particulares localizadas em Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural, podem ser criados animais domésticos e cultivados plantas consideradas compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu plano de manejo.

## **CAPÍTULO V**

### **DA GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**Art. 29.** As unidades de conservação Estaduais ficam legalmente subordinadas ao órgão ambiental estadual competente, assim como integram a estrutura básica deste, podendo submeter-se a modalidade de gestão direta e /ou compartilhada, conforme a conveniência e oportunidade administrativa.

§ 1º A gestão na modalidade direta é realizada exclusivamente pelo órgão Ambiental Estadual, utilizando a sua estrutura.

§ 2º A gestão compartilhada é realizada de forma conjunta, no qual o Órgão Estadual Ambiental outorga a administração da unidade de conservação, mediante instrumento a ser firmado, a universidades, instituições não governamentais com objetivos afins aos da unidade, cujo objeto social tenha por finalidade a conservação da natureza e ou manejo de unidades de conservação, ouvindo o conselho da unidade.

I -os convênios de participação na administração nas unidades de conservação, não implica em perda de funções indelegáveis de gestão, normativa, e fiscalização sobre estas por parte do Estado; e

II - As entidades são selecionadas através de licitação pública.

**Art. 30.** Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural e Reserva Particular do Patrimônio Natural -RPPN quando for o caso, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 1º O conselho terá como objetivo:

I -aprimorar a gestão das unidades de conservação;

II -garantir a participação e o apoio das prefeituras, da comunidade diretamente envolvida e da sociedade civil organizada, universidades e entidades de pesquisa na gestão das unidades de conservação; e

III -integrar a gestão da unidade de conservação no planejamento regional.

Art. 31. Cada unidade de conservação estadual terá um quadro mínimo de pessoal para o seu funcionamento, inclusive, com funções definidas, devendo ser preenchido por servidores públicos aprovados em concurso público e/ou por servidores já pertencentes ao quadro de pessoal permanente da administração pública estadual.

Parágrafo único. Para cada unidade de conservação fica criado o quadro mínimo funcional com as funções de Gerente da unidade de conservação, sendo este um profissional de nível superior, de Assistente Técnico, Auxiliar Administrativo e de Guarda-parque.

Art.32. O estado deverá criar, no âmbito de sua estrutura organizacional, a função de Guarda-parque para as Unidades de Conservação Estaduais, ficando sua regulamentação definida em dispositivo legal específico.

§ 1º Os Guardas-parque são enquadrados em diferentes níveis conforme a escolaridade e área de atuação, o corpo de Guardas-parque será obrigatoriamente capacitado através de cursos específicos ao exercício da sua função.

§ 2º Os Guardas-parque têm as seguintes funções:

I -realizar atividades de proteção, controle, vigilância da área;

II -prestar apoio e participar de atividades de uso público, educação; ambiental, pesquisa, manejo dos recursos, monitoramento ambiental; e

III -exercer tarefas operativas da unidade e demais atividades prevista no plano de manejo da área.

Art. 33. Fica instituída a função de Agente de Proteção Ambiental Voluntário a ser preenchido por membros da sociedade civil organizada, com função de vigilância de áreas protegidas, conforme regulamentação específica.

Art. 34. As atividades de proteção e fiscalização das unidades de conservação tem como objetivo garantir a segurança dos recursos naturais, infra estrutura e equipamentos, dos moradores, funcionários e visitantes das áreas.

§ 1º As unidades de conservação devem ter seu sistema integrado de segurança, incluindo a fiscalização ambiental, o corpo de Guarda-parque a vigilância comunitária, os serviços de apoio á segurança do homem na unidade de conservação, a infra estrutura e equipamentos.

§ 2º A fiscalização da unidade de conservação será executado pelo quadro de fiscal ambiental do Estado, ou a quem for delegado em regulamento específico.

§ 3º O Estado estabelecerá o sistema de vigilância comunitária para as unidades de conservação.

**Art. 35.** Os servidores públicos que estiverem a serviço das unidades de conservação poderão exercer o poder de polícia administrativa, podendo aplicar as penalidades e multas previstas na legislação em vigor, desde que credenciado para tanto.

**Parágrafo único.** Os funcionários das unidades de conservação deverão portar identificação funcional.

**Art. 36.** Os órgãos responsáveis pela administração das unidades articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais.

§ 1º As pesquisas científicas nas unidades de conservação não podem colocar em risco a sobrevivência das espécies integrantes dos ecossistemas protegidos.

§ 2º A realização de pesquisas científicas nas unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, depende de aprovação prévia e está sujeita à fiscalização do órgão responsável por sua administração.

§ 3º Os órgãos competentes podem transferir para as instituições de pesquisa nacionais, mediante acordo, a atribuição de aprovar a realização de pesquisas científicas e de credenciar pesquisadores para trabalharem nas unidades de conservação.

§ 4º Toda entidade ou pessoa física que realizar pesquisas, estudos e levantamento nas unidades de conservação, terá obrigatoriamente de entregar os Resultados e Relatórios em 2 (duas) cópias, sendo uma para entidade responsável pela administração da área e outra para a unidade de conservação.

§ 5º Toda pesquisa em unidades de conservação deverá respeitar o estabelecido na legislação que trata da biodiversidade e recursos genéticos.

**Art. 37.** A atividade turística será desenvolvida nas unidades de conservação, que contenham um plano de manejo com planejamento e regulamento para operação turística, bem como infra-estrutura e serviços turísticos que facilitem a visitação pública.

§ 1º O planejamento turístico da unidade de conservação deve abordar, a capacitação de pessoal, capacidade de carga, sistema de monitoramento dos impactos sobre a visitação, meios para proteção das culturas locais.

§ 2º A administração da unidade de conservação fomentará a atividade turística por parte das comunidades locais e das zonas de influência das unidades de conservação, com o objetivo de contribuir para melhoria das condições de vida dessas comunidades.

§ 3º As atividades turísticas nas unidades de conservação devem contribuir para a sustentabilidade econômica da área, e a sua exploração está sujeita a pagamento, conforme disposto em regulamento.

§ 4º É de competência do órgão Ambiental responsável pela administração estabelecer licença de operação turística, sistemas de concessão de uso e tarifas, ouvindo o conselho consultivo;

§ 5º Toda operação turística em unidades de conservação deve obedecer aos regulamentos de turismo, bem como os regulamentos específicos para cada unidade de conservação.



**Art. 38.** Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório -EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação, preferencialmente do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador e CONSEPA competem definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação.

**Art. 39.** Nos empreendimentos de contínuo e significativo impacto ambiental, não mitigados, assim considerados pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório -EIA/RIMA, ou resultante de monitoramento, o empreendedor deverá apoiar a manutenção de unidade de conservação, preferencialmente do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não poderá ser inferior a meio por cento do faturamento bruto anual, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador e CONSEPA, de acordo com o grau de impacto ambiental contínuo causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador e CONSEPA competem definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas por ocasião do EIA/RIMA ou outras habilitadas pelo CONSEPA, ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º Quando impacto ambiental contínuo e significativo afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, esta deverá ser preferencialmente a beneficiária do previsto no § 2º deste artigo, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral.

## **CAPÍTULO VI**

### **DOS RECURSOS, INCENTIVOS, ISENÇÕES E PENALIDADES**

**Art. 40.** As entidades responsáveis pela administração das unidades de conservação ficam autorizadas a receber doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a conservação da unidade.

**Art. 41.** Cada unidade de conservação tem a sua autonomia financeira e serão instituídos fundos específicos para cada unidade de conservação. Os recursos para implantação e gestão



são provenientes do tesouro do Estado, doações recebidas, concessão de uso, taxas e serviços fornecidos pela unidade.

§ 1º -A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade e serão utilizados exclusivamente na implantação, gestão e manutenção da área, ouvindo o conselho da unidade.

§ 2º -O conselho da unidade de conservação participará na aplicação dos recursos dentro de suas competências .

Art. 42. A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento e legislação específica.

Art. 43. Os recursos obtidos pelas unidades de conservação do grupo de proteção integral mediante a cobrança de taxas de visitação e outras rendas decorrentes da arrecadação, serviços, atividade da própria unidade e doações deverão ser aplicados de acordo com o estabelecido no plano de manejo da unidade, ouvindo o conselho consultivo.

## CAPITULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação, nas quais sua permanência não seja permitida, serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo poder público, em local e condições acordadas entre as partes.

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo do modo de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento.

Art. 45. O Órgão Estadual Ambiental organizará e manterá um Cadastro Estadual de Unidades de Conservação, com a colaboração do IBAMA e dos órgãos municipais competentes.

§ 1º O Cadastro a que se refere este artigo conterá os dados principais de cada unidade de conservação, incluindo, dentre outras características relevantes, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos, atualizados com periodicidade de 5 (cinco) anos.

§ 2º O Órgão Estadual Ambiental implementará um sistema de monitoria e avaliação das unidades de conservação, divulgará os dados principais do cadastro das unidades de conservação, principalmente os relacionados com espécies da flora e da fauna ameaçados de extinção e da ação antrópica.

Art. 46. O Órgão Estadual Ambiental elaborará e divulgará periodicamente uma relação revista e atualizada das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção no território Estadual.

Art. 47. A pessoa jurídica, de natureza pública ou privada, responsável pelo abastecimento de água ou que exerça qualquer outra atividade comercial ou/e industrial utilizando-se de recursos hídricos beneficiário da proteção proporcionada às unidades de conservação, de qualquer espécie, deve contribuir financeiramente para a implementação, administração e proteção da própria unidade a que se acha submetido em razão de sua localização, em conformidade com as disposições contidas na Lei complementar nº 255, de 25 de janeiro de 2002 e demais legislações específicas.

Art. 48. A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infra-estrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais.

Parágrafo único. Esta mesma condição se aplica à zona de amortecimento das unidades do Grupo de Proteção Integral, bem como às áreas de propriedade privada inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas.

Art. 49. O órgão ou empresa, pública ou privada, responsável pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiário da proteção oferecida por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamento específico.

Art. 50. Os mapas e cartas oficiais devem indicar as áreas que compõem o SEUC / RO.

Art. 51. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no qual for julgado necessário à sua aplicação.

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



RESERVA EXTRATIVISTA ESTADUAL DO RIO PACAAS NOVOS

## **RELATÓRIO PIRANHAS**

**Guajará-Mirim – RO, Setembro 2008**

**Da: Gerencia da RESEX Estadual do Rio Pacaás Novos**

**AO**

**Exmo. Sr. Dr. Cletho Muniz de Brito**

**MD. Secretário da SEDAM**

**PORTO VELHO/RO.**

**Assunto: Relatório Missão Piranhas**

### **DAS DILIGENCIAS**

No dia 11 de agosto do ano em curso, esta gerencia em diligencias multidisciplinar formada pela FUNAI, SIPAM, Grupamento de Policia Ambiental diligenciou ao interior da RESEX Estadual do Rio Pacaás Novos, a fim de verificar *in loco* a instalação ilegal de uma comunidade indígena numa parte da citada Unidade de Conservação.

Conforme os seringueiros antigos estes são índios do PI Rio Negro e que a mais de 08 anos ocupam a Pacaás Novos. Hoje é esse grupo indígena é cognominado PIRANHAS.

Observou-se que os índios vem expandido território desde a última estadia desta Gerencia na segunda quinzena de janeiro do 2006. (Ver cópia do Relatório anterior em anexo).

### **DA COLETA DE MATERIAL**

Extraiu-se Carta Imagem, oportunidade em vislumbra-se uma desmatamento de 39,977 hectares.

As imagens (fotos) aclararam a intenção do não interesse dos índios em deixarem o local, uma vez que já há instalação de poço artesiano, lavanderia, plantações de bens de raiz, além disso estão danificando da mata ciliar.

Dia 18/09/08, apurou-se uma foco de calor (queimada) na área indevidamente ocupada pelos Piranhas.

### **DA SITUAÇÃO ATUAL**

Houve momento da viagem que foi bastante tenso, pois houve princípio de tumulto por parte da comunidade indígena do Rio Negro, a qual, não permitia a passagem

da equipe até os Piranhas, sendo necessário o gerenciamento de situação de crise por servidores da FUNAI.

Assim, creio ser bastante delicada esta situação, visto que somos impedidos a ter acesso a RESEX Pacaás Novos via Rio Negro, pois os índios ameaçam apreender as embarcações do governo que passarem por aquela linha.

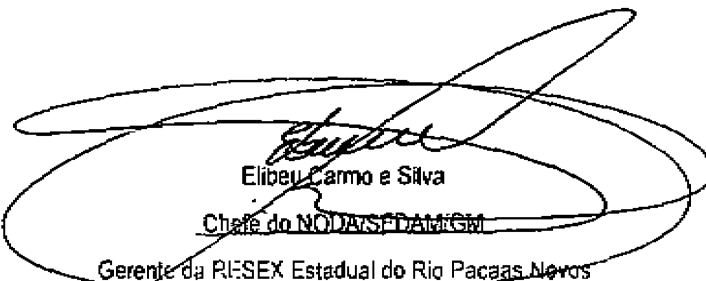
Há ainda forte descontentamento dos seringueiros com os índios do Rio Negro (incluindo os Piranhas), pois vários destes já tomam público que parte da Pacaás Novos já lhe pertencem.

#### DA CONCLUSÃO / SOLICITAÇÃO

Senhor Coordenador, face ao exposto sugiro a V<sup>a</sup>Excia. que sejam adotadas as seguintes medidas:

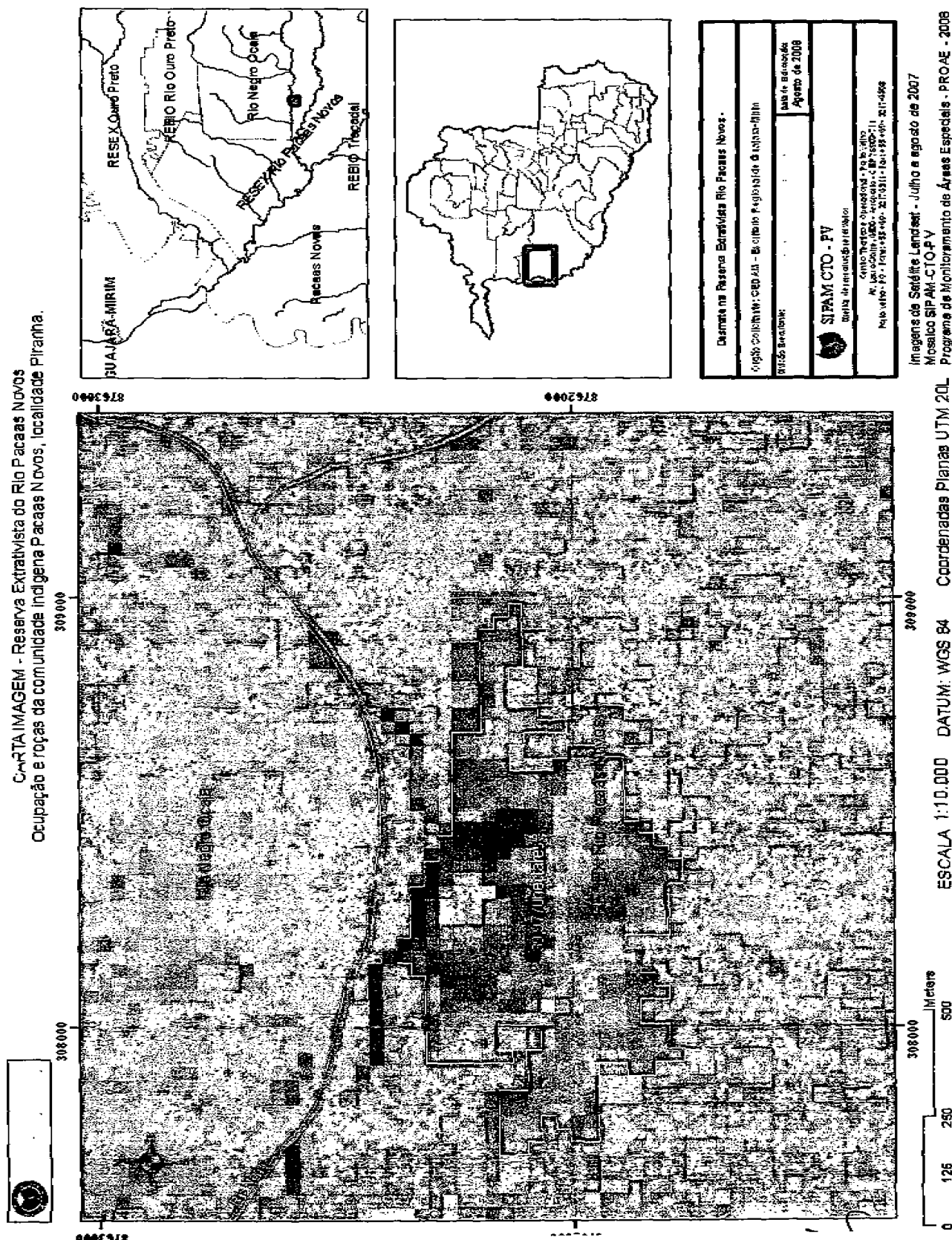
- Reativar novo ciclo de diálogo com a FUNAI visando a solução dos fatos acima narrados, visto que em data anterior já houve, porém infrutíferos, assim, creio, que será apagado possíveis desentendimentos entre os legítimos ocupantes da RESEX, os seringueiros, e os índios, que há décadas caminham em harmonia;
- Adotar, em caráter de urgência, medidas administrativas e/ou judiciais para que haja solução de continuidade ao desmatamento e queimas ilegais e conseqüente retirada do grupo indígena da Unidade de Conservação Estadual;
- Outras medidas que julgar necessárias.

É o Relatório.



Eliezer Carmo e Silva  
Chefe do NODAS/SEDAM/GM  
Gerente da RESEX Estadual do Rio Pacaás Novos

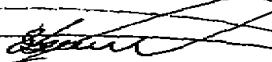
Carta-Imagem - Reserva Extrativista do Rio Pacaas Novos  
Ocupação e roças da comunidade indígena Pacaas Novos, localidade Piranha.





## ANEXOS

- Carta Imagem acusando o desmatamento 39,977 hectares
- Fotos do local ocupado ilegalmente pelos índios
- Relatório de Foco de Calor na RESEX – local ocupado pelos índios.
- Relatório das diligencias realizadas de 17 a 19/01/2006.
- SEDAM
- FUNAI
- SIPAM
- Policia Militar Ambiental



Eliseu Carmo e Silva  
Chefe do NODA/SEDAM/GM  
Gerente da RESEX Estadual do Rio Pacaas Novos

	RELATÓRIO DE VIAGEM	ORIGEM	

<b>NOME:</b> ⇒ ELIBEU CARMO E SILVA ⇒ ORLANDO CASTRO SILVEIRA ⇒ VANDERDELEI DOS S. PEREIRA ⇒ FRANCISCO JOAQUIM FILHO  ⇒ PETRONILO MOURA REIS ⇒ Outros de apoio...		<b>Cargo/função:</b> ⇒ CHEFE DO NODA/SEDAM/GM ⇒ ADMINISTRADOR DA FUNAI ⇒ PRES. ASSOC. PRIMAVERA ⇒ PRES. DO CONS. DE PROT. DA RESEX ⇒ ANALISTA AMBIENTAL/IBAMA	
<b>PROCESSO N°</b>	<b>Início da viagem</b>		<b>TÉRMINO DA VIAGEM</b>
	<b>DATA:</b> 17/01/2006	<b>HORA:</b> 14:45	<b>DATA:</b> 19/01/2007
			<b>HORA:</b> 11:00
<b>OBJETIVO DE VIAGEM:</b> Atender solicitação da Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista Estadual do Rio Pacaas Novos e Reserva Extrativista Federal Barreiro das Antas – PRIMAVERA, a qual através de Doc. Informa que índios da Comunidade Piranha estão acondicionados em terras pertencentes a RESEX Estadual do Rio Pacaas Novos.			
<b>ROTEIRO DE VIAGEM: Origem/Destino:</b>			
⇒ LOCALIDADES Terras Indígenas: Rio Negro Ocaia... Patiro'po (Genipapo)...Piranha...Ocaia II			<b>OBSERVAÇÃO</b> NHIL
<b>ATIVIDADES EXERCIDAS:</b> Na Comunidade "Indígena Piranha – Coordenadas Geográficas: S 11° 11' 24,9" // W 64° 45' 22,3" –, a qual é composta de cerca de 96 pessoas, residem 15 famílias indígenas, as quais estão acondicionadas à margem esquerda do Rio Negro, ocupando uma área de aproximadamente 06 (seis) Hectares, incluindo o povoado e a roça composta de milho e macaxeira ( no máximo ½ Hectares).			

Segundo informações da administração da FUNAI, estas famílias residiam no Posto Indígena Rio Negro Ocaia, e devido a ao crescimento demográfico houve necessidade dos mesmos assentaram-se na localidade acima citada, sendo esta pertencente a RESEX Estadual Pacaas Novos, onde se encontram há cerca de 06(seis) anos.

Informaram ainda que, as naquelas paragens as terras indígenas são alagadiças ( de várzeas), e que esta ponta da RESEX, por ser de terra firme, os levou a se instalarem, porém é apenas um parcela elementar da RESEX.

A atividade principal dos Piranhas, gira em torno da agricultura e do extrativismo, sendo que este último ocorre em Terras Indígenas, fato que vislumbramos, além de uma criação simbólica de galináceos e caprinos.

Quanto a comunidade Ocaia II, coordenadas geográficas S 11° 11' 29,0" /// W 64° 42' 3,3", residem cerca de 15 pessoas que compõem 2 famílias. Foi-nos mostrado, acerca de 80 metros da margem do rio, um pequeno varadouro intitulado "Linha-seca" que divide as Terras Indígenas da RESEX Pacaas Novos.

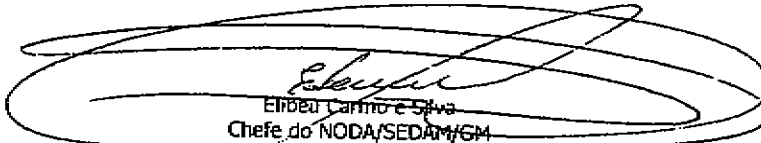
#### DA ANALISE / DA SUGESTÃO

- ⇒ Constatou-se a presença de povos indígenas em perímetro da RESEX Estadual Pacaas Novos;
- ⇒ Solicito a análise das coordenadas colhidas "in loco" visando apurar as reais circunstâncias das diligências;
- ⇒ Sugiro a Gerencia de Unidades de Conservação da SEDAM/PVH, que escolha local/data/hora, nesta cidade, a fim de que, juntamente com os representantes da Primavera, possamos gerenciar, administrativamente, a situação suso citada junto a FUNAI, uma vez que a atual administração demonstrou imensurável interesse pela questão...

#### METAS ALCANÇADAS:

Conforme exposição suso exposta.

Guajará Mirim/RO, 23 de janeiro de 2007

  
Eliseu Carmo e Silva  
Chefe do NODA/SEDAM/GM  
Gerente da RESEX Est. Pacaas Novos



**PRIMAVERA**

**ASSOCIAÇÃO DOS SERINGUEIROS DA RESERVA  
EXTRATIVISTA DO RIO PACAÁS NOVOS E  
RESERVA EXTRATIVISTA FEDERAL  
BARREIRO DAS ANTAS  
PRIMAVERA**

AV. DR. LEWERGER, 22 - CEP 78957-000 - GUAJARÁ MIRIM - RO  
CNPJ 01.829.929-0001-90 FONE(069) 3541-3964 CEL:9902 - 4973

Ofício nº 018/2009

Guajará-Mirim 22/06/2009

Para: EXMO. Sr. Cletho Muniz de Brito  
MD. Secretario de Estado do Desenvolvimento Ambiental/SEDAM  
Porto- Velho/RO

Vimos através deste solicitar esclarecimento do resultado dos trabalhos de campo da equipe da Funai formada a pedido do Ministério Público Federal despacho ICP 08121000626/99-10 Porto Velho 27 de novembro de 2007 e recomendação nº 001/2007/PR/RO/SOTC 6º da Procuradoria da Republica no estado de Rondônia, Porto Velho 30 de Novembro de 2007.

Ate o momento a associação Primavera não teve nem uma informação dos trabalhos feitos pela equipe acima citada, soubemos que houve dois trabalhos de campo em 2008 com o objetivo de atender a solicitação do procurador publico federal. Ate ai a associação entende que a Funai estaria atendendo uma determinação do procurador publico federal, só estranhamos que em nenhum momento vimos a participação da Sedam nas duas viagens, na reserva também não conseguimos entender por que a Sedam não se fez presente na equipe formada pela Funai nas duas viagens anteriores.

Entendemos que a Sedam e a gestora da referida Unidade criada pelo decreto nº 6.953 de 14 de julho de 1995. Que cria a Reserva Extrativista Estadual do Rio Pacaás Novos. A Associação Primavera é a cogestora da Resex e até o momento não teve conhecimento da formação da equipe da Funai para fazer o levantamento fundiário e de arqueologia, até o momento o que sabemos extra-oficial em nenhum momento nem a Funai e nem outra instituição que faz parte da equipe de campo informou a associação dos trabalhos realizados, nem pediram licença a associação para entrar na reserva, nem a convidou para fazer parte da equipe, sendo que a referida associação é representante legal dos moradores que ali vivem e trabalham.

Achamos um desrespeito a nossa classe a invasão de domicilio, estamos nos sentido desmoralizados com o que aconteceu e com o que esta acontecendo. Fomos informados verbalmente através do senhor Elibeú do Carmo e Silva chefe da Sedam /GM nas reuniões de base da associação realizadas nas comunidades nos períodos de 27/05 a 01/06/2009 que estaria vindo uma equipe da funai de Cuiabá Mato Grosso com o objetivo de fazer o levantamento fundiário da referida reserva nos trechos que compreende após do rio Negro Ocaia até o limite das terras indígenas Uru-ew-aw-aw, novamente fomos informado pelo senhor Elibeú que estaria acontecendo uma reunião as 16 h do dia 17/06/2009 no escritório da funai de Guajará-Mirim para organizar a

terceira viagem da equipe formada pela funai com objetivo de fazer o levantamento fundiário. Mas uma vez ficamos surpresos, pois os representantes da equipe em especial o senhor Joselio informou ao senhor Elibeú que aceitaria na reunião a presença de no máximo duas pessoas alem da equipe; no decorrer da reunião observamos que as informações dadas pelos senhor Elibeú nas reuniões de base eram diferentes das informações discutidas pela equipe o limite onde a equipe ia fazer o levantamento fundiário iniciaria na foz do rio Negro Ocaia no entanto a equipe discutia o inicio do

levantamento na foz do igarapé da gruta, aparti desse momento aumento a área conforme as informações acima citadas atingindo mais duas comunidades. Outra informação foi que a equipe estaria fazendo um levantamento de propriedades, a parti daí a associação indicou um morador da reserva para acompanhar a equipe, da referida associação socializamos essa informações com as instituições parceiras sendo, CNS Conselho Nacional dos Seringueiros, OSR Organização dos Seringueiros de Rondônia, ASROP Associação dos Seringueiro do Rio Ouro Preto, ASAEX Associação dos Seringueiros e Agro extrativista do Baixo Rio Ouro Preto, ASAGUAM Associação dos Açaizeiros de Guajará-Mirim.

Apartir das informações do senhor Vanderlei dos Santos Pereira presidente da Associação Primavera os representantes das instituições acima mencionadas Custodio Maciel do Nascimento CNS, Adão Laia Arteaga OSR, Deusimar Pereira de Oliveira ASROP, Maria Lucia de Souza Vieira ASAEX, Bento de Araújo Pasmin ASAGUAM, e João Costa Soares COOP. VIDAS NOVAS tiraram os seguintes encaminhamentos:

1º organizar uma equipe para subir o rio com destino o reserva do rio Pacaás Novos comunidade Encrenca colocação escondido primeira localidade onde seria feito os trabalhos de campo da equipe da Funai.

2º reunir a comunidade local para pedir esclarecimento a equipe para que serviria o levantamento das propriedades, em seguida o senhor Vanderlei comunicou através do rádio amador as demais comunidades o que estaria acontecendo e a decisão que foi tomada pela primavera e as instituições parceiras, mediante o calendário de viagem da equipe da funai que estaria saindo do porto de Guajará-Mirim dia 17/06/2009, às 17:00 h com destino a casa de apoio da Sedam para iniciar os trabalhos no dia 18/06/2009, a parti da colocação escondido.

A equipe formada pela primavera e as instituições parceiras programaram a saída do porto de Guajará-Mirim as 6:00h do dia 18/06/2009 com destino a colocação escondido.

A equipe da funai composta por Antônio Posidônio Pociano( Sedam Pvh), Luiz Antonio e Edmilson Vargas Franco ( Funai Cuiabá), Joselio Anselmo L. Cunha e Josimar ( Funai G.M) e Cezar Mercado Bazan (Seringueiro), Luiz Carlos Matos (Incras- SRT- 13/MT). A equipe da primavera e as instituições parceiras saíram do porto de Guajará-Mirim em dois barcos tipos voaderia no total 14 pessoas 7 em cada barco chegando a localidade escondido as 10: h do mesmo dia, a parti daí mobilizamos a comunidade local. As lideranças que foram informadas através de radio amador das comunidades Santa Margarida e Nova Brasília, chegaram ao período da tarde. Após todas reunidos na colocação acima citada tiraram-se o seguinte encaminhamento: a equipe formada pela funai só realizaria o levantamento de propriedade depois que esclarecesse a finalidade do referido levantamento e tivesse documento que legitimasse a necessidade do levantamento de propriedade dentro do despacho e recomendação expedida pelo Promotoria Pública Federal. Tendo em vista que nos não conhecemos os relatórios feitos pelas duas primeiras equipes que fizeram levantamentos anteriores.

A equipe da funai chegou 8: h 30 min da manhã do dia 19/06/2009 na colocação escondido, nós recepcionamos a equipe e convidamos para uma reunião de esclarecimento:

1º qual era o objetivo do levantamento de propriedade,  
2º qual o resultado dos dois trabalhos anteriores feitos pela funai,  
3º se a equipe tinha documentos expedidos pelos órgão superiores de Brasília que legitimasse o levantamento de propriedade atendendo ao despacho ICP 08121.000626/99-10 recomendação nº 001/2007/PR /RO/SOTC-6ºCCR, de 30 de novembro de 2007.

O senhor Luiz Antônio chefe da equipe funai respondeu que apenas queriam fazer o trabalho do levantamento fundiário, o resultado dos trabalhos anteriores disse não ter conhecimento, informou que não tinha nenhum documento de Brasília e sim uma

portaria que determinaria a equipe realizar o levantamento fundiário, mas não apresentaram tal documento, aparti dessas informações os seringueiros entenderam que a equipe da funai não estavam atendendo às solicitações feitas pelo Despacho e a recomendação do procurador publico federal. E sim atendia os interesses particulares da funai e instituições não governamentais tipo: Cimi, Kanindé e outros que sempre demonstraram de forma clara o interesse em tomar dos seringueiros 95% da área produtiva da resex.

O senhor Antonio informou que esse seria os trabalhos conclusivos da funai, aparti de tais respostas ficou entendido que a próxima ação seria a ordem de despejo, por esse motivo não deixamos a equipe da funai concluir seus trabalhos e solicitamos que a equipe respeitasse o pedido da comunidade, que não continuasse os trabalhos e retornassem a cidade de Guajará-Mirim para esclarecer melhor ao movimento dos seringueiro através dos relatórios dos trabalhos feitos anteriormente, a equipe da funai entendeu e acatou o pedido da comunidade e retornou. Diante de tudo ficou visível o desrespeito ao estado em especial a Sedam.

Para realizar o ultimo trabalho do Gt funai foi informado por telefone confundindo o nome do senhor Elibeu Diretor da Sedam-GM com o nome do senhor Mauro dos Anjos servido dos ICMBIO gerente do parque Nacional Serra da Cutia e insistiu dizendo que o senhor Mauro sempre acompanhou os trabalhos do Gt representando a Sedam, o senhor Elibeu respondeu que ele era o chefe da Sedam de GM e não o senhor Mauro e solicitou do secretario da Sedam de Pvh um servidor que entendesse da questão fundiária para acompanhar o Gt funai com esses esclarecimentos ficou muito claro a consideração que a funai tem pelo estado e o movimento extrativista, nos não estamos seguros que o estado possa manter essa Resex por muito tempo. 1º a União não concedeu o uso das terras para o estado com isso o estado não fez a concessão de uso para os extrativistas. Queremos saber quais as providencias que o estado vai tomar diante da atual situação, fomos informados que a uma lei determinando que em área de fronteiras numa distancia de 150 km a união não faz concessão de uso da terra aos estados e men aos municípios, gostaríamos de saber se essa informações são verdadeiras ou não para que o movimento extrativista possa junto com o estado tomar providencias para não perder essas terras para a funai, conhecemos o que já aconteceu antes a exemplo do lago do Cuniã que foi criada uma reserva federal sobre uma unidade estadual mesmo contra a vontade do estado a funai pode fazer isso sobre por a reserva indígena rio Negro Ocaio sobre a reserva estadual do rio Pacaas Novos sem comunicar o estado e os extrativistas? Cabendo aos extrativistas somente a ordem de despejo! Por isso concluimos pedindo providencias ao estado em especial a Sedam.

Isso com a máxima urgência.

Atenciosamente:

*Vanderlei dos Santos Pereira*  
Associação dos Seringueiros Primavera

*Eusébio Manoel do Nascimento*  
Conselho Nacional dos Seringueiros

*Adelto Lourenço Antunes*  
Organização dos Seringueiros de Rondônia

Associação ASAEX *Mário Lucio de Souza Vieira*

ASAGUAM *Bento de Araújo Paes*

Associação ASROP *Denzimar P. de Oliveira*

COOP Vida Nova *João Carlos Xavier*

Comissão de Proteção da Resex Pacaás

*Francisco Soares Leite*

Colaborador *Paulo de Lima Nunes*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, depois do contundente pronunciamento do Senador Expedito Júnior, o Senador Eduardo Azeredo.

Antes, porém, vou ler este expediente.

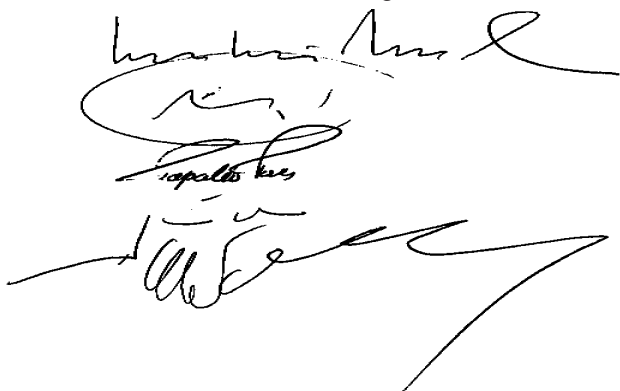
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.032, DE 2009**

Nos termos do art. 76, § 1º do Regimento Interno, requeremos a prorrogação do prazo, até 22 de dezembro de 2009, da Comissão Temporária Interna para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal, criada nos termos do Requerimento nº 208, de 2008.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2009.



**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Azeredo, que representa o PSDB de Minas Gerais.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores presentes, quero trazer aqui algumas observações sobre a visita que, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fizemos ao Haiti, um ano depois da visita que tinha sido feita pelo nosso ex-Presidente Heráclito Fortes, exatamente para acompanhar o que está sendo feito pelas Forças brasileiras de paz naquele País. Com a presença do Senador Flávio Torres, do Senador João Pedro, do Senador Gerson Camata, do Eurípedes Camargo e também do Deputado Lafayette Andrada, convidado de Minas Gerais, com a companhia ainda de representantes das Forças Armadas, do Ministério das Relações Exteriores e também funcionários aqui do próprio Senado, pudemos acompanhar o esforço que é feito lá.

O Senador Flávio Torres, na segunda-feira, já fez aqui um resumo do que vimos nessa viagem de inspeção, uma viagem que se iniciou na quinta à noite, terminando já no sábado para domingo, de madrugada, quando aqui chegamos. Foram dois dias de intensa atividade.

O que vimos, Sr. Presidente, eu diria que foram cenas de horror: crianças de cinco anos exploradas como escravas; biscoitos feitos de barro, gordura e sal; seres humanos servindo-se de esgoto para mitigar a sede; ruas cheias de gente sem trabalho.

Não visitamos as áreas mais perigosas. É evidente que o Brasil já conseguiu muito sucesso nessa atividade, em relação à diminuição da violência, mas a questão social, a questão do desenvolvimento, essa deixou a todos nós estarecidos.

Eu não gosto muito de usar essas palavras mais extremas, Sr. Presidente, mas não há outra palavra a se dizer a não ser essa. Ficamos, realmente, estarecidos com a miséria. A que ponto pode chegar um país na sua desestruturação! É o risco que corre um país quando o processo produtivo se desmancha: não havendo processo produtivo, não há emprego; não havendo emprego, não há dinheiro; não havendo dinheiro, não há comida.

Isso foi o que nós vimos nessa viagem ao Haiti. O grau de miséria por nós testemunhado seria capaz de emocionar e sensibilizar a alma mais dura.

Por outro lado, encontramos centelhas de esperança na atuação incansável do nosso Embaixador Igor Kipman e de sua esposa, a Embaixatriz Roseana Kipman. O casal age em obras sociais, as piores áreas de Porto Príncipe, levando socorro a quem precisa.

Também devemos destacar o trabalho realizado em Carrefour Feuilles por uma mineira, Eliana Nicolini. Em conjunto com a comunidade, leva adiante um projeto de coleta e reciclagem de lixo sólido, que, além de separar plástico, metal e vidro para atender o mercado, fabrica combustível para fogão a lenha, usando papelão e serragem. Com isso, minimiza os efeitos daninhos sobre o meio ambiente, da simples exploração e extração de madeira.

É interessante dizer que o Haiti está numa ilha, a Ilha Espanhola. De um lado está a República Dominicana, um país que funciona, com *resorts* de luxo, e do outro está o Haiti, em uma pobreza total. Isso mostra que foi a atividade humana desordenada, a guerra civil, a ditadura, que destruíram um país como esse. As montanhas estão todas peladas, não há mais árvores. Então, verifica-se que o meio ambiente foi terrivelmente afetado. Pode-se dizer que o Haiti é um desastre ecológico. Sem outros meios combustíveis,



a população miserável devastou as florestas, causando o assoreamento dos rios e maximizando os efeitos das enchentes durante as temporadas de chuvas ou de furacões. A cobertura, hoje, segundo informações, é pouco superior a 1%. O projeto, que vende produtos recicláveis para o Brasil e para a Ásia, colabora para diminuir e reverter esse impacto. Cada pastilha combustível gera três vezes mais calor e é oito vezes mais barata do que a lenha.

Outra centelha de esperança, também coordenada por brasileiros, é o Projeto Honra e Respeito por Bel Air, da Viva Rio, que trabalha na recuperação, por meio do esporte, na defesa da mulher, na luta contra o HIV/Aids, na melhoria do fornecimento de água, no aperfeiçoamento das condições sanitárias e de saúde e na diminuição da violência. Foi emocionante ver uma roda de capoeira com uma centena de crianças e adolescentes haitianos comandados pelo mestre Saudade.

O sistema produtivo do país foi destruído, principalmente no campo, estimulando o êxodo rural. Nesse sentido, podemos colaborar com a ação da Embrapa, que está presente em dois programas para a produção de hortaliças e para o desenvolvimento de novas sementes de feijão e arroz, base da alimentação do país. Também vamos colaborar com a geração de empregos com a instalação de uma usina de reidratação de álcool e com a construção de uma hidrelétrica no único rio perene do Haiti.

É uma gota no oceano, Sr. Presidente. Apenas 10% dos habitantes possuem acesso à energia elétrica – 10% apenas! O abastecimento de água abrange menos de 20% da população. O índice de desemprego chega a 70% e o de mortalidade infantil, um dos mais altos do mundo, é de 69,9 por mil – o brasileiro já é atualmente de 15, mas o da Europa, por exemplo, está na faixa de 6. Com esses números explosivos, componentes perfeitos para uma conflagração social, a estabilidade depende da presença da Minustah, comandada por um brasileiro, o General-de-Brigada Floriano Peixoto, coincidentemente nascido no meu Estado, Minas Gerais, próximo à cidade de Muriaé.

Em visita ao Senado, fomos recebidos pelo Presidente da Casa, o Senador Keli Bastien, e por seu vice, Andris Riché. A Senadora Edmonde Suplice Beauzile – não Suplicy, Senador; Suplice –, que se opõe à presença militar brasileira, também participou do encontro. A reunião deixou clara a necessidade de planejarmos a nossa saída, pois os três Parlamentares manifestaram esse desejo. No entanto, o Presidente René Préval e a Primeira-Ministra Michele Pierre-Louis deixaram claros

os perigos de uma retirada prematura das forças de estabilização das Nações Unidas.

O representante do Secretário-Geral da ONU, Embaixador Hédi Annabi, também alertou para os perigos de uma saída não planejada. Para ele, a estabilidade do país depende dos capacetes azuis.

Segundo ele, o processo de diminuição de efetivos começaria a partir de 2011, com a posse do sucessor do Presidente Préval.

Para o Brasil, isso implica um grande risco. Uma retirada prematura de nossos soldados comprometeria a liderança brasileira no continente, razão do apoio maciço da América Latina ao processo de pacificação do país. Também estaria prejudicado nosso justo anseio a uma participação maior no Conselho de Segurança da ONU, que apenas refletiria nossa real importância global hoje.

Com tanto em jogo, causa estranheza que o Ministério do Planejamento tenha contingenciado as verbas destinadas aos soldados brasileiros no Haiti. No total, empregamos R\$128 milhões para a atuação das três Forças Armadas na nação amiga. Desse total, R\$100 milhões seguem, anualmente, para o Exército. O Ministério da Defesa, a pedido das autoridades econômicas, reduziu o orçamento da força terrestre em R\$10 milhões. Com apenas R\$90 milhões, dois destacamentos receberiam treinamento no Rio de Janeiro, um a cada semestre, e se cobririam as atividades de um Batalhão de Infantaria e de uma Companhia de Engenharia em Porto Príncipe. Ressalte-se que, desse recurso, o Brasil recebe o reembolso de cerca de 60% por parte da ONU. Então, dos cerca de R\$100 milhões, R\$60 milhões são reembolsados. O Brasil está, portanto, investindo cerca de R\$40 milhões anualmente.

Entretanto, o que acontece é que o Ministério do Planejamento, dos R\$68 milhões previstos para liberar até julho, liberou apenas R\$39 milhões. Temos, ao todo, cerca de 1.300 militares no Haiti e os problemas do contingenciamento, evidentemente, começam a chegar na ponta da linha. A Companhia de Engenharia está com 10 caminhões e uma perfuratriz de poços artesianos parados por falta de peças de reposição. Os processos para a aquisição de componentes aguardam, sem resposta, uma solução há seis meses.

No dia de nossa chegada, soldados brasileiros desmantelaram uma quadrilha que praticava sequestro em Cité Soleil, libertando um refém e recuperando um tap-tap, que é uma caminhonete adaptada para o transporte urbano de passageiros, já que também o transporte urbano é improvisado naquele país.

É apenas uma prova de que as gangues aguardam o primeiro sinal de fraqueza para reiniciar o banho de sangue de 2004, quando nossos soldados encontravam por dia dezenas de corpos marcados de bala na capital haitiana.

Não podemos retirar os meios necessários para que nossos soldados cumpram a sua missão.

O Haiti, Srs. Senadores, é uma das grandes tragédias do nosso tempo.

Eu posso dizer que só não fico desanimado porque eu vi no Embaixador Hédi Annabi muita esperança, e ele, durante dez anos, no Camboja, conseguiu fazer com que aquele país de 12 milhões de habitantes, com dois milhões de assassinatos, tenha se reerguido e seja hoje um país normal.

Se num país em que 12 milhões...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Se num país como o Camboja, destruído pela guerra, pela ditadura, foi possível a reconstrução, temos de acreditar que também, no Haiti, isso é possível.

Ouçó com muito prazer o Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Eduardo Azeredo, V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, realizou uma missão da maior relevância e eu senti, em função de compromissos nos dias 13 e 14, a que V. Ex<sup>a</sup> inclusive teve a gentileza de me convidar, não ter ido nessa oportunidade ao Haiti, que eu conheci em agosto de 2004, quando tive a oportunidade de testemunhar o carinho do povo haitiano para com o povo brasileiro, sobretudo com a nossa seleção de futebol. Naquela ocasião, o Presidente Lula estava presente. E, quando os jogadores da seleção desembarcaram no aeroporto e foram para o estádio, praticamente metade da população havia se concentrado pelas ruas, no caminho, e nem todos puderam entrar no estádio com capacidade de lotação para 20 mil pessoas, para assistir a uma memorável partida, do ponto de vista da emoção do povo, que, de um lado, aplaudia cada jogada bonita de seus jogadores, mas, tendo a Seleção brasileira goleado a do Haiti, como era próprio, com craques formidáveis que nós temos. Mas o que eu achei tão especial foi que eles aplaudiam também as bonitas jogadas de Ronaldo, de Romário, de Ronaldinho e outros. O que foi tão bonito também foi quando os jogadores da seleção, ao serem visitados no vestiário, após o jogo, pelo Presidente Lula, transmitiram ao Presidente – eu fui testemunha – o seguinte: “Estamos sempre dispostos a realizar missões como essas para a realização da paz”. O quadro que V. Ex<sup>a</sup> nos relata é impressionante e muito importante para aqui conhe-

cermos a relevância de o Governo brasileiro prover, com as dotações necessárias, a equipe brasileira, seja do Ministério da Defesa, do Exército, inclusive para a realização de projetos sociais, tais como a perfuração de poços artesianos, conforme V. Ex<sup>a</sup> aqui reportou. Acho muito importante que nós tenhamos este conhecimento, que V. Ex<sup>a</sup> tenha dialogado com os Senadores, ouvido a Senadora que disse: “Nós não nos sentimos bem com as Forças Armadas do Brasil. Gostaríamos que logo possam ir embora”. Mas também que haja a precaução para que essa saída progressiva e programada possa ser realizada com a adequada segurança e com o processo de democratização, sobretudo, de respeito à autodeterminação do povo haitiano. E gostaria muito de ressaltar que é importantíssimo que o Brasil esteja a estimular o povo haitiano, o seu governo, o seu congresso a fim de realizar ações que possam promover o desenvolvimento com justiça, com a erradicação da pobreza absoluta. Tenho inclusive transmitido, nos momentos em que conversei com autoridades e Parlamentares haitianos, a minha disposição de ir lá para dialogar inclusive sobre a renda básica de cidadania e projetos que possam colaborar para que haja a realização de justiça, que será um meio de promover a paz naquele país tão sofrido. Meus cumprimentos.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a sua intervenção. V. Ex<sup>a</sup> me dá oportunidade exatamente de mostrar esse carinho que existe pelos brasileiros.

Desde aquela época e ainda agora, já passados alguns anos, a presença dos jogadores brasileiros é sempre lembrada.

O fato de o Brasil ser o País que é, com uma população com soldados que têm uma natureza humana mais exacerbada, que são pessoas do mesmo sangue latino dos haitianos, nos dá condições privilegiadas. Então, os brasileiros são realmente muito bem-vindos. Mas, mesmo assim, é natural que eles já digam: “Bom, mas não deixa de ser uma tropa de ocupação”, e que queiram estar com suas próprias pernas, caminhando para o futuro. Mas o fato é que o trabalho brasileiro é extremamente reconhecido. As pessoas recebem os brasileiros de maneira diferenciada em relação aos outros.

É importante lembrar também que, na verdade, não são só os 1.300 brasileiros. São cerca de sete mil soldados que estão lá. Existem cerca de mil do Uruguai. Proporcionalmente, portanto, é até uma tropa maior do que a brasileira, pois o Uruguai tem uma população muito menor. Existem tropas do Chile, da Argentina, do Nepal, do Sri Lanka, da Jordânia, todos eles nesse mesmo esforço de paz. O que me pareceu é que,

do ponto de vista da violência, caminha-se bem, mas, do ponto de vista social, lamentavelmente, há muito por fazer ainda.

Eu fiz a pergunta, Senador Suplicy, sobre o Programa de Renda Mínima, se não era o caso de se aplicar alguma questão semelhante ao Bolsa-Família, que aqui foi exatamente uma evolução do Bolsa-Escola, que foi-se somando, crescendo. Entretanto, a informação de que sequer uma estrutura eles têm para poder fazer isso. O que foi possível aqui, no Brasil, foi exatamente porque existe todo um cadastro, um sistema já de automação, que permite essa distribuição. Lá, eles não têm nada; sequer têm o dinheiro para distribuir. Essa é a informação que nos deram. Só se fosse uma doação permanente para fazer esse tipo de distribuição.

Portanto, é uma situação realmente muito crítica ainda. É evidente que alguns podem dizer: Mas, no Brasil, também tem bolsões de pobreza, de miséria. Não tem. Igual ao que nós vimos lá, seguramente não tem.

Eu conheço as favelas da minha cidade, Belo Horizonte, sei das favelas do Rio, das favelas do Nordeste, as favelas de São Paulo, são alguns pontos mais localizados que precisam ser atacados, sim, mas isso não exime a nossa responsabilidade do ponto de vista de solidariedade em continuar participando em nome da ONU nesse esforço de pacificação e de melhoria do Haiti.

Ouçõ o Senador Flávio Arns, com muito prazer.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Senador Eduardo Azeredo, quero parabenizá-lo pelo relato muito atencioso, muito humano. Foi uma iniciativa importante da Comissão de Relações Exteriores, que V. Ex<sup>a</sup> preside, de ir lá, ao Haiti, com outros Senadores, verificar a situação, fazer um juízo sobre a situação e ver, na verdade, o que pode ser feito em termos de solidariedade que deve existir com o povo também. Eu quero destacar, Senador Eduardo Azeredo, que eu tenho uma estima muito grande também pelo Embaixador...

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Igor Kipman.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – ...como foi colocado, pelo Embaixador brasileiro, no Haiti, Igor Kipman,...

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Isso.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – ...Igor Kipman é do Paraná, é de Curitiba, foi Presidente da União dos Escoteiros do Brasil, durante algum tempo, é escoteiro ativo, ainda. Muitos dos princípios que ele desenvolveu, também no escotismo, certamente

ele está desenvolvendo junto com a esposa que foi escoteira também. E que recebem, pelo que me relatam – inclusive o Eurípedes também está relatando –, a estima que o povo tem pelo Embaixador brasileiro. Isso é muito interessante e muito bom. Só gostaria que V. Ex<sup>a</sup> pudesse falar alguma coisa sobre a educação, o acesso à escola. Como isso está acontecendo naquele país?

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Senador Flávio Arns, lamentavelmente, também aí o índice é muito ruim: 49% de analfabetismo é o índice que nos foi passado. Quer dizer, as crianças na miséria absoluta em que vivem não têm sequer condições de ir à escola. E costumo dizer – sempre lembrei isso – que a saúde e a educação são irmãs gêmeas. Você não tem condições de ter escola sem saúde e, evidentemente, sem escola, você também não consegue avançar.

Então, esse é um outro ponto muito difícil. A estrutura educacional, que seria a base para poder modificar um pouco o sistema, também está muito depauperada, muito destruída.

Eu posso trazer alguns resumos. Eu acho que um deles é que muito já foi feito, mas muito precisa ser feito. Nós avançamos na questão da violência, mas precisamos trabalhar agora na questão social de apoiar esses esforços de paz.

Um outro ponto que eu gostaria de lembrar é exatamente este de que o Brasil precisa avançar também para que não aconteça conosco o que aconteceu lá. Então, eu vejo em Belo Horizonte, por exemplo, um projeto nas favelas, nas vilas que foi iniciado pelo Prefeito Fernando Pimentel, do PT, que continua agora. É um projeto muito importante, aquele projeto de construção de prédios de apartamentos ao estilo do Cingapura de São Paulo, que é um projeto que vai exatamente dando mais dignidade às vilas e favelas, abrindo ruas, possibilitando água e esgoto. Agora, nós não vemos nas favelas brasileiras essa questão que nós vimos lá. Pelo menos existe energia, pelo menos existe o mínimo de cidadania. Já se consegue escola, Senador, para a maior parte dos brasileiros.

Então, esse é um outro ponto que ficou para mim muito forte. Olha, os pessimistas de plantão devem ir lá ao Haiti. Eu fiquei com essa questão na minha cabeça. Aqui no Brasil, de vez em quando, aparecem alguns que jogam fora tudo. Eu ouvia o rádio logo no dia em que cheguei, estava indo do aeroporto para casa, e havia alguém no rádio dizendo assim: “Não tem jeito! Esse Brasil não tem jeito!” Eu virei para o motorista que estava comigo e disse: É! Vamos mandá-lo para o Haiti para ele ver se tem jeito.



Então, esse é outro ponto que eu senti como resumo dessa viagem; a necessidade de valorização do estágio que o Brasil já conseguiu, mas também o alerta de que não podemos permitir que aconteça conosco o que já aconteceu nesse país, que já foi rico um dia, já foi um país bem estruturado.

E, finalmente ainda, Sr. Presidente, gastando esses 50 segundos, eu quero dizer que a caminho, nós fomos no avião da FAB, ficamos hospedados na Base Aérea, fomos acordados às 6 horas pelo toque de alvorada. Mas eu quero dizer que a caminho nós fizemos escala em Boa Vista, em Roraima, e na companhia do Senador Augusto Botelho pudemos ver outro tipo de cidade, uma cidade ampla, uma cidade que dá exatamente um novo País, um Brasil que cresce há pouco tempo, mas que nos dá esperança, sim, uma cidade muito agradável que pudemos ver em Boa Vista, uma cidade moderna e que, portanto, nos dá mais esperança. E que nós possamos ter as soluções para os problemas do Brasil, que tem pobreza, que tem miséria e, ao mesmo tempo, que possamos ajudar aqueles outros países que são mais pobres e mais miseráveis do que nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Azevedo, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Torres.*

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE)

– Quero parabenizar o Senador Azeredo pelo detalhe e pela precisão do relatório feito.

Com o sistema de rodízio, concedo a palavra ao nobre Senador Inácio Arruda, pela Liderança do PCdoB.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero comunicar, primeiro, o requerimento que farei chegar à Mesa, instituindo uma comissão especial, meu caro Presidente Flávio Torres, no plenário desta Casa, para acompanhar todo o processo de preparação de uma das mais importantes conferências que se realizará no Brasil, que será histórica. Pela primeira vez, nós sentaremos à mesa com o conjunto do movimento social, o Governo, o setor privado e o estatal na área de comunicação. Hoje, são exercidos verdadeiros monopólios de opinião e de formação da opinião do povo no Brasil, porque um ou outro órgão de comunicação estabelece uma opinião e começam a trabalhar essa opinião como se fora opinião do conjunto da sociedade, estabelecendo-se a regra de que ninguém pode se opor àquela regra nesses

verdadeiros monopólios que se construíram no Brasil. E, antecipando-se um pouco a essa conferência, proponho que se forme uma comissão especial do Senado. Não é uma comissão de uma outra comissão; é uma comissão especial do Senado da República para acompanhar todos os passos de preparação da mais importante conferência que vamos realizar, que é para tratar dessa questão de comunicação no Brasil.

Como disse, um pouco me antecipando a questões que serão levantadas e que têm uma correlação com os problemas que vivenciam o Senado e a sociedade brasileira, uma sociedade muito patrimonialista que vivenciamos, na sua genética, na sua formação... Aliás, não é diferente do mundo, não. O mundo é assim, mas vem avançando.

E no Brasil avançou razoavelmente. Mas considero que ficou uma brecha muito grande nesse problema do nepotismo, que é o quê? A brecha que resta e que devemos tratar, entre outras. É que no caso das concessionárias do serviço público, pode-se praticar todo e qualquer tipo de nepotismo. Então, uma concessionária de energia, uma concessionária de telecomunicações, uma concessionária de rádio, de televisão, de água, quer dizer, as empresas concessionárias de serviço público podem, no seu guarda-chuva empresarial, acolher toda sorte de afilhados, enquanto que, nas demais instituições do Estado, que têm grande responsabilidade com a coisa pública, esse passo ficou resolvido; não se pode mais trabalhar ali no que se chama nepotismo no nosso País, empregando a parentela e etc., como se costumou fazer no Brasil ao longo de muitas e muitas décadas.

Então, estou apenas ampliando. O que já serve para a administração pública, direta e indireta, ampliando para as concessionárias de serviço público, que é onde se agasalham hoje espertamente aqueles afilhados que antes estavam agasalhados, digamos, na administração pública direta e indireta. Então, considero uma iniciativa importante. Estou entrando com esse projeto de lei, pois a ajuda contribui para o debate contribui para o debate do nepotismo, da ética e da moral e dos bons costumes no Brasil. Entre outros que estou preparando nessa área de comunicação que acho que são muito importantes. Talvez uma exigência é que o Conselho Nacional de Comunicação começasse a funcionar, porque é uma das instituições que estão paralisadas.

Por último, Sr. Presidente, porque considero muito significativo, estamos às vésperas da votação na Comissão de Relações Exteriores. Parabenizo a equipe que foi até o Haiti, e V. Ex<sup>a</sup> teve oportunidade de participar. Eu acho que foi muito significativo. Eu não pude ir, por um compromisso no meu Estado, inadiável, mas fiquei

morrendo de inveja dos que foram, porque considero muito importante termos uma opinião sobre a atuação do Brasil nesse país pequeno, pobre, carente. Só um esforço conjunto, de apoio solidário, inclusive da nossa parte, do Brasil, pode ajudar o Haiti a superar as imensas dificuldades. O que só o seu povo fará. Nós não faremos pelos haitianos, mas podemos ajudá-los, podemos contribuir e os senhores tiveram essa oportunidade, a felicidade de estar ali no Haiti.

Mas, tratando então da América Central, tratando da América do Sul, e estando às vésperas de discutir o parecer do Relator, Tasso Jereissati, sobre a questão da Venezuela, eu quero destacar a participação nossa, do Ceará, para termos uma idéia do que ocorre com a nossa economia.

Não vou tratar do Brasil, porque o Senador Raupp precisa falar daqui a pouco. Quero falar só do Ceará, para ver a importância, como é significativa a integração da América do Sul para nós brasileiros, mas se particulariza. Examinemos os casos, Estado a Estado, como isso já se dá hoje, algo que praticamente não existia, que era a relação comercial entre nós, com o fato da integração, com a busca da própria Venezuela de não ficar dependendo exclusivamente dos Estados Unidos, como é o México, e como sofreu o México agora, na sua dependência crucial dos americanos. Como é importante a integração da Venezuela na nossa região e como é importante, inclusive, para o meu Estado, para o nosso Estado, Senador Flávio Torres, o Ceará.

Entre 2000 e 2008, a Venezuela mostrou ser um mercado em crescimento para os produtos do Ceará. No ano passado, o país vizinho foi o 6º destino das exportações do Estado, com negócios totalizando US\$37 milhões, quase US\$38 milhões, com crescimento de 690% em relação a 2000. No mesmo intervalo, as exportações para os Estados Unidos registraram alta de apenas 27%. Então, tivemos um crescimento de 690. Quer dizer, trata-se de um mercado novo, de um espaço novo para o Estado do Ceará.

A Venezuela foi o 9º destino das exportações do Ceará no primeiro semestre de 2009, mais ou menos vai seguindo o mesmo passo. Num período de grande crise que nós vivenciamos, onde todos os mercados se fecham, o da Venezuela mantém-se aberto para exportações do Estado Ceará.

Este Estado brasileiro também teve a Venezuela como a 22ª principal origem de suas importações no mesmo período. Há uma diferença muito grande para a Venezuela.

Nós já somos a 22ª praça de importação de produtos da Venezuela. É claro que a vantagem nos-

sa, comparativamente, é extraordinária, porque nós somos a 9º em exportação para aquele país, e a 22ª em importação.

Com relação às exportações, do Ceará para a Venezuela, nos seis primeiros meses de 2009, elas já totalizam US\$13.499 milhões, em meio a essa crise financeira danosa a que assistimos em todos os mercados. Esse número é 23,29% inferior a igual período do ano de 2008, que foi um ano excelente, resultado muito superior das vendas do Estado para outros países. Podemos citar: é o caso da Argentina, é o caso da Rússia. Esse mercado da Argentina encolheu 37%, e o da Rússia, 75%. Negativo.

A Venezuela foi o 22º país de onde o Ceará mais importou no primeiro semestre de 2009. Repito: as exportações daquele país para esse Estado brasileiro totalizaram US\$5.881 milhões. O saldo da balança comercial do Ceará em relação à Venezuela foi positivo. É quase comparativamente igual ao do Brasil com a Venezuela. Foi positivo em US\$7.617 milhões. Eu acho que é muito.

Estou apresentando esses dados, discutindo esta questão aqui no plenário do Senado Federal, trazendo essas informações, que nos foram enviadas pela Câmara de Comércio da Indústria Brasil Venezuela, pelo eminente Professor Dark Costa, que esteve conosco em um debate na Comissão de Relações Exteriores. Ele é membro da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela e também da Federação Brasil-Venezuela de Comércio e Indústria.

Esses dados são significativos para nós reforçarmos a nossa posição em defesa da integração, face aos interesses, ambos importantes, que já sobejamente seriam razões para aprovarmos o ingresso da Venezuela, mas destacando em especial a situação de cada Estado brasileiro. No caso, destaco o Estado do Ceará no seu movimento de importação e exportação, que é já muito significativo para a nossa integração, para que os Estados do Nordeste se sintam absolutamente integrados ao Mercosul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito. Em seguida, o Senador Valdir Raupp e, depois, o Senador Flávio Arns.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Sr. Presidente, requeiro minha inscrição para falar como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – Sim, senhor.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) –

Exmo. Sr. Presidente, Senador Flávio Torres, prezado Senador Vauldir Raupp, hoje aconteceram fatos de extraordinária relevância para a história do Senado e para a história do Partido dos Trabalhadores. Um dia que vai merecer uma reflexão de profundidade, sobretudo de nós, Senadores do PT, com o povo brasileiro. Ainda mais porque, na manhã de hoje, a Senadora Marina Silva anunciou aquilo que nos transmitiu nas últimas semanas, mas de forma definitiva, a sua decisão de deixar o Partido dos Trabalhadores para ingressar no Partido Verde. Nós já havíamos transmitido à Senadora Marina, e hoje fiz questão, mesmo em meio à entrevista em que ela anunciava a sua saída, de entregá-lhe uma carta manuscrita dizendo do meu carinho e respeito pela decisão dela. Transmiti a ela o quanto ao longo das últimas três décadas fomos companheiros, atuamos juntos.

Eu estive no Acre no final dos anos setenta, início dos anos oitenta, e ali conheci Chico Mendes, que era como que um precursor e professor de Marina Silva, e pude acompanhar as suas decisões de ingressar no Partido dos Trabalhadores. A partir de 1995, tive na Marina Silva uma companheira extraordinária aqui no Senado. Éramos cinco – eu fui o primeiro Senador do PT, de 91 a 94, de 95 a 98 – naquela oportunidade, e tive a honra de, logo no primeiro ano, ouvir Marina Silva, José Eduardo Dutra, Heloísa Helena e Lauro Campos dizerem a mim: “Olha, você, neste primeiro ano, continuará como Líder”. Então, eu fui Líder da nossa Bancada; mas, depois, ela foi também a nossa Líder, assim como José Eduardo Dutra. Eu me tornei um amigo especial dela por causa de nossa afinidade.

Então, hoje, eu quis transmitir à Senadora Marina Silva o quanto continuaremos juntos pelos ideais de realização e aplicação dos princípios de justiça, da busca da verdade, da ética, de como realizar, no Brasil, um desenvolvimento sustentável, com muita preocupação com o meio ambiente, e quão importante será que nós possamos continuar a ouvir de S. Ex<sup>a</sup> as suas lições, como as histórias que ela tanto nos ensinou, as histórias da floresta, da Bíblia Sagrada.

Portanto, eu aqui registro que para nós, do PT, a perda de Marina é algo dramático, algo que precisa ser pensado, mas eu quero que a Senadora Marina continue. E essa é a expressão daquilo que todos nós... Somos doze Senadores do PT, até hoje de manhã éramos doze, mas conforme leu o próprio Líder Aloizio Mercadante, na semana passada, uma nota em nosso nome, consideramos que a Senadora Marina continuará conosco. E quero aqui registrar que não é nosso desejo que a Senadora Marina seja, por qualquer for-

ma, por parte da direção do PT, colocada na Justiça Eleitoral da parte do PT, reivindicando que ela deixe de ser Senadora, porque, para nós, ela continuará sendo uma companheira de ideais, de objetivos e de anseios, ela que foi Ministra do Meio Ambiente.

Mas não posso também deixar de registrar que, na tarde de hoje, o Senador Flávio Arns, diante do resultado do que aconteceu ali no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, anunciou, após a decisão do arquivamento da representação relativa ao Presidente José Sarney, a disposição de deixar de ser do nosso Partido.

E eu, ao longo desses anos, tenho tido no Senador Flávio Arns um companheiro de muita afinidade. Ele que aqui nos traz preocupações tão relevantes, como, por exemplo, toda a sua preocupação com as pessoas com necessidades especiais e com os que são portadores de alguma deficiência, ele que na área social, inclusive como sobrinho de Dom Paulo Evaristo Arns e Dona Zilda Arns, pessoas que são símbolo da defesa da cidadania, dos direitos humanos neste País, da atenção para com as crianças.

Então, quando Flávio Arns chegou aqui nós nos demos tão bem e sempre interagimos de uma maneira tão positiva, e me preocupa, caro Senador Flávio Arns, a sua decisão, porque fico pensando que, quando iniciamos esta legislatura éramos quatorze. Havia o Senador Cristovam Buarque conosco, havia a Senadora Ana Júlia, que, ao candidatar-se a governadora, então tivemos o companheiro José Nery, do PSOL, mas era o suplente dela. Se porventura tornarmos-nos apenas dez a partir da semana que vem, então, claro, isso nos preocupa e deve causar assim uma reflexão.

Eu gostaria, inclusive, de transmitir, e o Senador Flávio Arns hoje aqui está ao lado do seu chefe de gabinete, Aires Pereira das Neves Júnior, que justamente tive a honra de ser convidado para estar na sua banca de tese amanhã, na Unilegis, sobre a eficiência e aprendizagem organizacional – caso do gabinete do senador, onde ele transmite uma série de lições nessa tese aqui e de reflexões sobre como melhorar administrativamente o Senado. E me sinto bem com o fato de o senhor ter me convidado para estar na defesa da tese porque estou aprendendo com o seu trabalho.

Mas, Sr. Presidente, ainda no último sábado e domingo, foram publicados pela *Folha de S. Paulo* dois artigos que merecem ser lidos, pensados, registrados e que estão no centro da preocupação, Senador Flávio Arns, de V. Ex<sup>a</sup>, da Senadora Marina e de todos nós que estamos, inclusive, transmitindo hoje ao Sena-

dor Aloizio Mercadante, que teve um posicionamento, como o meu... Eu transmiti que seria oportuno, como o Senador Flávio Arns, que o Presidente José Sarney pudesse ter se licenciado e ido ao Conselho de Ética dar as suas explicações antes mesmo de termos votado o recurso. Mas, infelizmente, a sugestão que formulei foi atendida pelo Senador Arthur Virgílio, mas não pelo Senador José Sarney.

Eu quero, inclusive, transmitir ao Senador Valdir Raupp... Eu gostaria de ler essas palavras porque avalio que são muito importantes para nós como um alerta, de pessoas que captam o sentimento do povo. Eu, por toda parte por onde tenho andado, Senador Flávio Arns, as pessoas... Posso estar ali no parque andando, na rua, na porta de um restaurante ou de um cinema, por onde eu estive andando pelo Brasil, e viajo muito, as pessoas, meus amigos, telefonam e dizem: "Eduardo, o quê que você vai fazer ali no Senado Federal? Vai deixar as coisas acontecerem? Você não vai bater na mesa como você costumava fazer sempre?" Eu aqui quero dizer...E aqui, Senador Valdir Raupp, eu leio, por exemplo, este artigo do Drauzio Varella, que externa um sentimento que é comum a muitas pessoas:

"Beco sem saída

Nos quase dez anos desta coluna, leitor, nunca escrevi sobre política. Adotei essa conduta por reconhecer que há profissionais mais preparados para fazê-lo e por considerar que médicos envolvidos em educação, na área de saúde pública, devem ficar distantes das paixões partidárias.

No entanto, os últimos acontecimentos de Brasília foram tão desconcertantes e chocaram a nação de tal forma, que ignorá-los seria omissão. No trato da administração pública, chegamos a níveis de desfaçatez e de imoralidade assumida incompatíveis com os princípios éticos mais elementares.

Para os que ganham a vida com o suor do próprio rosto, é revoltante tomar consciência de que parte dos impostos recolhidos ao comprar um quilo de feijão é esbanjada, malversada ou simplesmente desapropriada pela corja de aproveitadores instalada há décadas na cúpula da hierarquia do poder.

Mais chocante ainda é a certeza de que os crimes cometidos por eles e seus asseclas ficarão impunes, por mais graves que sejam. Do brasileiro iletrado ao mais culto, todos nós temos consciência de que o rigor de nossas leis pune apenas os mais fracos. É mais fácil

um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico parar na cadeia, diz o povo, com toda razão.

Uma noite, na antiga Casa de Detenção de São Paulo, ao fazer a distribuição de um gibi educativo sobre Aids, perguntei [diz Drauzio Varella], à porta de um xadrez trancado, quantos estavam ali. Um rapaz de gorrinho de lã, curvado junto à pequena abertura da porta, respondeu que eram 17. Diante de minha surpresa por caberem tantos em espaço tão exíguo, começou a reclamar das condições em que viviam. Às tantas, apontou para a TV casualmente ligada no horário político, no fundo da cela, na qual discursava um candidato:

- Olha aí, senhor, dizem que esse homem levou 450 milhões de dólares. Se somar o que todos nós roubamos a vida inteira, os 7.000 presos da cadeia [do Carandiru], não chega a 10% disso.

Essa realidade, que privilegia a impostura e perdoa antecipadamente os deslizes cometidos pelos que deveriam dar exemplo de patriotismo e respeito às instituições, serve de pretexto para comportamentos predatórios (se eles se locupletam, por que não eu?), gera descrédito na democracia e, muito mais grave, a impressão distorcida de que todo político é mentiroso e ladrão.

Considerar que a classe inteira é formada por pessoas desonestas tem duas consequências trágicas: votar nos que "roubam, mas fazem" e afastar da política cidadãos que poderiam contribuir para o bem-estar da sociedade.

De que adianta documentar os crimes se os criminosos ficarão impunes e retornarão nas próximas eleições ungidos pela soberania do voto popular?

Como renovar a classe política num país em que quase dois terços da população não tem acesso à informação escrita, em que empresários financiam campanhas de indivíduos inescrupulosos, comprometidos apenas com os interesses de quem lhes deu dinheiro, e no qual as mulheres e os homens de bem se negam a disputar cargos eletivos, porque não querem ser confundidos com gente que não presta?

É evidente que os políticos brasileiros não são os únicos responsáveis pelo estado a que as coisas chegaram. Antes de tudo, porque muitos são honestos e bem intencionados; depois, porque o clientelismo que os cerca é uma praga que nos aflige desde os



tempos coloniais. Os que se aproximam dos políticos para pedir empregos públicos, nomeações para cargos estratégicos, favores em negócios com o governo ou para oferecer-lhes subornos, por acaso são mais dignos?

Esse é o beco sem saída em que nos encontramos: os partidos aceitam a candidatura de indivíduos desclassificados, os empresários financiam-lhes a campanha (muitas vezes com os assim chamados recursos não declaráveis), o eleitor vota neles porque “não faz diferença, já que todos são ladrões” ou porque podem conceder-lhe alguma vantagem pessoal, a Justiça não consegue nem sequer afastar do serviço público os que são flagrados com as mãos no cofre, e, para completar a equação, as pessoas de bem querem distância da política.

A esperança está na prática da democracia. Se a Justiça não pune os que se apropriam dos bens públicos, a liberdade de imprensa é a arma que nos resta, a única que ainda os assusta.

Eu acho importante inclusive ressaltar a relevância da liberdade de imprensa, que está hoje machucada pela ação que tenta impedir o jornal *O Estado de S. Paulo* de divulgar aspectos importantes daquilo que se passa no Brasil.

Mas ainda quero completar. Eu ainda liguei para o Dr. Drauzio Varela, perguntando a ele: “Mas, Drauzio, meu caro amigo, não gostaria de considerar a hipótese de se candidatar, dado o conhecimento que a população tem, o quanto você é respeitado, a potencialidade enorme, seja como Parlamentar, Deputado, Senador ou Governador?” E ele me disse: “Eduardo, eu tenho a minha vocação de médico, de educador. É a minha propensão. Então, não gostaria de mudá-la.

Mas acho que ele aqui traz palavras de alerta para todos nós.

Senador Flávio Arns, eu sei da relevância daquilo que quer nos transmitir daqui a instantes, mas eu somo essas palavras para a nossa reflexão ao alerta de Frei Beto publicado no domingo: “Catilina abusa de nossa paciência”. Com isso vou encerrar, Senador Valdir Raupp.

“Até quando, ó Catilina, abusarás da nossa paciência?”, indagou Marco Túlio Cícero ao Senador Lúcio Sérgio Catilina, a 8 de novembro de 63 a.C., em Roma. Flagrado em atitudes criminosas, Catilina se recusa a renunciar ao mandato.

*Cícero, orador emérito, respeitado por sua conduta ética na política e na vida pessoal, pôs em sua boca a indignação popular: “Por quanto tempo ainda há de zombar de nós essa*

*tua loucura? A que extremos se há de precipitar a tua audácia sem freio? Nem a guarda do Palatino, nem a ronda noturna da cidade, nem os temores do povo, nem a afluência de todos os homens de bem, nem este local tão bem protegido para reunião do Senado, nem o olhar e o aspecto destes senadores, nada disso conseguiu perturbar-te? Não sentes que os teus planos estão à vista de todos?”*

“Ó tempos, ó costumes!”, exclamou Cícero, movido por atormentada perplexidade diante da insensibilidade do acusado. “Que há, pois, ó Catilina, que ainda agora possas esperar, se nem a noite, com suas trevas, pode manter ocultos os teus criminosos conluíus; nem uma casa particular pode conter, com suas paredes, os segredos da tua conspiração; se tudo vem à luz do dia, se tudo irrompe em público?”

Jurista, Cícero se esforçou para que Catilina admitisse os seus graves erros: “É tempo, acredita-me, de mudares essas disposições; desiste das chacinas e dos incêndios. Estás apanhado por todos os lados. Todos os teus planos são para nós mais claros que a luz do dia”.

Se Catilina permanecia no Senado, não era apenas a vontade própria que o sustentava, mas sobretudo a cumplicidade dos que teriam a perder, com a renúncia dele, proveitos políticos. Daí a exclamação de Cícero: “Em que país do mundo estamos nós, afinal? Que governo é o nosso?”

Cícero não temia ameaças e expressava o que lhe ditava o decoro: “Já não podes conviver por mais tempo conosco; não o suporto, não o tolero, não o consinto. (...) Que nódoa de escândalos familiares não foi gravada a fogo na tua vida? Que ignomínia de vida particular não anda ligada à tua reputação? (...) Refiro-me a fatos que dizem respeito não à infâmia pessoal dos teus vícios, não à tua penúria doméstica e à tua má fama, mas sim aos superiores interesses do Estado e à vida e a segurança de todos nós”.

Os crimes de Catilina escancaravam-se à nação. Seus próprios pares o evitavam, como assinalou Cícero: “E agora, que vida é essa que levas? Desejo neste momento falar-te de modo que se veja que não sou movido pelo rancor, que eu te deveria ter, mas por uma compaixão que tu em nada mereces. Entraste há pouco neste Senado. Quem, dentre esta tão

*vasta assembléia, dentre todos os teus amigos e parentes, te saudou?*

*Se isso, desde que há memória dos homens, a ninguém aconteceu, ainda esperas que te insultem com palavras, quando te encontras esmagado pela pesadíssima condenação do silêncio?"*

*Catilina fingia não se dar conta da gravidade da situação. Fazia ouvidos moucos, jurava inocência, agarrava-se doentamente a seu mandato.*

"Se os meus escravos me temessem da maneira que todos os teus concidadãos te receiam", bradou Cícero, "eu, por Hércules, sentir-me-ia compelido a deixar a minha casa; e tu, a esta cidade, não pensas que é teu dever abandoná-la? E se eu me visse, ainda que injustamente, tão gravemente suspeito e detestado pelos meus concidadãos, preferiria ficar privado da sua vista a ser alvo do olhar hostil de toda a gente; e tu, apesar de reconheceres, pela consciência que tens dos teus crimes, que é justo e de há muito merecido o ódio que todos nutrem por ti, estás a hesitar em fugir da vista e da presença de todos aqueles a quem tu atinges na alma e no coração?"

*Cícero não demonstrava esperança de que seu libelo fosse ouvido: "Mas de que servem as minhas palavras? A ti, como pode alguma coisa fazer-te dobrar? Tu, como poderás algum dia corrigir-te?" E não poupou os políticos que, apesar de tudo, apoiavam Catilina: "Há, todavia, nesta ordem de senadores, alguns que ou não veem aquilo que nos ameaça ou fingem ignorar aquilo que veem."*

*Acuado, Catilina se refugiou na Etrúria e morreu em 62 a.C. Cícero, afastado do Senado por Júlio César, foi assassinado em 43 a.C. Um século depois, Calígula, desgostoso com o Senado, nomearia senador seu cavalo Incitatus, com direito a 18 assessores, um colar de pedras preciosas, mantas de cor púrpura e uma estátua, em tamanho real, de mármore com pedestal em marfim.*

Eu sei que as palavras de Frei Beto são muito fortes. Ele, que foi um assessor especial nos primeiros anos do Governo Lula, depois avaliou que precisava melhor colaborar de longe, escrevendo as suas reflexões, ainda falando como um companheiro, amigo de ideais e procedimentos, e sobretudo uma pessoa que tem procurado alertar o Presidente Lula com respeito às questões éticas na vida política.

E assim, Sr. Presidente...

Desculpe, Senador Valdir Raupp, ter me alongado um pouco mais, mas avaliei que era importante hoje poder externar este sentimento, porque acredito que, de todo o Brasil, estão a nos dizer: "Senadores brasileiros, Senadoras brasileiras, olhem, tomem cuidado!" Esta Casa, o Senado Federal, precisa se justificar perante o povo brasileiro com uma atuação exemplar.

Nós, que temos a responsabilidade de fiscalizar os atos do Poder Executivo, precisamos aqui, em nossa Casa, dar o exemplo de transparência, de probidade e de preocupação com a ética na vida política, na vida administrativa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – Senador Suplicy, o senhor ultrapassou o tempo regimental em muito, mas quando o senhor fala não há Presidente que tenha coragem de lhe cortar a palavra. O senhor transmite uma sinceridade que é percebida por nós e, pode crer, Senador, pelo povo brasileiro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Agradeço as suas palavras, Senador Flávio Torres. Muito obrigado.

Agora é a vez do Senador Valdir Raupp, a quem peço desculpas pelo abuso do entusiasmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, pela Liderança do PMDB.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Flávio Torres, Senador Suplicy, que deixa a tribuna neste momento, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, minhas senhoras e meus senhores, não é a primeira vez que venho a esta tribuna para dar o nosso grito em defesa de Rondônia, em defesa da Amazônia, dos 21 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia.

Já falamos aqui sobre a regularização fundiária, já falamos aqui sobre as modificações no Código Florestal brasileiro e volto à tribuna do Senado Federal para falar sobre esses dois assuntos.

Deve ter na Amazônia mais de 200 mil produtores rurais, entre pequenos, médios e grandes, mais pequenos do que médios e grandes, sem documentos das suas terras. O Incra, num passado distante, conseguiu fazer alguns assentamentos, alguma regularização fundiária, mas, nos últimos anos – não só neste Governo, mas também em governos anteriores – não se tem conseguido avançar nessa área.

Aí veio a Medida Provisória 458, votada na Câmara e aqui no Senado, recentemente, para dar con-

dições ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Incra de fazer a regularização fundiária, de documentar esses trabalhadores rurais que estão lá com a posse da terra, tirando o sustento de suas famílias, o pão de cada dia, mas não têm o documento da terra.

Para fazer um financiamento no Banco da Amazônia, para fazer um financiamento no Banco do Brasil, para tirar uma licença ambiental, seria melhor para o meio ambiente se esses trabalhadores tivessem o documento de suas terras.

Então, veio esse alento através da Medida Provisória nº 458.

Iniciou-se o trabalho. Eu não sei o que aconteceu nos outros Estados, mas a informação que eu tenho é que teve início em Mato Grosso, no Pará, nos outros Estados da Amazônia. No meu Estado, Rondônia, houve, sim, o movimento. Houve até o lançamento simultaneamente em três Estados: Rondônia, Mato Grosso e Pará, com a presença da Ministra Dilma, em Rondônia; com a presença do Presidente Lula, em Mato Grosso, na cidade de Alta Floresta; e com a presença do Ministro Cassel, do Desenvolvimento Agrário, no Estado do Pará. Mas avançou muito pouco. Parece-me que só foi aquela arrancada, aquele fogo de palha. No meu Estado, pouco mais de 300 produtores tiveram as suas terras regularizadas. E são mais de 30 mil só no Estado Rondônia. Eu falei de 200 mil na Amazônia. Só no Estado de Rondônia, são mais de 30 mil trabalhadores rurais que não têm documento das suas terras.

Espero, sinceramente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra possam reforçar as suas ações, as suas equipes, inclusive há parcerias com o Governo do Estado, com as prefeituras municipais para fazer a regularização fundiária acontecer e num prazo... Eu não vou querer que isso aconteça da noite para o dia, que aconteça em um mês, em um ano, mas no prazo de três anos. É esse o prazo com que o Governo Federal tem se comprometido. Ou seja, para que, no prazo de três anos, todas essas 30 mil famílias de Rondônia, os 200 mil da Amazônia, possam ter o documento de suas terras. É um programa chamado Terra Legal. Aí vou voltar a esta tribuna para dizer que o Governo Federal baixou a Medida Provisória nº 458, que foi aprovada pelo Congresso Nacional, e realmente cumpriu com a sua promessa, com a sua palavra, de regularizar as terras daquele povo. Não vou parar de cobrar, aqui da tribuna do Senado, de onde quer que eu esteja, essa ação do Governo Federal, porque esse povo precisa do documento de suas terras para continuar sobrevivendo.

Fomos chamados para Rondônia, fomos chamados para a Amazônia, sob o lema “Vamos integrar para não entregar”, para ocupar aquele espaço. A cobiça internacional era muito grande sobre a Amazônia. Então, vamos integrar a Amazônia. Lá estão 21 milhões de brasileiros ocupando uma pequena parcela da Amazônia. Os nove Estados da Amazônia Legal, Senador José Nery – V. Ex<sup>a</sup>, que representa o Estado do Pará, sabe disso –, estão ocupando uma pequena parcela de terra de 61% do território nacional. A Amazônia corresponde a 61% do território nacional e, desses 61%, apenas 17% estão ocupados, apenas 17% estão desmatados. Nós temos ainda 83% da Amazônia Legal como floresta. Quando se joga isso no contexto nacional, verificamos que 53% do Brasil é coberto de floresta nativa. Não é reflorestamento, como ocorre em muitos países que derrubaram todas as suas reservas, todas as suas florestas, e agora tentam recuperá-las, reflorestando.

O Brasil está entre os três países que têm as maiores áreas de floresta. São eles: Brasil, Rússia e Canadá. Então, não venham os europeus, não venham os americanos, não venham os ambientalistas de gravata, que dormem em hotéis cinco estrelas, dizer que o Brasil é o vilão do meio ambiente; pelo contrário, o Brasil está entre os três países que mais preservam as suas florestas, as suas riquezas naturais.

E agora quero falar, Sr. Presidente, das modificações que temos de fazer no Código Florestal. É hipocrisia querer continuar com esse Código do jeito que está. O Brasil também é o único país onde um proprietário de terra não pode trabalhar na sua terra, porque tem que preservar 50% ou 80% em algumas regiões da Amazônia.

Vamos liberar aquilo que já está consolidado, que são os 17% da Amazônia, e vamos preservar, então, os 83% em bloco. Vamos preservar esse grande bloco de floresta que existe no Brasil, que é a nossa Amazônia Legal, que soma 83% de floresta. Vamos aplicar a mesma lei que querem aplicar na Amazônia, no Estado de Rondônia e na Amazônia aos outros Estados brasileiros. Vamos ver se o Governo tem coragem de obrigar, se o Ministério do Meio Ambiente, o Ministro Minc – eu o admiro e respeito –, que tem feito acordos importantes em Rondônia... Recentemente ele fez um acordo com o Governo do Estado, que era o que eu defendia, isto é, fez uma permuta de uma reserva estadual por parte de uma reserva federal, que estava ocupada, e o Ministro foi sensível. Estive com ele algumas vezes, tratando disso. O Presidente Lula também foi sensível ao apelo do povo de Rondônia, para fazer essa permuta e deixar 3 mil famílias que lá



se autoassentaram, por conviência do Ibama, que não fiscalizou, por vista grossa do Incra, que não acompanhou. E há mais de 20 anos ocuparam uma parcela de uma reserva federal de mais de 200 mil hectares. Ocuparam 70 mil hectares, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Eu sou Relator dessa lei que faz a permuta. Estou incluindo também uma outra pequena área de 31 mil hectares na região de Guajará-Mirim, que está ocupada há quase 30 anos. Se o povo da reserva Bom Futuro merece, esse lado também merece, que está ocupando essa área.

Mas eu falo, Sr. Presidente, da modificação do Código Florestal porque o Estado do Rio Grande do Sul, o Estado de Santa Catarina, o Estado do Paraná, o Estado de Minas Gerais, o Estado de São Paulo, o Estado do Espírito Santo e todos os demais Estados fora da Amazônia também têm uma lei florestal. É o mesmo Código Florestal, que diz que teria que preservar 20%. Onde há 20% de floresta nesses Estados que falei? Tem Estados que não têm 5%, 10%. Temos que tirar as uvas do Rio Grande do Sul, temos que tirar a soja do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, do Mato Grosso do Sul, temos que tirar o gado de leite de Minas Gerais, temos que tirar o café do Espírito Santo, o cacau, para poder reflorestar esses 20%. E aí onde iríamos produzir para os 190 brasileiros e as exportações do agronegócio, da agricultura e da pecuária? É hipocrisia querer continuar nesse erro. Vamos preservar o que nós temos ainda intacto, que são os 53% do Brasil, que são os 83% da Amazônia Legal, e vamos liberar aquilo que está consolidado para a produção, para o sustento das famílias e para a exportação também. O Brasil será um país rico se melhorar a tecnologia, se melhorar o crédito para essas áreas consolidadas. Vamos preservar, sim, o meio ambiente. Vamos preservar os 83% da Amazônia. Vamos preservar os 53% do Território brasileiro. Ficam apenas 47% para todas as cidades brasileiras, para as quase seis mil cidades e para a produção, para sustentar os 190 milhões de brasileiros e exportar tudo o que nós exportamos ainda. Vamos melhorar a tecnologia, vamos melhorar o crédito para essas famílias trabalharem, mas vamos deixar o povo trabalhar.

Eu quero citar aqui uma frase, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que foi muito usada. E eu defendo o Presidente Lula, está sendo um grande Presidente, está sendo um grande Presidente para o Brasil, está sendo um grande Presidente para Rondônia, para o meu Estado, para a Amazônia. Tanto é que ele teve 85% dos votos no Estado do Amazonas, que é um Estado que preserva 98% das suas florestas. Apenas

2% das florestas do Estado do Amazonas foram derrubadas, porque lá existe um polo industrial que gera 400 mil empregos; há 400 indústrias e geram 400 mil empregos.

Em Rondônia, não tivemos essa sorte de ter um polo industrial como Manaus, mas temos agora muitas obras acontecendo. Temos as hidrelétricas do Madeira, que vão gerar 20 mil empregos diretos, talvez mais uns 30 ou 40 mil empregos indiretos; temos fábrica de cimento, e já foi iniciada a fabricação de cimento; temos *shopping centers* inaugurados; temos o Makro Supermercados, temos o Carrefour entrando. Porto Velho vive uma euforia, a construção de 43 prédios, de mais seis mil casas em conjuntos habitacionais.

Então, a frase que eu queria dizer para aqueles que defendem talvez até a expulsão das pessoas da terra, os pequenos proprietários, que não têm o documento da terra, aqueles que, até dezembro, se não modificarmos o Código Florestal, se não liberarmos as áreas consolidadas, terão que deixar as suas terras, abandonar as suas terras que conquistaram com tanto suor... Vamos deixar fazer como o Presidente Lula dizia, ou a equipe dele, ou o programa eleitoral dele dizia: deixe o homem trabalhar.

Hoje eu falo para aqueles que defendem a expulsão do povo da Amazônia: deixe esse povo trabalhar! Esse povo que sonhou um dia dar melhores condições de vida para sua família. Vamos deixar esse povo trabalhar, sem agredir o meio ambiente. Ninguém quer mais derrubar, ninguém mais quer queimar. Eu até defendo desmatamento zero e tenho até um projeto nesse sentido. Vamos preservar toda a floresta que está em pé, mas vamos liberar as áreas consolidadas para o povo trabalhar. E nós temos pouco tempo para fazer isso.

O Ministro da Agricultura defende seis módulos para liberar do reflorestamento apenas... Reflorestando as APPs, as matas ciliares e as nascentes. O Ministro do Meio Ambiente já aceita até quatro módulos. Existem aqueles que defendem oito módulos. Quatro módulos dão 240 hectares; 6 módulos dão 360 hectares; e 8 módulos dão 480 hectares, que não precisaria fazer o reflorestamento.

A Confederação Nacional da Agricultura defende que seja liberado tudo aquilo que está consolidado. Eu também defendo isso no meu projeto. Mas, se não for possível a liberação geral, reflorestando apenas as matas ciliares e as nascentes, vamos ver o que é possível fazer, mas ampliando o máximo de módulos, talvez de 6 a 8 módulos, que atinge 95%, 96% das pequenas propriedades, das médias e também algumas grandes propriedades.

Era esse, Sr. Presidente, o meu apelo, dizendo que não podemos chegar a dezembro sem essa modificação no Código Florestal. Que venha mais uma medida provisória. Já vieram muitas, e já atrapalharam muito o andamento da Casa, do Senado e da Câmara; mas, se for para o bem do povo da Amazônia, se for para o bem do povo de Rondônia, que esqueçamos os projetos de lei aqui no Senado e na Câmara, porque demoram muito tempo. Que venha mais uma medida provisória para resolver esse problema. Como veio a da regularização fundiária, que venha agora a modificação do Código Florestal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE)

– Concedo a palavra ao Senador José Nery.

V. Ex<sup>a</sup> tem dez minutos.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Flávio Torres, para mim é uma honra e uma satisfação fazer este pronunciamento tendo V. Ex<sup>a</sup> na presidência da Casa.

Quero, neste pronunciamento, abordar várias questões, sem me estender muito. Quero fazer alguns comentários sobre os fatos políticos importantes do dia, suas repercussões e, por último, abordar o problema do saneamento em Belém do Pará, que hoje enfrenta gravíssima situação e uma ameaça de privatização da companhia de abastecimento de água do Município de Belém.

Sr. Presidente, quero primeiramente dizer da minha tristeza e decepção com a decisão da maioria dos membros do Conselho de Ética de arquivar as denúncias e representações que tratavam do pedido de investigação sobre denúncias que envolvem o Presidente do Senado José Sarney.

Creio que foi uma decisão completamente destoante do que quer e exige a maioria da população brasileira, que, diante das informações e dos fatos aqui amplamente divulgados e denunciados, tem-se manifestado das mais variadas formas, seja nas manifestações de rua, seja por carta, *e-mail*, ou pelo contato direto que tenho com as pessoas, seja pelas pesquisas de opinião. Elas demonstram claramente que há um sentimento na sociedade brasileira querendo que fatos e denúncias que envolvam parlamentares, especialmente Senadores, sejam devidamente apuradas e que a apuração desses fatos, pelo Conselho de Ética, não represente exatamente uma condenação antecipada, mas que, diante de evidência de que foram cometidos atos ilícitos, como a proliferação de atos secretos nas últimas gestões do Senado Federal, que envolvem mais de mil atos assim

denominados, fraudes em licitações, favorecimentos, nepotismo, essas práticas deveriam estar sepultadas da política brasileira. Creio que o melhor caminho seria a investigação. Mas o Conselho de Ética, num total desconhecimento do que quer e do que deveria ser o seu dever de investigar, preferiu concordar com a decisão, já tomada pelo Presidente Paulo Duque, arquivando, então, as denúncias e as representações feitas pelo PSOL e pelo PSDB.

Eu queria anunciar, Sr. Presidente, que já temos o número de assinaturas necessário para recorrer da decisão do Conselho ao Plenário do Senado Federal. Esperamos que essa definição, que está consubstanciada num recurso para que o Plenário aprecie aquela decisão da maioria do Conselho, que foi determinada por 9 votos a 6, e que o Plenário tome, em decisão definitiva, o acolhimento da representação dos partidos para que haja o processo de investigação pelos fatos amplamente apresentados.

Temos a possibilidade de ter no recurso várias assinaturas de Senadores. Porém, anuncio, Sr. Presidente, que já temos o número mínimo necessário, que é de nove Senadores, sem prejuízo, e tenho a garantia de que outros Srs. Senadores, amanhã pela manhã, irão igualmente assinar o recurso que, no momento, tem a assinatura, além da minha, dos Senadores Cristovam Buarque, Renato Casagrande, Demóstenes Torres, Marina Silva, Flávio Arns, Jefferson Praia, Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon. Temos, então, a cobertura legal para poder, amanhã, protocolar, na Secretaria Geral da Mesa, o recurso que pede a apreciação, pelo Plenário, daquela decisão tomada pelo Conselho de Ética.

Mas, Sr. Presidente, o dia também foi marcado por decisões de nossos Pares, Colegas nossos que também demonstram altivez e compromisso com uma nova política, com a utopia da luta para construir um País melhor, transformado.

Refiro-me especificamente às decisões que foram tomadas pela Senadora Marina Silva e pelo Senador Flávio Arns, que anunciaram, no dia de hoje, o seu desligamento do Partido dos Trabalhadores.

Eu dizia, há pouco, num encontro com a Senadora Marina Silva e com o Senador Flávio Arns, que, depois de 25 anos de militância e construção no Partido dos Trabalhadores, em 2005, tive que tomar igual decisão. Fui um construtor da luta do Partido dos Trabalhadores no Estado do Pará e, em 2005, ao avaliarmos que o Governo que nós havíamos eleito para fazer mudanças estruturais, reformas estruturais da sociedade brasileira, na verdade, havia-se rendido

aos encantos do neoliberalismo e passava a adotar, sem meios-termos, sem nenhuma mediação, a política até então comandada pelo PSDB, do Governo Fernando Henrique e daqueles que o antecederam – isso contou com a repulsa de militantes sociais e dirigentes partidários, que tomaram, então, naquela ocasião, vendo soterradas as esperanças de que o programa que oferecemos ao Brasil nas eleições de 2002, que foi majoritário e foi aprovado por 53 milhões de brasileiros àquela época tinha sido desrespeitado...

Então, hoje, quando encontrei a Senadora Marina e o Senador Flávio Arns, disse a eles que tinha a exata dimensão do significado desse gesto, dessa atitude e de quão difícil é uma decisão dessa magnitude. Porque nós fazemos política para promover o interesse público e o bem comum, fazemos política não para encher os bolsos de dinheiro, para nos envolvermos e promovermos a corrupção, como fazem muitos, infelizmente, mas adotamos a política e a entendemos como uma atividade humana necessária e que pode ser responsável para garantir a liberdade, a justiça social, a igualdade como princípios fundamentais de qualquer democracia ou de qualquer sociedade que se assemelhe à democracia. Sabemos quem constrói uma história e uma luta no interior de um partido como o Partido dos Trabalhadores, onde cada conquista e cada espaço foi forjado na luta e no enfrentamento com os poderosos deste País e anunciamos aos milhões a nossa determinação de fazer transformações na estrutura social, política e econômica do nosso País e, depois, quando vemos que essas estruturas foram alimentadas, dando-se continuidade a elas, por um Governo que deveria representar de fato a mudança, compreendemos perfeitamente as decisões da Senadora Marina e do Senador Flávio Arns.

Eu queria reconhecer a atuação, a trajetória e a luta desse Senador e dessa Senadora, que têm sido baseadas na ética, no compromisso fundamental com os menos favorecidos, com os empobrecidos, com os oprimidos.

A Senadora Marina marcou a sua atuação em defesa do desenvolvimento sustentável, da causa ambiental e da compreensão de que não haverá desenvolvimento sem que a variante ambiental seja considerada.

O Senador Flávio Arns desenvolve a sua atuação na área de educação e na defesa das pessoas com deficiência, tarefa que tem marcado a sua atuação no Senado Federal e junto, sobretudo, ao movimento apeano.

Quero dizer a eles uma palavra de apoio, de compreensão, num momento que sei de uma decisão tão

difícil. Espero que os caminhos que eles vão adotar para realizar a sua atuação política sejam caminhos que afirmem, de forma muito clara, transparente, aquilo que têm sido as suas trajetórias. Portanto, espero e torço para que as escolhas que farão do ponto de vista da militância partidária sejam a reafirmação de seus compromissos, de suas lutas, da coragem hoje manifestada na atitude que tiveram de sair do PT e procurar um novo caminho para continuar realizando o sonho de uma política que não seja essa que emporcalha a ética, que envergonha grande parte do povo brasileiro, com um volume de denúncias e fatos que colocam a política num patamar tão inferior. Na verdade, é uma atividade humana que mereceria o respeito daqueles que são escolhidos pela sociedade para representá-la, seja no Poder Executivo seja no Poder Legislativo.

Senador Flávio Torres, que neste momento preside a sessão do Senado, eu queria ainda me referir à realização, no dia de ontem e no dia de hoje, de um seminário internacional do nosso Partido, o Partido Socialismo e Liberdade, em São Paulo, com a presença de delegações de 18 países da América Latina, do Caribe, da Europa, da América Central, para discutir a crise econômica mundial, as nossas iniciativas, sobretudo a partir daqueles que estão vinculados à luta dos trabalhadores, à luta pelo socialismo.

Estive em São Paulo, hoje, onde tive oportunidade de participar da mesa que discutiu fundamentalmente a agressão neste momento vivida pelo povo colombiano, quando o Governo dos Estados Unidos decidiu implantar sete bases militares. Eu dizia naquela ocasião e aqui repito: a instalação de bases americanas na Colômbia não é uma agressão apenas ao povo colombiano, que luta por sua autodeterminação, por sua soberania, mas é significativamente uma agressão ao continente latino-americano, que precisa ser rechaçada de forma veemente pelos parlamentos, pelos governos e pelos nossos povos, por meio das mais contundentes manifestações de massa, para dizer que nós não aceitamos que o império domine e acabe com o sonho da nossa liberdade, da nossa soberania.

Queria, por último, Sr. Presidente Flávio Torres, informar que o nosso Partido, o PSOL, vai realizar, de 21 a 23, de sexta a domingo próximos, o seu 2º Congresso Nacional, também em São Paulo, quando delegados de todo o País vão discutir um projeto alternativo de esquerda e socialista para o Brasil, bem como vamos nos instrumentalizar e nos organizar para a realização das nossas tarefas na construção de um Brasil melhor e mais justo para todos e todas.

Por último, quero solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que seja acolhido pela Mesa e registrado em seu inteiro teor

nos Anais da Casa o pronunciamento que elaborei especificamente para denunciar a privatização da Companhia de Água e Saneamento de Belém, protagonizada pelo Prefeito Duciomar Costa, em que apresento uma visão muito crítica sobre esse processo, exigindo, sobretudo, que a Câmara Municipal de Belém, pela maioria dos seus membros, rejeite o projeto do Prefeito, que trata da possibilidade da concessão do serviço de água e saneamento para empresas privadas.

Era o que tinha a dizer, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> a paciência e a condescendência com o tempo, bem mais do que os dez minutos a mim concedidos.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, O PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ NERY.**

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, mais uma vez faço uso desta tribuna para criticar a falta de políticas públicas adequadas para o povo do meu estado, o Pará. Desta vez trata-se do completo descaso das esferas governamentais para com o saneamento. Não bastasse o déficit habitacional que só na região metropolitana de Belém beira as 400 mil unidades, temos também a baixíssima taxa de saneamento. Em Belém e Ananindeua são mais de 180 mil residências com índices alarmantes de infra-estrutura. Segundo pesquisa da Fundação João Pinheiro (FJP), de Minas Gerais, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Pará, proporcionalmente, ocupa o último lugar no ranking nacional de saneamento.

A titularidade municipal sobre o saneamento vem sendo constantemente ameaçada, principalmente pelos segmentos privatistas que vêm na água, não sem razão, uma questão vital. Infelizmente, a Lei nº 11.445/2007, que regulamenta o setor e a titularidade dos serviços de saneamento preconizados na Constituição Federal, dá cobertura à voracidade privatizante ao possibilitar ao Poder Público Municipal a transferência de serviços ao controle de grupos privados. Nestes dois últimos anos, intensificou-se a ocupação de sistemas de abastecimento de água por empresas que jamais terão interesse em universalizá-los, para atender às camadas populares que nada podem pagar além de tarifas sociais.

Pior ainda: é real a possibilidade de apropriação dos sistemas mais rentáveis por empresas de capital estrangeiro, na forma de contratos de comodato que podem ter vigência por vinte ou trinta anos. E essa possibilidade se evidencia quando dados da ONU indicam que em 2025 a demanda por água será 56%

maior que a oferta, fazendo com que mais de 4 bilhões de seres humanos enfrentem graves problemas de abastecimento.

As duas maiores empresas neste ramo são as francesas Vivendi-Générale des Eaux e a Suez-Lyonnaise des Eaux, que nos últimos anos se apropriaram de cerca de 40% do atual mercado, controlando o abastecimento de 110 milhões de pessoas em mais de 130 países. Esta última inclusive protagonizou o triste e desastroso processo de privatização em Manaus. Em todas as cidades onde o serviço foi privatizado assistimos ao aumento dos preços e à queda da qualidade. Exemplos de La Paz na Bolívia e Tucumán e Buenos Aires na Argentina, onde os aumentos de tarifa foram de mais de 100%, são ilustrativos.

Em Belém do Pará, a situação do setor de saneamento está se agravando. O prefeito Duciomar Costa, em mais um desserviço à população da capital, apresentou um projeto na Câmara Municipal que abre as portas para a privatização do serviço. Não bastasse isso, recusou um aporte federal da ordem de R\$ 244,5 milhões para execução de obras de saneamento em Belém e região metropolitana. Por mais incrível que possa parecer é isso mesmo. O prefeito de uma cidade que padece de saneamento recusa mais de R\$ 240 milhões alegando precariedade na delegação do serviço a uma companhia estadual. Alega ainda que a solução encontrada pelo município seja a realização de um “processo licitatório de caráter internacional”. Uma vergonha.

Num momento em que a população mundial e, principalmente, os movimentos sociais organizados estão se conscientizando para o papel estratégico da água, o prefeito de Belém entra de cabeça no processo de mercantilização deste recurso indispensável à vida em nosso planeta, usando o velho e surrado argumento de que iniciativa privada é a tábua de salvação para a melhoria e ampliação dos serviços públicos à sociedade; argumento ainda mais insustentável nesta conjuntura de crise financeira e econômica, em que recursos públicos são utilizados para salvar bancos e grandes empresas privadas.

A população de Belém, como de resto todo o povo brasileiro, tem direito, inclusive garantido pela Constituição Federal, não apenas a um abastecimento universalizado, mas a um esgotamento sanitário e uma limpeza urbana de qualidade, que assegurem uma relação saudável com o meio ambiente e uma saúde pública adequada. E a via que poderá garantir água tratada, bem como, a coleta e o tratamento de esgoto para todos os belenenses é o investimento público na ampliação e melhoria da rede diretamente gerenciada pelo Serviço Autôno-



mo de Água e Esgoto (SAAEB), autarquia municipal, ou rede administrada por meio da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), que já opera o saneamento básico na capital e outros municípios paraenses há várias décadas.

Diante dessa ameaça ao direito dos belenenses ao saneamento básico, venho repudiar a tentativa do prefeito de Belém, Duciomar Costa, de privatizar os serviços do setor e manifestar meu incondicional apoio a frente sindical e popular organizada com o objetivo de preservar o caráter público dos serviços de saneamento hoje ofertados à população da capital paraense, a Frente contra a Privatização da SAEB e da COSANPA; frente que desenvolve intensa campanha para envolver os poderes públicos no esforço necessário para barrar tamanha irresponsabilidade com o interesse público.

Entendendo que só a mobilização popular pode barrar este vergonhoso projeto apresentado pelo Executivo Municipal à Câmara dos Vereadores de Belém, conclamo todos os movimentos organizados, a Sociedade civil e a população em geral à luta para forçar a rejeição deste projeto e para exigir políticas públicas de qualidade para o sofrido povo da bela e sofrida Belém.

Senador José Nery/ Partido Socialismo e Liberdade

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, de acordo com o Regimento.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 1.315, DE 2009**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 30, de 1996 (nº 75/96, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão transitado em julgado, prolatado nos atos da Ação Ordinária nº 281-8/320, do Estado de Santa Catarina, e do parecer do Ministério Público.**

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

#### **I – Relatório**

Mediante o Ofício “S” nº 30, de 1996 (Ofício nº 75-P/MC, de 8-5-1996, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) encaminhou a esta Casa, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, peças referentes à decisão daquela Corte Suprema nos autos da Ação

Ordinária nº 281-8/320, do Estado de Santa Catarina, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 12 de junho de 1986, do referido Estado.

Os autos da ação em exame vieram acompanhados apenas da cópia da decisão, do acórdão prolatado pela Excelsa Corte e da certidão de trânsito em julgado do feito.

O ofício em exame refere-se à decisão do STF que julgou inconstitucionais dispositivos de Lei do Estado de Santa Catarina *que instituiu o reajuste automático da remuneração de pessoal do serviço público estadual*.

#### **II – Análise**

A matéria em exame, que já tramita nesta Casa há quase treze anos, foi originalmente distribuída para o saudoso Senador Josaphat Marinho para relatá-la. Em seguida, foi à relatoria do Senador Jorge Bornhausen e, por último, ao também pranteado Senador Jefferson Péres que não chegou apresentar relatório em virtude do seu falecimento, razão pela qual adotamos os termos do relatório apresentado pelo Senador Edson Lobão, relator que o antecedeu nessa tarefa, em face da ausência de fato superveniente a respeito do assunto.

Já na primeira versão de relatório, que não chegou a ser apreciado por esta Comissão, o Senador Josaphat Marinho observou que *em caso análogo ao presente, já analisado para os referidos fins, o Senado Federal publicou a RESOLUÇÃO nº 79, de 1996, suspendendo a execução dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 12 de junho de 1986, do art. 2º da Lei nº 7.588, de 26 de maio de 1989 e do art. 10 da Lei nº 7.802, de 21 de novembro de 1989, todas do Estado de Santa Catarina*.

Concluiu, então, o emérito mestre:

Já houve, portanto, deliberação desta Casa no sentido de suspender a execução dos dispositivos a que se refere o presente ofício – arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 12 de junho de 1986. Dessa forma, está prejudicada, por já atendida a medida suspensiva a que se refere o Ofício “S” nº 30, de 1996.

#### **III – Voto**

Em face do exposto, o voto é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 30, de 1996 (Ofício nº 75-P/MC, de 8-5-1996, na origem).

Sala da Comissão, 1º de julho de 2009. – Senador **Lobão Filho**, presidente em Exercício.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 30 DE 1996

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/07/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: EM EXERCÍCIO: SENADOR LOBÃO FILHO	
RELATOR: SENADOR DEMÓSTENES TORRES	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</b>	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLEY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESARENKO
<b>MAIORIA (PMDB, PP)</b>	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 30, DE 1996

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINA SILVA	X				1 - RENATO CASAGRANDE	X			
ALOIZIO MERCADANTE					2 - AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY					3 - MARCELO CRIVELLA	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INACIO ARRUDA	X			
IDELI SALVATTI					5 - CÉSAR BORGES				
EXPEDITO JÚNIOR	X				6 - SERYS SLHESARENKO				
TITULARES - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON					1 - ROMERO JUCA				
ALMEIDA LIMA					2 - LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					3 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X			
FRANCISCO DORNELLES	X				4 - LOBÃO FILHO (PLES: FMEX22C)				
VALTER PEREIRA	X				5 - VALDIR RAUPP	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU					1 - EFRAIM MORAIS	X			
DEMÓSTENES TORRES (RELAT02)	X				2 - ADELMIR SANTANA	X			
JAYME CAMPOS					3 - RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL	X				4 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS					6 - EDUARDO AZEREDO				
SERGIO GUERRA					7 - MARCONI PERILLO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - ARTHUR VIRGILIO				
TASSO JEREISSATI					9 - FLEXA RIBEIRO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA					1 - GIM ARGELLO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - PATRICIA SABOYA				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 07 / 2009

Senador Lobão Silles

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)  
U:\CCJ\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 19/03/2009)



Ofício nº 189/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 1º de julho de 2009

Excelentíssimo Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, §2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento, do Ofício “S” nº 30, de 1996, que “Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária numero 281-8/320, do Estado de Santa Catarina, e do parecer do Ministério Público”, de autoria do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Desmóstenes Torres**,  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**DOCUMENTOS ANEXADOS NOSTER-  
MOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO  
DO RISF**

**RELATÓRIO**Relator: Senador **Edison Lobão****I – Relatório**

Mediante o Ofício “S” nº 30, de 1996 (Ofício nº 75-P/MC, de 8-5-1996, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou a esta Casa, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, peças referentes à decisão daquela Corte Suprema nos autos da Ação Ordinária nº 281-8/320, do Estado de Santa Catarina, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 12 de junho de 1986, do referido Estado.

Os autos da ação em exame vieram acompanhados apenas da cópia da decisão, do acórdão prolatado pela Excelsa Corte e da certidão de trânsito em julgado do feito.

O ofício em exame refere-se à decisão do STF que julgou inconstitucionais dispositivos de Lei do Estado de Santa Catarina *que instituiu o reajuste automático da remuneração de pessoal do serviço público estadual*.

**II – Análise**

O Ofício “S” nº 30, de 1996, quando submetido ao exame desta CCJ naquele ano, teve como o seu pri-

meiro Relator, o saudoso Senador Josaphat Marinho, o qual, no início do ano de 1998, apresentou à Comissão o relatório sobre o assunto. Todavia, não houve, nessa ocasião, deliberação a respeito da matéria.

No corrente ano, a matéria foi redistribuída ao Senador Jorge Bornhausen que a devolveu para redistribuição e, assim, chegou às nossas mãos para relatá-la.

Entendemos não ter havido razão superveniente para divergir do mencionado relatório que o Senador Josaphat Marinho elaborou e apresentou a esta CCJ, mediante o qual alega que *em caso análogo ao presente, já analisado para os referidos fins, o Senado Federal publicou a RESOLUÇÃO nº 79, de 1996, suspendendo a execução dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 12 de junho de 1986, do art. 2º da Lei nº 7.588, de 26 de maio de 1989 e do art. 10 da Lei nº 7.802, de 21 de novembro de 1989, todas do Estado de Santa Catarina*.

Concluiu, então, o emérito mestre:

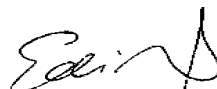
*Já houve, portanto, deliberação desta Casa no sentido de suspender a execução dos dispositivos a que se refere a presente ofício – arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 12 de junho de 1986. Dessa forma, está prejudicada, por já atendida a medida suspensiva a que se refere o Ofício “S” nº 30, de 1996*

**III – Voto**

Em face do exposto, opina-se pelo arquivamento do Ofício “S” nº 30, de 1996 (Ofício nº 75-P/MC, de 8-5-1996, na origem).

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

**PARECER Nº 1.316, DE 2009**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 27, de 2001, (nº 75/2001, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal encaminha, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário, nº 192.527 mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do inciso XXII do art. 52 da Lei Orgânica do Município de Antonina/PR, e da alínea b do inciso XXIII do mesmo artigo, na redação imprimida pela Emenda à Lei Orgânica do Município de Antonina nº 7, de 4 de junho de 1992.**

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

## I – Relatório

Mediante o Ofício “S” nº 27, de 2001, o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Senado Federal *cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário mencionado, mediante o qual o Plenário daquela Corte declarou a inconstitucionalidade do inciso XXII do art. 52 da Lei Orgânica do Município de Antonina/PR, e da alínea b do inciso XXIII do mesmo artigo, na redação imprimida pela Emenda à Lei Orgânica do Município de Antonina nº 7, de 4 de junho de 1992.*

Trata-se de um recurso extraordinário (RE nº 192527) impetrado pelo Ministério Público Estadual do Paraná contra a Prefeitura Municipal de Antonina, questionando a legalidade de dispositivo da Lei Orgânica daquele Município.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão unânime, concluiu pela inconstitucionalidade do inciso XXII e da alínea **b** do inciso XXIII do art. 52 do Estatuto Municipal, e encaminhou a esta Casa, *para os efeitos do art. 52, inciso X da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário mencionado.*

Os preceitos da referida Lei Orgânica municipal estão erigidos da seguinte forma:

Art. 52. Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

.....  
XXII – julgar o Prefeito e o Vice-Prefeito por prática de infrações político-administrativas definidas no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, obedecendo no processo de julgamento o rito nele previsto;

XXIII – afastar o Prefeito de suas funções, temporariamente, pelos motivos e prazos seguintes:

.....  
**b)** quando recebida pela Câmara Municipal denúncia por infrações político-administrativas, o afastamento será de até 90 (noventa) dias.

Tais dispositivos foram considerados, pela Suprema Corte, afrontosos à Constituição Federal no respeitante ao preceito magno contido no inciso X do art. 29, que determina seja o julgamento do Prefeito efetivado perante o Tribunal de Justiça.

## II – Análise

A matéria já havia sido relatada pelo saudoso Senador Jefferson Péres, em 2004, cujo parecer concluiu pela não apresentação de Projeto de Resolução do Senado Federal. Concordo plenamente com

os termos do referido parecer, bem como com sua conclusão, razão que me leva a reapresentá-lo sem nenhum reparo.

A questão que aqui deve ser abordada é a relativa à necessidade ou não de o Senado vir a suspender lei ou parte de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, mediante recurso extraordinário em ação direta de inconstitucionalidade, como se configura o caso sob análise.

Transcrevo, abaixo, os preceitos pertinentes ao assunto, a começar pelo comando constitucional:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, por seu turno, estabelece, no seu art. 178, que *declarada, incidentalmente, a inconstitucionalidade, na forma prevista nos arts. 176 e 177, far-se-á comunicação, logo após a decisão, à autoridade ou órgão interessado, bem como, depois do trânsito em julgado, ao Senado Federal, para os efeitos do art. 42, VII, da Constituição.* O princípio magno citado no transcrito art. 178 é o atual art. 52, inciso X.

A Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, *dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.* Esse diploma legal veio atribuir efeito vinculante às decisões do Supremo Tribunal Federal na ação direta de inconstitucionalidade ou constitucionalidade. Isso se traduz no efeito **erga omnes** que tais decisões passam a acarretar, diferentemente das decisões prolatadas em caráter incidental, que só produzem efeitos **inter partes**, e que, como tal, necessitam da suspensão da lei para que a decisão passe a produzir efeitos contra todos.

Quando a decisão suprema se dá em arguição por via incidental, limitando os seus efeitos, portanto, entre as partes, o ato do Senado suspendendo a lei ou dispositivo de lei declarado inconstitucional tem o condão de estender contra todos os efeitos da decisão. Assim, imprescindível se mostra tal suspensão, que se faz em atendimento ao imperativo constitucional insculpido no inciso X do art. 52 da CF.

Entretanto, no caso de declaração de inconstitucionalidade por via de ação direta, como é o caso em questão, o STF o faz **in abstracto**, ao julgar o Recurso Extraordinário interposto. A decisão, assim, já produz efeito **erga omnes**,

indispensável, sim, se a decisão do Supremo tivesse se limitado a caso concreto, gerando efeito, portanto, apenas entre as partes.

### III – Voto

Ante o exposto, temos a dizer que, como a declaração de inconstitucionalidade, pelo STF, já teve efeito erga omnes, a suspensão por parte do Senado, dos

dispositivos assim declarados, nada acrescentam em relação aos efeitos da declaração. Sendo assim, não cabe a apresentação, por esta Casa, do Projeto de Resolução para atender ao disposto no art. 52 da CF, devendo, então, o presente Ofício ser encaminhado à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Sala da Comissão, 1º de julho de 2009. Senador Lobão Filho.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 27 DE 2001

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/07/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: EM EXERCÍCIO: SENADOR LOBÃO FILHO	
RELATOR: SENADOR DEMÓSTENES TORRES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPPLY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SHESSARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

## PROPOSIÇÃO: OFS Nº 27, DE 2001

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TTULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(PT, PR, PSB, PSC, PPSB e PRB)					(PT, PR, PSB, PSC, PPSB e PRB)				
MARINA SILVA	X				1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE					2 - AUGUSTO BOTELHO	X			
EDUARDO SUPLICY					3 - MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INÁCIO ARRUDA				
IDELI SALVATTI					5 - CESAR BORGES				
EXPEDITO JUNIOR	X				6 - SERYS SLHESARENKO	X			
TTULARES - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON					1 - ROMERO JUCA				
ALMEIDA LIMA					2 - LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR	X			
FRANCISCO DORNELLES	X				4 - LOBÃO FILHO (PRES. EM EXERC.)				
VALTER PEREIRA	X				5 - VALDIR RAUPP	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				6 - NEUTO DE CONTO				
TTULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU					1 - EFRAIM MORAIS	X			
DEMÓSTENES TORRES (RELATOR)	X				2 - ADELMIR SANTANA	X			
JAYME CAMPOS					3 - RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL	X				4 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS					6 - EDUARDO AZEREDO				
SÉRGIO GUERRA					7 - MARCONI PERILLO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - ARTHUR VIRGÍLIO				
TASSO JEREISSATI					9 - FLEXA RIBEIRO				
TTULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMÉU TUMA					1 - GIM ARGELLO				
TTULARES - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - PATRÍCIA SABOYA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 07 / 2009

Senador

Presidente *Henrique de Aguiar*O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)  
U:\CCJ\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 19/03/2009)



Ofício nº 184/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 1º de julho de 2009

Excelentíssimo Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo **encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa**, do Ofício “S” nº 27, de 2001, que “Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário mencionado, mediante o qual o plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do inciso XXII do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Antonina/PR, e da alínea **b** do inciso XXIII do mesmo artigo, na redação imprimida pela Emenda à Lei Orgânica do Município de Antonina nº 7, de 4 de junho de 1992”, de autoria do Supremo Tribunal Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Desmóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

**DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO RISF**

**RELATÓRIO**

Relator: Senador **Jefferson Péres**

Mediante o Ofício “S” nº 27, de 2001, o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Senado Federal *cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário mencionado, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do inciso XXII do art. 52 da Lei Orgânica do Município de Antonina/PR, e da alínea **b** do inciso XXIII do mesmo artigo; na redação imprimida pela Emenda à Lei Orgânica do Município de Antonina nº 7, de junho de 1992.*

Trata-se de um recurso extraordinário (nº 192527) impetrado pelo Ministério Público Estadual do Paraná contra a Prefeitura Municipal de Antonina, questionando a legalidade de dispositivo da Lei Orgânica daquele Município.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão unânime, concluiu pela inconstitucionalidade do inciso XXII e da alínea **b** do inciso XXIII do art. 52 do Estatuto Municipal, e encaminhou a esta Casa, *para os efeitos do art.*

*52, inciso X da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário mencionado.*

Os preceitos da referida Lei Orgânica municipal estão erigidos da seguinte forma:

*Art. 52. Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:*

.....  
XXII – julgar o Prefeito e o Vice-Prefeito por prática de infrações político-administrativas definidas no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, obedecendo no processo de julgamento o rito nele previsto;

XXIII – afastar o Prefeito de suas funções, temporariamente, pelos motivos e prazos seguintes:

.....  
*b) quando recebida pela Câmara Municipal denúncia por infrações político-administrativas, o afastamento será de até 90 (noventa) dias.*

Tais dispositivos foram considerados, pela Suprema Corte, afrontosos à Constituição Federal no respeitante ao preceito magno contido no inciso X do art. 29, que determina seja o julgamento do Prefeito efetivado perante o Tribunal de Justiça.

A questão que aqui deve ser abordada é a relativa à necessidade ou não de o Senado vir a suspender lei ou parte de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, mediante recurso extraordinário em ação direta de inconstitucionalidade, como se configura o caso sob análise.

Transcrevemos, abaixo, os preceitos pertinentes ao assunto, a começar pelo comando constitucional:

*Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:*

.....  
X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, por seu turno, estabelece, no seu art. 178, que *declarada, incidentalmente, a inconstitucionalidade, na forma prevista nos arts. 176 e 177, far-se-á comunicação, logo após a decisão, à autoridade ou órgão interessado, bem como, depois do trânsito em julgado, ao Senado Federal, para os efeitos do art. 42, VII, da Constituição.*

O princípio magno citado no transcrito art. 178 é o atual art. 52, inciso X.

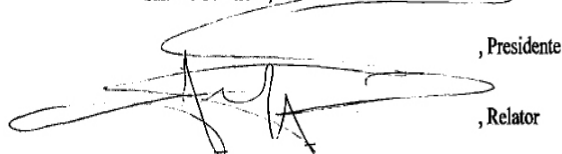
A Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, *dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal*. Esse diploma legal veio atribuir efeito vinculante às decisões do Supremo Tribunal Federal na ação direta de inconstitucionalidade ou constitucionalidade. Isso se traduz no efeito **erga omnes** que tais decisões passam a acarretar, diferentemente das decisões prolatadas em caráter incidental, que só produzem efeitos **inter partes**, e que, como tal, necessitam da suspensão da lei para que a decisão passe a produzir efeitos contra todos:

Quando a decisão suprema se dá em arguição por via incidental, limitando os seus efeitos, portanto, entre as partes, o ato do Senado suspendendo a lei ou dispositivo de lei declarado inconstitucional tem o condão de estender contra todos os efeitos da decisão. Assim, imprescindível se mostra tal suspensão, que se faz em atendimento ao imperativo constitucional insculpido no inciso X do art. 52 da CF.

Entretanto, no caso de declaração de inconstitucionalidade por via de ação direta, como é o caso em questão, o STF o fez **in abstracto**, ao julgar o Recurso Extraordinário interposto. A decisão, assim, já produz efeito **erga omnes**, o que torna inócua e desnecessária a ação suspensiva do Senado que seria indispensável, sim, se a decisão do Supremo tivesse se limitado a caso concreto, gerando efeito, portanto, apenas entre as partes.

Ante o exposto, temos a dizer que, como a declaração de inconstitucionalidade, pelo STF, já teve efeito **erga omnes**, a suspensão por parte do Senado, dos dispositivos assim declarados, nada acrescentam em relação aos efeitos da declaração. Sendo assim, não cabe a apresentação, por esta Casa, do Projeto de Resolução para atender ao disposto no art. 52 da CF, devendo, então, o presente Ofício ser encaminhado à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Sala da Comissão,



, Presidente  
, Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 189/2009-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 1º de julho de 2009

Excelentíssimo Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

**Assunto:** decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento, do Ofício “S” nº 30, de 1996, que “Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária número 281-8/320, do Estado de Santa Catarina, e do parecer do Ministério Público”, de autoria do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres**,  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ofício nº 184/2009-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 1º de julho de 2009

Excelentíssimo Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

**Assunto:** decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa, do Ofício “S” nº 27, de 2001, que “Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário mencionado, mediante o qual o plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do inciso XXII do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Antonina/PR, e da alínea **b** do inciso XXIII do mesmo artigo, na redação imprimida pela Emenda à Lei Orgânica do Município de Antonina nº 7, de 4 de junho de 1992”, de autoria do Supremo Tribunal Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres**,  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) –

Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 57/2009-CMA

Brasília, 15 de agosto de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle deliberou sobre as seguintes subcomissões:

- Extinção da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global (RMA 30/2009-CMA);

- Finalização da Subcomissão Temporária – Fórum das Águas das Américas e Fórum Mundial da Água (apresentado relatório final);

- Criação da Subcomissão Permanente da Água (RMA 38/2009-CMA) e

- Criação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa de 2014 (RMA 38/2009-CMA)

Diante do exposto, solicito as alterações necessárias para conhecimento dos senadores desta Casa. Seguem, em anexo, os requerimentos citados e, também, a composição das novas subcomissões.

Atenciosamente, – Senador **Renato Casagrande**,  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

### SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO**  
**(7 TITULARES E 7 SUPLENTE)**

TITULARES	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB e PC do B)		SUPLENTE
MARINA SILVA-PT	AC-2182/84	1-FÁTIMA CLEIDE-PT	RO-2391/70
JOÃO PEDRO-PT	AM-1266/1166	2-RENATO CASAGRANDE-PSB	ES-1129/34
	Maioria (PMDB e PP)		
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	1-VALDIR RAUPP	RO-2252/53
VALTER PEREIRA	MS-2222/24	2-WELLINGTON SALGADO	MG-2244/45
	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)		
MARISA SERRANO-PSDB	MS-3016/17	1-FLEXA RIBEIRO-PSDB	PA-2342/43
GILBERTO GOELLNER-DEM	MT-2271/75	2-ADELMIR SANTANA-DEM	DF-1795/4277
	PTB		
GIM ARGELLO	DF-1160/61	1-SÉRGIO ZAMBIASI	RS-1107/1207

#### REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3303-3519 / 3935  
Fax: 3303-1060

ALA SENADOR NILO COELHO  
SALA Nº 06 - telefone: 3303-3254  
Email: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br)  
ATUALIZADA EM:

### SECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

#### SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DE 2014

**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO**  
**(7 TITULARES E 7 SUPLENTE)**

TITULARES	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB e PC do B)		SUPLENTE
RENATO CASAGRANDE-PSB	ES-1129/34	1-JOÃO RIBEIRO-PR	TO-2163/2164
JOÃO PEDRO-PT	AM-1266/1166	2-CÉSAR BORGES-PR	BA-2213/14
	Maioria (PMDB e PP)		
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	1-VALDIR RAUPP	RO-2252/53
WELLINGTON SALGADO	MG-2244/45	2-ALMEIDA LIMA	SE-3464/1034
	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)		
CÍCERO LUCENA-PSDB	PB-5800/05	1-FLEXA RIBEIRO-PSDB	PA-2342/43
GILBERTO GOELLNER-DEM	MT-2271/75	2-HERÁCLITO FORTES-DEM	PI-2131/34
	PTB		
GIM ARGELLO	DF-1160/61	1-SÉRGIO ZAMBIASI	RS-1107/1207

#### REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3303-3519 / 3935  
Fax: 3303-1060

ALA SENADOR NILO COELHO  
SALA Nº 06 - telefone: 3303-3254  
Email: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br)  
ATUALIZADA EM:



**REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009-CMA**

Requeiro, nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, criada através do Requerimento nº 1, de 2007, aprovado em 7 de fevereiro daquele ano, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para estudar as mudanças climáticas, em consequência do aquecimento global.

**Justificação**

A Subcomissão foi criada em decorrência do Relatório das Nações Unidas, divulgado no dia 2 de fevereiro de 2007, que revela um quadro preocupante sobre as mudanças climáticas causadas pelo aquecimento global, objetivando analisar as causas desses eventos e propor medidas que o Governo Brasileiro possa adotar na prevenção e combate de seus efeitos.

Entretanto, foi criada, no âmbito do Congresso Nacional, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a intenção de tratar dos assuntos englobados nesta Subcomissão.

Portanto, requeiro a extinção da Subcomissão para que não aconteça, por parte do Senado Federal, a concomitância de ações no mesmo sentido.

Sala da Comissão, 12 de maio de 2008. – Senador **Renato Casagrande**.

**REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009 – CMA**

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente da Água, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Justificação**

O Brasil possui a maior concentração de água doce no mundo abriga em seu território uma das maiores redes hidrográficas do planeta, além de extensas reservas de água subterrâneas. Entretanto, a distribuição e o uso do recurso ainda é uma questão premente para a população do País.

Embora tenhamos uma das legislações mais avançadas do mundo com relação à gestão da água – a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, ainda persistem graves problemas de gestão dos recursos hídricos a serem resolvidos.

Apesar de a Política Nacional de Recursos Hídricos descentralizar a gestão da água por bacias hidrográficas, não foi instalada, até agora, parte considerável dos comitês gestores de bacias. O saneamento continua a ser um problema grave na maioria dos municípios brasileiros e grande parte da população ainda possui dificuldade de acesso à água potável. A poluição da água avança em todo o território nacional, agravando o problema de distribuição e saneamento.

O aquecimento global e as mudanças climáticas também impõem desafios futuros para a gestão da água, não apenas no nosso País como em todo o mundo. Prevê-se que até o final do século XXI a disponibilidade e o acesso aos recursos hídricos se tornarão um dos principais fatores a motivar os conflitos internacionais.

É, portanto, necessário aperfeiçoar a legislação brasileira para ser possível enfrentar os problemas presentes e futuros referentes à gestão dos recursos hídricos. É forçoso, também, organizar debates com os Estados membros da federação para garantir que estes sejam agentes atuantes no processo.

Também deve ser dada especial atenção à participação do Poder Legislativo em fóruns internacionais, tal como o Fórum Mundial da Água, que se realiza a cada três anos. Os parlamentares devem acompanhar as discussões que estão ocorrendo entre as nações sobre a gestão da água e participar ativamente da formulação das conclusões e dos resultados obtidos nesses fóruns.

Pelo exposto, consideramos ser de interesse geral a criação da Subcomissão Permanente da Água no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, motivo pelo qual acreditamos contar com o empenho e o apoio dos ilustres pares.

Sala da Comissão, 16 de junho de 2009. – Senador **Renato Casagrande**, Presidente – Senadora **Marisa Serrano**, autora – Senadora **Fátima Cleide** – Senador **Inácio Arruda** – Senador **João Pedro** – Senador **Jefferson Praia** – Senador **Álvaro Dias** – Senador **Leomar Quintanilha** – Senador **Cícero Lucena**.

**REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009 – CMA**

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014.

### Justificação

O Brasil sediará a Copa do Mundo em 2014. As cidades sede, localizadas em doze Estados, já foram escolhidas pela FIFA, a partir de Projetos que envolvem vultosos investimentos pelo Poder Público.

Segundo reportagem publicada na revista Carta Capital de 9 de março de 2009, orçamento preliminar realizado pelo Comitê Organizador, estima gastos de 4,8 bilhões de dólares (8,3 bilhões de reais) em obras estruturais, e 1,2 bilhões de dólares (2 bilhões de reais) em estádios. A maior parte dessa fabulosa quantia é dinheiro público, financiado por diversos órgãos do governo federal, estaduais e municipais.

Haverá, portanto, a necessidade de um planejamento e acompanhamento adequado da aplicação desses recursos, de modo que o Estado Brasileiro possa propiciar à sociedade e ao mundo uma grande Copa, sem descurar, no entanto, da eficiência e eficácia da gestão orçamentária.

Nesse sentido, proponho a criação de Subcomissão Permanente de acompanhamento e fiscalização do dinheiro público que será gasto na preparação para a Copa de 2014.

Sala da Comissão, 7 de julho de 2009. – Senador **Renato Casagrande**, autor – Senador **Leomar Quintanilha** – Senador **Gilberto Goellner** – Senador **Inácio Arruda** – Senador **César Borges** – Senador **Jefferson Praia** – Senador **Raimundo Colombo** – Senador **Flexa Ribeiro** – Senador **João Ribeiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 1.315 e 1.316, de 2009**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pelo arquivamento dos Ofícios nºs S/30, de 1996, e S/27, de 2001. A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação ao Supremo Tribunal Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008** (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor* (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores

Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10:00 horas, destinada a homenagear a Maçonaria Brasileira pelo transcurso do Dia do Maçom, de acordo com os **Requerimentos nºs 556 e 912, de 2009**, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo das seguintes matérias:

– **Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1999** (nº 3.493/2000, naquela Casa), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *institui o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras*; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2008** (nº 5.288/2001, na Casa de origem, do Deputado Pompeo de Mattos), que *acrescenta art. 36–A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados*.

**O Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1999**, será encaminhado à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 46, de 2009** (nº 1.104/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.779/2009, proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 002.691/2009-0, concluindo pela aprovação Instrução Normativa nº 59, de 2009, que estabelece normas de tramitação e de acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com garantia da União.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 1.033, DE 2009

Nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2008, seja ouvida

a Comissão de Assuntos Sociais, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2009. – Senador **Expedito Júnior**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.034, DE 2009**

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 78, de 2008; 131, de 2007; 64, de 2008 e 304, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2009. – Senador **Romero Jucá**.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) –

A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.035, DE 2009**

Requeiro nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao 38º Encontro Nacional de Indústria de Cerâmica Vermelha.

Requeiro ademais que este voto seja levado ao conhecimento das seguintes autoridades:

- Sr. José Conrado Azevedo Santos – Presidente da FIEPA;
- Diretor-Superintendente do SEBRAE/PA – Sr. Sebastião Miranda Filho;
- Presidente da associação Nacional da Indústria Cerâmica (ANICER) – Sr. Luis Lima;
- Presidente do SINDICER São Miguel do Guamá e Região/PA – Sr. Raimundo Barbosa.

#### **Justificação**

A cidade de Belém/PA, de hoje – 19 a 22 de agosto será sede do tradicional encontro nacional da indústria de cerâmica vermelha brasileira, para discussão dos temas relevantes desse importante segmento empresarial.

O evento, que acontece no Hangar – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia reunirá empresários, fornecedores, pesquisadores, representantes de

órgãos públicos e privados, e demais interessados do setor vindos de diversas partes do País e da América do Sul.

A inovação e a energia serão alguns dos temas centrais da programação do Encontro, além do fomento, do desenvolvimento de pesquisas de novos produtos e processos, e da inserção de outros mecanismos de saúde e segurança, seja no equipamento ou no manuseio.

No evento será também enfocada a questão dos combustíveis renováveis, como o capim elefante, o caroço de açaí, as cascas de coco, entre outros resíduos. A grande novidade será o “Momento Consumidor”, com palestras voltadas para o público consumidor de blocos e telhas cerâmicas, como arquitetos, engenheiros, empreiteiros e outros profissionais da construção civil.

O Pará está honrado em poder sediar evento de tamanha importância para a indústria nacional, não apenas para os empresários do setor, mas também para o consumidor final dos produtos.

Peço o apoio dos meus pares para a pronta aprovação deste Voto de aplauso.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.036, DE 2009**

Requeiro nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais desta Casa, voto de aplauso à Grande Oriente do Brasil – Santa Catarina, pelo dia do Maçom (20 de agosto), assim como pela Campanha veiculada pela imprensa sob título: “**Na Maçonaria existem segredos. Porém a única coisa que não guardamos é indignação**”.

Requeiro ainda que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento das entidades supracitadas.

#### **Justificação**

A maçonaria constitui-se em uma das instituições mais respeitadas de nossa sociedade civil organizada, com participação em momentos decisivos de nossa história desde a independência até o movimento das diretas já. Amanhã, dia 20 de agosto é o Dia do Maçom, portanto é fundamental que registremos esse voto de aplauso. Além do mais, cabe destacar que a maçonaria em Santa Catarina está realizando uma campanha de publicidade denominada: “Na Maçonaria existem segredos. Porém, a única coisa que não guardamos é indignação”. Registro em anexo a matéria da campanha que demonstra o grau de responsabilidade e comprometimento daquela instituição para com o futuro de nosso país.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2009. – Senador **Raimundo Colombo**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.037, DE 2009**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Projeto Arena Ring Box, sediado no bairro de São José, periferia de Manaus-AM. Criado em 1990, o Arena Ring Box promove a inclusão social de jovens através da prática de esportes, mais precisamente o boxe olímpico.

Requeiro, ainda, que este voto de louvor seja levado ao conhecimento do Sr. Pedro Nunes de Oliveira, Presidente da Federação Amazonense de Pugilismo.

#### **Justificação**

O Projeto Arena Ring Box foi criado em 1990 pelo ex-pugilista Pedro Nunes. Atende a jovens na faixa de 13 a 25 anos e a única condição para participar é estar em dia com as atividades escolares. Em 19 anos de existência, o projeto já atendeu mais de 1.000 jovens, que vêm na prática de uma modalidade esportiva – o boxe – a chance de inclusão social e, conseqüentemente, a negativa aos crimes e às drogas.

Ressalte-se que as aulas de boxe são ministradas sem a devida estrutura, com rapazes e meninas treinando com materiais improvisados, como pneus. São duas horas de aula por dia, de segunda a sexta-feira.

Aproveito essa oportunidade para demonstrar ao poder público a necessidade de apoiar tais projetos de inclusão social. O bairro de São José, na periferia de Manaus, tem cerca de 100 mil habitantes e lá a pobreza é gritante. Com iniciativas como o Projeto Arena Ring Box, podemos oferecer aos jovens melhores perspectivas de vida, seja através do esporte seja por meio de outra atividade social.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2009. – Senador **Jefferson Praia**, PDT-AM.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.038, DE 2009**

(Requerimento nº 54, de 2009-CRE)

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, em 20 de agosto de 2009, Voto de Louvor para a Escola Superior de Guerra (ESG) referente ao 60º aniversário.

Requeiro, ademais, que este Voto de Louvor seja encaminhado ao Ministério da Defesa.

#### **Justificação**

A Escola Superior de Guerra (ESG) é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional.

Em dezembro de 1948, o General-de-Divisão Oswaldo Cordeiro de Farias foi colocado à disposição do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), para elaborar o anteprojeto do regulamento da Escola Superior de Guerra. O documento *“Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra”*, elaborado, pelo Tenente-Coronel Idálio Sardenberg, serviu de base para a redação do Regulamento da ESG.

No ano seguinte a ESG foi criada pela Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Com sede na Fortaleza São João, na Urca, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a Escola resultou de estudos desenvolvidos por um grupo de militares preocupados com as conseqüências da recém-terminada Segunda Guerra Mundial.

A Escola funciona como centro de estudos e pesquisa, a ela competindo planejar, coordenar e desenvolver os cursos que forem instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa. Ela foi idealizada, em princípio, para ministrar o Curso de Alto-Comando apenas para militares, entretanto, terminou sendo organizada para receber, também, civis, sendo criado o Curso Superior de Guerra (CSG).

A Escola, subordinada ao Ministério da Defesa, não desempenha função de formulação ou execução de Política do País. Seus trabalhos são de natureza exclusivamente acadêmica, sendo um foro democrático e aberto ao livre debate. Os conceitos fundamentais e o método de planejamento estratégico preconizados pela Escola são difundidos pelo Brasil por intermédio da Associação de Diplomados da ESG (ADESG), desde sua criação.

Nestes 60 anos de existência, mais de 8 mil “Esquianos” foram diplomados. Dentre eles 4 Presidentes da República, 45 Ministros de Estado, 20 Senadores, 31 Deputados Federais e outras personalidades notáveis do cenário político brasileiro.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2009.



## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2009 - CRE.ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 13/08/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

<b>PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)</b>	
EDUARDO SUPPLY (PT) <i>Eduardo Supply</i>	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT) <i>João Pedro</i>	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT) <i>Tião Viana</i>	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT) <i>Augusto Botelho</i>
<b>PMDB, PP</b>	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Presidente em exercício</i>	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>Rosalba Ciarlini</i>
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB) <i>Romeu Tuma</i>
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>Autor</i>	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
<b>PTB</b>	
FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i>	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
<b>PDT</b>	
FLÁVIO TORRES <i>Flávio Torres</i>	1 - CRISTOVAM BUARQUE

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) –

A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.039, DE 2009**

(Requerimento nº 57, de 2009-CMA)

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as manifestações da imprensa e as orientações divulgadas pelo Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão, em sua página Internet, acerca da persistência da cobertura de custos da CPMF em contratos com a Administração Pública, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado daquela Pasta, na condição de responsável pela coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal e das empresas estatais nos termos do artigo 1º, incs. VIII e IX do Decreto nº 6.081, de 12 de abril de 2007, as seguintes informações:

a) situação atual dos contratos da Administração Federal direta e indireta no que se refere à revisão decorrente da exclusão dos encargos da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras – CPMF, como exige o artigo 65, § 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para aqueles contratos de execução continuada celebrados anteriormente à extinção da mencionada Contribuição mas cujo fato gerador da obrigação para a Administração Pública tenha ocorrido em data posterior à extinção daquele tributo;

b) razões para a não-adoção de determinação centralizada de revisão dos preços, a exemplo do disposto pelo Decreto nº 2.399, de 21 de novembro de 1997, tendo em vista a circunstância comum de eliminação da carga de tributo incidente.

**Justificação**

No mês de julho de 2009, viu-se o país surpreendido com notícias divulgadas pela grande imprensa relacionadas à permanência da cobertura de encargos a título de CPMF em contratos com a Administração Federal, mesmo após mais de um ano de sua extinção, prática disseminada que foi descoberta por auditorias da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

Trata-se de matéria da maior relevância, implicando graves prejuízos ao Tesouro, mormente quando se aprecia que a lei de licitações e contratos exige a revisão de ofício dos preços em referência quando da ocorrências de alterações tributárias da espécie.

Este requerimento, endereçado ao Ministro responsável pelos sistemas de gestão de contratos no âmbito da Administração Federal, objetiva levantar a situação real dessa questão (inclusive quanto às providências que foram adotadas para gerenciar a necessária repactuação de preços e o grau de controle existente sobre os contratos nessa situação), bem como obter do Executivo federal os motivos para a não-realização de um processo organizado e centralizado de revisão contratual em matéria que abrange a totalidade dos órgãos e entidades federais.

Com esta iniciativa, a Comissão poderá visualizar a questão em seus termos mais completos, para subsidiar o exercício de sua missão fiscalizadora e de proposição de medidas legislativas adicionais que se façam necessárias para a recuperação dos valores ao Tesouro Nacional.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2009. – Senador **Renato Casagrande**, autor – Senador **Jefferson Praia** – Senadora **Marina Silva** – Senador **Inácio Arruda** – Senador **Heráclito Fortes** – Senador **Gilberto Goellner** – Senador **Leomar Quintanilha** – Senador **Flexa Ribeiro** – Senador **Cícero Lucena**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO**

**Nº 353, DE 2009**

**Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Zona de Processamento de Exportação no Município de Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

### Justificação

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) são áreas de livre comércio destinadas à instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializados exclusivamente com o exterior. As ZPEs têm sido utilizadas em diversos países como mecanismo de estímulo ao desenvolvimento, contribuindo também para o equilíbrio do balanço de pagamentos e a atualização tecnológica do parque industrial. Em muitos casos, são localizadas em regiões menos desenvolvidas como forma de reduzir os desequilíbrios regionais.

O Município de Rondonópolis situa-se a cerca de 200 km da capital de Mato Grosso. Com uma população de quase 180 mil habitantes e uma área de 4.165 km², Rondonópolis tem uma economia baseada no agronegócio e na indústria, além de ser um importante pólo comercial regional. No entanto, a cidade precisa do estímulo à sua economia para atingir maior patamar de crescimento econômico e criar melhores oportunidades para a sua população.

A iniciativa de estabelecer uma ZPE em Rondonópolis tem por objetivo utilizar as condições propícias deste município, para desenvolver e modernizar ainda mais seu parque industrial.

A criação de uma ZPE em Rondonópolis representará um estímulo importante para o desenvolvimento da economia do município e da região. O município apresenta uma posição estratégica no Estado, por localizar-se no entroncamento de duas das principais rodovias federais – BR-163 e BR-364 –, além de estar na rota de expansão da Ferronorte, que em breve ligará o município a alguns dos principais portos do País, dando condições privilegiadas de escoamento à produção da ZPE.

Tendo em vista que esta iniciativa propiciará o aumento da competitividade dos produtos locais, significando mais empregos e renda para o município e o estado, bem como divisas para o País, conto com apoio dos Nobres Pares para aprovação do presente projeto de Lei.

Sala das Sessões, – Senador **Jayme Campos**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.015, DE 7 DE ABRIL DE 1990

### Conversão da Medida Provisória nº 142, de 1990

**Autoriza a criação de Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.**

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 142, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É elevado para catorze o limite estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, na redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

Art. 2º É autorizada a criação de uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e de outra no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, observados os requisitos do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República. – **Nelson Carneiro**.

Este texto não substitui o publicado no D.O.U de 10.4.1990

LEI Nº 7.792, DE 4 DE JULHO DE 1989

### Conversão da Medida Provisória nº 62, de 1989 Limita em dez o número de Zona de Processamento de Exportações (ZPE).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

*Art. 1º Fica limitado em 10 (dez) o número de Zonas de Processamento de Exportações – ZPE, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.*

Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações – ZPEs, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988. (Redação dada pela Lei nº 7.993, de 1990) (Vide Lei nº 8.015, de 1990)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de julho de 1989; 168º da Independência e 101º da República. – **José Sarney – Roberto Cardoso Alves**.

Este texto não substitui o publicado no D.O.U de 5.7.1989

*(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo a última a decisão terminativa.)*



**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 354, DE 2009**

**Dispõe sobre medidas de estímulo  
à prática de cidadania fiscal e dá outras  
providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil ou no exterior, contribuintes do imposto de renda na forma da legislação vigente, poderão, observado o disposto no art. 2º e os demais preceitos e condições desta Lei, introduzir alterações na declaração de bens e direitos apresentada no exercício financeiro de 2009, ano base de 2008, independentemente da data de sua aquisição, para fins de:

I – inclusão de bens e direitos no País não declarados em exercícios anteriores;

II – inclusão de bens e direitos no exterior não declarados em exercícios anteriores, assegurando-se ao contribuinte, a seu critério, a opção de:

a) promover a declaração diretamente em seu nome;

b) efetuar a declaração através de instituição financeira sediada no País ou no exterior, na condição de seu agente fiduciário, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 6º desta Lei;

c) internar ou não os recursos mantidos no exterior.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o inciso II, o contribuinte terá prazo até 31 de dezembro de 2009 para providenciar as modificações necessárias de forma a tornar disponíveis os recursos, os quais, para todos os fins e efeitos desta lei, serão considerados como de competência da declaração do período base de 2008.

Art. 2º A utilização do benefício previsto no art. 1º implica obrigação de pagamento do imposto de renda sobre o valor global dos bens ou direitos adicionados, como tributação definitiva, mediante cota única com desconto de 5% (cinco por cento) ou em até 10 (dez) parcelas mensais de igual valor, de acordo com as seguintes alíquotas:

I – 5% (cinco por cento) na hipótese de que trata o inciso I do art. 1º;

II – 10% (dez por cento) na hipótese de que trata o inciso II do art. 1º a qual poderá ser reduzida para 5% se o contribuinte internar no país, parcial ou totalmente, os recursos declarados.

Parágrafo único. As alíquotas de tributação previstas nos incisos I e II deste artigo ficarão reduzidas à metade se o contribuinte aplicar no mínimo 50% (cin-

quenta por cento) do valor dos bens e direitos adicionados em cotas de fundos de investimentos destinados a aplicação de recursos em projetos de infraestrutura, habitação, agronegócio, inovação e pesquisa científica e tecnológica e ainda em bônus ou títulos de dívidas de emissão de empresas brasileiras ofertados nos mercados externos, observadas as seguintes regras:

I – os fundos de investimentos previstos neste parágrafo serão disciplinados pela Comissão de Valores Mobiliários, podendo contemplar aplicações em todas as modalidades de instrumentos financeiros destinados à canalização de recursos para as atividades referidas neste parágrafo;

II – as cotas dos fundos de investimentos organizados especificamente para os propósitos desta Lei somente podem ser resgatadas após o decurso do prazo de dois anos da data de sua aquisição, admitida sua negociação no mercado de valores mobiliários.

Art. 3º As pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil ou no exterior, contribuintes do imposto de renda na forma da legislação vigente e que não se utilizarem dos benefícios assegurados por esta Lei na forma do art. 1º, poderão atualizar os bens e direitos constantes de sua declaração apresentada no exercício financeiro de 2009, ano base de 2008, pelo valor de mercado em 31 de dezembro de 2008.

Parágrafo único. A utilização do benefício previsto neste artigo implica obrigação de pagamento do imposto de renda sobre o valor acrescido ao montante dos bens ou direitos, como tributação definitiva, mediante cota única, com desconto de 5% (cinco por cento) ou em até 10 (dez) parcelas mensais de igual valor, à alíquota de 4% (quatro por cento).

Art. 4º No exercício financeiro de 2009, ano-base de 2008, as pessoas jurídicas poderão incluir na declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica, bens ou direitos não computados em exercícios anteriores na determinação do lucro tributável e da contribuição social sobre o lucro líquido, inclusive os mantidos no exterior.

§ 1º Os valores adicionados na forma deste artigo ficarão sujeitos ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido, exigíveis de uma só vez, em cota única com desconto de 5% (cinco por cento) ou em até 10 (dez) parcelas mensais de igual valor, às alíquotas exclusivas de respectivamente 10% (dez por cento) e 8% (oito por cento), excluídas quaisquer deduções a título de incentivo fiscal.

§ 2º As pessoas jurídicas referidas neste artigo que não se utilizarem do benefício nele estabelecido, poderão atualizar os bens de seu ativo representados por imóveis e participações societárias a preços de mercado, tributando-se pelo imposto de renda e contri-

buição social sobre o lucro líquido, a diferença positiva entre o novo valor atribuído e o valor contábil pelo qual estavam registrados, às alíquotas de respectivamente 5% (cinco por cento) e 4% (quatro por cento), vedada a dedutibilidade de eventual perda apurada quando da alienação dos referidos bens, cujos valores tiverem sido atualizados na forma deste parágrafo.

§ 3º O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido devida na forma do § 2º serão exigíveis de uma só vez em cota única com desconto de 5% (cinco por cento) ou em até 10 (dez) parcelas mensais de igual valor, excluídas quaisquer deduções a título de incentivo fiscal.

Art. 5º Fica instituído programa de recuperação fiscal destinado a promover a regularização de créditos tributários da União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou por outros órgãos da administração pública federal, direta ou indireta, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos, observadas as seguintes regras:

I – o ingresso no programa dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o **caput** deste artigo, mediante requerimento à Secretaria da Receita Federal do Brasil, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou à autoridade competente no caso de outros tributos federais;

II – na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força do disposto no inciso IV do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, a inclusão no programa dos respectivos débitos fica condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial e de qualquer outra, bem assim à renúncia do direito sobre os mesmos débitos sobre o qual se funda a ação;

III – os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável, ficando expressamente excluída a aplicação de multas de lançamento, de mora e de qualquer outra natureza;

IV – os débitos incluídos na consolidação, mesmo os já lançados, ficam dispensados das multas de lançamento, de mora e de qualquer outra natureza e sujeitos a juros de mora de 3% (três por cento) ao ano, contado da data de sua constituição e poderão ser parcelados em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas;

V – o débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido pelo número de prestações, que serão acrescidas de juros correspon-

dentes a 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento;

VI – a opção pelo parcelamento de que trata este artigo exclui a concessão de qualquer outro, admitida a transferência dos saldos de parcelamentos anteriores para a modalidade e demais condições desta Lei, excluída em qualquer hipótese a restituição de tributos, multas ou encargos moratórios já recolhidos;

VII – a opção referida neste artigo deverá ser formalizada até o último dia útil do sexto mês subsequente ao da publicação desta Lei e abrange exclusivamente os débitos cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2008;

VIII – a concessão do parcelamento independe de apresentação de garantias ou de arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal.

Art. 6º Compete ao Conselho Monetário Nacional:

I – estabelecer os critérios e condições a serem observados pelas instituições financeiras que atuarem como agentes fiduciários de contribuintes para os fins previstos no inciso II do art. 1º referentes a padrões de controles que assegurem:

a) certificação por auditor externo independente da efetiva existência dos bens ou direitos declarados;

b) conhecimento do contribuinte e da origem dos recursos por este declarados, inclusive histórico de seu relacionamento bancário;

c) sistema de segurança sobre inalterabilidade do contribuinte com o qual contratou a prestação de serviços fiduciários;

d) responsabilidade do contribuinte pela declaração, através do agente fiduciário, da renda proporcionada pelos bens declarados sujeitos à tributação em cada exercício financeiro, informações que ficarão à disposição das autoridades competentes para fins de fiscalização.

II – estabelecer normas disciplinando o controle de recursos ingressados no país de titularidade de contribuintes que se utilizarem da faculdade de tributação prevista no inciso II do art. 2º, observadas as seguintes regras:

a) o ingresso de recursos no país será efetuado através do mercado de câmbio regulamentar;

**b)** transferência dos recursos através de instituições autorizadas a operar com câmbio;

**c)** livre acesso do contribuinte aos recursos de sua titularidade e à sua movimentação.

III – estabelecer normas sobre:

**a)** autorização de funcionamento de correspondentes cambiais vinculados a instituições autorizadas a operar em câmbio no Brasil;

**b)** abertura de conta corrente bancária em moeda estrangeira no País.

§ 1º A Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Banco Central do Brasil instituirão normas regulamentares, no âmbito de suas respectivas competências, sobre o procedimento a ser adotado pela instituição financeira que atuar como agente fiduciário do contribuinte, para fins de inclusão de bens e direitos, na forma do disposto no inciso II do art. 2º.

§ 2º O contribuinte poderá optar pela identificação em qualquer momento mediante rescisão do contrato de representação fiduciária celebrado com a instituição financeira, hipótese em que deverá apresentar sua declaração de imposto de renda no exercício financeiro correspondente ao período base do ano de identificação, considerando-se sua situação fiscal plenamente regular.

Art. 7º A Secretaria da Receita Federal do Brasil e os demais órgãos da administração federal que arrecadam tributos federais, estabelecerão as normas a serem observadas pelos contribuintes para fins de utilização dos benefícios concedidos por esta Lei referentes a:

I – procedimentos claros e objetivos de orientação ao contribuinte para assegurar-lhe a plena utilização dos benefícios concedidos por esta Lei;

II – elaboração e divulgação dos formulários de declaração de renda, de bens, direitos e de adesão ao programa de consolidação de débitos;

III – instruções ao contribuinte sobre os procedimentos para cálculo e recolhimento dos tributos previstos nesta Lei.

Art. 8º Com base nas declarações de bens e direitos a que se referem os arts. 1º, 2º, 3º e 4º desta Lei e ainda na consolidação de débitos do contribuinte prevista no art. 5º, não será permitido:

I – contestar as declarações apresentadas nos exercícios anteriores e nem instaurar processo de lançamento **ex officio** ou qualquer outro procedimento de natureza administrativa ou judicial, por inexistência ou falta de declaração de rendimentos;

II – proceder a lançamentos de qualquer espécie para:

**a)** cobrança de imposto de renda das pessoas físicas;

**b)** cobrança de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e demais tributos das pessoas jurídicas.

III – aplicar penalidades de qualquer natureza, inclusive multas de lançamento, de mora, de outras infrações, correção monetária e juros moratórios ou compensatórios.

Parágrafo único. Ressalvadas as matérias de direito de sucessão e de família, as informações e declarações prestadas pelo contribuinte na forma deste artigo, não terão nenhum valor probante em qualquer processo ou procedimento, judicial ou administrativo.

Art. 9º A declaração de bens e direitos e a opção pela consolidação de débitos acompanhada do pagamento do imposto previsto nos arts. 2º, 3º, 4º e 5º extinguirá a punibilidade:

I – dos crimes contra a ordem tributária, econômica e financeira de que trata a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990;

II – dos crimes abaixo especificados previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal:

**a)** do crime de descaminho, previsto no **caput** do art. 334 e seu § 1º;

**b)** dos crimes de falsidade material de documentos públicos e privados previstos nos arts. 297 e 298;

**c)** do crime de falsidade ideológica previsto no art. 299;

**d)** dos crimes contra a previdência social previstos no inciso III do art. 337-A.

III – dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional de que trata a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986.

Parágrafo único. Estão excluídos das disposições deste artigo os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, com exceção do crime previsto no inciso VI do art. 1º, de forma a não conflitar com a exclusão penal prevista no inciso III deste artigo.

Art. 10. Os rendimentos de pessoas físicas oriundos de participações em pessoas jurídicas domiciliadas no exterior ficarão sujeitos ao seguinte regime de tributação:

I – relativamente às pessoas jurídicas domiciliadas em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento), o contribuinte poderá optar pela:

a) tributação exclusiva pelo imposto de renda a razão de 15% (quinze por cento) sobre o valor do lucro apurado em cada exercício, independentemente de sua distribuição, ressalvados os lucros apurados até 31 de dezembro de 2008, que ficarão sujeitos à alíquota de 2% (dois por cento) ou;

b) tributação apenas quando da distribuição mediante inclusão na declaração de renda do período a que se referir, com base no valor recebido em moeda nacional quando da internação dos recursos.

II – nos demais casos não haverá incidência de imposto de renda sobre os dividendos recebidos.

§ 1º A Secretaria da Receita Federal do Brasil baixará normas regulando a forma e prazos de apuração e de recolhimento do imposto previsto no inciso I deste artigo, com base em informações prestadas pelo contribuinte que deverá manter documentação hábil comprobatória;

§ 2º A não-incidência de imposto prevista no inciso II deste artigo abrange tanto os dividendos pagos sobre ações, como sobre certificados delas representativos emitidos no País ou no exterior.

Art. 11. A Secretaria da Receita Federal do Brasil, considerando o papel do contabilista como responsável legal pela elaboração das demonstrações contábeis do contribuinte, poderá celebrar convênio com o Conselho Federal de Contabilidade visando realçar a importância de seu múnus para a administração tributária e promoção da cidadania fiscal, prevendo a realização de cursos, palestras, publicações e outros eventos direcionados ao atendimento desse objetivo.

Art. 12. As empresas não obrigadas à elaboração das demonstrações financeiras previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, poderão aderir às disposições da mencionada legislação, cabendo ao Conselho Federal de Contabilidade definir:

I – níveis de aderência aos padrões de contabilidade de que trata a legislação referida neste artigo, conforme o porte, faturamento, valor de patrimônio líquido e o objeto social da empresa;

II – situações em que será exigida auditoria externa independente, plena ou limitada, das demonstrações financeiras das aderentes em função de seu objeto social, da relevância de seus indicadores econômico-financeiros, da exploração de concessões ou de autorizações do poder público;

III – termo de compromisso de adesão ao padrão contábil que, uma vez assinado pela empresa, deverá ser arquivado no registro público de inscrição de seus atos constitutivos.

Parágrafo único. O Conselho Federal de Contabilidade estabelecerá normas de escrituração simplificada da contabilidade das microempresas e empresas de pequeno porte com base no regime de caixa, ajustável no final do exercício ao regime de competência, por contabilista legalmente habilitado.

Art. 13. A edição dos atos normativos de competência da Comissão de Valores Mobiliários, Conselho Monetário Nacional, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Banco Central do Brasil, autoridades da administração pública federal, direta e indireta responsáveis pela arrecadação de outros tributos federais e Conselho Federal de Contabilidade, conferida por esta Lei nos arts. 2º, 6º, 7º, 10 e 12, deverão ser baixados no prazo de até 60 dias de sua entrada em vigor.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

1. Tenho a honra de submeter à apreciação dos nobres pares o Projeto de Lei adiante comentado:

1.1. A proposição tem por objetivo valorizar a cidadania fiscal em sequência às medidas que têm sido adotadas ao longo dos últimos anos pelo legislador e pelo Poder Executivo, no sentido de:

a) promover a melhoria do ambiente institucional e o desenvolvimento do País;

b) remover os obstáculos que, ao longo das últimas décadas, emergiram dos sucessivos planos de estabilização monetária fracassados, que quebraram regras contratuais, desrespeitaram direitos adquiridos e acarretaram incertezas jurídicas para os agentes econômicos;

c) atenuar os efeitos do longo período inflacionário que induziu poupadores e investidores a buscarem proteção contra a desvalorização da moeda em outros ativos financeiros ou moedas estrangeiras ou sistemas econômicos;

d) neutralizar o aumento da carga fiscal, consequência de medidas emergenciais para fazer frente às crises internacionais como as da Rússia, do México, Asiática e ainda a oscilação do Real quando da migração para o regime de câmbio flutuante.

1.2. De outro lado, o emaranhado da legislação tributária brasileira, de difícil compreensão e entendimento pela complexidade de suas regras e quantidade exagerada de atos normativos (Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Portarias, Instruções, Atos Declaratórios etc.), acarreta a insatisfação do



cidadão com o baixo retorno social dos tributos em termos de:

**a)** pouca contrapartida de investimentos na educação, habitação, saúde, segurança pública, infraestrutura, etc;

**b)** tolerância do Estado com a economia informal que gera enormes distorções no sistema produtivo, tais como sonegação fiscal, descumprimento de direitos trabalhistas e previdenciários, contrabando, pirataria, concorrência desleal e outras práticas lesivas aos saudáveis princípios da economia de mercado;

1.3. Paralelamente, a Fazenda Pública reagiu, desenvolvendo postura extremamente conservadora, focada exclusivamente na arrecadação, ignorando pleitos mínimos de justiça fiscal, tais como:

**a)** limites à dedução de gastos com instrução e cultura;

**b)** tabelas desatualizadas de retenção de imposto de renda na fonte;

**c)** exigência desnecessária de certidões negativas para atos importantes da vida empresarial e civil;

**d)** volumoso contencioso fiscal judicial e administrativo provocado pelo excesso de exação que viola as limitações constitucionais do poder de tributar, levando a conflitos frequentes entre fisco e contribuinte inserto em um regime processual administrativo defasado e arcaico.

1.4. Da mesma forma, foi mantida, e por vezes exacerbada, a rigidez e arcaísmo da legislação cambial brasileira, que desestimulava ou até vedava a manutenção de recursos declarados no exterior, impunha limites de compra de moeda externa para fins de viagem e ainda a proibição legal de residentes no País manterem conta corrente bancária em moeda estrangeira em instituições financeiras no País.

1.5. Igualmente, a presença da corrupção na vida pública brasileira, que mina os valores da sociedade pela corrosão da ética e dos costumes privilegiando os que dela vivem ou se aproveitam, em detrimento do progresso econômico e social, além da nova ordem econômica mundial como a globalização e o grande volume de recursos que transita entre os diversos sistemas econômicos, vem exigindo cada vez mais do poder público medidas de controle sobre a natureza das atividades desempenhadas pelos indivíduos e empresas, em nome da segurança das nações e defesa contra o ingresso na economia de recursos de origem criminosa:

**a)** adicionalmente, a adoção do princípio da tributação sobre a renda em bases universais buscando a neutralidade, sem a adequada preparação do arcabouço jurídico interno, levou empresas e indivíduos a programarem seus investimentos para países com tributação menos onerosa e estimuladora do ingresso de capitais;

**b)** essa realidade, sumariamente descrita, trouxe consequências para os contribuintes, que desenvolveram uma cultura de sonegação fiscal com práticas não lícitas, bem como os levaram à adoção de medidas de defesa, tais como a agressividade na elisão fiscal e a pactuação de transações através de contratos de gaveta.

2. Assim, o presente projeto de lei, considerando os fatos acima relatados, procura atender às expectativas e anseios da sociedade no sentido de estimular as pessoas físicas e jurídicas a aderirem a um novo modelo de relação entre Fisco e contribuinte, que contemple a regularização, mediante tributação favorecida, de sua situação fiscal pretérita, com o objetivo de:

2.1. Ensejar a repatriação de capitais e declaração de recursos gerados pela atividade econômica lícita, não declarados na forma da legislação vigente;

2.2. Contribuir para aumentar a transparência dos agentes econômicos pela maior visibilidade de sua situação econômica e financeira, fator de desenvolvimento e de expansão das atividades econômicas pela facilitação do acesso ao crédito mais abundante e de menor custo;

2.3. Igualar o Brasil a países europeus que utilizaram mecanismos semelhantes para atrair capitais de nacionais anteriormente investidos em sistemas bancários estrangeiros, inclusive em países com tributação favorecida;

2.4. Reduzir os níveis de dependência do País de moedas estrangeiras, à medida que tais capitais, ao ingressarem no Brasil, reforçarão as reservas cambiais líquidas;

2.5. Permitir o acréscimo da arrecadação tributária nos médio e longo prazos pela transformação de arrecadação potencial em efetiva mediante a incidência dos tributos sobre as receitas futuras do investimento financeiro;

2.6. Permitir a alavancagem de capital nacional para investimentos em infraestrutura, setor tão carente de recursos para financiar projetos estratégicos nas áreas de energia, ferrovias, rodovias, aeroportos, saneamento, construção civil, gás e petróleo.

3. A utilização de mecanismos de tributação favorecida para a inclusão na economia formal de bens

e direitos dos contribuintes não é novidade no Brasil e nem no exterior, pois foram largamente utilizados como instrumentos de política tributária e econômica, diante de quadros econômicos e políticos que requeriam tratamento diferenciado para o enfrentamento de dificuldades, atração de investimentos e criação de condições para o desenvolvimento econômico e social:

3.1. O anexo I descreve os incentivos fiscais concedidos no Brasil no período compreendido entre os anos de 1964 e 2000;

3.2. O anexo II historia os regimes fiscais especiais concedidos por estados estrangeiros com a mesma finalidade da presente proposta.

4. A partir desse raciocínio, foram definidos os objetivos e características que atendam da forma mais eficiente possível os interesses do país e da sociedade, levando em conta:

4.1. A realidade do ordenamento jurídico pátrio, que reclama soluções mais ágeis e inovadoras para a solução de problemas de elevado interesse nacional;

4.2. O estágio atual de desenvolvimento econômico e social do País e a necessidade de sua ampla inserção na economia global de forma a manter e ampliar a plena competitividade da economia brasileira nos mercados nacionais e internacionais;

4.3. A importância para o país de continuar avançando nas reformas micro-econômicas em benefício: **a)** das contas nacionais pelo aumento da arrecadação de tributos; **b)** dos trabalhadores, pela melhoria dos indicadores nacionais em termos de aumento de renda e de sua melhor distribuição e do crescimento do emprego; **c)** do setor produtivo e dos contribuintes; **d)** da redução da economia informal em prol da justiça social e do bem estar da população;

4.4. Assim, tendo em vista esses objetivos maiores, apresentamos o presente projeto de lei destinado a incentivar a prática de Cidadania Fiscal, elaborado de forma a contemplar todos os aspectos abordados justificação, conforme descrito no item 5, cabendo, preliminarmente, as seguintes considerações sobre os PRINCÍPIOS JURÍDICOS que o fundamentam:

**a)** a razão pela qual poderão ser beneficiárias pessoas físicas residentes e domiciliadas em território nacional e, ainda, pessoas físicas residentes e domiciliadas no exterior decorre do princípio da isonomia, que a proposição procura resguardar;

**b)** sob a ótica do Direito Tributário, a Constituição de 1988, em seu artigo 150, II, determina que, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre

contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

**c)** a matéria também encontra resguardo no **caput** do art. 5º da CF, segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, segundo os termos lá detalhados;

**d)** de outro lado, o art. 150, II, da CF, delimita o princípio inserto no **caput** do art. 5º da CF, cujos efeitos se estendem por todo o ordenamento jurídico pátrio:

I – a referida norma objetiva, na esfera tributária, tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual;

II – portanto, impõe a obrigatoriedade de serem tratados de forma isonômica todos aqueles a quem for facultado enquadrar-se no projeto de Cidadania Fiscal, objeto da proposição;

5. As matérias reguladas no projeto de lei estão dispostas em 13 artigos, de acordo com a seguinte estrutura:

#### 5.1. PESSOAS FÍSICAS QUE SE UTILIZAREM DO BENEFÍCIO FISCAL (Arts. 1º e 2º)

As pessoas físicas terão a faculdade de incluir, na declaração a ser apresentada no exercício financeiro de 2009, ano-base de 2008, bens e direitos, independentemente da data de sua aquisição, mediante o pagamento do imposto de renda exclusivo, conforme abaixo:

I – 5% no caso de bens e direitos localizados no País;

II – 10% no caso de bens e direitos localizados no exterior.

A alíquota de 10% poderá ser reduzida para 5% se o contribuinte repatriar os recursos mantidos no exterior, admitida a representação fiduciária do contribuinte através de instituição financeira autorizada à prestação desse serviço, nos termos de normas que vierem a ser estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

Ambas as alíquotas poderão ser reduzidas à metade se o contribuinte aplicar 50% dos recursos incluídos na declaração de bens e direitos em determinados fundos de investimentos, relativos a setores estratégicos, disciplinados pela Comissão de Valores Mobiliários, cujas cotas de participação serão irresga-

táveis durante o prazo de 2 anos, admitida sua negociação no mercado.

O objetivo fundamental do projeto é o de inaugurar uma nova relação entre Fisco e contribuinte dentro do conceito de valorização da cidadania fiscal, além do interesse fazendário de gerar receita adicional a ser proporcionada pela tributação dos valores declarados pelo contribuinte. Assim, quanto menor a alíquota, maior será o incentivo para que o contribuinte se utilize dos benefícios concedidos pela lei, o que, de outro lado, acarretará como consequência a maximização da arrecadação fortalecendo as finanças públicas num momento extremamente preocupante para todos os sistemas econômicos que buscam caminhos e soluções para a preservação do emprego e da normalidade da atividade econômica. A alíquota mais baixa será um importante fator de estímulo para o repatriamento de capitais de contribuintes mantidos no exterior, fortalecendo as reservas do País.

Outro ponto importante a ser considerado é que grande parte dos recursos que poderão se beneficiar da lei já foram tributados, mas o contribuinte, em função de diversos motivos entre os citados na justificação do projeto, adotou medidas de proteção patrimonial contra riscos econômicos, cambiais e conjunturais.

Além disso, a nova posição fiscal do contribuinte após a utilização do benefício previsto no projeto aumentará a base de contribuição de impostos, uma vez que estarão irrigando a economia e gerando renda tributável.

Ademais, em razão das peculiaridades dos regimes jurídicos e financeiros segundo os quais estão estruturados ou regidos os investimentos no exterior, será concedido tempo ao contribuinte para renegociar, rescindir ou rediscutir contratos de gestão ou de aplicação de recursos celebrados com os administradores ou depositários dos recursos de sua titularidade no exterior, pois tais providências demandam tempo conforme a natureza ou complexidade da estruturação financeira feita. Dessa forma, a fim de que o contribuinte preserve seu direito de se utilizar da oportunidade de regularização de sua situação fiscal, é concedido prazo até 31 de dezembro de 2009 para adoção das providências previstas, ficando os recursos declarados, para todos os efeitos, incorporados à declaração de bens do período base de 2008.

Tendo em vista a conjuntura atual, com indícios de redução da atividade econômica, escassez de crédito e as consequências da crise sobre os mercados e agentes econômicos, propõe-se que o pagamento do imposto de renda devido possa, à opção do contribuinte, ser parcelado em até 10 vezes ou pago em cota única com desconto de 5%.

Há incentivo adicional para aplicação dos recursos em fundos de investimentos regulamentados pela CVM em determinadas áreas estratégicas: a) o setor habitacional, além da alavancagem que proporciona para a construção civil, é grande empregador de mão-de-obra e tem efeito multiplicador na economia, com aumento de emprego, equilíbrio social e geração de renda; b) o agronegócio tem elevado potencial de aumento da produção de alimentos, com efeitos benéficos no comércio exterior do País, no consumo interno e no aumento de emprego e geração de renda; c) a inovação e pesquisa científica e tecnológica consistem no grande desafio para suprir o País de modernos e eficientes instrumentos e processos que promovam o desenvolvimento e aumentem a competitividade do país em bases sustentáveis; d) bônus ou outros títulos de dívidas emitidos por companhias brasileiras no exterior, que, em razão da crise global, estão tendo dificuldade de acesso aos recursos do sistema financeiro internacional.

## 5.2. PESSOAS FÍSICAS QUE NÃO SE UTILIZAM DO BENEFÍCIO FISCAL (Art. 3º)

Em nome da equidade e como princípio de justiça, os contribuintes que não se beneficiarem dos incentivos previstos no projeto pelo fato de se encontrarem em posição fiscal regular perante o fisco, terão também o direito de obtenção de favor fiscal, por razões de justiça tributária, consistente na faculdade de atualização, ao valor de mercado, dos bens constantes da declaração de bens do ano base de 2008, mediante o pagamento de imposto de renda, à alíquota de 4%.

## 5.3. TODAS AS PESSOAS FÍSICAS (Art. 10)

O projeto disciplina a tributação de rendimentos obtidos pelas pessoas físicas em sociedades organizadas nos chamados “paraísos fiscais”, matéria hoje sem regra específica, o que se procura corrigir com proposta de tributação equiparada ao regime fiscal previsto para os investimentos em títulos de renda fixa no Brasil, com regra de transição em relação ao estoque de lucros formado anteriormente à nova Lei.

## 5.4. PESSOAS JURÍDICAS QUE SE UTILIZAM DO BENEFÍCIO FISCAL (Art. 4º)

O projeto permite, também, que as pessoas jurídicas possam incluir na sua declaração de informações econômico-fiscais, bens ou direitos não computados em exercícios anteriores na determinação do lucro tributável e da contribuição social sobre o lucro líquido, mediante o pagamento em cota única desses tributos, às alíquotas exclusivas de respectivamente 10% e 8 %.

A regra que faculta a atribuição de novo valor a bens do ativo permanente foi direcionada para bens imóveis e participações societárias, independentemente do grupo do ativo onde estiverem classificados, dando



assim a oportunidade para que as empresas fortaleçam seu capital de giro e criem condições de se prepararem para futuramente se capitalizarem através do mercado de capitais;

#### 5.5. PESSOAS JURÍDICAS QUE NÃO SE UTILIZAREM DO BENEFÍCIO FISCAL (Art. 4º, § 2º)

Igualmente é concedida à pessoa jurídica em situação fiscal regular vantagem fiscal consistente na faculdade de atualização dos bens integrantes de seu ativo imobilizado a preços de mercado mediante tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, às alíquotas de 5% a 4%, respectivamente, incidente sobre a diferença de valor apurada.

#### 5.6. CONSOLIDAÇÃO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS (Art. 5º)

**a)** na esteira de um projeto de estímulo à Cidadania Fiscal, não poderia ficar de fora programa de indução do contribuinte à regularização de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil;

**b)** em épocas recentes foram editadas leis concedendo benefícios dessa natureza, mas o rigor das regras estabelecidas principalmente em termos de multas e encargos financeiros, pouco animaram os contribuintes a aderirem aos modelos de consolidação instituídos;

**c)** assim, propõe-se que nova oportunidade seja dada ao contribuinte para a satisfação de suas obrigações fiscais mediante regras mais simples e menos onerosas como:

I – possibilidade de consolidação e parcelamento de qualquer débito fiscal junto à Receita Federal do Brasil, com dispensa de multas moratórias e incidência de juros de mora de 3% ao ano e cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2008;

II – parcelamento da dívida em até 180 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros correspondentes a 50% da Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP;

#### 5.7. REGIME CAMBIAL (Art. 6º)

O projeto aprimora a competência do Conselho Monetário Nacional para disciplina das normas cambiais do País referentes a:

**a)** regras de prestação de serviços por parte das instituições financeiras autorizadas a representar fiduciariamente contribuintes que declararem bens no exterior;

**b)** regime de controle dos capitais repatriados para fins de tributação e de registro;

**c)** combate ao câmbio paralelo de moeda estrangeira, através da instituição do cor-

respondente bancário vinculado a instituição financeira autorizada a operar em câmbio;

**d)** autorização para residentes manter conta corrente em moeda estrangeira em instituições financeiras no País.

#### 5.8. EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE (Arts. 8º e 9º)

**a)** dada a relevância do projeto de que trata esta exposição de motivos, torna-se absolutamente imperioso dar ao contribuinte a segurança jurídica de que sua adesão a qualquer das suas disposições afasta, inequivocamente, a aplicação de penalidades, principais ou acessórias de natureza tributária e particularmente, de caráter penal;

**b)** dessa forma, o projeto explicita a exclusão de penalidades de qualquer natureza ao contribuinte que se utilizar dos benefícios fiscais assegurados pela futura Lei, com ressalva expressa dos crimes de lavagem de dinheiro previstos na legislação, por envolver recursos de origem criminosa não amparados pelo estado de direito. Além disso, quanto à omissão de receita previdenciária incorrida pela pessoa jurídica, a extinção da punibilidade não abrange as contribuições previdenciárias descontadas dos segurados empregados.

#### 5.9. REGULAMENTAÇÃO DAS MATÉRIAS (Art. 6º, parágrafo único)

É dada a competência à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Banco Central do Brasil para regulamentarem, no âmbito de suas respectivas competências, as matérias disciplinadas no projeto de lei.

#### 5.10. MODERNIZAÇÃO CONTÁBIL E TRANSPARÊNCIA (Art. 11 e 12)

Um projeto que contemple estímulo à prática de Cidadania Fiscal requer dos contribuintes postura de transparência e compromissos com suas obrigações tributárias que provêem os recursos para que o Estado cumpra adequadamente sua missão constitucional. Por isso, em relação às pessoas jurídicas, é fundamental que a contabilidade brasileira se pautar por padrões de transparência e confiabilidade, migrando, tanto quanto possível, para o modelo instituído pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 07, que se aplica às sociedades anônimas e às empresas de grande porte.

Nesse sentido, há necessidade de estimular as empresas de porte médio a adotar políticas claras sobre sua postura e procedimentos no relacionamento com o mercado, público e comunidade (**stakeholders**), em contraste com a situação atual caracterizada por um alto nível de evasão fiscal, desrespeito a princípios éticos básicos não detectáveis pelos demonstrativos contá-

beis atualmente utilizados e a limitação do acesso aos mercados consumidores, de crédito e demais produtos dos mercados financeiros e de capitais. Assim, o projeto institui regra dando competência ao Conselho Federal de Contabilidade para estabelecer níveis de padrões de contabilidade, conforme o porte, atividades e relacionamento contratual com o poder público das empresas que poderão inclusive, ficar sujeitas à auditoria externa independente, plena ou restrita, como por exemplo:

- 1º) beneficiárias de repasses de recursos públicos;
- 2º) empresas sujeitas ao “patrimônio de afetação”;
- 3º) pessoas jurídicas sujeitas a prestar as informações previstas na Lei 9.613, 3 de março de 1998 (lavagem de dinheiro);
- 4º) emissoras de *tickets* ou vales para consumo de bens e serviços e ainda para eventos ou espetáculos públicos;
- 5º) concessionárias de serviços públicos;
- 6º) vencedores de licitações para contratos relevantes celebrados com o serviço público;
- 7º) operadoras de loterias;
- 8º) empresas contratadas por companhias abertas para a prestação de serviços terceirizados (contratos relevantes);
- 9º) filiais/subsidiárias de empresas multinacionais.

No tocante às empresas de pequeno porte:

- 1º) o regime contábil já está disciplinado no artigo 27 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelece que: “(...) as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor”;
- 2º) a esse respeito, o projeto propõe medida simples de contabilização em regime de caixa, transformável para o de competência no final do exercício através de contabilista legalmente habilitado.

O projeto destaca, ainda, o papel fundamental do contador na consecução do objetivo de transparência e prestação de contas dos agentes econômicos.

## 6. CONCLUSÃO

Com isso, ilustres colegas, o País poderá atingir o objetivo de ver repatriado parcela significativa dos

recursos de brasileiros investidos e não declarados ou declarados parcialmente no exterior e ainda bens e direitos não declarados ou declarados parcialmente por pessoas físicas ou jurídicas no território nacional, de forma isonômica e com neutralidade tributária.

Sala das Sessões, – Senador **Delcídio Amaral**.

## ANEXO I

### **Estímulos Fiscais Concedidos pelo Brasil entre 1964 e 2000**

1. Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964:

1.1. O art. 82 permitiu que as pessoas físicas pedissem retificação das declarações de bens, relativas a 1963 e 1964, para efeito de inclusão de valores, bens e depósitos, mantidos no estrangeiro, e anteriormente omitidos, eximindo-as de qualquer penalidade.

1.2. O art. 83 suspendeu, por prazo determinado, a aplicação da penalidade prevista no art. 18 da Lei nº 4.131/62, que previa que a ausência de declaração de bens no exterior importava em que os valores e depósitos bancários no exterior fossem considerados produto de enriquecimento ilícito e como tais objetos de processo criminal, para que fossem restituídos ou compensados com bens ou valores existentes no Brasil, que por sua vez poderiam ser sequestrados pela Fazenda Pública.

2. Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965, cujo art. 10 permitiu a retificação de declarações de bens nos exercícios de 1963, 1964 e 1965 apresentadas às repartições e à do imposto de renda e à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

3. Decreto-lei nº 326 de 08/05/67 que concedeu a redução de 50% (cinquenta por cento) da multa devida, inclusive a moratória, e permitiu o pagamento em parcelas mensais, iguais e sucessivas, até o máximo de 36 (trinta e seis) de todos os débitos relativos aos tributos federais, excetuado o imposto de renda, apurados em processos fiscais ou notificados até a data do decreto-lei, bem como aqueles em que, até 30 (trinta) dias a partir da sua vigência, fossem espontaneamente declarados pelo contribuinte.

4. Lei nº 5.514 de 21/10/68, em seu art. 1º autorizou o Ministro da Fazenda a conceder, mediante despacho fundamentado, remissão total ou parcial de créditos tributários, relativos aos exercícios fiscais de 1961 a 1966, resultantes da incidência do Imposto Único sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos, decorrentes da recuperação de óleos lubrificantes usados.

5. Decreto-lei nº 400 de 30/12/68, o Art. 7º cancelou o imposto incidente sobre produtos usados, que teriam sofrido processo de industrialização, e nos casos em que houve mudança de destinação da mercadoria,

caso decorrido mais de três anos, todos para fins do Imposto sobre Produtos Industrializados.

6. O Decreto-lei nº 401 de 30/12/68, art. 23, reduziu a multa para contribuintes que requeressem parcelamento de débito fiscal dentro de prazo de 60 dias, e desobrigou os contribuintes do recolhimento do imposto sobre lucro imobiliário.

7. O Decreto-lei nº 2.040 de 30/06/83:

7.1. O Art 1º restringiu a possibilidade de instauração de processo fiscal, com base em acréscimo patrimonial a descoberto, nos casos de inclusão, na declaração de bens relativa ao exercício financeiro de 1984, de valores depositados em cadernetas de poupança do sistema financeiro da habitação, ou aplicados em ORTN's ou em títulos da dívida pública estadual ou municipal. 7.2. Esse dispositivo era aplicável às pessoas físicas que, a partir da publicação do DL, e até 31 de outubro de 1983, realizassem os depósitos, ou custodiassem os títulos adquiridos, pelo prazo mínimo de dois anos.

8. Lei nº 9.964 de 10/04/2000, que instituiu o programa REFIS permitindo a consolidação e parcelamento de tributos federais.

## ANEXO II

### **Estímulos Fiscais Concedidos por Estados Estrangeiros**

1. O fenômeno da guerra fiscal não se restringe tão somente à disputa por investimentos pelos Estados federados brasileiros.

1.2. É, via de regra, um fenômeno que ocorre em escala mundial, a partir do desenvolvimento dos instrumentos tecnológicos de informação que propiciaram o atual fluxo de capitais voláteis e, em menor grau a relativa facilidade de transferência de ativos fixos e de capital humano entre os países;

1.3. Os estados nacionais não levam em consideração quando decidem questões de política tributária, os benefícios ou malefícios impostos a outros estados;

1.4. Por outro lado, a competição tributária leva ao surgimento, em nível global, do denominado **"treaty-shopping"**;

1.5. Embora tratados sejam assinados para evitar a bi-tributação sobre a renda, suas diferenças terminológicas findam por oferecer aos detentores do capital, oportunidades de otimização de sua carga tributária;

1.6. Esses contribuintes, quando vislumbrada uma carga tributária considerada compatível com suas expectativas, tendem a tomar decisões no sentido de permanecer em seus países de origem;

1.7. As administrações tributárias de outros países decidiram por abrir janelas de oportunidade que

impactaram sobremaneira a competição internacional pelo capital, como adiante descrito.

## 2. ITÁLIA

2.1. O governo italiano buscou, por meio da implementação do plano denominado "Scudo Fiscale", implementado pela Lei (Legge) nº 409/2001 e legislação correlata, atrair capitais de nacionais investido no exterior, entre 01/11/2001 e 15/05/2002, por meio da legalização e da repatriação de recursos detidos por nacionais que residissem em qualquer país, cujo capital estivesse investido em filiais de bancos estrangeiros na Itália, ou que tivessem investimentos decorrentes de participação societária por interposta pessoa;

2.2. Nesse país, os intermediários, embora fossem responsáveis pela recepção e encaminhamento das declarações apresentadas às autoridades fiscais competentes e responsáveis pela retenção e recolhimento dos valores devidos aos cofres públicos em nome do declarante, e neste particular, sujeitos à imposição de penalidades caso não fossem cumpridos os prazos e formalidades previstos, não eram responsabilizados pela veracidade dos valores declarados;

2.3. Houve, entretanto, vedação à repatriação nos casos em que os montantes envolvidos eram recursos decorrentes de lavagem de dinheiro, extorsão, sequestro, usura, ou crimes decorrentes de associação;

2.4. Foi permitida a legalização e a repatriação de recursos, desde que fiscalmente residentes na Itália no exercício correspondente, pertencentes pessoas físicas, inclusive profissionais liberais e autônomos, de pessoas jurídicas não comerciais, e de sociedades simples ou equiparadas pelo Código Civil Italiano;

2.5. O procedimento de adesão ao "Scudo Fiscale" dependeu do preenchimento e entrega da denominada "Declaração Reservada", que pôde ser apresentada pelo declarante à bancos, nos Correios, à Sociedades de Gestão de Economias (Società di Gestione del Risparmio -SGR), à Sociedades de Intermediação Imobiliária (Società di Intermediazione Mobiliare -SIM), ou à Sociedade Fiduciária (sociedade administradora de bens de terceiros):

a) essa declaração devia conter a opção do declarante pela repatriação, quando ficou incumbido a apresentar ao "intermediário" a declaração conjunta de todas as operações financeiras, atribuindo-lhes a taxa correspondente, válida para depósitos, ações, quotas, obrigações, anteriores a agosto de 2001; Essas declarações eram arquivadas, mas não sujeitas a monitoramento fiscal;

b) a outra opção era a de legalização onde o contribuinte apresentava a declaração (que perderia parcialmente sua "reserva"), em

conjunto com o certificado emitido pelo intermediário não-residente, que atestava o valor envolvido;

I – Nesta hipótese ficaram contemplados os casos de depósitos em dinheiro, investimentos de natureza diversa, imóveis, direitos reais, objetos preciosos, obras de arte, que fossem mantidos anteriormente a 27 de setembro de 2001;

II – A estipulação de prazos de fatos geradores visou evitar que contribuintes praticassem a partir da publicação das leis, atividades que pudessem se enquadrar nas hipóteses de legalização ou de repatriação;

III – Adicionalmente, que os respectivos bens e/ou direitos legalizados, fossem mantidos fora do controle das autoridades fiscais;

IV – A apresentação da declaração reservada teve como premissa ser irreversível, cabendo ressaltar, que a apresentação de declarações reservadas podia ocorrer em momentos distintos.

**c)** as declarações reservadas, tinham como característica, ainda, a obrigatoriedade de que fossem declarados que a propriedade dos bens ou direitos são anteriores a 27/08/2001:

I – Outrossim, era possível que fossem preenchidas em moedas distintas (Liras ou Euros);

II – não se sujeitavam à taxas ou selos, e deviam ser preenchidas em 4 vias, sendo uma via para o intermediário;

III – uma via para o contribuinte; e duas vias para futuras necessidades, p.e. futura repatriação.

2.6. Ao contribuinte elegível para o benefício, além do pagamento do imposto de 2,5% do valor dos bens e direitos declarados, existia a obrigatoriedade de subscrição de 12% do valor declarado em títulos públicos de dez anos com rendimento pré-fixado de 1,9 % a.a:

**a)** Adicionalmente, fora facultado ao declarante atribuir aos bens e direitos o valor histórico ou de mercado;

**b)** Os benefícios abarcados pela remissão fiscal eram limitados somente aos valores declarados;

**c)** Por outro lado, a autoridade fiscal reservou-se ao direito de desconsiderar as vantagens concedidas se configurada hipótese do art. 81 do T.U.I.R. (Rendimentos de pessoas físicas de natureza diversa). (T.U.I.R. - Testo Único Imposte sui Redditi, análogo ao Regulamento do Imposto de Renda Brasileiro (RIR).

2.7. Dentre outros, os principais benefícios aos contribuintes foram:

**a)** a extinção da punibilidade decorrente das violações da legislação fiscal e previdenciária do período de aquisição relativo aos bens e direitos declarados, ressalvado os casos de delitos decorrentes de associação ou corrupção;

**b)** no caso de legalização, os valores declarados não puderam ser investigados;

**c)** Em caso de repatriação, fora negado à autoridade fiscal o conhecimento do conteúdo dos bens e direitos apresentados ao intermediário, que deveria manter o sigilo correspondente;

**d)** a extinção da punibilidade dos crimes anteriores à aquisição dos bens declarados, ainda não transitados em julgado;

**e)** a modificação dos prazos prescricionais os quais foram reduzidos em lei:

I – para declaração incorreta, com multa imposta de até L\$ 300 mm -de 7,5 anos para 5 anos:

II – nos casos de declaração incorreta com multa maior que L\$ 300 mm -de 15 anos para 10 (dez) anos;

III – nos casos de fraudes contra o Estado – de 15 anos para 10 anos;

IV – e no caso falência fraudulenta -de 22,5 (vinte e dois anos e meio) anos para 15 (quinze) anos.

2.8. Outra característica da legislação italiana diz respeito aos efeitos na sucessão, pois foi permitido ao declarante de forma automática transferir os bens repatriados aos seus sucessores, desde que cumpridas as formalidades da lei denominada “antiriciclaggio”, e desde que submetidas à disciplina ordinária de monitoramento fiscal.

2.9. Foram impostas obrigações e penalidades aos intermediários, como:

**a)** multa de L\$ 500 mil a L\$ 4 mm por preenchimento incorreto das declarações de legalização ou de repatriação;

**b)** de 5 a 25% (cinco a vinte e cinco por cento) dos valores declarados em caso de não preenchimento das declarações especificadas em lei.

2.10. Foram estabelecidas obrigações de:

**a)** identificar os contribuintes;

**b)** arquivar as operações;

**c)** comunicar casos suspeitos de “riciclaggio” ou de atividades terroristas.



2.11. Foram repatriados aproximadamente 60 bilhões de Euros o que gerou uma arrecadação ao erário em torno de 1,5 bilhões de euros.

### 3. ALEMANHA

3.1. Alemanha criou seu plano de remissão fiscal por meio da Lei de Promoção à Cidadania Fiscal denominada “Strafbefreiungserklärungsgesetz -StraBEG” implementada em 23.12.2003, que serviu como alternativa ao já existente dispositivo legal da auto-denúncia denominada “Selbstanzeige” disposta no ordenamento contributivo denominado “Abgabenordnung -AO”, em seu parágrafo § 371, o que acarretou na possibilidade de, para algumas situações, serem combinados os referidos dispositivos:

a) as alíquotas praticadas, em geral, tornaram a lei “StraBEG” mais benéfica que o referido dispositivo legal que constava no parágrafo § 371 do AO;

b) esta lei aplicou-se a fatos geradores compreendidos entre os períodos de 1993 e 2002, sem a obrigatoriedade de serem repatriados os recursos envolvidos.

3.2. Definiu entre os beneficiários tanto pessoas físicas (PF's) como pessoas jurídicas (PJ's) que tivessem omitido, em todo ou em parte, informações quanto à existência de bens e direitos e consequentemente tributos, recolhidos à menor e/ou tributos não recolhidos sobre rendimentos declarados, também em todo ou em parte:

a) adicionalmente, rendimentos não declarados, relativamente aos bens e direitos em questão e que foram auferidos no período compreendido pela remissão fiscal, cujo impacto fosse negativo ao erário naquele período;

b) observou-se que, para que o contribuinte pudesse aderir ao plano de remissão fiscal, deveriam observar o enquadramento em dispositivos legais que são respectivamente:

I – Parágrafos §§ 370 e 371a do ordenamento contributivo “Abgabenordnung -AO”, os quais enumeram os fatos geradores da sonegação fiscal;

II – Parágrafo § 26 b, c da Lei de imposto sobre o faturamento “Umsatzsteuergesetz -UstG”, a qual aborda determinantes de prejuízo a arrecadação do imposto sobre o faturamento para estabelecimentos comerciais;

III – Parágrafos §§ 378 a 380 do ordenamento contributivo “Abgabenordnung -AO”, os quais elencam as hipóteses de descumprimento da ordem tributária.

3.3. Cabia aos contribuintes residentes na Alemanha:

a) efetuar a apuração dos montantes envolvidos de acordo com o disposto em lei;

b) preencher e encaminhar à autoridade competente, para cada ano-calendário de competência, termo de Declaração de Livramento de Ilícitos Tributários – “Strafbefreiende Erklärung”.

3.4. Os contribuintes declarantes faziam jus aos seguintes benefícios fiscais:

a) para aquelas declarações entregues no período compreendido entre 1.1.2004 e 31.12.2004 a aplicação de alíquota de 25% sobre todos os valores discriminados com a obrigatoriedade de recolhimento do valor em questão apurado, em até 10 dias a partir do recebimento da declaração pela autoridade fiscal competente;

b) para aquelas declarações entregues ou ainda passíveis de entrega no período compreendido entre 01.1.2005 e 31.03.2005, foi aplicada alíquota de 35% (trinta e cinco por cento) sobre todos os valores discriminados com a obrigatoriedade, de recolhimento do valor em questão apurado em até 10 (dez) dias a partir do recebimento da declaração pela autoridade fiscal competente.

3.5. Importante ressaltar que pela legislação alemã, era vedada a aplicação da lei aos fatos geradores de ilícitos tributários ocorridos após 17.10.2003, regra estabelecida para impedir que contribuintes em situação regular perante o fisco, de forma voluntária, viessem a cometer ilícitos para beneficiarem-se da remissão fiscal.

3.6. Muito embora as alíquotas previstas em lei sejam relativamente altas, se comparadas com as alíquotas vigentes no Brasil, elas eram aplicadas sobre bases de cálculo específicas, que consideram a natureza da atividade econômica exercida pelo declarante:

a) assim, ocorreu a apuração da base de cálculo em separado e de forma reduzida, sobre a qual foi aplicada a alíquota de 25% ou 35%, respectivamente sobre:

I – rendimentos auferidos e não discriminados ou;

II – aos rendimentos auferidos e discriminados apenas em parte, relativamente a bens e direitos.

3.7. No que concerne às pessoas físicas, aplicaram-se os dispositivos da lei de imposto de renda das pessoas físicas - “Einkommensteuergesetz -EstG”, parágrafos:

**a)** parágrafo § 2 EStG -que versa sobre a tipificação dos rendimentos tributáveis, c/c;

**b)** parágrafos § 13, 14 EStG -que versa sobre rendimentos de exploração de atividade rural e florestal;

**c)** parágrafos § 15, 16, 17 EStG -que versa sobre rendimentos de exploração de atividade empresarial comercial;

**d)** parágrafo § 18 EStG -que versa sobre rendimentos de exploração de atividade empresarial autônoma;

**e)** parágrafo § 19 EStG -que versa sobre rendimento de exploração de atividade assalariada;

**f)** parágrafo § 20 EStG -que versa sobre rendimentos obtidos que acresçam o patrimônio;

**g)** parágrafo § 21 EStG -que versa sobre rendimentos de exploração de atividade de arrendamento;

**h)** parágrafos § 22, 23 EStG -que versa sobre rendimentos de exploração de outras atividades.

3.8. No caso de pessoas jurídicas, aplicou-se o parágrafo § 8 da lei de imposto de renda das empresas “Körperschaftsteuergesetz -KStG”, que por sua vez, remete ao parágrafo § 2 da lei de imposto de rendas das pessoas físicas -EStG e demais parágrafos acima elencados.

3.9. Após o enquadramento descrito, em relação à natureza dos rendimentos auferidos, e conforme descrição dos rendimentos acima demonstrada, houve necessidade de se apurar quais as espécies de tributos que tinham sido impactadas pelos rendimentos auferidos (Ex. IRPF, IRPJ, etc...), e sobre estes rendimentos o declarante aplicou percentuais diferenciados para a formação da base de cálculo, conforme adiante exposto.

3.10. A medida visou devolver ao erário, ao menos em parte, os impostos que deixaram de ser recolhidos sobre ganhos auferidos e que impactaram os seguintes tributos, calculados por meio da aplicação dos seguintes percentuais (para a formação da base de cálculo) sobre os tais ganhos não declarados ou declarados a menor:

**a)** Imposto de Renda das Pessoas Físicas – Est – 60%;

**b)** Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – KSt – 60%;

**c)** Imposto sobre o Faturamento -USt– 30% ;

**d)** Imposto sobre o Patrimônio – VermSt – percentual subsidiário;

**e)** Imposto sobre atividade empresarial comercial – GewSt – 10% e 100%;

**f)** Imposto sobre Sucessões – ErbSt – 20%;

**g)** Impostos retidos na fonte -LSt e KEST -percentual subsidiário estabelecidos em outros dispositivos legais.

3.11. Finalmente, cabe ressaltar que sobre os rendimentos declarados de forma incorreta e que implicaram no recolhimento de mais de um tributo, coube a aplicação das referidas alíquotas para a formação da base de cálculo de forma cumulativa.

3.12. Paralelamente ao plano de remissão fiscal na Alemanha, outras iniciativas/projetos foram implementados, o que reforçou a oportunidade do programa naquele país, cabendo relatar a recepção no ordenamento jurídico alemão da Diretriz da União Européia para a harmonização da tributação de rendimentos juros -Diretriz 2003/48/EG de 03.06.2003, que tem como justificativa o descompasso na tributação em nível do bloco europeu, que apresenta alíquotas não harmonizadas.

3.13. Esta diretriz foi recepcionada pela Regulamentação de Informação de Juros, denominada “Zinsinformationsverordnung – ZIV” de 26.01.2004, que implicou em alterações na legislação do imposto de renda das pessoas físicas, as quais basicamente foram:

**a)** introdução do parágrafo § 24c da lei de imposto de renda das pessoas físicas -EStG , o qual versa sobre a obrigatoriedade de apresentação de informe de rendimentos anuais (equivalente à DIRF brasileira);

**b)** a inserção do parágrafo § 45 e da lei de imposto de renda das pessoas físicas -EStG, o qual versa sobre a obrigatoriedade do governo de incorporação da diretriz ao ordenamento jurídico interno;

**c)** o parágrafo § 50b S. 1 da lei de imposto de renda das pessoas físicas – EStG, o qual versa sobre o direito de controle por parte das autoridades fiscais.

3.14. Outra alteração significativa naquele ordenamento diz respeito à possibilidade de, a partir de julho de 2005, os 25 países integrante do bloco europeu tornarem operacional o mecanismo de troca de informações entre o país de residência/domicílio do investidor e o país onde se encontram os investimentos.

3.15. Pelo mecanismo, os investidores não serão identificados, mas a eles serão atribuídos números de identificação prevendo-se ainda que:



a) sobre os rendimentos auferidos e tributados, os impostos auferidos serão mantidos no país onde se encontram as aplicações à razão de 25%;

b) os restantes 75% ser encaminhados ao país de residência/domicílio dos investidores.

3.16. Tal dispositivo ainda não se aplica para a Suíça, Bélgica e Luxemburgo, para os quais ficaram estipuladas regras específicas de transição com alíquotas diferenciadas de retenção na fonte de:

a) 15% a partir de 1.07.2005;

b) 20% a partir de 1.07.2008;

c) 35% a partir de 01.07.2011.

3.17. Pela nova sistemática, fica facultado ao investidor aderir ou não ao sistema:

a) Em caso negativo, sujeitar-se-á as alíquotas indicadas devendo ser levados em consideração todos os tratados para evitar a bi-tributação desses investimentos, ficando a cargo do país de residência/domicílio do investidor adotar as providências para que não ocorra a bi-tributação;

b) O intuito da Alemanha é tributar estes ganhos auferidos (juros) à alíquota de 25% em detrimento das alíquotas até 2004 praticadas, via de regra de 30% e de 35% em alguns casos específicos.

3.18. A outra inovação verificada no ordenamento alemão diz respeito à incorporação das Diretrizes da União Européia para implementação da Lei de Modernização da Estrutura de Mercado de Capitais – Diretrizes 2001/107/EG e 2001/108/EG de 21.01.2002, que teve por objetivo tornar a Alemanha um mercado de fundos de investimentos mais competitivo em relação a mercados em países como Irlanda, Luxemburgo e Inglaterra, que são atualmente mais atrativos e são grandes receptores de recursos de pessoas físicas e jurídicas alemãs.

3.19. Dentre outros, pretendeu esse país equiparar o tratamento tributário de fundos situados no exterior a fundos locais que via de regra eram privilegiados, por meio do uso do mecanismo “Halbeinkunftsverfahren” para fundos no exterior com base no disposto no § 3, inciso 40 da Lei de IRPF (§§ 3, 40 EStG) em que apenas 50% dos ganhos auferidos estão sujeitos à tributação.

3.20. A autoridade fiscal alemã avaliou os resultados auferidos nesse país até o final de 2004 e pelas suas estimativas, os beneficiários puderam legalizar o

montante aproximado de €\$ 980 milhões, equivalente a apenas 20% do inicialmente previsto pelo governo.

#### 4. ESTADOS UNIDOS

4.1 O plano de remissão fiscal implementado pelos Estados Unidos da América foi introduzido pela Lei “American Jobs Creation Act of 2004, Section 422”, assinada em 22.10.2004 pelo Presidente George W. Bush e incorporando o “Homeland Investment Act (HIA) – (H.R. 4520)”, o qual previu a concessão de remissão fiscal, tendo como beneficiários apenas pessoas jurídicas que auferissem dividendos provenientes de empresas coligadas no exterior (mínimo de 10% (dez por cento) de participação no capital).

4.2. A adesão à remissão fiscal foi limitada no tempo, tendo sido contado o prazo de 120 dias apenas, a partir da data da sua promulgação e facultada aos beneficiários a adesão apenas durante o ano-fiscal de 2004, ou seja, o ano da entrada em vigor da referida norma ou o ano-fiscal de 2005, sendo posterior à entrada em vigor da referida norma.

4.3. Os Estados Unidos da América, muito embora não possuam programa declarado de remissão, trouxe ao seu ordenamento um nova legislação que aproxima-se desse objeto e, de acordo com as autoridades locais, essas inovações visavam:

a) a redução do déficit interno no país em US\$ 75 bilhões em 05 anos;

b) o aumento do volume de investimentos empresariais;

c) o incremento do Produto Interno Bruto americano e a criação de aproximadamente 600 mil novos empregos;

d) a atração de capital excedente e investido fora do país em aproximadamente US\$ 500 bilhões de dólares americanos (cash balances).

4.4 O plano de remissão fiscal americano consistiu basicamente em tributar o excedente dos dividendos distribuídos nos últimos 03 a 05 anos do período elegível a adesão ao plano de remissão fiscal, por coligadas no exterior a seus acionistas, e que estão aplicados fora do país, pela imposição da alíquota de IR de 5,25%, bastante reduzida se comparada à alíquota corrente, de 35%.

4.5. A legislação pesquisada possibilitou a dedução de 85% da base de cálculo tributável, pela utilização do plano como uma alternativa à sistemática de aproveitamento de “Tax Credits”, definidos pela lei norte-americana como sendo impostos pagos por subsidiárias no exterior passíveis de compensação com impostos devidos localmente.

4.6. Para que a adesão ao programa ocorresse de fato, fez-se necessário que a empresa beneficiária, anteriormente à fruição do benefício, apresentasse plano de investimento dos valores repatriados ao território americano, que fosse aprovado pelo “**board**”, ou seja, presidência e diretoria corporativa, e pelo “Executive Committee & Management Committee”, ou seja, equivalente ao conselho de administração.

4.7. Este plano fora denominado pela lei como sendo o “Domestic Reinvestment Plan” ou Plano de Reinvestimento Doméstico, que deveria necessariamente contemplar contratações e retenção de colaboradores, investimentos em infra-estrutura, treinamentos, empréstimos (retro-emprestimo), ou mesmo novos investimentos financeiros, pois os valores repatriados não poderiam ser direcionados para a remuneração dos acionistas.

4.8. Para tornar efetivo o benefício, a legislação desse país previu que os dividendos sujeitos à dedução de 85% da base de cálculo deviam exceder a média anual de dividendos distribuídos, discriminados nas declarações anuais de rendimentos dos beneficiários, exceção feita apenas àquelas entregues após 30/06/2003, tendo, entretanto, sido permitida inclusão na base de cálculo os seguintes dividendos distribuídos:

a) aqueles apurados e recebidos por subsidiárias “(actual dividends received by CFC’s)”;

b) aqueles ainda não tributados até o montante dos investimentos feitos pela subsidiária em bens e direitos nos EUA;

c) aqueles apurados e previamente tributados.

4.9. A legislação norte-americana trouxe algumas limitações à fruição do benefício, dentre as quais, podem ser citadas:

a) os dividendos sujeitos a dedução eram limitados a US\$ 500 milhões, restritos àqueles discriminados nas demonstrações financeiras anteriores (inclusive) a 30/06/2003, auditadas, e ainda não utilizadas para fins fiscais, (desde que comprovado o re-investimento permanente fora do território americano) ou que não houvesse sido discriminadas nas demonstrações financeiras como reinvestimento permanente, das três hipóteses o maior valor, tendo se aplicado a alíquota de 35% sobre o montante de rendimentos retidos “retained earnings” e foi permitida a aplicação da alíquota alternativa ao restante;

b) empréstimos com empresas do grupo, cujos passivos não foram saldados pela

mutuária coligada deviam ser excluídos dos dividendos dedutíveis para fins de apuração da dedução de 85%, tendo como base os montantes em aberto acumulados até 03.10.2004 – “**related party debt**”;

c) não foi permitida a dedução de “Tax Credits”, definido como a compensação de lucros ou prejuízos acumulados sobre a parcela de impostos no exterior recolhidos, em relação aos montantes que serão repatriados;

d) foi vedada a dedução de quaisquer despesas relacionadas à parcela dedutível desses dividendos.

4.10. Ainda em relação ao ordenamento jurídico norte-americano, mereceu atenção da equipe técnica as normas reguladoras dos **International Banking Facilities**, aprovadas em agosto 1981, cujo objetivo principal era de simplificar a regulação de instituições bancárias com sede nos EUA, visando evitar a migração dessas instituições para paraísos fiscais, cujo destino no passado buscava evitar a respectiva sujeição ao alto nível de regulação do sistema bancário americano:

a) as normas reguladoras das IBF’s permitiram que os bancos norte-americanos oferecessem serviços a não-residentes, livres de algumas exigências do FED e de alguns impostos estaduais e locais, melhorando sua competitividade em relação a bancos de outros países por depósitos e operações de crédito para não-residentes, permitiu a utilização de escritórios locais para esses fins, e a manutenção de “booking” em separado, e exigiu que os depósitos fossem de no mínimo US\$ 100 mil;

b) para as instituições financeiras, o regime do IBF trouxe alguns benefícios como:

I – as instituições detentoras de IBF’s puderam reduzir o custo de captação de recursos estrangeiros, uma vez que não estavam sujeitos ao regime de constituição de reservas estabelecidos pela regulação bancária norte-americana;

II – para os correntistas tornou possível a oferta a não-residentes da possibilidade de abertura de contas cujo saque poderia ocorrer mediante aviso de um mínimo de 2 dias, e passou a ser permitida a oferta a instituições financeiras estrangeiras de contas para depósitos “overnight”;

c) essa legislação trouxe também, benefícios ao sistema bancário norte-americano em uma visão macroeconômica, pois permitiu aos bancos fruírem de opções de derivativos para

proteção de suas matrizes de riscos cambiais ou de flutuações de taxas de juros;

d) após um ano de vigência, US\$ 34 bilhões foram transferidos para IBF's, a partir de filiais de bancos norte-americanos, sendo 85% a partir dessas filiais e o restante de instituições financeiras de outras nacionalidades, tendo esse regime permitido o retorno de operações antes realizadas off-shore para os EUA (em junho de 2004, existiam 263 IBF's, sendo que 155 se localizavam no Estado de Nova Iorque).

## 5. BÉLGICA

5.1. Na Bélgica o mecanismo de remissão fiscal foi introduzido pelo Ato de Remissão Fiscal – **Déclaration Libératoire Unique**, publicado oficialmente em 31.12.2003, com vigência a partir 01.01.2004, e até o final do ano-calendário, tendo como beneficiários apenas as pessoas físicas:

a) a legislação belga teve por objetivo arrecadar bens, direitos e rendimentos existentes e não declarados, ou declarados de forma insuficiente e que não foram tributados ou apenas foram tributados em parte;

b) tais bens, direitos e rendimentos necessariamente deveriam ser oriundos de rendimentos profissionais – "**black money**", de rendimentos de investimentos – "**grey money**", ou de ativos – "**assets**".

5.2. No caso belga, é importante ressaltar que a introdução da medida também visou acompanhar a Diretriz Européia que abrangeu a Harmonização da Tributação de Rendimentos de Juros -Diretriz 2003/48/EG de 03.06.2003, a exemplo da Alemanha, uma vez efetivada a operacionalização do sistema de troca de informações entre países do bloco no tocante a rendimentos de juros auferidos em país do bloco europeu que fosse diverso do país de residência / domicílio do contribuinte.

5.3. A legislação desse país permitiu a repatriação de recursos, mediante a imposição das alíquotas de 9% em qualquer caso, de 6% para os casos em que houvesse reinvestimento na economia belga ou em país membro do Bloco Europeu por 03 anos, prevista a aplicação de alíquota adicional punitiva de 6%, para os casos em que exigências da lei não fossem atendidas.

5.4. A adesão à remissão ocorria quando o contribuinte transferisse os recursos envolvidos para instituição financeira belga presente no território ou para seguradora belga presente no território mediante contratação de plano de seguro de vida ou de capitalização.

5.5 Assim como no caso da Itália, houve a figura do intermediário, basicamente a instituição financeira ou seguradora, às quais cabiam preencher e entregar a declaração à autoridade fiscal acerca da repatriação dos recursos, que corria sob sigilo:

a) as alíquotas aplicáveis foram respectivamente de 9 e 6 % e ao contribuinte foi permitido optar por não repatriar os valores em questão, mantendo-os em conta de investimento no exterior;

b) no caso de opção pelo não repatriamento, a declaração preenchida era encaminhada às autoridades fiscais competentes, mantidas as mesmas alíquotas, mas o processo corria de forma não-sigilosa.

5.6. Essa lei trouxe consigo uma ressalva, relativa ao tratamento das denominadas bearer securities -ações ao portador depositadas em território belga, onde houve a possibilidade ao enquadramento no regime de remissão fiscal mediante a aplicação da alíquota de 9% desde que fosse comprovada a sua aquisição em data anterior a 01.06.2003 e que o investimento permanecesse registrado em nome do aplicador (identificado) pelo prazo de 03 anos.

5.7. O plano de remissão fiscal belga teve uma adesão inferior às expectativas, tendo sido repatriados apenas €\$ 200 milhões.

## 6. OUTROS PAÍSES

Além dos regimes descritos, podem ser citadas as leis (ou projetos de lei), da África do Sul, da Argentina e da Rússia, que em comum representam a pretensão dos estados nacionais em competirem pelo fluxo internacional de capitais.

*(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. (art. 49, I, RISF))*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, DE 2009

**Dispõe sobre a instituição de linha de crédito especial e incentivos tributários destinados à aquisição de pneus novos de borracha para caminhões.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída, até 31 de dezembro de 2011, linha de crédito especial ao amparo de recursos das instituições financeiras oficiais federais, com o objetivo de financiar a aquisição de pneus novos de borracha para caminhões, classificados no código 40.11 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Pro-

duto Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

§ 1º O financiamento previsto no *caput* deste artigo ficará vinculado ao caminhão que for utilizar os pneus novos de borracha.

§ 2º As instituições financeiras oficiais federais manterão documentação que comprove a vinculação do financiamento ao caminhão.

§ 3º É vedada a concessão de mais de um financiamento simultâneo por caminhão.

Art. 2º O volume de recursos será estabelecido em regulamento e as operações de crédito, objeto dos financiamentos referidos no art. 1º, obedecerão, entre outras, as seguintes condições básicas:

I – valor do financiamento: até 100% do valor da aquisição de pneus novos de borracha para caminhões;

II – prazo de financiamento: até 30 meses, incluindo-se 6 meses de carência;

III – encargos financeiros: determinados pela taxa de juros de 1% ao ano, sendo vedada a cobrança de taxa de abertura de crédito ou quaisquer outros encargos;

IV – garantias: garantia real, preferencialmente o caminhão ao qual se destinam os pneus novos de borracha; coobrigação do fornecedor e outras garantias em direito admitidas;

V – liberação dos recursos: diretamente ao fornecedor dos pneus novos de borracha;

VI – habilitação ao crédito: nas próprias agências das instituições financeiras oficiais federais e de outros agentes financeiros por elas credenciados, mediante termo de compromisso que vincule a aquisição dos pneus novos ao caminhão.

Art. 3º As instituições financeiras oficiais federais poderão abater do imposto de renda devido a diferença entre a taxa de juros paga pelos tomadores e a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

Art. 4º Sobre os financiamentos previstos no art. 1º desta Lei não incide o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

Art. 5º Ficam reduzidas a zero, até 31 de dezembro de 2011, a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre pneus novos de borracha para caminhões, classificados no código 40.11 da TIPI.

*Parágrafo único.* Fica assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos no *caput* deste artigo.

Art. 6º Ficam reduzidas a 0 (zero), até 31 de dezembro de 2011, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de pneus novos de borracha para caminhões, classificados no código 40.11 da TIPI.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

São notórias as péssimas condições das estradas de rodagem em nosso País. Essa condição, leva ao rápido desgaste dos pneus de caminhões, que passam a demandar freqüentes substituições.

Essa situação, além de aumentar o custo privado do transporte de cargas por caminhões, apresenta custos sociais para toda a sociedade, uma vez que amplia os riscos de acidentes nas estradas, em que qualquer um de nós pode ser vítima.

Por outro lado, a redução no ritmo da atividade econômica, em razão da crise financeira global, requer medidas governamentais no sentido de minimizar seus impactos negativos.

Nesse sentido, propomos a adoção de incentivos tributários e creditícios às pessoas físicas e jurídicas que operam, com seus caminhões, o transporte de cargas. No campo tributário, propomos a desoneração de parte da tributação federal que incide nesse setor, mediante a redução a zero das alíquotas de IPI, IOF, Contribuição para o PIS/PASEP e Cofins relativas a operações com pneus novos de borracha para caminhões.

Na esfera creditícia, o projeto visa instituir a abertura de linha de crédito especial ao amparo de recursos das entidades financeiras oficiais federais, destinada aos referidos financiamentos. O valor da linha especial de crédito será estabelecido mediante regulamento, em consonância com o disposto no art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, porquanto cabe ao Conselho Monetário Nacional, entre outras atribuições, disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações de crédito.

Considerou-se, na elaboração do presente projeto, a taxa básica de juros fixada em 8,75% ao ano; a taxa de juros de 1% a ser paga pelos tomadores; o prazo de 36 meses para o retorno do financiamento, a alíquota de 0,38% de IOF, 9,5% de COFINS, 2% para IPI e PIS. Assim, em atendimento à exigência contida no art. 14, *caput*, da Lei Complementar nº 101, de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), estimou-se, para cada financiamento no valor de R\$ 1.000,00, a renúncia fiscal para o presente exercício, assim como para os dois exercícios financeiros subsequentes, como segue:



**Renúncia Fiscal Estimada**

por R\$ 1.000,00 financiados

Renúncia Fiscal	2009	2010	2011
IOF+ IPI +PIS + COFINS	138,80	-	-
Diferencial de juros dedutível do IRPJ das IFs	66,08	40,08	14,08
Total	204,88	40,08	14,08

Portanto, a renúncia fiscal total estimada seria da ordem de 25,9% do valor financiado, e distribuídos ao longo do prazo de três anos propostos para o retorno dos financiamentos. Evidentemente, persistindo a política de redução da taxa básica de juros, tanto menor será o valor da renúncia.

Importa ressaltar, ainda, que a combinação de estímulo fiscal com o acesso ao crédito em condições favoráveis redundará em benefícios privados, mediante redução de custo operacional do setor, mas trará ganhos sociais, por meio de redução de acidentes rodoviários e geração de empregos e renda.

Trata-se, por fim, de proposta legislativa anticíclica que contribuirá para minimizar os efeitos negativos da crise sobre o emprego e a renda no País, cuja expansão poderá redundar em aumento na arrecadação tributária maior do que a própria renúncia fiscal.

Sala das Sessões, – Senador **Exedito Júnior**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

DECRETO Nº 6.006, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006

**Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.****LEI COMPLEMENTAR**

Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alí-

quotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

(Às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. (art. 49, I, RISF))

**PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 356, DE 2009

**Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, para proibir a utilização de metanol nos processos de fabricação de biodiesel a partir de óleos vegetais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art.2º. ....

§ 5º É vedado o uso de metanol em qualquer das etapas da produção do biodiesel. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Justificação**

A Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, introduziu diversas alterações à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, dentre as quais a inclusão de um inciso XXV ao art. 6º, para definir o biodiesel.

Trata-se de um biocombustível derivado de biomassa renovável, para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou para geração

de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustível de origem fóssil.

Desse modo, o biodiesel é um combustível biodegradável e derivado de fontes renováveis, com significativo potencial de contribuição para a melhoria dos parâmetros associados à qualidade ambiental. Sua utilização como combustível apresenta várias características positivas em relação às exigências do Protocolo de Quioto e às emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Além dos benefícios ambientais, a inserção do biodiesel na matriz energética brasileira possibilita a criação de novos mercados associados à sua cadeia de produção, agrega valor a matérias-primas, gera empregos e reduz as importações de óleo cru e óleo diesel refinado, entre outros impactos positivos.

Inúmeras espécies vegetais podem servir como matérias-primas para a produção de biodiesel. No Brasil, destacam-se a soja, o dendê, o girassol, o babaçu, o amendoim, o pinhão manso e a mamona. Em todos os casos, vários processos físico-químicos devem ser utilizados nessa produção.

O biodiesel pode ser obtido por diferentes rotas, tais como a do craqueamento, a da esterificação ou, mais comumente, a da transesterificação. Nesse caso, o que se tem é um processo que visa a modificar as estruturas moleculares de óleos vegetais, tornando-as praticamente idênticas às que compõem o óleo diesel. Resulta das reações uma mistura com propriedades físicas e químicas extremamente semelhantes às do diesel derivado de petróleo.

Mais especificamente, pode-se dizer que a transesterificação é um processo em que óleos vegetais ou gorduras animais reagem com alcoóis de cadeias carbônicas pequenas, em geral etanol ou metanol, com auxílio de um catalisador. É uma reação química que também produz a glicerina, empregada para fabricação de sabonetes e outros cosméticos, entre outras aplicações.

O menor álcool que existe, o metanol, é um dos reagentes mais indicados para essa reação, pois suas moléculas são muito pequenas e de pequena massa. Esse fato lhe confere qualidades quimicamente interessantes para a transesterificação. Por seu turno, o etanol, o segundo menor álcool existente, leva alguma desvantagem físico-química em relação ao metanol.

Nesse contexto, o metanol é usualmente empregado na produção de biodiesel, pois simplifica o processo. Todavia, a principal razão para essa utilização deve ser buscada no fato de a maioria das usinas que usam metanol na transesterificação ter plataformas industriais cujas matrizes são americanas ou européias, já que o metanol, usualmente sintetizado a partir de fontes não renováveis, é compatível com essas economias.

Embora a transesterificação etílica seja mais complexa que a metílica, o uso do etanol em lugar do metanol

permite significativos ganhos para o Brasil, nas dimensões ambiental, social e econômica. As vantagens químicas do uso do metanol são suplantadas por suas características negativas, tais como sua elevada toxicidade, a pequena produção nacional e a elevada dependência do petróleo.

Note-se que a estrutura química simples do metanol permite que ele seja facilmente produzido. Por isso, o metanol é um produto secundário do processo de fermentação das bebidas alcoólicas, presente em quantidades pequenas em relação aos demais componentes. Malgrado a variação, de indivíduo para indivíduo, das doses tóxicas do metanol no homem, pesquisas farmacológicas indicam que seu consumo pode levar à cegueira e à morte.

Além disso, o uso do metanol gera problemas para o sistema produtivo por conta da maior probabilidade de contaminação e do fato de sua combustão produzir “chama invisível”, motivo de preocupação para os que participam de corridas que utilizam esse álcool como combustível, como as da Fórmula Indy.

Tais desvantagens não estão presentes na rota etílica de produção do biodiesel. O emprego do etanol derivado da cana, o bioetanol, nesse processo significa o uso de um reagente químico derivado de matéria-prima renovável e muito menos tóxico que o metanol.

Portanto, o uso do etanol, mesmo com alguma desvantagem técnica e econômica, torna-se atrativo, sob o ponto de vista estratégico e ambiental. Além disso, essa desvantagem, que pode ser eliminada pelos avanços da tecnologia, é largamente compensada pelo fato de o Brasil ser o maior produtor mundial desse álcool.

Assim, considerando o que foi exposto, entendemos que a aprovação desta proposição legislativa representará uma contribuição significativa para a produção de biodiesel, pois alinha-se com os mandamentos constitucionais que garantem a todos o direito ao meio ambiente como um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Sala das Sessões, – Senador **João Tenório**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.097, DE 13 DE JANEIRO DE 2005

Art. 2º Fica introduzido o biodiesel na matriz energética brasileira, sendo fixado em 5% (cinco por cento), em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.

§ 1º O prazo para aplicação do disposto no caput deste artigo é de 8 (oito) anos após a publicação desta Lei, sendo de 3 (três) anos o período, após essa publicação,



para se utilizar um percentual mínimo obrigatório intermediário de 2% (dois por cento), em volume. (Regulamento)

§ 2º Os prazos para atendimento do percentual mínimo obrigatório de que trata este artigo podem ser reduzidos em razão de resolução do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, observados os seguintes critérios:

I – a disponibilidade de oferta de matéria-prima e a capacidade industrial para produção de biodiesel;

II – a participação da agricultura familiar na oferta de matérias-primas;

III – a redução das desigualdades regionais;

IV – o desempenho dos motores com a utilização do combustível;

V – as políticas industriais e de inovação tecnológica.

§ 3º Caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP definir os limites de variação admissíveis para efeito de medição e aferição dos percentuais de que trata este artigo.

§ 4º O biodiesel necessário ao atendimento dos percentuais mencionados no caput deste artigo terá que ser processado, preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas por agricultor familiar, inclusive as resultantes de atividade extrativista. (Incluído pela Lei nº 11.116, de 2005)

.....  
(À Comissão de Infra-Estrutura, em decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 611, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.287, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2009*.

### 2

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 612, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.288, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2009*.

### 3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social)*.

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

### 4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

### 5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*.

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

7

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 1995**

Discussão, em turno único, do Substituto da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171/97, naquela Casa), do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal*.

Parecer favorável, sob nº 1.215, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

8

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Substituto da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004 (nº 4.852/2005, naquela Casa), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Exploração Sexual, que *altera o art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 -Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congênere que reiteradamente hospede criança ou adolescente desacompanhados ou sem autorização)*.

Pareceres sob nºs 479 e 480, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com adequações, que apresenta; e

- de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide, favorável, acatando as adequações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consolidadas em texto final que encaminha.

9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (nº 121/99, na Casa de origem, do Deputado Cunha Bueno), que *estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães*.

Parecer sob nº 1.089, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais*.

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

- de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

- de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

11

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35 DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores*.

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

- de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**12****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2003 (nº 1.550/96, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica*.

Parecer favorável, sob nº 1.055, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles.

**13****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação)*.

Parecer nº 1.085, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Lobão Filho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**14****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74 DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que *altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 -Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor (dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro)*.

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

**15****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*.

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

**16****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil*.

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**17****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 -Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino*.

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica*.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

- de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

19

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades*.

Parecer nº 1.087, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126 DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa)*.

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do*

*Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

23

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 -Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento)*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Neuto de Conto.

24

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.



25

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 -  
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 -Complementar (no 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nos 953 e 954, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessarenko; e
- de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

26

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 391, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2009 (nº 404/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azevedo.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 392, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009 (nº

565/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.290, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 394, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009 (nº 662/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 398, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009 (nº 798/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 400, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2009 (nº 500/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.272, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

**32****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 432, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2009 (nº 405/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Peru, celebrado em Montevideu, em 30 de novembro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Flávio Torres.

**33****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 476, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2009 (nº 2.352/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991, celebrado em Valência, em 14 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.300, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

**34****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 486, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009 (nº 495/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 1.301, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Efraim Moraes.

**35****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 489, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2009 (nº 516/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 27 de setembro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 1.273, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

**36****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 510, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2009 (nº 1.392/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa "Non Aedificandi" em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.274, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**37****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006  
(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143  
do Regimento Comum)**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que

*acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de*



1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

**38**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

- de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “ad hoc”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

- de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

**39**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

**40**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

**41**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que *altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.*

**42**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.230, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Jose Nery), que *altera o § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o inciso I do art. 6º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para atribuir legitimidade às pessoas jurídicas sem fins lucrativos para ajuizarem ações nos juizados especiais cíveis.*

**43**

#### **REQUERIMENTO Nº 656, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 656, de 2009, do Senador João Tenório, *solicitando voto de solidariedade e aplauso ao Sr. Mario Vargas Llosa pelas manifestações*

no âmbito do fórum "Encontro Internacional Democracia e Liberdade".

44

**REQUERIMENTO Nº 1012, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.012, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 595, de 2007 -Complementar, que tramita em conjunto com os Projetos de*

*Lei do Senado nºs 72, 102, e 497, de 2007-Complementares; e 19, de 2009-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (cobrança de tarifas pelas instituições financeiras).*

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Torres. PDT – CE)

– Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 54 minutos.)

**ATO DO PRESIDENTE**

**Nº 324 , DE 2009**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

**RESOLVE,**

Alterar o cargo, em comissão, do servidor **MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO**, matrícula nº. 218458, de Assessor Técnico, SF-02, para o de Assessor, SF-02, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 17 de agosto de 2009.



**JOSÉ SARNEY**  
**Presidente do Senado Federal**

**Agenda do Presidente José Sarney**  
**18/08/2009**  
**terça-feira**

- |       |  |
|-------|--|
| 11:00 | Solenidade de entrega do segundo relatório da Fundação Getúlio Vargas sobre a reforma administrativa do Senado Federal<br>Sala de Audiências   |
| 11:30 | Deputada Federal Lucenira Pimentel, PR/AP, Vereador Raimundo Piaba, PV/AP, Senhor Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral e Senhor João César de Freitas Pinheiro, Diretor – Ajunto<br>Sala de Audiências |
| 14:00 | Sessão em memória do escritor Euclides da Cunha, na passagem de 100 anos de morte.<br>Plenário do Senado   |
| 16:00 | Ordem do Dia<br>Plenário do Senado   |

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Mauro Fecury\* (S)  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Flávio Torres\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Bloco-PRB** - Roberto Cavalcanti\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(15)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)  
**RELATOR:** Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

**Leitura:** 15/03/2007  
**Designação:** 05/06/2007  
**Instalação:** 03/10/2007  
**Prazo final prorrogado:** 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) <sup>(13)</sup>	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10,21)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(8)</sup></b>	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(12,22)</sup>	1. João Pedro (PT-AM) <sup>(19)</sup>
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(2,6,20)</sup>	2. Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(25)</sup>
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3,11,16,18)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB-SC) <sup>(24)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(23)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14.17.26)	
PDT/PSOL <sup>(9)</sup>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303-3514

**Fax:** 3303-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo prorrogado:** 13/03/2008

**Prazo final prorrogado:** 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

\*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

\*\*. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.



### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos – (DEM-MT) – (1)	1. Adelmir Santana – (DEM-DF) – (1)
Gilberto Goellner – (DEM-MT) – (1)	2. Arthur Virgílio – (PSDB-AM) – (1)
Flexa Ribeiro – (PSDB-PA) – (1)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante – (PT-SP)	1. Marcelo Crivella – (PRB-RJ)
João Ribeiro – (PR-TO)	2. Flávio Arns – (PT-PR)
Renato Casagrande – (PSB-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Renan Calheiros – (PMDB-AL)	1. Valter Pereira – (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior – (PMDB-AC) – (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira – (PMDB-MG)
Gilvam Borges – (PMDB-AP)	
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti – (RR) – (1)	1. João Vicente Claudino – (PI) – (1)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque – (DF) – (2)	

**Notas:**

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).

#### 4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Pedro (PT-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 15/05/2009

**Instalação:** 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(1)</sup>
Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
<b>PTB</b>	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (AM)	

**Notas:**

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

### **5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

**Número de membros:** 13 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 24/06/2009

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gerson Camata

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo final prorrogado:** 31/08/2009

---

### MEMBROS

---

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

---

Senador César Borges (PR)

---

Senador Papaléo Paes (PSDB)

---

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

---

Senador Marco Maciel (DEM)

---

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

**Notas:**

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3511

**Fax:** 3303-1176

**E-mail:** [ems@senado.gov.br](mailto:ems@senado.gov.br)

**2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE**

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

### 3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(2,3)</sup>	1. Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).



#### 4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

**Finalidade:** Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**Leitura:** 10/03/2009

**Designação:** 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
	1.

**5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU**

**Finalidade:** Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(2)</sup>
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
	1.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor	1.

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

**6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA**

**Finalidade:** Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros: 6**

**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

**Maioria ( PMDB, PP )**

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(1,2)</sup>

**PTB**

Senador Gim Argello

**Notas:**

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

### 7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

**Finalidade:** Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(1)</sup>	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PT)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Almeida Lima (PMDB) <sup>(3)</sup>	1. Senador Gerson Camata (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Neuto De Conto (PMDB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(3)</sup>	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(3)</sup>	4. Senador Paulo Duque (PMDB) <sup>(3)</sup>
<b>PTB</b>	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
Senador João Durval	1.

**Notas:**

1. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).

**8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE****Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros: 7****MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

**Maioria ( PMDB, PP )**Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(2)</sup>Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1)</sup>**PTB**

Senador Romeu Tuma

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

**9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE**

**Finalidade:** Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

**Número de membros: 7**

---

**MEMBROS**

---

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

---

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

---

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

**Maioria ( PMDB, PP )**

---

Senador Mão Santa (PMDB) <sup>(1)</sup>

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(2)</sup>

---

**PTB**

---

Senador João Vicente Claudino

---

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

\*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.



**ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

**Número de membros: 5****PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles**Instalação:** 03/03/2009

---

**MEMBROS**

---

---

Senador Pedro Simon (PMDB)

---

---

Senador Francisco Dornelles (PP)

---

---

Senador Marco Maciel (DEM)

---

---

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

---

Senador Aloizio Mercadante (PT)

---

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone(s):** 3303.4638**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

**REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko

**RELATOR-GERAL:** Senador Renato Casagrande

**RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS:** Senador Tião Viana

**RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL:** Senador Romeu Tuma

**RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES:** Senador Marconi Perillo

**RELATOR-PARCIAL - PROVAS:** Senador Valter Pereira

**RELATOR-PARCIAL - RECURSOS:** Senadora Serys Slhessarenko

**Instalação:** 20/05/2009

**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador Tião Viana (PT)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

**Maioria ( PMDB, PP )**

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

**PTB**

Senador Romeu Tuma

**PDT**

Senador Flávio Torres (1,2)

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,  
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL  
PRAZOS<sup>1</sup>**

**RELATÓRIOS PARCIAIS:** 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

**RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL:** 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)<sup>2</sup>

**PARECER FINAL:** 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

<sup>2</sup> Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(38)</sup>	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(37)</sup>
Delcídio Amaral (PT) <sup>(36)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(33)</sup>
Aloizio Mercadante (PT) <sup>(30)</sup>	3. João Pedro (PT) <sup>(11,35)</sup>
Tião Viana (PT) <sup>(41)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT) <sup>(39)</sup>
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(40)</sup>	5. Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(34,72)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(29)</sup>	6. Expedito Júnior (PR) <sup>(4,28)</sup>
César Borges (PR) <sup>(32)</sup>	7. João Ribeiro (PR) <sup>(31)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) <sup>(60,66)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(62,65)</sup>
Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(59,64)</sup>	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(58,61)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(67,71)</sup>	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(3,63)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(55)</sup>	4. Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(1,63)</sup>
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(8,15,54,56)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB) <sup>(9,53,70)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(57,69)</sup>	6. Paulo Duque (PMDB) <sup>(2,63)</sup>
VAGO <sup>(68)</sup>	7. VAGO <sup>(68)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM) <sup>(48)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(46)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM) <sup>(18,46)</sup>	2. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(17,42)</sup>
Efraim Moraes (DEM) <sup>(44)</sup>	3. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(49)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(50)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(46)</sup>
Adelmir Santana (DEM) <sup>(14,16,43)</sup>	5. Kátia Abreu (DEM) <sup>(45)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(13,47)</sup>	6. José Agripino (DEM) <sup>(5,51)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(23)</sup>	7. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(26)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(24)</sup>	8. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(19,22,73)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(23,74)</sup>	9. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(27)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(23)</sup>	10. Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(25,75)</sup>
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
João Vicente Claudino <sup>(52)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(12,52)</sup>
Gim Argello <sup>(52)</sup>	2. Fernando Collor <sup>(52)</sup>

**PDT**

Osmar Dias (20)

1. Jefferson Praia (10,21)

**Notas:**

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 e 33113516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
<b>PMDB PDT PSDB</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3303-4605 e 33113516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(5)</sup></b>	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (33)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (34)
Paulo Paim (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (36)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (31)	5. Ideli Salvatti (PT) (29,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (28,59,61)	6. VAGO (28)
Renato Casagrande (PSB) (28,60,64)	7. José Nery (PSOL) (28,63,65)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (56,68)	1. Lobão Filho (PMDB) (52)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (57)
Paulo Duque (PMDB) (6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (50)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (53)
Mão Santa (PMDB) (48)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (41)	1. Heráclito Fortes (DEM) (37)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	2. Jayme Campos (DEM) (40)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,39)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (20,67)
Eduardo Azeredo (PSDB) (23,66)	6. João Tenório (PSDB) (25)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
<b>PTB <sup>(8)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
<b>PDT</b>	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (18,69)

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
29. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
37. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (1)</b>	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
<b>PMDB</b>	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) <sup>(13)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) <sup>(6)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(2,4)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(11)</sup>	2. João Tenório (PSDB) <sup>(2,9)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT) <sup>(5)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(2,10)</sup>
<b>PMDB</b>	
Mão Santa <sup>(8)</sup>	1. Paulo Duque <sup>(3)</sup>
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(12)</sup>	1. João Durval (PDT) <sup>(7)</sup>

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(1)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

**Notas:**

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Marina Silva (PT) (39,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,31)
Aloizio Mercadante (PT) (10,33)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (39)	3. Marcelo Crivella (PRB) (30)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,72)
Ideli Salvatti (PT) (39)	5. César Borges (PR) (35,52)
Exedito Júnior (PR) (37,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,32,77)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (62,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (57,66)
Almeida Lima (PMDB) (59,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (54,64)
Gilvam Borges (PMDB) (60,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,68,78)
Francisco Dornelles (PP) (55,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,65,76)
Valter Pereira (PMDB) (3,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,58,69)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,67)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,63)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (27,70)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Sérgio Guerra (PSDB) (26,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (29,73)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,74)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (11,13,22)	1. Flávio Torres (12,23,53,79,80)

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
31. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
70. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).

71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (73,74)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
Flávio Arns (PT) (36)	1. João Pedro (PT) (1,34)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. Ideli Salvatti (PT) (31)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (36,48,66)	4. José Nery (PSOL) (37)
Inácio Arruda (PC DO B) (30)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (35,67)
Marina Silva (PT) (32)	6. João Ribeiro (PR) (35,71)
Exedito Júnior (PR) (38)	7. VAGO (35)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB) (57)	1. Romero Jucá (PMDB) (63)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,58,70,72)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (63)
Gilvam Borges (PMDB) (55)	3. Pedro Simon (PMDB) (63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)	4. Neuto De Conto (PMDB) (59)
Gerson Camata (PMDB) (61)	5. Valdir Raupp (PMDB) (56)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,62)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,64)
VAGO (54,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (60)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) (4,50)	1. Gilberto Goellner (DEM) (44)
Marco Maciel (DEM) (39)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,45)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Jayme Campos (DEM) (42)
Heráclito Fortes (DEM) (46)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,40)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,41)
Adelmir Santana (DEM) (47)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,49)
Alvaro Dias (PSDB) (27)	7. VAGO (24,69,75)
Cícero Lucena (PSDB) (28)	8. Marconi Perillo (PSDB) (22)
Eduardo Azeredo (PSDB) (29,68,73,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (25)
Marisa Serrano (PSDB) (23)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi (7,52)	1. João Vicente Claudino (52)
Romeu Tuma (52)	2. Mozarildo Cavalcanti (52)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

**Notas:**Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
35. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.

39. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
48. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
49. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(1,6)</sup>
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(5)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. Cristovam Buarque

#### **Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

### 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
<b>PTB</b>	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).



42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO <sup>(3)</sup>	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS  
SÓLIDOS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO <sup>(3,4,6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,7)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Marina Silva (PT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

**Notas:**

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Flávio Arns (PT) <sup>(20)</sup>	1. João Pedro (PT) <sup>(19)</sup>
Fátima Cleide (PT) <sup>(20)</sup>	2. Serys Shessarenko (PT) <sup>(23)</sup>
Paulo Paim (PT) <sup>(20)</sup>	3. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(11,24,32)</sup>
Aloizio Mercadante (PT) <sup>(2,22,48,49)</sup>	4. Marina Silva (PT) <sup>(24,45)</sup>
José Nery (PSOL) <sup>(21)</sup>	5. Magno Malta (PR) <sup>(24,48)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(37,44)</sup>	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(40)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(36)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB) <sup>(38)</sup>
VAGO <sup>(39,43)</sup>	3. Valter Pereira (PMDB) <sup>(41)</sup>
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(42)</sup>	4. Mão Santa (PMDB) <sup>(34)</sup>
Paulo Duque (PMDB) <sup>(10,12,35)</sup>	5. Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) <sup>(3,31)</sup>	1. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(27)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(25)</sup>	2. Jayme Campos (DEM) <sup>(30)</sup>
Eliseu Resende (DEM) <sup>(4,26)</sup>	3. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(28)</sup>
VAGO <sup>(8,46)</sup>	4. Adelmir Santana (DEM) <sup>(9,13,29)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(18)</sup>	5. VAGO <sup>(16,47)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(18)</sup>	6. Mário Couto (PSDB) <sup>(17)</sup>
VAGO <sup>(1,5)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(18)</sup>
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque <sup>(14)</sup>	1. Jefferson Praia <sup>(15)</sup>

**Notas:**

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
20. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
33. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (Of. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.



44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT) <sup>(6)</sup>	1. Fátima Cleide (PT) <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3,9)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(14)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1,4,7)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(10)</sup>
Mário Couto (PSDB) <sup>(12)</sup>	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(13)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(11)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE****Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes****Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1. VAGO

**Notas:**

\*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(9)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(41)</sup>	1. Flávio Arns (PT) <sup>(38,68)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(43,75)</sup>	2. Marina Silva (PT) <sup>(46)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(45,71)</sup>	3. Renato Casagrande (PSB) <sup>(42,74)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(47)</sup>	4. Magno Malta (PR) <sup>(39)</sup>
Tião Viana (PT) <sup>(44,54,69)</sup>	5. Augusto Botelho (PT) <sup>(22,40,49,67)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) <sup>(1)</sup>	1. Almeida Lima (PMDB) <sup>(5,63)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(62)</sup>	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(6,76,77)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(64)</sup>	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(2)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,72,73)</sup>	4. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(19,24,65)</sup>
Paulo Duque (PMDB) <sup>(4)</sup>	5. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(10,21,61)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Moraes (DEM) <sup>(58)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(11,53)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(57)</sup>	2. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,50)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(18,29,56)</sup>	3. José Agripino (DEM) <sup>(23,27,55)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(8,51)</sup>	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(52,78,79,80)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(37,66)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(33)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(37)</sup>	6. Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(17,36,70)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(35)</sup>	7. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(34)</sup>
<b>PTB <sup>(12)</sup></b>	
Fernando Collor <sup>(13,14,15,16,25,26,28,30,48)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(48)</sup>
<b>PDT</b>	
Flávio Torres <sup>(32,59,81,82)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(20,31,60)</sup>

### Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
37. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
43. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
46. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
71. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).



78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. Nº 094/09-GLDEM).

79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. Nº 165/2009/GLPTB).

80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).

81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,4,6)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(5)</sup>

### Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PMDB PP</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1,3)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

**Notas:**

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PT) (16)
Delcídio Amaral (PT) (18,29,57)	2. Paulo Paim (PT) (19,29,58)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20)
Inácio Arruda (PC DO B) (25)	4. Expedito Júnior (PR) (21)
Fátima Cleide (PT) (23)	5. Eduardo Suplicy (PT) (17)
João Ribeiro (PR) (24)	6. João Pedro (PT) (22)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (44,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,47)
Gilvam Borges (PMDB) (50)	2. Lobão Filho (PMDB) (34,43)
Paulo Duque (PMDB) (53)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,54)
Mão Santa (PMDB) (5,9,45)	4. Valter Pereira (PMDB) (49)
Valdir Raupp (PMDB) (46,60)	5. VAGO (48,63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (52)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,59,64)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (31)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (33)
Eliseu Resende (DEM) (37)	2. Efraim Moraes (DEM) (32)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (30)
Jayme Campos (DEM) (28)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (36)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,26)
Arthur Virgílio (PSDB) (42,62,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (14,55,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,61)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
<b>PTB (4)</b>	
Fernando Collor (38)	1. Gim Argello (38)
<b>PDT</b>	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
21. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
26. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
33. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

43. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
César Borges (PR) <sup>(24)</sup>	1. Delcídio Amaral (PT) <sup>(7,27)</sup>
Serys Shessarenko (PT) <sup>(2,28)</sup>	2. Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(23,50)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(26)</sup>	3. VAGO <sup>(23)</sup>
José Nery (PSOL) <sup>(25)</sup>	4. VAGO <sup>(23)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(33,41)</sup>	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(44)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(1,48)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB) <sup>(47)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(4,11,45)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(42)</sup>
Almeida Lima (PMDB) <sup>(43)</sup>	4. Gerson Camata (PMDB) <sup>(46,49,51)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) <sup>(30)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(29)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(36)</sup>	2. Jayme Campos (DEM) <sup>(38)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(37)</sup>	3. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(9,12,34)</sup>
Adelmir Santana (DEM) <sup>(31)</sup>	4. Kátia Abreu (DEM) <sup>(6,14,32)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(18)</sup>	5. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(22)</sup>
Marconi Perillo (PSDB) <sup>(19)</sup>	6. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(10,13,17)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(21)</sup>	7. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(20)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Gim Argello <sup>(35)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(35)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8,15,40)</sup>	1. João Durval <sup>(16,39)</sup>

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT) <sup>(22)</sup>	1. Paulo Paim (PT) <sup>(22)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(21)</sup>	2. Fátima Cleide (PT) <sup>(4,6,18)</sup>
Augusto Botelho (PT) <sup>(20,31,49)</sup>	3. Expedito Júnior (PR) <sup>(19)</sup>
César Borges (PR) <sup>(17,54)</sup>	4. Serys Slhessarenko (PT) <sup>(23,52)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(2,11,34,47)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(44,45)</sup>
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(40,48)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(35,42)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(36,46)</sup>	3. Renan Calheiros (PMDB) <sup>(38,43)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(41,50)</sup>	4. Paulo Duque (PMDB) <sup>(37,39)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(27)</sup>	1. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(3,30)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(26)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(32)</sup>
Kátia Abreu (DEM) <sup>(25)</sup>	3. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,28)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(8,10,33)</sup>	4. José Agripino (DEM) <sup>(29)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(16,53,55)</sup>	5. Mário Couto (PSDB) <sup>(15,56)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(12,56)</sup>	6. João Tenório (PSDB) <sup>(13)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(13)</sup>	7. Marconi Perillo (PSDB) <sup>(14)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Romeu Tuma <sup>(9,24)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(24,51)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno da titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
46. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br



**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(3)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (4)</b>	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PT) (19)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,45)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (18,43)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (38)
Lobão Filho (PMDB) (36)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,46,48)
Valdir Raupp (PMDB) (34,44)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,24)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,31)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,42)
<b>PTB (5)</b>	
Sérgio Zambiasi (23)	1. Fernando Collor (23)
<b>PDT</b>	
Flávio Torres (13,33,50,51)	1. Cristovam Buarque (32)

## Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
24. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
45. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## **COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS**

### **1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 05/03/2009

**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

# CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

## COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 14/07/2009)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

7ª Eleição Geral: 14.07.2009

**Presidente: Senador Paulo Duque\***

**Vice-Presidente: Senador Gim Argello 4**

<b>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (DEM)	GO	2091	1. Antonio Carlos Júnior (DEM)	BA	2191
Heráclito Fortes (DEM)	PI	2131	2. Rosalba Ciarlini (DEM)	RN	1777
Eliseu Resende (DEM)	MG	4621	3. Maria do Carmo Alves (DEM)	SE	4055
Marisa Serrano (PSDB)	MS	1128	4. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1301
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	5.		
<b>Maioria (PMDB, PP)</b>					
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	MG	2244	1. Valdir Raupp (PMDB)	RO	2253
Almeida Lima (PMDB)	SE	1312	2. Romero Jucá (PMDB)	RR	2117
Gilvam Borges (PMDB)	AP	1717	3. Mão Santa (PMDB)	PI	2333
Paulo Duque (PMDB)	RJ	2435	4. (Vago)s		
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)</b>					
(Vago) 3			1. Delcídio Amaral (PT)	MS	2452
João Pedro (PT)	AM	1266	2. Ideli Salvati (PT)	SC	2171
(Vago) 1			3. Eduardo Suplicy (PT)	SP	2818
Inácio Arruda (PC do B)	CE	5791	4. Augusto Botelho (PT)	RR	2041
<b>PTB</b>					
Gim Argello	DF	1161	1. João Vicente Claudino	PI	2415
<b>PDT</b>					
João Durval	BA	3173	1. Jefferson Praia	AM	2063
<b>Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>					
Senador Romeu Tuma (PTB/SP)					2051

(Atualizado em 19.08.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Anexo II. Térreo – Senado Federal  
Telefones: 3303-5255 e 3303-4561  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

<sup>1</sup> Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

<sup>2</sup> O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

<sup>3</sup> O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

<sup>4</sup> Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

<sup>5</sup> O Senador Lobão Filho (PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.



**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR****(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) <sup>(3)</sup>**DEM**

Marco Maciel (PE)

**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PT**

Fátima Cleide (RO)

**PTB**VAGO <sup>(1)</sup>**PDT**Flávio Torres (CE) <sup>(4)</sup>**PR**

Expedito Júnior (RO)

**PSB**

Renato Casagrande (ES)

**PRB**

Marcelo Crivella (RJ)

**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

**PP****PSOL**

José Nery (PA)

**Atualização:** 07/08/2009**Notas:**

1. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

4. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

## **CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

### **COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

## COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)<sup>12</sup>

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)
<b>DEPUTADOS</b>	
TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/II/Nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)



**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Deputado Severiano Alves

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



**EDIÇÃO DE HOJE: 444 PÁGINAS**